

Juçara Clemens

**A (MAL) DITA MATERNIDADE: A MATERNIDADE E O
FEMININO ENTRE OS IDEAIS SOCIAIS E O SILENCIADO**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção de grau de Doutora em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Doutorado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Mériti de Souza

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Clemens, Juçara

A (mal) dita maternidade : a maternidade e o feminino
entre os ideais sociais e o silenciado / Juçara Clemens ;
orientador, Mériti de Souza - Florianópolis, SC, 2015.
269 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui referências

1. Psicologia. 2. Maternidade. 3. Feminino. 4.
Psicanálise. 5. Ideais sociais. I. Souza, Mériti de. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Psicologia. III. Título.

Juçara Clemens

A (mal) dita maternidade: a maternidade e o feminino entre os ideais sociais e o silenciado

Tese aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

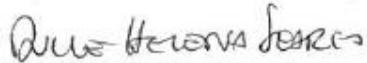
Florianópolis, 27 de fevereiro de 2015.



Dra. Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré
(Coordenadora - PPGP/UFSC)



Dra. Mériti de Souza
(PPGP - UFSC - Orientadora)



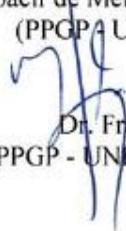
Dra. Dulce Helena Penna Soares
(PPGP - UFSC - Examinadora)



Dra. Maria Chalfin Coutinho
(PPGP - UFSC - Examinadora)



Dr. Francisco Moacir de Melo Catunda Martins
(PPGP - UCB - Examinador)



Dr. Francisco Hashimoto
(PPGP - UNESP - Examinador)

A Carlos Clemens, *in memoriam*, daqui
imagino teu sorriso.

A Carlos Rogério Clemens, *in memoriam*,
pela tua sensibilidade.

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pela bolsa de pesquisa.

Às mulheres- mães, pela acolhida generosa para contar suas histórias.

À Mériti de Souza, que me aceitou nessa aventura e disponibilizou seu conhecimento, sua atenção, cuidado e afeto.

A César Augusto Antunes, por me auxiliar na leitura e discussão das ideias de Green. Agradeço seu humor, que facilita ver a vida de outros modos.

Às(os) professoras(res) da banca cuja leitura do meu trabalho me proporciona também pensá-lo sob outras perspectivas.

À Magda Martins Costa, minha irmã escolhida pelo coração, que faz com que nossos encontros e conversas toquem a alma.

À Paula D. Sarmiento Leite, a qual a distância e o tempo são superados pela força da amizade.

À Suzana Ampessan, peregrina cheia de esperança na vida.

À Neiva de Assis, que cria e recria a si mesma nas descobertas do mundo e me estimula a ampliar fronteiras.

À Eliane Pereira, com quem partilhei as dores e delícias da docência e também a força do querer bem.

À Inea Arioli, pela confiança e amizade.

À Letícia Scartazzini, que acolhe sem igual hóspedes e afetos.

À Suela Bernardes, pelos cafés regados a bom bate-papo.

À Maria Cristina Vignoli, pelo reencontro feliz para contar histórias.

À Ana Lúcia Cintra, Marcele Emerim e Maria Alice Ferreira pela companhia estimuladora e acolhedora na trajetória do doutorado.

À Clara Maria Clemens, minha mãe, que me deu vida, amor e generosidade para me ensinar a lidar com imprevistos e mudanças ao me dizer sempre: as mulheres desta família aprendem a lutar!

Ao meu filho amado Maurício Corte, que inaugurou em mim este modo especial de viver compartilhado que se chama maternidade.

Ao meu filho amado Diego Corte, que possibilita viver as muitas maternidades de uma mãe com seu filho e dos muitos filhos para essa mãe que se desdobra nessa relação.

Ao meu companheiro de vida, Francisco Bianco, pelo seu amor, paciência e incentivo nesta jornada.

RESUMO

Esta tese destaca as histórias de mulheres e suas maternidades. O tema da maternidade é inesgotável no viver de cada mulher. Mesmo cada uma tendo uma história para contar como sua, ela nunca será a mesma a cada dia e nem com o passar dos anos. A mulher e a maternidade se recriam, se contam e se recontam a cada novo episódio, a cada novo filho(a), a cada novo encontro entre mulheres, a cada novidade que o imprevisível da vida apresenta. Bem como cada uma tem sua trajetória, seus enredos, seus desejos, seus afetos. O objetivo geral desta pesquisa foi o de problematizar a maternidade para as mulheres-mães considerando a maternidade dita e a silenciada. A escolha por esse enfoque diz respeito a como a mulher-mãe, a partir das marcas de sua história, pensa e sente a maternidade dita e compartilhada e a maternidade mal(dita), ou seja, aquela que não pode ser falada, sendo silenciada quando não confirma ou não mantém os valores e padrões sociais/culturais preponderantes. Utilizou-se de aportes teóricos da psicanálise, considerando-se a psicanálise *extramuros*, e aportes teóricos de disciplinas como a história e a filosofia. Utilizou-se de entrevistas com mulheres-mães as quais foram realizadas considerando-se a ética e os conceitos da psicanálise: inconsciente, livre associação, transferência. Na análise do material das entrevistadas se destacaram modos de expressão no falar e esse material foi organizado em eixos denominados: *não dito*, *é dito*, *dito não reconhecido*, *dito falho* e *dito pelo corpo – sem palavras*. Esses eixos dizem respeito às manifestações afetivas e suas organizações psíquicas, evidenciando que de acordo com a história de cada uma há um trabalho psíquico que aciona diferentes recursos; evidenciando os ditos que sustentam ou alteram os parâmetros que a cultura atribui para as mulheres-mães, mobilizando-as para falar ou silenciar. O trabalho psíquico apresenta-se mais intenso de acordo com a proximidade ou distanciamento dos afetos de cada entrevistada em relação aos ideais sociais sobre o feminino e a maternidade.

Palavras-chave: Maternidade. Feminino. Psicanálise. Afeto. Ideais sociais.

ABSTRACT

This dissertation highlights the stories of women and their motherhood experiences. The theme of maternity is inexhaustible in the life of every woman, and although each one has their own story to tell, it is never the same now and then. Women and motherhood are recreated, told and retold every new episode, every time a new child is born, every new encounter between women or every novelty brought by the unforeseen of life. Moreover, each one of them has their own life story, plots, desires, and affections. The general goal of this research was to address the problem of motherhood for women-mothers, taking into account both the spoken and the silenced motherhood. This approach concerns how women-mothers, based on the singularities of their story, think and feel about the spoken and shared motherhood versus the (ill)spoken motherhood, that is, the one that cannot be spoken and is silenced when it does not confirm or maintain prevailing values or social and cultural patterns. This work was supported by psychoanalytical theories, particularly the *extramural* psychoanalysis, as well as by theoretical contributions from disciplines such as history and philosophy. Women-mothers were interviewed in accordance with the ethics and concepts found in psychoanalysis: the unconscious, free association, and transference. An analysis of the respondents' material revealed ways of expression in their speech and this material was organized in the following categories: *the unspoken*, *the spoken*, *the unrecognized spoken*, *the misspoken* and *the spoken by the body - without words*. These categories relate to displays of affection and their psychic organizations, showing that there is a psychic work that triggers different resources depending on each one's story. Ultimately, they stress the sayings that sustain or alter the parameters assigned by culture to women-mothers, causing them to speak or to silence. This psychic work will be more intense depending on the closeness or distance of the affections nurtured by each interviewed woman towards the social ideals of feminine and motherhood.

Keywords: Motherhood. Feminine. Psychoanalysis. Affection. Social Ideals.

RESUMÉE

Cette thèse met en lumière des histoires de femmes et de leurs maternités. Le sujet de la maternité est inépuisable dans la vie de chaque femme. Chacune a son histoire à raconter et cette histoire n'est jamais la même au fil des jours et des ans. La femme et la maternité se recréent, se racontent autrement à chaque nouveau événement, à chaque nouvel enfant, à chaque nouvelle rencontre avec d'autres femmes, à chaque nouveauté que présente l'imprévu de la vie. Chacune a encore sa trajectoire singulière, ses enchevêtrements, ses désirs, ses affections. L'objectif général de cette thèse a été de mettre en cause la maternité pour des femmes-mères en envisageant la maternité *dite* et la maternité *tue*. Le choix de cette approche concerne la façon dont la femme-mère, à partir des empreintes de son histoire, pense et ressent la maternité dite et partagée et la maternité *maudite*, c'est-à-dire, celle qui ne peut pas être parlée, qui doit être tue parce qu'elle ne confirme pas les valeurs et les modèles socioculturels dominants. Pour cela, on a utilisé des apports théoriques de la « psychanalyse extramuros » et de disciplines comme l'histoire et la philosophie. On a réalisé des entretiens avec des femmes-mères en tenant compte de l'éthique et des concepts de la psychanalyse : inconscient, association libre, transfert. Dans l'analyse des entretiens on a relevé les manières de parler en ordonnant le corpus obtenu en axes nommés : *non dit*, *c'est dit*, *dit non reconnu*, *dit manqué* et *dit par le corps – sans mots*. Ces axes concernent les manifestations affectives et leurs agencements psychiques et ils indiquent que selon l'histoire de chaque femme-mère il y a un travail psychique qui met en oeuvre des ressources différentes ; ce qui montre que les dits confortent ou changent les paramètres que la culture impute aux femmes-mères, les entraînant à parler ou taire. Le travail psychique se fait plus ou moins intense selon la proximité ou l'éloignement des affections de chaque interviewée par rapport aux idéaux sociaux liés au féminin et à la maternité.

Mots-clés : Maternité. Féminin. Psychanalyse. Affection. Ideaux sociaux.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
2 TRAJETÓRIAS DO FEMININO NA PSICANÁLISE FREUDIANA	35
2.1 A HISTERIA E A SEXUALIDADE DA MULHER.....	36
2.2 A DIFERENÇA SEXUAL.....	40
2.3 A MULHER, A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM MATERNA E O FEMININO	45
2.4 A FEMINILIDADE	51
3 A MATERNAÇÃO É SOMENTE DAS MULHERES?	57
4 A TESSITURA DE GREEN SOBRE O AFETO EM FREUD	69
4.1 ALGUNS ASPECTOS DA EVOLUÇÃO DA CONCEPÇÃO DO AFETO.....	72
5 AS MULHERES E A MATERNIDADE NA HISTÓRIA	95
6 ESTRATÉGIAS PARA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	117
7 ENCONTRANDO AS MULHERES-MÃES ENTREVISTADAS	123
8 CONVERSANDO COM OS DIVERSOS MODOS DE DIZER SOBRE O FEMININO, A MATERNIDADE E O AFETO	129
8.1 SOBRE O NÃO DITO.....	132
8.2 SOBRE O DITO	150
8.3 SOBRE O DITO NÃO RECONHECIDO	192
8.4 SOBRE O DITO FALHO	209
8.5 SOBRE O DITO PELO CORPO – SEM PALAVRAS	229
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	243
REFERÊNCIAS	255
ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	267
ANEXO B – Roteiro de entrevista	269

1 INTRODUÇÃO

História é uma coisa de que não se fala. Falar de história pode ser uma coisa tão triste como ter que explicar uma anedota a alguém que não achou a piada. Só há uma maneira de falar de história que é por via de outra história (MIA COUTO, 2014).

Esta tese destaca as histórias de mulheres e suas maternidades que, assim como eu¹, foram instigadas a viver, sentir, pensar, falar e escrever sobre esse tema. Um tema sobre o qual parece não ter mais o que ser dito, pois tanto já se falou e se fala sobre ele. Teria se esgotado? O que ainda teria para ser dito e escrito?

Para além de seu aparente esgotamento, o tema da maternidade é inesgotável no viver de cada mulher. Mesmo cada uma tendo uma história para contar como sua, ela nunca será a mesma a cada dia e nem com o passar dos anos. A mulher e a maternidade se recriam, se contam e se recontam a cada novo episódio, a cada novo filho(a), a cada novo encontro entre mulheres, a cada novidade que o imprevisto da vida apresenta. Bem como cada uma tem sua trajetória, seus enredos, seus desejos, seus afetos. A multiplicidade diante desses aspectos solicita observação e escuta. Assim temos um amplo e inesgotável território para pensar e escrever.

Cada história de mulher e de mãe pode parecer um infinito particular e a minha se manifestou através da curiosidade. Lembranças antigas me colocam diante de imagens de minha mãe e de minha avó contando diferentes situações nas quais ser mulher e ser mãe evidenciava atenção, cuidado e trocas. Nesses momentos, falavam delas em relação ao corpo, ao primeiro *soutien*, aos namoriscos, à vaidade, às

¹ Gostaria de esclarecer que, por recorrer tanto às referências de minhas maternidades como minhas impressões e afetos mobilizados no trabalho clínico, utilizo na escrita da tese as conjugações verbais na primeira pessoa do singular. No entanto, ressalto que esta tese aconteceu também no trabalho conjunto entre mim e as mães, nas entrevistas; entre mim e a orientadora, nas orientações; entre mim e os(as) colegas de doutorado, quando discutíamos pontos da tese em aula. Porém, ao redigir o texto utilizando tanto “eu” como “nós”, percebi que esse aspecto dificultava a leitura, confundia o entendimento e complicava as regras da palavra escrita. Deste modo, optei por redigir na primeira pessoa do singular.

exigências da moda, ao casamento, à primeira relação sexual, à gravidez, aos partos e amamentações, às tentativas de conciliações entre maternidade e trabalho. Um universo interessante, instigante e também inquietante. Gerações que se encontravam através do compartilhamento. E com a chegada dos meus filhos, saí da posição de observação e escuta para viver a maternidade. Assim, eu construía as minhas maternidades e minha mãe e avó recontavam as suas, num movimento que não foi paralelo, mas se entrelaçava pelas histórias.

São vários episódios, diversas histórias que se apresentam pelo encontro das mulheres da minha família. No encontro, na narração do vivido, o tempo é o presente. Skliar (2003) destaca da ideia de Deleuze que o tempo presente está saturado de paradoxos:

[...] *o paradoxo do salto*, que contradiz a ideia de uma possível recomposição do passado com o presente. É por meio de um *salto* que nos localizamos na existência passada. O passado coexiste com o presente do qual ele é o passado. O presente constitui o tempo para passar a ser esse tempo constituído. Não é só um tempo presente, mas um tempo que passa; [...] *o paradoxo do ser*, que supõe uma diferença de natureza entre o passado e o presente, e isso contradiz a noção de que passamos de um ao outro de forma gradual que possa ser prevista ou ser previsível; [...] *o paradoxo da contemporaneidade*, que supõe uma não-distinção entre o antes e o depois, em virtude de que o passado não continua num presente que já foi, senão convive com ele; [...] *o paradoxo da repetição psíquica*, em que aquilo que convive com cada um dos presentes é todo do passado, o passado íntegro, todo o passado, mas em diferentes graus de contração e distensão (SKLIAR, 2003, p. 42-43).

Destaca o autor que nesse tempo presente existe então um salto, a contemporaneidade e a repetição. O tempo é simultaneamente único e múltiplo pela infinidade de fluxos, participando de um todo virtual, em um mesmo tempo impessoal. A busca pela continuidade somente serve para proibir seu oposto, ou seja, a descontinuidade, o salto, a irrupção, a ruptura que desse modo impede a diferença e afirma a *mesmidade*.

Assim, com meus filhos, eu encarnei – no sentido de meter-se pela carne, entranhar-se, apoderar-se de alguma coisa dum território (des)conhecido num tempo presente paradoxal. Refiro-me ao conhecido como o acessível da consciência e da vontade; ao desconhecido como os aspectos inconscientes, do desejo, clivados, mas que se manifestam nos modos de expressão.

Sair da *mesmidade*, do supostamente idêntico, e fazer este trânsito entre conhecido e desconhecido também me fez esbarrar nos modos de pensar predominantes e hegemônicos do qual a maternidade não escapa. O modelo hegemônico de ciência que contribuiu para o desenvolvimento de conhecimentos e técnicas para melhor atender ao humano, no nosso caso específico da maternidade, também se encaixotou e encaixotou as mulheres num conhecimento produzido pelas premissas de um eu racional e objetivo que passou a ser tomado como verdade universal. Assim, as práticas e discursos da e sobre a maternidade estão impregnados de normas, regras e mandatos que generalizam e desqualificam a singularidade de cada experiência.

Ao longo da história, o discurso médico foi se apoderando de modos e meios em relação à maternidade que, até então, eram somente das mulheres. Novos nomes e novas explicações foram sendo dadas a essas práticas que passaram a pertencer à ciência médica. Porém, ao concentrar o conhecimento sobre a maternidade e suas práticas, esse discurso ganhou uma força global e totalizante que interfere na relação das mulheres com a maternidade. Deste modo, o conhecimento das experiências vividas, a troca, o auxílio entre mulheres foram relegados em sua importância.

Esse (des)conhecido território pode ser mais facilmente transitado quando as mulheres se dispõem a tentar fazer e dizer, a narrar suas vivências com cada filho. Mas para tal elas terão que ter respeitadas suas experiências e a ligação entre o que vivem e o que sentem. As mães podem ser pressionadas por modelos que incitam o que é ou não é adequado à maternidade de modo massificado e repetitivo.

Como alternativa para o viver e o sentir liberto da condição que aprisiona de ser ou não ser, na pesquisa em questão ser ou não ser boa mãe, Skliar (2003) propõe o que denomina *estar sendo*:

Um estar sendo como um processo e não como um estado identitário *essencializado* significa que as identidades não podem ser temporalmente alcançadas, capturadas e domesticadas, enquanto produzem um movimento de perturbação em cada

unidade, em cada momento, em cada fragmento do presente (p. 47).

Em relação à mulher ser ou não ser mãe, podemos colocar essa alternativa como um *estar maternando* ou *vivendo e sentindo* a maternidade. O tempo verbal no gerúndio indica um movimento que está em acontecimento, aquilo que é inominável por essa condição, como diz Skliar (2003):

O estar sendo é um acontecimento da alteridade que retira de nossas bocas as palavras habituais, as frases precisas, a gramaticalidade correta [...] é o acontecimento imprevisto que nos obriga a pensar mais em *nosso* ser [...] do que no ser do outro [...] Obriga-nos a fragmentar a nós mesmos, a retirar de cima de nós aquele tempo e aquela temporalidade em que o outro era, podia ser, devia ser, não podia ser, um artifício mimico da mesmidade (p. 47).

E sendo mãe e mulher também estava eu sendo uma profissional na clínica psicanalítica na qual escutava mulheres e suas histórias. Histórias em que cada uma teceu gradativamente suas experiências de vida, com os sentidos que foram dando a essas vivências, também pela falta de nomeação e atribuição de sentidos. Elas instigaram minha curiosidade e minha escuta pelo modo como cada uma construiu sua composição e como expressavam seus afetos.

As mulheres que solicitaram minha escuta psicanalítica o fizeram por diferentes questões de sofrimento psíquico que não envolvia diretamente a maternidade. Algumas ainda nem eram mães. Para outras a maternidade aconteceu durante o tempo do atendimento. Umas já tinham seu(s) filho(s)/filha(s). Muitas desejaram e planejaram sua gravidez com seus companheiros. Cada uma teve o seu tempo (cronológico, afetivo, do desejo) para que a gravidez acontecesse.

Apesar de suas vidas e suas características serem distintas, em algum momento essas mulheres expressaram questões comuns e um sofrimento com o qual se surpreendiam e se constrangiam diante de questionamentos que faziam da experiência da maternagem e do feminino, tais como: surpresa, incômodo e culpa por sentimentos ambivalentes pelo seu bebê; confronto entre o que haviam fantasiado sobre o(a) filho(a) e como este(a) se apresentava; expectativas frustradas

de como se imaginavam antes de serem mães e como se viam como mães; questionamentos da vida após a maternidade que se mostrava muito dissonante da vida anterior ao nascimento da criança: horários, compromissos, solicitações do bebê, desgaste físico, questões profissionais conflitantes com as funções de ser mãe e de estar disponível física e psiquicamente para seu bebê.

O sofrimento que essas mulheres contavam estava no tempo presente. Para Santo Agostinho (2014) seria impróprio apresentar o tempo em pretérito, presente e futuro. Mais apropriado seria dizer que os tempos são três: [...] “presente das coisas passadas, presente das presentes, presente das futuras” (p. 310). Em outra parte do texto esclarece: [...] “ Ainda que se narrem os acontecimentos verídicos já passados, a memória relata não os próprios acontecimentos que já decorreram, mas sim, as palavras concebidas pelas imagens daqueles fatos, os quais, ao passarem pelos sentidos, gravaram no espírito uma espécie de vestígio” (p. 308). Destaca desse modo que o que passou já não existe no presente, mas num passado que já não é. A imagem desse passado quando é evocada pode ser descrita e nos faz ter a sensação de sua presentificação devido a estar na memória.

Santo Agostinho não é apenas um dos precursores no estudo da temática do tempo, porém, com suas ideias leva a pensar acerca das marcas psíquicas que compõem a memória.

Já para Skliar (2003), “não existem nomes para as fronteiras do presente [...] porque este tempo é possuidor, sobretudo, de um tom caótico, confuso, desordenado; uma dissonância de descontinuidades, de fragmentos de silêncios” (p. 48-49). Eu então ali *escutando...* A fala do tempo presente poderia apresentar aspectos de outros tempos e também de outros lugares. Tempos e lugares psíquicos com suas especificidades.

Muitas dessas mulheres mães se mostravam surpreendidas pela intensidade de sentimentos ambíguos e contraditórios em oposição ao que pensavam que deveriam estar sentindo: um amor incondicional ao seu filho(a).

Um dos aspectos abordados por Badinter (1985) é o mal-entendido sobre a existência incondicional de sentimentos maternos e o que eles produzem nas mães. Para a autora, seria na filosofia, de forma específica na metafísica, que teríamos que indagar esses conflitos em decorrência da sustentação que essa área do conhecimento oferece à concepção de essência e de dualismos. Em outras palavras, a tradição da filosofia ocidental, na qual se destacam a essência e o binarismo, mantém concepções que remetem à separação, à hierarquia, à

individualização, possibilitando a elaboração de atributos designados ao masculino e ao feminino que são considerados verdadeiros e designam a suposta verdade sobre a constituição do homem e da mulher.

A questão em pauta é o amor materno imutável que mesmo assumindo aspectos diferentes e até mesmo contraditórios, com o passar do tempo, não modificaria a “realidade profunda desse amor” (BADINTER, 1985, p. 14). A autora questiona essa essência de sentimento materno e faz pensar nas suas manifestações sob todas as formas possíveis. É esse pensar que abre possibilidades para o que se apresenta obnubilado pelo sofrimento psíquico nessas mulheres. Os questionamentos que se fazem encontram respostas ambivalentes e conflitantes, fazendo-as viver um redemoinho de afetos.

A contingência do amor materno suscita uma angústia e uma incerteza, muitas vezes insuportável (BADINTER, 1985). Ao mesmo tempo, abre possibilidade para o novo, o inesperado. Porém, para usufruir dessa contingência e dos inesperados, não fixados e não naturalizados da vida de mãe, a mulher terá que acolher também o que não conhece em si, as manifestações de seu inconsciente. Esses aspectos desconhecidos de si e suas manifestações podem fazer um ruído estranho e familiar. A mãe foi expulsa do paraíso e sua tarefa não é mais reconquistá-lo “é sim, nos dizem [...] pelo menos, a de administrar a Diversidade” (SKLIAR, 2003, p. 50). Compor e recompor sua pluralidade humana aceitando e celebrando as diferenças.

Relaciono a esses aspectos a questão de que na contemporaneidade, a maternidade ainda é atrelada ao mandato que a associa a uma consequência natural e inquestionável. Ou seja, apesar dos diversos questionamentos e mudanças culturais, a maternidade e o amor materno emergem como sinônimo da natureza feminina.

Atrelado a esses aspectos, essa mãe também sofre influências do que Ariès (1981) destaca como a construção da infância. A visão que se tem, atualmente, de que os bebês nascem e serão consideradas crianças até um determinado período mesmo sob condições variadas de vida nem sempre foi percebida desse modo. Por muito tempo a criança era concebida como um adulto em miniatura. O olhar de modo diferente, como um ser que está em desenvolvimento e tem necessidades próprias, modificou o modo de pensar e de se relacionar com as crianças. Assim, a criança ganhou um lugar e uma representação na sociedade. Não mais foi colocada precocemente na vida econômica familiar, realizando tarefas e imitando os pais e mães, mal cuidada e substituída por outra mais forte que atendessem às expectativas dos pais e de uma sociedade

que se relacionava com essa visão de criança mais utilitária e menos sentimental. Durante muitos séculos na sociedade ocidental encontramos altos índices de mortalidade infantil bem como práticas de infanticídio. Também o sentimento de amor materno não existia. Era comum entregar os bebês para que outras famílias os criassem e educassem, ou para amas de leite, que cuidavam de muitas crianças ao mesmo tempo, fazendo dessa atividade um modo de vida (ARIÈS, 1981; BADINTER, 1985).

No século XVII, através da interferência da Igreja e do Estado, passou a ser preconizado que preservar e cuidar das crianças eram trabalhos exclusivos das mulheres, produzindo uma nova concepção e manutenção da vida da criança. Uma maior preocupação com a higiene e a saúde das crianças fez com que as mulheres, e depois os pais, não admitiessem perdê-las com naturalidade. Essa criança passou a ser investida afetivamente, pois seus atributos de beleza, ingenuidade e graciosidade proporcionavam uma maior aproximação dos pais.

Assim, por dois modos influentes a mulher é colocada como aquela que cuida, educa, afeta e é afetada pela criança. Na virada deste olhar da história que valoriza a infância, é através da mulher que Estado e Igreja se unem para manter interesses em comum, estrategicamente, utilizando-se da mulher.

Tem-se então incidindo sobre a mulher diferentes modos de pressão social que se somam à organização singular de cada uma. A maternagem muda de modo irrevogável à condição de mulher para mãe. A mulher habituada a determinar suas atividades e sua rotina a partir de suas decisões tem na maternagem um novo ritmo, com novos horários e compromissos inadiáveis com o(a) filho(a). Muitas mulheres sentem intensamente as mudanças que os cuidados com seu bebê demandam. Mulheres sonolentas, cansadas, irritadiças questionando o que acontece em suas vidas nas quais as decisões não incluem somente as suas necessidades. Sentimentos de tristeza, desconforto, desesperança aliados a um corpo físico muitas vezes exausto costumam fazer calar a mulher-mãe. Na solidão – que muitas vezes sente por não conseguir falar nem com as pessoas mais íntimas sobre os sentimentos que a maternidade desperta – julga serem tais sentimentos inadequados e condenatórios. Como poderia ser escutada a sua fala se ela não apresentar referências à tão decantada maternidade? Como falar com outras pessoas dos momentos em que se faz a pergunta: por que fui ter um(a) filho(a)?

É muito comum as mulheres expressarem seu regozijo consigo mesmas por sua fertilidade ao terem engravidado bem como por

considerar seu bebê como um ganho. Em suas falas podem expressar aquilo que acreditam ser esperado que seja dito por uma mãe; porém, nem sempre o que é dito é sentido por essas mulheres. A notícia de um bebê, de uma gestação incrementa a adesão da mulher aos ideais sociais esperados para ela. Embora em sua fala possa estar presente o receio por mudanças e perdas que a nova condição de maternidade traz: a do corpo que modifica, das marcas físicas que perduram mesmo após a gestação (aumento de peso, estrias, seios modificados, dentre outras). Falar do corpo que modifica nesse processo pode ser escutado com mais acolhimento pelos demais, já que isso é visível e, aparentemente, incontestável. Porém, diferentemente de mudanças corporais, a imagem corporal da mulher-mãe pode não acompanhar as mudanças corporais sofridas, e a convivência com um “ganhando e perdendo nesse balanço contábil” amplia os conflitos da mulher consigo mesma na busca de um padrão estético predominante ao feminino na sociedade. Assim, muitas vezes essas mulheres-mães que compartilharam suas histórias se sentiam inadequadas e limitadas para dar conta do lugar social de “mães felizes e realizadas”. Expressavam seu incômodo por não atenderem ao padrão que lhes era solicitado pela família e pelo grupo social de seu convívio.

À mulher é associado o “dom para a maternidade”, respaldado por sua finalidade biológica; e é enfatizada desta forma a sua inserção no campo social. Suas potencialidades naturais estão relacionadas às suas faculdades morais: ocorre um colamento da mulher com a maternidade. Se esses aspectos são reconhecidos e valorizados na história da humanidade, é na modernidade que essa aproximação é ainda mais evidenciada no imaginário coletivo, pois desta forma a mulher-mãe circula mais no espaço privado e menos no social e público. Na maioria dos contextos sociais, relevando as mudanças ocorridas nas últimas décadas nas sociedades modernas ocidentais, o poder das mulheres ainda circula sobremaneira na estrita esfera do lar e da família (BIRMAN, 2001).

Destaca Birman (2001) que conforme os ideais sociais ainda predominantes o corpo da mulher, por “suas disposições naturais intrínsecas”, evidencia sua finalidade biológica na reprodução da espécie. A maternidade vista dessa forma é algo da “ordem estritamente instintiva” (BIRMAN, 2001). Também se espera da mulher uma predominância dos afetos sobre a razão, de forma a cuidar e a acolher outro ser humano. Para o autor, os traços na construção antropológica da “virtualidade do organismo da mulher”, ou seja, como se espera que ela se comporte e se manifeste, é “mais próxima do polo da **natureza**”,

enquanto o homem “se aproxima do polo da **civilização**”. Entre estes dois polos – natureza e civilização – o imaginário coletivo foi tecido e “a cartografia moral da diferença sexual seria a consequência direta da natureza biológica diferenciada entre o ser da mulher e do homem” (BIRMAN, 2001, p. 56).

A partir desses aspectos se questiona a fala de mulheres mães acerca da vivência da maternidade e como ela é escutada. O que é falado pode ser escutado por outro(a) como algo (mal) dito? Será que falar é mais recomendável do que calar? Se na fala de cada mulher-mãe surgem conteúdos diferentes do que o ideal social referencia e confirma sobre a denominada “natureza feminina” e o “amor materno”, como o(a) outro(a) recebe essa fala divergente? Destacamos que a palavra **mal**² é definida nos dicionários pesquisados por dois sentidos.

No primeiro deles encontro definições como: tudo que é oposto ao bem, inconveniente, fere ou incomoda, tormento, sofrimento. No segundo aparecem definições tais como: de modo diferente do que deveria ser, apenas, com dificuldade. A utilização da grafia (**mal**) dita maternidade utilizada no texto é uma tentativa de aproximação entre as vivências dessas mulheres e o que elas não se autorizavam a falar, por contrariar os ideais sociais preconizados para a mulher-mãe. Na escolha dessa composição de palavras utilizadas, aproximo-me mais do segundo sentido pesquisado, porém sem desprezar o primeiro sentido.

Também há o que não é dito, o **não dito** da maternidade que está relacionado ao que cada mulher-mãe não tem acesso consciente, mas que se manifesta nas mais variadas expressões. Entre elas a de negação, de ambivalência, do ato falho. Também em momentos da fala em que as palavras e expressões são utilizadas como “bengalas linguísticas”³. Bem como naquelas manifestações somáticas expressas através do corpo sem que a mulher-mãe tenha uma compreensão de sua ocorrência. O que

² Dicionários da língua portuguesa em formato de livro e *on-line*, consultados em 29/05/2012: HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1a.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009; FERREIRA, A. B. de H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; Priberam *online*: <<http://www.priberam.pt/dlpo/mal>>; Michaelis *online*: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=mal>>; Dicio *online*: <<http://www.dicio.com.br/mal/>>; Web dicionário *online*: <<http://www.webdicionario.com/mal>>. Acesso em: 29 mai. 2012.

³ “Bengalas linguísticas” é o termo que Conte (1992) utiliza para as palavras e expressões utilizadas na fala de modo repetitivo.

temos é um curto-circuito no trabalho psíquico que dificulta a elaboração e a formação de sintomas psíquicos, uma carência na elaboração psíquica e uma falha de simbolização.

A fala de cada mulher-mãe sobre sua experiência de maternidade instiga a utilização de diferentes conjunções, tais como: **OU** (mal) dito, **OU** o não dito; o (mal) dito **E** o não dito; dito **COMO TAMBÉM** não dito, **NEM** dito **NEM** mal dito entre outras possibilidades. Essa fala nos coloca num jogo não só de palavras, mas também de múltiplos sentidos que podem surgir a qualquer momento em que o vivido requer uma explicação.

Neste jogo entre os diversos modos no qual a maternidade é e não é dita, mas permeia muitos meios de expressão, Chodorow (2002), incrementa a discussão quando aborda como os(as) psicanalistas enfatizam a satisfação das mulheres no papel materno. Segundo a autora, a satisfação das mulheres no papel materno está num nível muito diferente de suas experiências em outros relacionamentos quaisquer, pois “a maternação exige e faz surgir capacidades relacionais peculiares”. Destaca a [...] “ênfase a que o relacionamento mãe-filho satisfaz a mãe e o filho e que o cuidado materno ótimo é feito mediante empatia, identificação primária, e pela vivência do filho como continuidade do seu eu, e não distinto dele” (CHODOROW, 2002, p 114). Prossegue, ao enfatizar que “o que é bom para um é bom para o outro. Além do mais, tanto o amor pela mãe como o amor de mãe acham-se distantes da realidade: assim como a criança não reconhece a identidade distinta da mãe, a mãe encara seu filho como uma parte de si mesma, cujos interesses são idênticos aos seus próprios” (CHODOROW, 2002, p. 115).

Destaco nessa ideia a questão do narcisismo materno e como é para a mãe lidar com as características desse filho(a) quando este(a) não corresponde a ser “uma parte de si”, quando evidencia suas necessidades próprias e não reafirma as da mãe, quando apresenta uma característica que não se coaduna com padrões físicos, estéticos comuns e aceitos pela maioria. Tem-se aí um ferida narcísica que, muitas vezes, é insuportável para essa mãe que elege, inconscientemente, uma relação de base narcisista com este(a) filho(a). Uma relação em que essa mãe depende do objeto-filho(a) para sua autoestima, bem como dos ideais colocados nessa criança para resgate do que quis e não teve, do que tentou e não foi bem sucedida e que agora aguarda satisfação.

Diante do uso que a mãe pode fazer da relação com seu filho(a) para resgate de aspectos de seu funcionamento psíquico e relacional

primário não satisfeitos ou de defasagens dessas primeiras relações de afeto e cuidado, a maternidade pode se mostrar assustadora para a cultura e a sociedade bem como para as próprias mães. É menos incômodo então pensar na criança indefesa que nasce e necessita de sua mãe para sua sobrevivência física e psíquica e, por isso, por um determinado período, essa mãe se disponibiliza a atender e acolher às necessidades dessa criança.

Proponho um jogo de visualização de localização e de sentidos da definição **mal** a partir de quem as lê. O centro é a maternidade e em cada um dos lados está ou a mãe ou a criança, ambos com muito envolvimento nessa relação. Assim traz a definição: tudo que é oposto ao bem, inconveniente, fere ou incomoda, tormento, sofrimento. Deste modo, tanto a criança como a mãe podem se situar nessa definição a partir de gratificações de que necessitam e não são satisfeitas pelo outro, quer da criança pela mãe, quer da mãe para a criança. Está-se assim no território da gratificação das necessidades que contribuem para a constituição/restituição psíquica.

Coloco agora um novo participante que também visualize esse jogo de relações entre mãe e criança, em que o grau de envolvimento vai se modificando e tem diversas graduações, podem ser pais, família, sociedade. Sugiro que quanto mais distantes estiverem dessa relação mãe-criança, haverá uma tendência a que os aspectos culturais e sociais ganhem mais força a favor da criança, agora considerada como a única com necessidades e fragilidades a serem satisfeitas.

Destaco esse aspecto, pois o mal, o que fere e causa sofrimento dependerá de como cada parte neste jogo está envolvida e é considerada. A maternidade e suas exigências também afetam a todos indistintamente, pois é através dela que se mantém a vida e o humano. Deste modo, é construída a ideia de que se alguém tem que cumprir essa função, esse alguém é a mulher⁴. Para Chodorow (2002) o argumento da fisiologia – gerar, parir, amamentar – [...] “não é uma explicação suficiente para as capacidades e função maternalizante das mulheres atuais” (p. 119). Sobre a mulher o peso da cobrança dessa função e a crítica sobre suas ações em relação ao filho(a) podem ser pautados mais pela via da fragilidade da criança e de manutenção da vida do que por

⁴ Cabe explicitar que embora com os avanços da ciência e as novas modalidades de inseminação artificial, barriga de aluguel, alterações no corpo e gênero, dentre outros aspectos, ainda é ao corpo atribuído à mulher sobre quem recai o imaginário coletivo acerca da reprodução humana, bem como as funções de cuidados com os bebês da espécie.

um olhar em que os aspectos psíquicos dela possam ser considerados. O mal pode estar associado a quaisquer outras ações, mas é imperdoável se ele surgir na relação mãe-criança. Essa relação está sacralizada.

A maternidade expõe as fragilidades humanas de todos, não só das mães e das crianças, afinal mesmo aquelas pessoas que não são mães são de qualquer modo filho(a)s.

As mulheres-mães desta pesquisa apresentam questionamentos sobre a trama entre suas vivências e suas constituições enquanto sujeito. Suas relações podem viabilizar uma flexibilização para pensar sobre si no encontro com esse outro – no caso o(a) filho(a) –, no qual esse viver, experimentar, criar são constituidores/transformadores de si. Porém isso nem sempre ocorre.

As vivências deixam marcas psíquicas a partir das quais se constitui a subjetividade. Só não se tem como saber quais vivências marcam de forma mais intensa a vida das pessoas e qual registro psíquico elas proporcionam. Assim, ao se pensar em termos de funcionamento psíquico e sua dinâmica, o acesso a determinados registros só ocorre de forma consciente ou pelas vias em que o inconsciente se manifesta. Também cabe retomar que as vivências e os afetos engendram a história de cada mulher-mãe, pois é a partir dessa tessitura com o que cada uma viveu e sentiu que foi engendrado seu psiquismo e seu caminhar nos trajetos de sua vida.

Ao abordar sobre a questão das vivências e dos afetos é preciso também definir termos que estão relacionados a essa temática no entrelace com suas incidências sobre o psiquismo, tais como identidade e identificação. As vivências deixam marcas psíquicas e produzem a ficção identitária conforme postula Jurandir Freire Costa (2003) ao apresentar uma discussão quanto à noção de identidade na aproximação do termo com a filosofia e na dificuldade em pensar em termos metapsicológicos esse conceito. Para o autor a identidade não faz parte da teoria psicanalítica, em contrapartida ao conceito de identificação, porém, a condição da realidade psíquica possibilita que as pessoas experimentem a ficção identitária. Para realizar sua discussão, o autor utiliza marcos teóricos a partir de diversos autores, como por exemplo, De Levita, Erikson, Margolis. Não entrarei no detalhamento de sua discussão, mas utilizo aqui o que contribui para seguir o pensamento sobre o tema desenvolvido até então. Assim, destaca Freire Costa a partir dos autores que utiliza em sua discussão:

[...] A questão da identificação, respaldo indispensável a qualquer leitura psicanalítica do tema, ou é apressadamente abordada ou francamente subestimada em seu valor. [...] Em Freud, [...] a ideia de identificação questiona a solidez do conceito de identidade, em vez de estabilizá-lo. Na teoria freudiana, a identidade não é um fenômeno simples, mas um complexo produto de mecanismos identificatórios distintos em gênese, natureza e efeitos. Sua essência nada tem de indecomponível e a feição invariante que ordinariamente assume frente à consciência é, na verdade, uma resultante de processos psíquicos pertencentes a registros de significação diversos. [...] a identidade aparece ao sujeito como um “prê-dado”, bem como um irredutível, porque é uma ficção necessária à ação [...] ficção no sentido psicanalítico do termo, ou seja, como categoria adscrita à ordem da realidade psíquica [...] tal concepção da identidade à ficção, queremos dizer que só no nível consciente e em situações pragmáticas o sujeito percebe-se ou sente-se como indiviso, constante ou livre de conflitos. Estas situações são aquelas em que a ação utilitária impõe juízos sintéticos e escolhas definidas, em função de razões e interesses socialmente típicos. [...] Para Freud, a identidade é um amálgama de afetos e representações que o sujeito experimenta e formula como sendo a natureza de seu Eu e do outro, do corpo-próprio e do mundo de coisas e objetos. Estas representações e afetos são transitivos, móveis e múltiplos. Mudam conforme a posição que o sujeito ocupa nas relações com os outros, posição constantemente cambiante e permutável (COSTA, 2003, p. 110-111, grifo do autor).

A partir das considerações apresentadas acima, pontuo que é no entrelaçamento da escuta das histórias de cada uma dessas mulheres-mães, no que elas se aproximam e também no que diferem, na expressão de seus afetos e nos sentidos construídos em relação à maternidade, que foi surgindo meu interesse pela pesquisa.

Para tal problematização são utilizados alguns entrelaçamentos teóricos e conceituais a partir das discussões postas pela psicanálise

freudiana e pós-freudiana sobre a sexualidade feminina e a maternidade, bem como aportes teóricos de áreas de conhecimento como a história e a filosofia que abordam a trajetória das mulheres. Destaca-se que em função das referências teóricas são utilizadas duas categorias nas análises: mulher, para as leituras sociais e históricas que enfatizam o universal e as matrizes identitária; e feminino, para a leitura psicanalítica que enfatiza o singular e a elaboração da sexualidade feminina.

Em relação ao feminino, Freud (1933/1974) enfatiza que “partes do aparelho sexual masculino também aparecem no corpo da mulher [...] considerando tais ocorrências como indicações de *bissexualidade*, como se o indivíduo não fosse homem ou mulher, mas sempre fosse ambos – simplesmente um pouco mais de um do que de outro [...] e que aquilo que constitui masculinidade e feminilidade é uma característica desconhecida que foge do alcance da anatomia” (FREUD, 1933/1974, p. 115, grifos do autor). Birman (1999) atribui ao termo feminilidade as palavras *aventura e enigma*, pois:

o território da feminilidade corresponde a um registro psíquico que se opõe ao *falo* na tradição psicanalítica, sendo seu contraponto nos menores detalhes. Enquanto pelo falo o sujeito busca a totalização, a universalidade e o domínio das coisas e dos outros, pela feminilidade o que está em pauta é uma postura voltada para o particular, o relativo e o não-controle das coisas (BIRMAN, p. 10, grifos do autor).

A psicanálise, como há pouco referenciado nas análises de Freire Costa (2003), desestabiliza a solidez do conceito de identidade e trabalha com o conceito de identificação. Porém, ainda conforme as propostas desse autor, somos constituídos por matrizes identitárias e pelas referências que utilizamos para tal. Assim, as pessoas acreditam-se como constituídas por uma representação identitária que, entre outros aportes, lhes dá referências sobre seu corpo (imagem do corpo) e lhes viabilizam a interação social. De forma específica, cada um experimenta seu modo de funcionamento psíquico como constância e continuidade, tanto para si como por outros, o que lhes oferece a ilusão identitária. Nesta perspectiva, de acordo a proposta de Freire Costa, é viável, por um lado, trabalhar com o conceito de mulher conforme a ficção identitária construída pelas pessoas para representarem-se a si próprias

e, por outro, trabalhar com o conceito de feminino conforme a perspectiva psicanalítica.

Considerando essas referências, utilizo o conceito de mulher no que este carrega das representações advindas das matrizes identitárias atribuídas pela tradição histórica, pelas práticas sociais e pelos discursos que atravessam esses contextos. Ainda utilizo o conceito de feminino considerando o entrelace entre o singular elaborado por cada pessoa e o universal⁵ posto pela tradição dos discursos e das práticas sociais; porém, relevando a questão do inconsciente e a especificidade do singular em relação ao coletivo da história. Considero o entrelace entre as matrizes identitárias, que operam com a referência coletiva de mulher, e a constituição singular, que opera com a referência inconsciente de feminino, e, dessa forma, trabalho com essas duas referências que se entrelaçam. Em outras palavras, entendo o jogo de forças entre a consciência e o inconsciente operando na constituição psíquica e trabalho a partir da apropriação que cada pessoa realiza do ideal coletivo, social e histórico.

Para esta tese o objetivo é problematizar a maternidade para mulheres-mães e o que foi dito ou calado, silenciado, por ser considerado (mal) dito, ou seja, por não corresponder ou por questionar os ideais postos para a maternidade. Destaca-se aqui a singularidade de cada mulher-mãe na construção de sua maternidade, bem como o encontro dessa singularidade com o que lhe é transmitido e herdado das gerações que lhe antecederam de modos diretos (mães, avós, bisavós, etc.) e indiretos (grupo social, tradição histórica, etc.). Considerando-se essa questão geral, a pesquisa desdobra-se no que foi construído e disseminado como maternidade na tradição social e histórica ocidental; no que foi elaborado como maternidade e feminino na leitura de psicanalistas pós-freudianos; no que foi dito sobre a maternidade por mulheres-mães, ou seja, o que vive, sente, conta, compartilha cada mulher – e a maternidade silenciada: não dita, (mal) dita, dita de outros modos que surpreendem a própria mulher.

Entende-se como pressuposto de pesquisa que o não dito e dito de outros modos sobre a maternidade relaciona-se tanto com uma escolha consciente quanto pode surgir nas ações e falas com características de defesas psíquicas. Entende-se ainda, também como pressuposto de pesquisa, que o mal dito pode ser assim considerado por

⁵ Tomaremos aqui como cada mulher, a partir de uma crença em um ideal universal, pensa ser o que é esperado para cada mulher-mãe, e como faz sua apropriação desse “mandato universal” e se singulariza a partir disso.

contrariar ideais sociais preconizados para a maternidade, bem como não estar de acordo com aspectos narcísicos da mãe que aguarda da criança gratificações ao que gostaria de ter, ser e fazer e que não lhe foi possível.

Nesta pesquisa, para lidar com as questões apontadas acima, no capítulo 1 e capítulo 2 apresento alguns aspectos das teorias propostas por psicanalistas contemporâneos como Birman (1994, 1997, 1999, 2001), Arán (2000, 2002, 2003), Nunes (2000, 2010), Neri (2005) e Chodorow (2002) no que toca à maternidade e ao feminino, tanto na sua construção histórica quanto no embate com a psicanálise freudiana.

Desta forma, a ênfase está no diálogo crítico que esses autores entabulam com os pressupostos freudianos e com as condições sociais, econômicas e históricas. O pano de fundo é Freud e suas concepções sobre a diferença sexual e a construção do feminino.

Na contribuição dos psicanalistas contemporâneos, destaco as linhas de tensões que os autores situam na obra freudiana sobre a sexualidade feminina até chegar ao conceito de feminilidade, o qual propicia uma guinada na articulação que predominou até ali. De forma específica, em Chodorow, apresento sua exposição a partir da crítica que faz a Freud em seu pensamento sobre a mulher e a maternidade.

No capítulo 3 discorro sobre releitura que Green (1982, 1988, 1990, 2008, 2010) realiza do trabalho freudiano sobre o afeto. Em relação à já clássica dissociação operada pela filosofia entre o masculino e o feminino, na qual ao masculino atribui a razão, a cultura e o ativo, e ao feminino, a natureza, o passivo e o afeto, o pensamento de André Green é um articulador importante. Ao problematizar o estatuto do afeto na obra freudiana, contribui para o redimensionamento do trabalho do afeto na vida psíquica das pessoas.

Deste modo, sua teorização gera ideias originais ao transitar por concepções de diferentes escolas pós-freudianas e as articular com uma leitura apurada do pensamento freudiano. Também pela noção do trabalho do negativo que nos permite pensar o trabalho paradoxal do funcionamento psíquico ao colocar lado a lado a noção de trabalho de elaboração e a de resistência, bem como o hiato entre espaço e tempo que ocorre entre a elaboração e a resistência. Destaca o movimento psíquico para apreensão e simbolização da experiência emocional que acontece num espaço de respiração e bordas do *self*.

No capítulo 4 apresento para discussão alguns aspectos do trajeto social e histórico da construção dos discursos e práticas sobre a mulher e a maternidade no Ocidente moderno e no Brasil através de Del Priore

(1988, 2009a, 2009b, 2011) e Perrot (2005, 2008, 2009). No capítulo 5 apresento as referências teóricas e de método que utilizo para trabalhar nesta pesquisa. Por fim, no capítulo 6 apresento as análises elaboradas a partir da pesquisa teórica e das entrevistas realizadas com mulheres-mães. As considerações finais encerram o trabalho.

Considero importante mencionar que com este trabalho pretendo oferecer uma especial atenção às mães entrevistadas, com cujas histórias de maternidade tenho “conversado”. Elas me instigam a remexer minha história. Mía Couto aborda que muitas vezes nos referimos às coisas no singular. Nesse caso seria como se referir à memória, à maternidade, à lembrança e à história. Ele destaca que por trás dessa singularidade há sempre uma pluralidade, uma diversidade. Há sim, várias memórias! Que bem nos disse Freud (1896/1990) quando abordou sobre esse tema ao explicar que a memória não se faz de uma só vez, pois se desdobra em diversos tempos, devido a registros diferentes. Também que de tempos em tempos esses traços de memória passam por rearranjos ou retranscrições.

Assim, se há muitas memórias, vivências e afetos, também há muitos modos de contá-las. Deste modo, há também muitas maternidades e muitas histórias sobre elas.

Memórias e histórias se entrelaçam, porém sem estar linear e fixamente atreladas. Assim, não existem apenas fatos e ações em uma sucessão, mas sim vivências. O que vive cada mãe com seu(s) filho(s) falam ou calam de uma trama relacional e afetiva. Como nos disse Mía Couto, “a memória e a história são afinal duas margens líquidas de um mesmo rio que é o nosso tempo interior” (2014).

Tal imagem poética apresenta a intimidade de cada um ao se referir ao funcionamento psíquico com seus modos específicos de se manifestar e que surpreendem a consciência e a razão diante de manifestações da sexualidade, do desejo, de cisões, das inconsciências. O modo desconstrutor dessa imagem não reitera um conhecimento racional e objetivo que aborda as ditas verdades universalizadas do mundo. Desconstruindo modos fixos e rígidos de pensar e sentir, das coisas e do viver, o pensar poético transita entre espaços psíquicos de consciência e inconsciência. Num jogo que mergulha tanto no conhecido como no desconhecido. Deste modo captura e compartilha o que habita no psiquismo, tal como as fantasias, os desejos e lhes dá novos modos de expressão criativos através das palavras, das sonoridades e das imagens.

Sendo assim, convido os leitores desta tese a ler e a pensar as ideias desta trajetória de leituras e de questionamentos sobre a maternidade. Mais uma vez Mía Couto me surpreende ao dizer: “tenho a experiência na minha própria vida que memória e história se entrelaçaram como uma única coisa e essa coisa única é o chão da minha alma” (2014). Se nas suas vivências e memórias esse escritor encontrou fertilidade para sua escrita, sinto-me então acompanhada de um chão fértil que não é somente meu, mas de todas as mulheres-mães às quais ofereci minha escuta e de todos que ao ler possam pensar a maternidade.

A seguir apresento o capítulo sobre a trajetória do feminino na psicanálise freudiana e seus questionamentos e leituras na perspectiva de pesquisadores e analistas pós-freudianos.

2 TRAJETÓRIAS DO FEMININO NA PSICANÁLISE FREUDIANA

Embora a sexualidade feminina seja mais destacada em alguns textos freudianos, essa temática está presente ao longo de seus escritos. Desde os textos iniciais, tais como *Estudos sobre a histeria* (FREUD, 1895/1995), *Três ensaios sobre a sexualidade* (FREUD, 1905b /1989), até os textos finais como *Sexualidade Feminina* (FREUD, 1931/2010) e a Conferência XXXIII, no qual aborda a *Feminilidade* (1933/2010). Mesmo estando presente na extensão do pensamento freudiano, a sexualidade feminina nem sempre foi o foco. O que se evidenciou no seu pensar foi a sexualidade do homem tomada como modelo para pensar a sexualidade e uma indicação de que na mulher poderia ocorrer um percurso semelhante. Isso gerou tensões na teoria psicanalítica, e Freud, mais ao final de sua obra, revisita a sexualidade feminina bem como apresenta o conceito de feminilidade presente tanto em mulheres como em homens.

A psicanálise que se alojou no século XX caracterizou-se pela força dos descentramentos ao modificar o pensamento vigente até então sobre a sexualidade humana. Uma sexualidade com as marcas da pulsão⁶ e dos afetos presentes em cada sujeito e que se constrói nas relações. Uma sexualidade não determinada por uma marca somática ou instintiva, mas que partindo do pulsional é construída nas relações afetivas e nos contextos sociais.

Com esses aspectos, a psicanálise também assumiu uma posição de destaque e um compromisso ao possibilitar novos jeitos de pensar ao que se achava já conhecido sobre sexualidade. Nesse compromisso, o pensamento freudiano sobre a sexualidade da mulher gerou tensões na

⁶ “O termo *trieb*, traduzido habitualmente por ‘pulsão’ ou ‘instinto’, apresenta diversas dificuldades para a tradução[...] *Trieb* é um termo corriqueiro em alemão, com múltiplos significados [...] e pode ser descrito como ‘força repelente’ ou ‘força que coloca em movimento’ [...] Fora do campo psicanalítico, em dicionários da época de Freud, *Trieb* figura como um termo cujos sentidos envolvem a filosofia da natureza, a biologia, a fisiologia, a mecânica, os sentimentos e afetos ou os desejos [...] A inovação de Freud não reside em ter teorizado o conceito de *Trieb*, mas em tê-lo inserido no arcabouço de uma teoria do conflito psíquico e, portanto, psicodinâmica” (FREUD, 2004, p. 137-139). Por esses aspectos utilizou-se nesta tese o uso do termo pulsão, neologismo oriundo do francês, tanto pelo uso que tem na psicanálise no Brasil como pela fonética que remete ao que “pulsa” e à “impulsão”.

cultura ao manter alguns aspectos vigentes do pensamento de sua época, bem como ao resgatar outros modos de pensar de outros contextos e outras épocas.

Para tal utilizo as ideias de autores contemporâneos como Birman (1997, 1999, 2001, 2006), Arán (2000, 2002, 2003), Neri (2005), Nunes (2000; 2010) que visitam o pensamento freudiano marcando as diferentes linhas de desenvolvimento teóricas. Tais autores apresentam uma leitura freudiana acerca do sexual na qual não transformam os textos num cânone, nem o sacralizam, mas apresentam suas leituras críticas. Esses autores extraem [...] “do discurso freudiano o que ainda mantém de frescor e parece ser pertinente na atualidade”. De modo que suas indagações se voltam a uma “problemática teórica em movimento, atravessada por uma historicidade” (BIRMAN, 2010, p. 16).

Este capítulo se propõe a discutir linhas de tensões presentes na obra freudiana sobre a sexualidade feminina até chegar ao conceito de feminilidade, no qual dará uma guinada na articulação que predominou até ali. Destaco como linhas de força o modo como foi abordada a diferença sexual, a inquietação e a participação da histeria na construção do pensamento freudiano, e a maternidade e sua associação à mulher e ao feminino presente em outras épocas e ainda vigente na contemporaneidade. Após, apresento o conceito de feminilidade e uma discussão da contribuição das teorias feministas no pensar sobre a sexualidade. Iniciarei por onde Freud também iniciou: pela histeria.

2.1 A HISTERIA E A SEXUALIDADE DA MULHER

A aproximação entre o ser da mulher e a histeria aconteceu desde a tradição grega. Os gregos imaginavam o útero como um organismo vivo com possibilidade de deslocamento pelo corpo. Essa movimentação explicaria sua fixação em órgãos, sua inserção no sistema nervoso como causador de doenças femininas e, deste modo, explicando uma variada sintomatologia. O deslocamento aconteceria tanto pelo desejo de ter um filho quanto pela insatisfação erótica. Essa concepção de Hipócrates dominou a Antiguidade grega e romana. Desta forma era impossível pensar que a histeria também pudesse ser masculina (BIRMAN, 2001; VILLARI, 2001; NUNES, 2010).

Tal concepção perdeu por muitos séculos e até o século XVIII manteve sua força, mesmo sendo questionada. O pensar da modernidade trouxe o deslocamento do útero para o sistema nervoso, relacionando-o

à histeria. Com essa mudança, progressivamente aconteceu uma dessexualização da histeria. Agora não só mulheres poderiam se apresentar histéricas, mas homens também. Do território exclusivo feminino ela foi redistribuída também entre os homens (BIRMAN, 2001).

A etiologia nervosa da histeria relacionada ao útero e às mulheres vai perdendo força em decorrência dos estudos anatômicos sobre a diferença sexual. Destaca Birman (2001):

[...] foi no mesmo período histórico em que o paradigma hierárquico dos sexos da Antiguidade começou a ser lentamente desconstruído, na direção de uma nova concepção antropológica ligada doravante à diferença sexual, que a concepção antiga da histeria começou a ser também desconstruída lentamente, orientando-se de uma concepção sexual para outra que seria decididamente nervosa (p. 90).

É nessa brecha que discurso freudiano apresenta a sua teoria nervosa da histeria. Essa não referenda a histeria como uma perturbação do sistema nervoso, mas a participação e a importância do psiquismo para dar conta do que a caracteriza. Com isso Freud articula o antigo e o moderno numa mesma matriz teórica. Seu discurso condensa “uma vigorosa crítica da moderna teoria nervosa da histeria pela assunção decidida da antiga dimensão sexual desta, o que possibilitou à psicanálise uma superação do paradigma teórico centrado no registro nervoso em nome do psiquismo, que passou a ser decididamente o novo herdeiro das virtudes da sexualidade” (BIRMAN, 2001, p. 94).

Mais um ingrediente é resgatado nas tramas do discurso freudiano e ganha outra versão. Na Idade Média, “as convulsões e outras manifestações corporais foram atribuídas à possessão diabólica e à bruxaria” (NUNES, 2010, p. 375). O erotismo era relacionado a forças diabólicas. Mulheres manifestando intensos desejos acanhariam suas famílias e contrariariam as ordens religiosas. Essas mulheres eram acusadas de pactuar com demônios. A psicanálise marcará diferença ao fazer dos ditos espíritos e demônios não algo com estatuto de realidade, mas os inscreverá no registro psíquico do fantasma. As fantasias passaram a fazer parte do mundo interno, psíquico.

Neste cenário temos o que se constituiu um retorno a um modelo antigo da histeria, agora reinterpretado a partir da hipótese

teórica da existência do psiquismo permeado pela sexualidade e regulado pelos fantasmas.

No contexto histórico do século XIX, em que ocorria uma epidemia de possessões demoníacas, as mulheres não eram mais queimadas em fogueiras, mas recebiam o diagnóstico médico de histéricas. Se o discurso médico enfatizava que a histeria se caracterizava pela **simulação**, pela **mentira** e pelo **engano**, a psicanálise dá um reconhecimento da dimensão da **verdade** que está presente na fantasmagoria da histeria (BIRMAN, 2001, grifos do autor). Assim, a psicanálise propiciou uma transformação “em relação à abordagem clínica da histeria, deslocando-a do campo do olhar para aquele da escuta” (VILLARI, 2001, p. 137).

Para a medicina, a histeria apresentava uma variedade de sintomas e havia muita dificuldade para a constatação da mesma como patologia somática, pois não havia evidências na materialidade dos corpos. Deste modo, por a medicina não se possibilitar pensar através do conhecimento clínico vigente, a histeria se colocou como enigma e um problema para o discurso moderno sobre a enfermidade (NUNES, 2010).

Freud, em sua trajetória, encontrou ideias e pessoas que o instigaram a pensar a histeria. Charcot foi uma dessas pessoas. Suas ideias o influenciaram a tratar a histeria como uma doença e não como fingimento. Para ele os sintomas seriam consequências de traumas nervosos já que se tratava de uma doença nervosa e cerebral, embora não tivesse apresentado a(s) lesão(ões). Sua etiologia seria hereditária e consequência de alguma degeneração, sendo disparada por traumas e choques mecânicos (NUNES, 2010).

Charcot indicava como tratamento a hipnose, na qual através da sugestão e da persuasão sugeria ideias diferentes das que povoavam a mente dos pacientes. Também relacionou os traumas a alterações nervosas as quais possibilitariam a sugestibilidade dos histéricos.

Já Bernheim via na sugestão a causa da histeria e na hipnose a cura efetiva através de persuasivos enunciados que contraporiam e se contraporiam às sugestões mórbidas. Ao formular uma hipótese psíquica para a histeria, o campo teórico de Bernheim e da escola suíça se mostrou bem diferente de Charcot e da escola francesa. A sugestibilidade e a marca psíquica por excelência é que produziriam a histeria. Enfim, a histeria se produziria “pela capacidade da auto-sugestão, pela qual se constituiriam e se ordenariam as caleidoscópicas e camaleônicas produções sintomáticas” (BIRMAN, 2001, p. 127).

Apesar das diferenças teóricas, existia certa similaridade nos diferentes caminhos da pesquisa e uma convergência no registro da constatação clínica entre Charcot e Bernheim, afinal ambos utilizavam a hipnose como instrumento de investigação e de terapêutica.

Ao construir a psicanálise, Freud reconfigura esse cenário assimétrico (no qual o médico tinha uma posição de grande poder e o paciente uma posição de submissão) e reinterpreta as leituras de Charcot e Bernheim sobre o ser da histeria. Desloca a histeria do campo somático para o psíquico. Assim, “a psicanálise nasce da tentativa de uma nova resposta à histeria. Não existiria uma, sem a outra” (VILLARI, 2001, p. 138).

Freud reconhecia a dimensão da sugestibilidade da histeria, pois a clínica lhe evidenciava isso, mas acreditava que a “tal sugestibilidade se deveria fundar em alguma outra coisa, sob o risco de se transformar num traço vazio do psiquismo” (BIRMAN, 2001, p. 135).

Deste modo apresentou outra leitura da histeria, na qual a lesão nervosa foi transformada em cena psíquica, dando ancoragem e fundamento à marca da sugestibilidade histórica. O que havia sido identificado como a marca da histeria, o trauma nervoso, foi reconfigurado agora como trauma psíquico. Este sendo constituído pelos efeitos de uma experiência originária de sedução e, posteriormente, o trauma da sedução foi relativizado em nome da sexualidade infantil a qual produzia cenas e inscrições no imaginário mediadas pelos fantasmas.

O discurso psicanalítico evidencia nas contorções convulsionárias do espetáculo histórico a **crítica em ato** da exigência ao sujeito de se submeter ao modelo da diferença sexual preponderante na modernidade. A psicanálise interpretava deste modo “tanto a entrada traumática do sujeito na sexualidade quanto as múltiplas e variadas descrições da histeria, marcadas pela cisão do eu e da personalidade, nas quais o sujeito se fragmentava em diversas **personas** inconciliáveis e incompatíveis” (BIRMAN, 2001, p. 141, grifos do autor).

Em relação ao feminino, Birman (2001) destaca que a figura da histeria, no período em que a teoria freudiana foi constituída, condensava três personagens representativas da mulher ao colocar em cena a infanticida, a prostituta e a ninfomaniaca. Todas essas figuras da mulher tinham uma conotação de perigo, pois se opunham à maternidade. Sendo assim, o erotismo apresentava-se inscrito no corpo da histeria e se contraporía a qualquer redução do ser feminino à figura

da maternidade. Assim, embora as marcas do paradigma da medicina somática e da anatomoclínica fossem fortes em Freud, seu discurso desconstruiu a leitura anatomoclínica e nervosa da histeria enunciando que a histeria seria sempre defesa.

É importante ressaltar que Freud abriu a caixa-preta da histeria ao constituir a psicanálise. No imaginário social, a histeria era o que havia de problemático e catastrófico para o paradigma da diferença sexual. Isso se deu porque a histeria se transformou num problema social e político (BIRMAN, 2006). As muitas manifestações históricas fizeram com que investigações da psicopatologia se voltassem para conhecer e tratar de algo que tanto intrigava.

2.2 A DIFERENÇA SEXUAL

Da Antiguidade até a modernidade Laqueur (2001) propôs dois diferentes paradigmas sobre as relações entre os sexos. Num dos paradigmas, que foi esboçado por Aristóteles e desenvolvido por Galeno, era anunciada a existência do sexo único e da relação hierárquica entre o homem e a mulher. Ele se manteve até o século XVIII. O outro, que constituiu a modernidade, enunciou o conceito da diferença sexual.

O modelo do sexo único era caracterizado por uma inexistência de diferenças anatômicas, já que era dada correspondência aos órgãos existentes em cada sexo, a exteriorização da genitália masculina e a interiorização da genitália feminina. Em função dessas características de espacialidade e posição das genitálias, era dada superioridade à masculina em relação à feminina, denotando uma hierarquia. Assim, a figura do homem era marcada pela perfeição e a da mulher pela imperfeição. Também a marca da perfeição masculina se mostrava pela atividade, enquanto a imperfeição feminina era marcada pela passividade (BIRMAN, 2006).

O paradigma da diferença sexual rompe com o paradigma do sexo único, sendo o modelo aristotélico-galeno descartado. Decisivo para tal foi o discurso iluminista que enunciou a igualdade de direitos dos cidadãos. O que passou a ser considerado era que o homem e a mulher tinham naturezas biológicas diferentes e destas derivavam características morais. Deste modo a dominação masculina foi restabelecida mantendo as mulheres ainda na subalternidade.

Embora para Freud as relações entre o somático e o mental não correspondessem ao modelo oitocentista da diferença sexual,

determinista e mecânico, não deixa dúvidas que esse paradigma também se presentifica em suas ideias. Como uma figura de fundo, constrangia as linhas de força da construção psicanalítica sobre a diferença sexual (BIRMAN, 2001).

Nunes (2000) destaca que Freud é herdeiro de dois sistemas diferentes de pensamento:

[...] inscreve-se na tradição iluminista que pressupõe uma diferença de essência entre os dois sexos, que seria consequência da diferença anatômica entre eles. Nessa perspectiva, reeditando os ideais de feminilidade e masculinidade característicos dos séculos XVIII e XIX, concebe a mulher como passiva, e só pode pensar as pulsões e os comportamentos ativos das meninas como sinais de sua masculinidade [...] por outro lado, ao estabelecer uma concepção monista da sexualidade, segundo a qual existiria a fantasia infantil apenas do órgão sexual, o pênis, ele aparece como um herdeiro do pensamento ocidental antigo, que [...] pressupõe a existência de apenas um sexo, o masculino. Nesse sentido, reedita, em novas bases, a tradição galênica de pensar as diferenças entre homens e mulheres (NUNES, 2000, p. 173-174).

Para a autora, esses aspectos evidenciam uma contradição básica na teoria freudiana, pois aborda o sexo feminino como possuidor de uma masculinidade que lhe é também estranha. Assim, para a mulher alcançar a verdadeira feminilidade os caminhos libidinais terão de abandonar as tendências ativas de sua sexualidade clitoridiana.

É com o texto *Três ensaios sobre a sexualidade* (FREUD, 1905b/1989) que o discurso freudiano formula o conceito de pulsão e marca uma radicalidade em relação ao instinto. Destaca que a sexualidade humana não teria apenas como objetivo a reprodução. Escandaliza a sociedade da época ao abordar uma sexualidade desde a mais tenra infância, com a criança considerada como perverso-polimorfa, já que seu corpo lhe dá prazer em qualquer parte.

Para Neri (2005) o discurso freudiano faz oposição às teses naturalistas e essencialistas da sexualidade bem como questiona qualquer ordenação preestabelecida da sexualidade.

O conceito de pulsão traz que a pulsão sexual pode investir em qualquer objeto que lhe dê prazer, pois é variada, múltipla, não presa à genitalidade e à reprodução da espécie.

Também no texto freudiano dos *Três ensaios* são anunciadas duas formulações importantes. O conceito de bissexualidade, que aborda uma disposição psíquica sexual masculina e feminina, presente no ser humano, que possibilita pensar a sexualidade como construção. Bem como o monismo freudiano vinculado ao pênis e relacionado a uma libido de essência masculina.

Com o texto *As teorias sexuais infantis* (FREUD, 1908a/1976), é retomada a ideia do desconhecimento das crianças sobre diferenças entre os sexos e da atribuição a todos, inclusive às mulheres, a posse de um pênis. O menino diante da ausência de pênis na menina expressa: “[...] o dela ainda é muito pequeno, mas vai aumentar quando ela crescer” (p. 219). Ao que Freud observa que a menina compartilha essa opinião sobre o pênis bem como desenvolve um interesse por essa parte do corpo masculino, seguido de inveja. Tem-se aqui uma posição da menina inferiorizada e invejosa.

Para Neri (2005), nesse texto também são abordadas as formulações sobre o caminho que a libido deve percorrer para que a mulher possa se constituir verdadeiramente feminina. Se no discurso freudiano o destino verdadeiramente feminino para a mulher se refere ao órgão anatômico, portanto a vagina, é porque articula ainda a diferença sexual à diferença anatômica, supondo o masculino e o feminino como essência. Deste modo, ao abrir mão de uma posição ativa para uma passiva, ao mesmo tempo do prazer do órgão sexual considerado não natural e masculino, o clitóris, a mulher se volta ao prazer do sexo genital, através da vagina. Esse seria um destino ideal e feminino ligado à passividade e à reprodução.

O pensamento freudiano utiliza os recursos de que dispõe até aquele momento. Essa construção teórica leva em conta os articuladores que eram sendo utilizados até então, tais como ativo-passivo, masculino-feminino. Porém, para o que denomina verdadeiramente feminino, descreve uma mulher passiva até chegar a maternidade, o melhor destino que poderia ter. Mas uma mulher e mãe passiva é uma futura candidata ao adoecimento psíquico.

Outros tempos vieram apresentando uma inquietude freudiana diante de aspectos de sua teorização, o que facilitou para que reformulações e mudanças teóricas acontecessem. Em relação à sexualidade feminina é reformulada a teoria do monismo sexual. Há um

esforço do pensamento freudiano para apresentar a sexualidade feminina com características próprias e não apenas como uma simetria da masculina.

Em *A organização genital infantil* (FREUD, 1923/2011) aborda Freud que “a principal característica dessa organização genital infantil constitui, ao mesmo tempo, o que a diferencia da definitiva organização dos adultos. Consiste no fato de que, para ambos os sexos, apenas *um genital*, o masculino, entra em consideração. Não há, portanto, uma primazia genital, mas uma primazia do *falo*” (p. 171, grifos do autor).

A ênfase não está mais na crença da universalidade do pênis, a qual permitia à criança negar a diferença sexual. A ênfase está agora na falta do pênis. Deste modo, a explicação a qual a criança pode se dar é a de que se a menina não tem o pênis é porque foi cortado. A essa ausência é dado o sentido de castração. Na teoria anterior simétrica todos têm o pênis, agora há uma dissimetria: entre ter o pênis, relacionado ao masculino; e não ter o pênis, relacionado à castração.

Embora Freud expresse no texto citado acima que “infelizmente só podemos descrever esse estado de coisas no que diz respeito ao menino, falta-nos o conhecimento dos processos correspondentes na menina” (FREUD, 1923/2011, p. 171), ele destaca, ainda no mesmo texto, as transformações que sofrem a polaridade sexual ao longo da vida para, deste modo, abordar a fase fálica.

Uma primeira oposição é introduzida com a escolha do objeto, que naturalmente pressupõe sujeito e objeto. No estágio da organização pré-genital sadicoanal não se pode ainda falar de masculino e feminino, prevalece a oposição de *ativo* e *passivo*. No estágio da organização genital infantil que então se segue há *masculino* e *castrado*. Apenas ao se completar o desenvolvimento, na época da puberdade, a polaridade sexual coincide com *masculino* e *feminino*. O masculino reúne o sujeito, a atividade e a posse do pênis, o feminino assume o objeto e a passividade” (FREUD, 1923/2011, p. 175).

A referência fálica marca a diferença sexual no discurso freudiano, dando posições diferentes: aos que têm o falo (meninos) e aos castrados (meninas). Essa nova articulação traz configurações ao complexo de Édipo marcadas por desfechos específicos. O menino, diante da ameaça de castração, abdica do desejo edípico pela mãe. A

menina, ao se perceber castrada e também a sua mãe, busca no pai uma recompensa fálica e entra no Édipo.

Para Neri (2005) a fase fálica articulada ao complexo de Édipo e à castração apresenta uma perspectiva de sexualidade marcada pelo complexo trabalho psíquico ao qual o sujeito se torna homem ou mulher, a partir de uma construção de feminino e masculino que é um advir. Assim, a construção do feminino no discurso freudiano é difícil e complexa e apresenta um destino enigmático e incerto a esse tornar-se ou não mulher.

No texto *Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos* (FREUD, 1925b/2011) é abordado o percurso da menina em relação ao Édipo como formação secundária diante da castração. Tornar-se mulher é complexo para a menina, e implica fazer uma mudança de objeto de amor da mãe para o pai. Ao decepcionar-se com a mãe, que não lhe deu pênis e nem tem pênis, a menina se volta ao pai na busca da obtenção desse pênis. Tem que superar a inveja do pênis, renunciando ao desejo de ter um pênis e substituindo-o, agora, pelo desejo de ter um filho. Deste modo, toma o pai como objeto de amor. Também tem que fazer uma mudança de zona erógena, deslocando do clitóris para a vagina, mudando a satisfação pulsional.

Neri (2005) destaca que nesse processo para se tornar feminina a menina tem que odiar a mãe e o feminino, o que expressa o desejo fálico de querer ser masculina. Tem que se identificar com a mãe depois de uma separação marcada pelo desprezo e ódio, pois essa é a única via para se tornar feminina. Assim, essa elaboração do Édipo se mostra menos como uma resolução para a sexualidade feminina e mais como um problema.

Em *Sobre a sexualidade feminina* (FREUD, 1931/2010), a tentativa de dar conta da sexualidade feminina pela construção fálico-edípica não se mostra tão satisfatória. Embora já tivesse abordado a relação inicial da mãe com a filha, o que constata é que a transferência da relação da mãe para o pai se efetua de modo precário. A filha pode se voltar a sua mãe diante de decepções. A equação simbólica pênis-filho parece sucumbir diante da inveja do falo. A força da relação da menina com a mãe o faz pensar no que o complexo de Édipo deixou de lado, bem como indicar outra ordenação da diferença sexual e não somente a fálica-edípica.

Para Freud (1931/2010) a mulher tem três direções possíveis para tornar-se mulher:

A primeira leva ao afastamento da sexualidade em geral. Assustada pela comparação com os meninos, a garota fica insatisfeita com seu clitóris, renuncia a sua atividade fálica e, com isso, à sexualidade mesma, assim como a boa parte de sua masculinidade em outros campos. A segunda direção consiste em se apegar, com teimosa autoafirmação, à masculinidade ameaçada; a esperança de voltar a ter um pênis se mantém viva até uma época irremediavelmente tardia, é transformada em objeto de vida, e a fantasia de apesar de tudo ser um homem prossegue, com frequência, atuando formadoramente em longos períodos da vida. Também esse “complexo de masculinidade” da mulher pode resultar em manifesta escolha homossexual de objeto. Apenas um terceiro desenvolvimento, bastante sinuoso, vem a dar na definitiva configuração feminina normal, que toma o pai por objeto e, assim, alcança a forma feminina do complexo de Édipo (FREUD, 1931/2010, p. 378-379).

Na terceira direção, a mulher renuncia à masculinidade para encontrar, na substituição de seu desejo de ter um pênis do pai, um desejo feminino de maternidade, de ter um filho do pai.

Embora essas direções apontem para uma construção psíquica não ligada a uma ordem natural, ainda o feminino está relacionado à maternidade como destino das mulheres.

2.3 A MULHER, A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM MATERNA E O FEMININO

Na Antiguidade, a mulher seria identificada por uma **demand****a de geração**, na qual “teriam uma espécie de **fome de gerar**, um desejo de procriar que definiria infalivelmente seu ser” (BIRMAN, 2001, p. 86, grifos do autor). Gerar definiria a construção da identidade da mulher e sua impossibilidade estaria relacionada à perturbação convulsiónaria da histeria. Por essa razão:

[...] a demanda de geração seria permeada pelo desejo, já que o filho indicaria o único caminho legítimo para a construção da identidade da mulher. Com isso o desejo feminino seria sempre

disparado pela demanda de geração, de forma que entre o erotismo e a procriação os liames eram meticulosamente alinhavados no ser da mulher, não existindo então qualquer oposição entre esses. [...] A articulação cerrada estabelecida entre a identidade feminina e a possibilidade de procriação se deve ao lugar fundamental atribuído à reprodução da espécie nos processos de reprodução social, na medida mesmo em que as sociedades antigas não poderiam perdurar e desapareceriam inequivocamente sem a reprodução sexual, num contexto marcado por altas taxas de mortalidade (BIRMAN, 2001, p.86-87).

A identidade das mulheres estava relacionada ao imperativo procriativo, e ser mãe era também a fonte de poder social. Através da gestação e da maternidade a mulher teria algo da ordem da perfeição, já que no modo de pensar aristotélico a perfeição era relacionada aos homens. Ao gestar e maternar, as mulheres colaborariam para a manutenção da vida e da reprodução social. Desta forma poderiam obter valor, honra e reconhecimento sociais.

A esses aspectos soma-se a revolução demográfica do século XVIII, favorecendo uma maior estabilidade populacional e uma mortalidade relativamente controlada. Temos aí o surgimento do biopoder, que é a preocupação com a vida articulada ao projeto estratégico de riqueza das nações. Assim, quando no plano das políticas públicas a qualidade de vida ganha destaque por ser uma riqueza da nação, um novo olhar sobre a maternidade é forjado. É atribuído à mulher e à maternidade um poder de produção de uma população saudável. A maternidade é destacada como sua fonte única e exclusiva de identidade sendo ancorada nos aspectos biológicos do ser da mulher. Isso forjou “marcas absolutas e insuperáveis de diferença em relação aos homens” (BIRMAN, 2001, p. 92).

Pensar a mulher hoje é também pensar a mãe que cada mulher pode ser ou é, mesmo não sendo efetivamente, quer dizer, tendo filho(s). Na cultura contemporânea encontramos aspectos da imagem da mulher, a partir da imagem da mãe, que foram sendo construídos em séculos anteriores. No século XVIII as ideias de Rousseau, um dos primeiros a problematizar a relação mãe e filho, começam a dar base para a construção da subjetividade feminina no entrelace mulher e maternidade. Até então não era associada às mulheres a

responsabilidade pela vida e pela educação de seus filhos, e as funções de cuidado de uma criança eram exercidas por amas-de-leite, religiosas e suas instituições, criadas (NUNES, 2000; ROUSSEAU, 1995; BADINTER, 1985).

Na burguesia, as ideias de infância e de família organizaram os laços entre os pais e filhos. Crianças cuidadas e saudáveis constituiriam uma burguesia forte. Mesmo assim, entre os mais favorecidos economicamente, há altos índices de mortalidade infantil. Quando essas taxas passaram a preocupar o Estado, quando ocorreu um interesse no combate às doenças e à promiscuidade, as camadas populares passaram a ser alvo da preocupação sanitária (NUNES, 2000).

A burguesia, ao consolidar o modelo de família nuclear, passa a dar destaque para a relação mãe-filho. A essa mãe burguesa foi dada a responsabilidade e o enaltecimento pelos cuidados e educação de seus filhos bem como a importância como esposa. Anteriormente, mulheres e crianças ocupavam o mesmo lugar de submissão ao pai.

Agora essa mulher moderna é valorizada devido à reformulação da imagem da mulher em mãe. Esses aspectos auxiliaram a redefinir o perfil feminino, pois essa mulher passou a ter novas funções. A criança também passa a desfrutar de um *status* privilegiado em relação ao seu desejo da mãe, pois há o incentivo para que a mulher tenha prazer com a maternidade. Esse incremento na relação mãe-filho seria um modo compensatório diante das frustrações impostas pelas muitas restrições tanto da vida doméstica quanto na relação dessexualizada com o marido (NUNES, 2000).

Michelet (1995) descreve no olhar materno o “êxtase”, a “surpresa”, o “deslumbramento”, a “irradiação elétrica”, o “encantamento” dessa mulher-mãe para com seu filho (p.56). Ao descrever, enfatiza que o filho não vive sem essa relação cultuada de sua mãe: [...] “é um ser tão frágil, que nunca poderia ser criado, se não tivesse tido nessa mãe a maravilhosa idolatria que o diviniza, que torna doce e desejável, a ela, imolar-se a ele. Ela o vê belo, bom e perfeito” (MICHELET, 1995, p. 6-57).

Deste modo, “celebra-se o culto da vida doméstica e da mulher burguesa como mãe e denega-se a sexualidade feminina não reprodutiva” e “quando os desejos venéreos de uma mulher extrapolam esses limites, encontram-se no quadro da patologia”. Tanto a imagem da mulher foi relacionada à maternidade quanto a imagem do homem foi associada ao sexual e lhe foi permitido extravasar sua sexualidade com as mulheres: a sua esposa e a mulher da rua. A prostituta era “encarada

como um mal necessário [...] por ser o lugar de descarga dos excessos de fluxo seminal do corpo masculino” (NUNES, 2000, p. 76).

Nessa trama ainda temos a contribuição da Igreja. Ela reforçou um ideal de feminilidade no qual coube à mulher o sacrifício de seus desejos em função de seu marido e seus filhos. A mulher deveria ser submissa ao marido e abnegada à sua família. Seu padecimento, no dito paraíso da maternidade, seria amenizado pela dádiva de ter um marido que a conduziria pelos sacrifícios pelos quais teria que passar até alcançar a santidade da boa imagem de mulher e mãe. Assim, o Estado e a Igreja se beneficiaram da formação das novas gerações através das funções que passaram a ser agregadas à mulher em associação com a maternidade. Também se evidencia o controle exercido nas mulheres por meio da associação da sua imagem com a maternidade como um dos atributos de feminilidade.

Ao modelo de esposa e de mãe veio associada a preocupação com as mulheres que transgredissem tal modelo. Seriam criticadas as que não cuidassem dos filhos.

[...] seja porque seriam mulheres de má índole, negligentes e egoístas, mais preocupadas com os prazeres da vida mundana, seja porque seriam mães ausentes que abandonam os filhos em nome do trabalho, de uma atividade produtiva ou intelectual [...] aparece a figura da mãe má, aquela que, traido o instinto materno, não ama seu filho (NUNES, 2000, p. 81).

A autora aponta como alguns médicos podem considerar como uma aberração essas **mães más**, circunscrevendo-as numa estrutura patológica. Outros já tomam essas características como prova de uma estrutura perigosa inerente às mulheres. Assim, tanto de um modo como de outro o ser da mulher está intimamente relacionado e julgado com a maternidade e os filhos. Porém, a expressividade das mulheres que não se adequam ao ideal de esposa e mãe imposto por padrões socioculturais cria problemas.

Como explicar e sustentar as mulheres como seres dóceis, sensíveis, passivos? Elas também podem se mostrar cruéis e más. Dependerá do olhar que lhe será dirigido. Discorre a mesma autora que na Idade Média os padres e inquisidores continham esse **mal da mulher**. A medicina buscou administrar esse **substrato maligno** da

mulher ao abordar a sexualidade feminina como um excesso. Um excesso relacionado a um gozo que ultrapassa o do homem.

Para Nunes (2000), “esse ‘excesso’ sexual feminino suscita medo e horror: embora seja uma ameaça ao homem, é a ele que caberia, em nome da harmonia social, a hercúlea tarefa de transformar o ‘furoz uterino’ potencial em honesta frigidez. A ideia de que uma mulher possa prescindir do homem é intolerável” (p. 83).

Nesse cenário do século XIX:

Uma mulher que tem um ideal e que em nome dele rompe com a norma familiar torna-se nesse momento, sem dúvida, um problema e vai colocar médicos, filósofos, escritores e moralistas diante de um enigma, enigma que procurarão desvendar. O sexo feminino passa a ser tratado como um sexo ambíguo, imponderável, que pode assumir diferentes formas. A mulher tanto pode ser anjo como demônio, santa ou prostituta, fiel ou adúltera, mãe devotada ou infanticida, capaz das ações mais sublimes e também das mais degradadas (NUNES, 2000, p. 87).

Esse é o encontro com a imagem da **mulher enigmática**. Mulher potencialmente perigosa, possuidora de uma natureza bruta, pouco lapidada, camaleônica, que preponderou nos discursos psiquiátricos no final do século XIX.

A modernidade limitou o anseio das mulheres na ocupação dos espaços sociais. A mulher foi considerada como aquela que, dada sua capacidade de cuidado do outro e de afeto, teria uma maior proximidade da natureza. Em contraste, ao homem foi dada proximidade com a razão e, deste modo, com a cultura. No imaginário coletivo delineiam-se os polos da razão e do sentimento bem como da cultura e da natureza como consequência direta da diferença sexual entre homens e mulheres.

À conformação biológica dos sexos foi relacionada uma leitura diferencial das faculdades morais. Desta maneira, à mulher foi designado o espaço privado (reprodução) e aos homens o espaço público (produção). A família seria o espaço privilegiado da mulher no qual exerce seu poder de governar. Para essa governabilidade foi dada uma destacada importância no imaginário social, a mãe como a rainha do lar (BIRMAN, 2006, 2001; ARÁN, 2003).

A figura da mulher como mãe seria agente civilizatório e da ordem. Relacionando a figura da mulher ao erotismo, esta seria agente

da desordem e do processo anticivilizatório. Esses aspectos são considerados desse modo devido à representação do ser da mulher cunhada pela modernidade. Freud, aderindo às ideias dos pensadores de sua época, confirma a importância das mulheres na construção da civilização.

Birman (2001) salienta que essa oposição radical entre a maternidade e o desejo do ser da mulher foi tecida pela tradição do cristianismo, a qual desarticulou os registros de prazer e de reprodução. Prazer como sinônimo de pecado e identificado como obra do mal. Desejo como possessão diabólica, configurando o imaginário cristão de “estar com o diabo no corpo”, o que promoveu um erotismo feminino que ao se expressar era visto como perigoso, pois não se coadunava com a ordem que lhe era estabelecida pelos padrões modernos e da diferença sexual.

Nesse contexto as mulheres resistiram de diversas formas, bem como sofreram por meio de diferentes mecanismos de regulação social ao não se restringirem à condição materna. As figuras pelas quais as mulheres resistiram estavam na prostituta, que fazia comércio do amor e do sexo; na infanticida, que abandonava ou matava seu filho ao nascer; na ninfomaniaca, com seu gozo insaciável. Todas são figuras da resistência feminina que afirmava a eroticidade contrária à imposição da maternidade. Em contrapartida, a medicina legal, a higiene pública e a psiquiatria estabeleciam diferentes categorias nosográficas na busca de domesticar essa resistência (BIRMAN, 2006).

A exclusão social dessas mulheres era positivada num destino funesto e no preço a pagar pela sua oposição ao que lhe era designado socialmente. Mulheres desviantes configuravam a galeria de mulheres perigosas, como foram definidas pelo discurso da medicina. Birman (2001) chama de **cartografia do mal** o modo como as mulheres desviantes eram configuradas social e moralmente. O autor enfatiza que essas formas de figuração desviantes do feminino não eram consideradas como essências absolutas, pois poderia aparecer complementaridade entre elas, bem como passagem de uma forma para outra. Essas figurações do feminino traziam uma positivação ao erotismo na figura da **mulher perigosa**, ao contradizer os pressupostos maternais característicos da biopolítica e do familiarismo (BIRMAN, 2001, grifos do autor).

Pode-se pensar que a maternidade também foi utilizada para jogos de poder nos quais a mulher, seu corpo e a maternidade compuseram parte importante nesse cenário. Porém, ao longo da

história, a mulher encontrou espaços para resistência. Diante dessas forças que negativavam o feminino, a mulher as utilizou para apresentar outras expressões de seu erotismo, positivando-o. Deste modo, através da inquietação que desperta em suas expressões, comportamentos, sofrimentos e prazeres instigou a se fazer conhecer.

2.4 A FEMINILIDADE

O texto *A feminilidade* (FREUD, 1933/2010) apresenta aspectos que se destacam tal como a descrição do complexo da castração na mulher e sua repercussão em sua sexualidade. Também a ideia na qual o enigma da mulher resulta da expressão da bissexualidade na vida feminina e de que há apenas uma libido posta a serviço tanto da função sexual masculina quanto feminina. Porém, o que nesse texto ganha atenção é a importância da ligação pré-edípica da menina com a mãe, na qual as relações libidinais são de diversos tipos nas diferentes fases da sexualidade infantil, bem como assume características distintas em cada fase. Assim, esses desejos representam tanto impulsos ativos como passivos.

Ao apresentar nessa conferência o que seriam as ditas características femininas, Freud relativiza suas bases etiológicas ao afirmar: “nem sempre é fácil distinguir o que atribuir à influência da função sexual ou à disciplina social” (FREUD, 1933/2010, p. 289). Há portanto uma brecha que evidencia que ser homem ou mulher não é da natureza, mas algo a ser construído por cada sujeito.

É no texto *Análise terminável e interminável* (FREUD, 1937/1975) que Freud aborda um aspecto em comum entre homens e mulheres, mas com diferentes formas de expressão. Na mulher é “a inveja do pênis” e no homem, “a luta contra a sua atitude passiva ou feminina para com outro homem” (p. 285). Freud o denomina repúdio à feminilidade essa característica da vida psíquica dos seres humanos.

Deste modo, “para o campo psíquico, o campo biológico desempenha realmente o papel de fundo subjacente. O repúdio da feminilidade pode ser nada mais do que um fato biológico, uma parte do grande enigma do sexo” (FREUD, 1937/1975, p. 287).

Para Nunes (2000) a ideia de feminilidade no que se refere a homens e mulheres foi sendo construída aos poucos na teorização freudiana. Remanejamentos teóricos foram necessários, como os realizados na teoria das pulsões, na articulação entre atividade/masculinidade e

feminilidade/passividade bem como no conceito de masoquismo erógeno.

Apesar desses esforços para dissociar o binômio masculino-atividade e feminino-passividade, ressalta Neri (2005) que, no discurso freudiano, quando o feminino aponta para o polo da atividade, as expressões são sempre negativadas (gozo clitoridiano, moções ativas sublimadas) e aparecem como inveja do pênis e recusa da castração.

Para a autora, esse aspecto se deve à conjugação da lógica fálica na qual a libido, ativa de essência masculina, ao se manifestar em atividade na mulher é sempre interpretada como uma busca por esse falo. Prossegue tecendo uma crítica a lógica fálica enquanto operadora simbólica da castração. Se a castração é a falta para ambos os sexos não tem por que o discurso freudiano sobre a sexualidade feminina apresentar na mulher o sentimento de inferioridade diante da descoberta da castração nem a inveja do pênis como uma característica central de sua sexualidade (NERI, 2005).

Mesmo assim o próprio Freud (1908b/1976) aborda no texto *A moral sexual civilizada e a doença nervosa dos tempos modernos* que a mulher é vítima da cultura, da vida doméstica e do casamento ao ser solicitada a uma adequação aos padrões sociais do que é esperado dela e acaba por suprimir qualquer impulso que venha contrariar seu empenho para satisfazer esse ideal. Portanto, é paradoxal a teorização freudiana colocar a maternidade como um destino para o feminino.

No texto *A feminilidade* (FREUD, 1933/2010), a mulher é apresentada no discurso freudiano como mais invejosa, [...] “a inveja e o ciúme desempenham na vida psíquica das mulheres um papel ainda maior do que nos homens” (p. 281). Por permanecer no complexo de Édipo por tempo indefinido, desmontando-o tarde e mesmo incompletamente, é-lhe atribuída a condição de não ter senso de justiça, “a formação do Super-eu tem de sofrer nessas circunstâncias, ele não pode alcançar a fortaleza e a independência que lhe dão a sua importância cultural (p. 286)”. Em outra parte desse mesmo texto, expressa: [...] “temos que admitir que o pouco senso de justiça nas mulheres provavelmente se liga à preponderância da inveja na sua vida psíquica, pois a reivindicação de justiça é uma elaboração da inveja (p. 292). Segundo Freud [...] “imputamos à feminilidade um alto grau de narcisismo, que também afeta a escolha de objeto, de modo que ser amada constitui, para a mulher, uma necessidade mais forte que amar” (1933/2010, p. 289-290). E sobre os interesses sociais, “[...] afirmamos

que os interesses sociais das mulheres são mais fracos e sua capacidade sublimatória é menor do que nos homens” (FREUD, 1933/2010, p. 292).

Esse longo trecho nos apresenta aspectos que negativam a feminilidade e ainda relacionados à figura feminina, porém, quando formulou o conceito de feminilidade, Freud enunciou que este não se identificaria com a sexualidade feminina no sentido estrito nem com a masculina. A feminilidade transcenderia a questão da diferença de sexos. Trata-se de outro registro da sexualidade. Esse registro está na ausência de referência ao falo. Assim, vale destacar que as figuras do homem e da mulher foram detalhadamente construídas através do referencial fálico. Deste modo, aquele possuidor do falo acreditava em uma superioridade ontológica, ao inverso do que não o possui e se acredita inferiorizado (BIRMAN, 1999, 2001, 2006).

Até antes do surgimento desse conceito, a sexualidade fora concebida como construída pelo operador fálico. O falo como catalisador e condição de estruturação do psiquismo. A partir do conceito de feminilidade, o discurso freudiano indica a existência de outro registro psíquico que se contraporía ao centrado no falo. A feminilidade seria, então, uma ausência, um faltante.

Assim, tanto homens como mulheres, ao tentar se aferrar à referência fálica, demonstram uma atitude defensiva. A feminilidade, no discurso freudiano, se constitui numa condição originária do sujeito à qual se opõe a organização fálica. Em consequência disso, em face da feminilidade o sujeito é tomado de horror e de inquietação, pois se defronta com a finitude e a incompletude. Tais aspectos nos apontam para uma insuficiência radical do sujeito. Deste modo, é a angústia diante do real e o trauma que fundam a subjetividade, gerado pelo vazio fálico (BIRMAN, 1999; NUNES, 2000).

Para Birman (1999) “a feminilidade e o desamparo são as duas faces da mesma moeda, pois, enquanto a primeira se enuncia na linguagem do erotismo, o segundo se formula na linguagem da ética” (p. 52). Dito de outro modo, a feminilidade revela o que existe de erógeno no desamparo, o aspecto criativo que permite a reinvenção de si. O desamparo relacionado ao masoquismo apresenta a inexistência erótica e a dor mortífera. Ainda, a figura da feminilidade é acompanhada de um conjunto de traços sobre a sexualidade; entre eles a prematuridade, a incompletude, a inexistência de objeto, a fixação da pulsão. Deste modo, a feminilidade e o desamparo unificam esses atributos sobre o erotismo.

Segundo o autor, a partir dessa guinada conceitual, a imperfeição estaria na origem da subjetividade, na qual a pretensão humana à

perfeição mediada pelo falo seria a recusa e até o reconhecimento velado da imperfeição humana. A tradição do Ocidente é contestada no que era sua marca inconfundível: a perfeição. A imperfeição inscrita como originária através da feminilidade, seria a finitude e a mortalidade humana enunciada com toda a força.

Para trabalhar essa questão, Birman (1999, 2001) defende que na metapsicologia freudiana já estariam os diferentes passos conceituais que se desdobrariam na condução da problemática da feminilidade como originária da subjetividade. Ou seja, o conceito de pulsão de morte evidenciou que existiriam pulsões sem representação, pura pulsionalidade, indicando intensidades em excesso que permeariam a subjetividade humana. Para o autor, essa é a primeira marca de revelação teórica do território da feminilidade. O conceito de pulsão de morte fora do campo da representação favoreceu a invisibilidade originária, constitutiva da existência humana. O que estava também no conceito de inconsciente, ao dar reconhecimento ao invisível da força pulsional na articulação com a representação que poderia ganhar visibilidade.

A feminilidade nos colocaria diante de mais este aspecto, além da imperfeição e da finitude, que é a afetação. A feminilidade nos afeta e exige um trabalho psíquico que dê conta de simbolizar e representar essas intensidades, sem se esquecer da autonomia da força pulsional. Há sempre um intervalo entre essa força e o circuito pulsional. A força pulsional é o que se apresenta ao Outro para que através da vivência de satisfação se faça uma inscrição no registro das representações.

A feminilidade coloca em questão as oposições sustentadas pelo *falo* e expõe a força do desejo. Esclarece o autor que não há sexo forte ou fraco. Isso é um engodo narcísico que alimenta a crença de imortalidade, do perfeito. Em relação ao erotismo, sim, somos todos quebradiços. O desamparo está sempre mostrando a evidência segundo a qual não damos conta do que necessitamos e precisamos da presença e do auxílio do outro.

O discurso freudiano nos apresenta detalhadamente a tentativa sempre recomeçada de deciframento da polissemia da sexualidade. Para Arán (2002, p. 122), “o conceito de feminilidade no pensamento freudiano contém em si a potencialidade de uma crítica ao modelo do Édipo/castração, justamente porque possibilita uma abertura para a alteridade”.

Para a autora, ao mesmo tempo em que o discurso freudiano busca atender as exigências civilizatórias, ele não deixa de dizer o que

estas recalcam e excluem (ARÁN, 2000, 2002). Esse aspecto faz com que a teoria mostre mais do que qualquer outra o terreno movediço sobre o qual foi construído o pacto civilizatório.

E se a sexualidade foi pensada através da articulação do operador fálico, o conceito de feminilidade trouxe a existência de outro registro psíquico. O que faz Arán (2002) expressar que a teorização freudiana joga regularmente em várias lógicas ao mesmo tempo, pois desse modo denuncia o subterrâneo daquilo que ao mesmo tempo promove.

Essa ideia da autora nos coloca diante da vivacidade de um pensador que deixa nas brechas de seu pensamento as novas vias para continuar abrindo possibilidades para se pensar a sexualidade humana.

No próximo capítulo apresento questionamentos sobre a construção da maternação como função exclusiva das mulheres.

3 A MATERNAÇÃO É SOMENTE DAS MULHERES?

Esse capítulo apresenta as principais concepções de Nancy Chodorow, que em seu clássico livro, *Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher* (2002) apresenta as estruturas e os papéis da maternagem na família contemporânea. A importância de sua discussão se baseia em estruturas diferentes de organização psíquica para homens e mulheres. Destaca que o desenvolvimento das meninas, através da relação com a mãe, disponibiliza-as a uma capacidade relacional que contrasta com a dos meninos. Essa capacidade relacional dos meninos pode ser mais autocentrada e fechada em decorrência da exigência edípica da separação.

Num período próximo ao pensamento de Chodorow outras teorias feministas apresentaram suas ideias envolvendo a gravidez e o pensamento maternal. Iris Young (1984) sugeriu que a gravidez disponibiliza, mas não garante uma experiência da relação mente e corpo, interno e externo, eu e outro. Seu propósito não foi glorificar a gravidez, mas questionar o modelo modernista e evidenciar suas particularidades e limitações. Ruddick (1989) desenvolve a noção de pensamento maternal, não como um modo de pensar exclusivo da mulher, mas como um modo de abandonar conceitos tradicionais da razão, diagnosticando e remediando as insuficiências desse conceito (BORDO, 2000).

O trabalho de Chodorow ganhou destaque por ser uma crítica feminista de uma psicanalista que se dispôs, parafraseando Bordo, a questionar o rei sem degolá-lo. Ela questiona a maternidade pelo enfoque da mulher a partir das particularidades e limitações da teoria psicanalítica freudiana. A ênfase está na exposição do pensamento que busca compartilhar o poder de também ser lido e legitimado como conhecimento.

O trabalho de Chodorow gerou muitas repercussões e impregnou o modo de leitura de outras ideias. A própria Bordo (2000) expressa que em seu livro *The Flight to Objectivity*, no qual discute a natureza “masculina” da ciência do século XVII, que mencionou as ideias sobre diferença de gênero de Chodorow somente duas vezes. Porém, seu livro é frequentemente lido e associado como aplicações de Chodorow.

As ideias de Chodorow sobre as diferenças de desenvolvimento entre homens e mulheres, mesmo com acusações de essencializar essas diferenças, ficaram na imaginação de quem o leu. O resultado pode não ser o que a própria autora buscou, mas corre o risco de ficar como um

trabalho de exclusão das mulheres ao invés de uma transformação na concepção filosófica de *self* e de mundo (BORDO, 2000).

Em relação à proposta de Chodorow (2002) ela questiona o modo como a maternação é reproduzida através de gerações e como ocorre hoje. Indaga que mudanças podem ocorrer para transformar a divisão do trabalho por sexos na qual as mulheres maternam. Ela apresenta a hipótese de que a reprodução contemporânea da maternação ocorre por meio de processos psicológicos estruturalmente induzidos. Não é um produto da biologia nem de preparo intencional para a função. Utilizando-se da teoria psicanalítica, argumenta que a maternação das mulheres se reproduz ciclicamente.

Esse ciclo inclui a mulher que é mãe e que produz sua(s) filha(s) com capacidades de maternar e desejar maternar. Essas capacidades estariam no próprio relacionamento mãe-filha. Já mulheres-mães de filho(s) produzem capacidades e necessidades maternantes reduzidas e reprimidas nesses filhos.

A autora articula a esses aspectos a disposição dos homens para um papel familiar menos afetivo e uma participação mais no mundo do trabalho impessoal e extrafamiliar, na esfera pública. Destaca sobre a divisão sexual e familiar de trabalho, na qual a mulher materna e se envolve mais com relações afetivas do que o homem. Deste modo, reproduz nas filhas e filhos uma divisão das capacidades psicológicas que os leva a reproduzir também essa divisão do trabalho familiar e sexual.

Chodorow (2002, p. 28) instiga: “Ser mãe não é só dar à luz um filho. É ser uma pessoa que socializa e cuida. É ser o principal responsável ou cuidador. Então perguntamos: por que mães mulheres? Por que os homens não podem desempenhar sempre todas essas atividades próprias do cuidado paterno e materno?”.

Um de seus argumentos é de que a maternação das mulheres é ponto importante para a divisão do trabalho por sexos. A função materna das mulheres tem efeitos, tais como: na vida das próprias mulheres, na ideologia sobre elas, na reprodução da masculinidade e da desigualdade dos sexos, em determinadas formas e forças de trabalho. Deste modo, a mulher-mãe é um agente decisivo da reprodução social.

Estando voltadas para os vínculos familiares e de parentesco, as mulheres foram afetadas também pelo desenvolvimento industrial capitalista. À medida que a produção saiu da esfera doméstica, a reprodução definiu e limitou as atividades diárias das mulheres. A autora questiona as teorias sociais e antropológicas que encaram a

maternação como central, compreendendo sua importância para a reprodução social, mas dispensam sua explicação. Simplesmente admitem que a maternação:

[...] é social, psicológica e biologicamente natural e funcional. Não questionam e certamente não explicam a reprodução da própria maternação pelo prisma cultural nem no seio das sociedades modernas. Compreendem como as mulheres, sendo mães, produzem homens com determinadas personalidades e orientações, e como a alocação social das mulheres e a divisão do trabalho por sexos geram outros aspectos do mundo social e econômico e da ideologia sobre as mulheres. Mas não investigam sobre como as próprias mulheres são produzidas, como mulheres continuam a achar-se em determinada posição social e econômica (CHODOROW, 2002, p. 30).

Através de seu interesse pelas mulheres e a maternação, a autora discute e faz pensar o naturalizado e cristalizado dos discursos. Para tal expõe vários pressupostos que estão subjacentes nos discursos que solicitam uma ampliação do tema. Entre eles o ponto de vista biológico no qual os cuidados maternos e paternos têm explicação na biologia, no instintual, inevitável e imutável e não um construto social. A partir dessa explicação questiona como a mulher foi, é e será a parte procriadora do casal. Na qual o instinto naturalizaria suas funções como mãe. A autora enfatiza que o comportamento humano não é determinado instintualmente, mas mediado culturalmente. Também enfatiza que dar à luz uma criança é diferente de cuidar, já que a criação é uma atividade que pode ser feita por qualquer ser humano independentemente de sexo e gênero.

Ao analisar a teoria funcional-bioevolucionista da divisão do trabalho por sexos, a autora conclui que o enfoque bioevolucionista vale como argumento referente à divisão de trabalho em sociedades-coletoras. Pois a incompatibilidade do cuidado infantil com a caça não pode ser utilizada como argumento referenciador de instinto materno ou de questões biológicas relacionando a mulher ao cuidado de crianças. Ainda, a divisão do trabalho nessa teoria presume que as diferenças reprodutivas se fazem por uma questão fisiológica. Deste modo, cabe as mulheres dar à luz, criar os filhos, nutrir, o que facilmente acaba sendo estendido para os cuidados em geral com as crianças.

Afirma Chodorow (2002) que na contemporaneidade as mulheres não gastam o maior tempo dos seus anos de gerar filhos gerando filhos, e a amamentação ocorre, geralmente, durante poucos meses. Destaca que uma explicação funcional da reprodução deve incluir certa organização social. Assim, a divisão de trabalho por sexos é um aspecto social que se desenvolve e modifica; atualmente, em relação às mulheres e à maternidade, tem novo significado e funções devido às contingências da vida. Assim, a teoria evolucionista-funcionalista perde seu argumento sustentado na biologia, no qual as mulheres ou mães biológicas devam ou tenham que maternar.

Outro argumento que a autora questiona é “que as mulheres têm um instinto maternizante, ou instinto materno e que, portanto, é ‘natural’ que maternem ou mesmo que *devam* por isso maternar” (CHODOROW, 2002, p.47). Muitos acreditam numa espécie de base hormonal/fisiológica para que as mulheres maternem. Porém, ao serem avaliadas essas alegações de base, verifica-se ser difícil achar uma evidência. Para a autora, “o modo como uma pessoa cuida de filhos dependerá em grande grau das experiências e conflitos de sua infância. Nenhum psicanalista, etologista ou biólogo afirmaria que instinto ou biologia *por si mesmos* geram a maternalidade das mulheres” (CHODOROW, 2002, p.47).

Esses questionamentos de Chodorow sobre o instinto materno foram precedidos e extensamente argumentados por Badinter (1985)⁷, sobre os quais enfatiza que tanto Freud como Rousseau, em *Émile*, cometeram um erro metodológico ao declarar as capacidades adquiridas pelas mulheres na relação e cuidados de crianças como sendo um instinto materno, algo inato.

Utilizando-se de dados de pesquisas, exemplificou que a maternidade não é sempre a preocupação primeira, muito menos instintiva, da mulher. Bem como o interesse da criança não prevalece ao da mãe. Derruba os argumentos de que as mulheres só se afastariam da criança por questões econômicas. E apresenta que a mulher tem ambições pessoais que são mais destacadas do que querer ter filhos(as). Deste modo, “não há um comportamento materno suficientemente

⁷ Como esclarecimento, o livro original de Chodorow, em inglês, surgiu no final da década de 80. A tradução e reedição que utilizo aqui é de 2002. Entre as duas autoras há somente um pequeno intervalo de anos. Deste modo, seus pensamentos circularam e influenciaram sobre a temática num período muito próximo.

unificado para que se possa falar de instinto ou atitude materna em si” (BADINTER, 1985, p. 346).

Para tal, trouxe questionamentos incômodos para a época, tais como:

Que vem a ser um instinto que se manifesta em certas mulheres e não em outras? [...] Em vez de instinto, não seria melhor falar de uma fabulosa pressão social para que a mulher só possa se realizar na maternidade? [...] Para todas essas mulheres, a maternidade, tal como é vivida há séculos, é apenas o lugar de alienação e da escravidão (BADINTER, 1985, p. 356).

Porém, é em função desses questionamentos que pode afirmar em seu percurso pela história das atitudes maternas que [...] “o instinto materno é um mito” (BADINTER, 1985, p. 367). Não há uma conduta universal de ser mãe, pelo contrário, há uma variação de sentimentos, ambições e frustrações que sofrem interferências da cultura.

Declara que o “amor materno é apenas um sentimento e, como tal, essencialmente contingente [...] podendo existir ou não; ser e desaparecer. Mostrar-se frágil ou forte”. Dependerá “da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É adicional” (BADINTER, 1985, p. 367).

A autora dá voz ao direito das mulheres de não ter filhos, bem como exige uma dissociação entre a procriação e a criação de filhos(as) como incumbência exclusiva das mulheres. O compartilhamento dessa função de criação com seus parceiros é uma condição para a opção pela maternidade.

A esse aspecto é possível relacionar a importância das argumentações de Chodorow (2002). Seus questionamentos contribuíram para pensar a criação de meninas e meninos quando a mãe a tem como função exclusiva, bem como suas repercussões de gênero.

Conforme a autora sobre a base biológica da maternidade algumas conclusões foram apresentadas, tais como: a mulher é vinculada aos cuidados primários em função da gravidez e lactação e não por uma maternidade instintual; pode haver uma variedade de cuidados de outros participantes no cuidado infantil; quase não há trabalho para as mulheres que as impeça de cuidar do cuidado infantil.

Na perspectiva da autora outro pressuposto subjacente nos discursos é o da educação para a função. O preparo para as funções destaca que a maternação das mulheres advém tanto de uma identificação como de um preparo para as funções femininas; que as meninas sofrem pressões para preferir o que a cultura com seu poder e controle determina o que seriam coisas ditas de mulher, tal como a maternidade. O poder dos homens e a falta de poder das mulheres facilita para que os homens não criem filhos porque não querem, pois cuidar de crianças, como ocupação não paga, está fora do mundo do poder público, com status inferior. Deste modo, a maternação das mulheres evidencia e perpetua a relativa falta de poder das mulheres (CHODOROW, 2002).

As práticas de uma função se tornam institucionalizadas de modos regularizados e não arbitrários. A reprodução dessas relações não é apenas individual, mas dependente de arranjos tanto na organização de gênero quanto na economia. No caso da maternação, no sistema econômico assim como está atualmente, depende da reprodução pelas mulheres de certas formas de força de trabalho na família. Sendo os homens, no mercado de trabalho, os que recebem melhores remunerações, tal fato favorece com que sejam as mulheres as principais cuidadoras dos filhos e do lar. “A perpetuação da sociedade exige que *alguém* crie filhos, mas nossa linguagem, ciência e cultura popular tornam muito difícil separar a necessidade de cuidado da questão de quem deve cuidar. É difícil separar as tarefas relacionadas ao cuidar de filhos, em geral executadas por mulheres e em especial por mães biológicas, das próprias mulheres” (CHODOROW, 2002, p. 57).

A autora questiona que as teorias de socialização sobre a construção do gênero sustentam-se na intenção individual e em critérios comportamentais os quais não explicam satisfatoriamente a maternação pelas mulheres. A maternação envolve capacidades e aptidões que, conforme a estruturação psíquica de cada mulher, são internalizadas e viabilizadas para a função. A mulher que cresce e é maternada por outra mulher está predisposta psicologicamente a também matinar, segundo enfatiza a autora.

Para pensar como se dá esse processo, a psicanálise oferece uma crítica sobre a reprodução do sexo e do gênero. Para Chodorow (2002):

Freud e seus seguidores demonstraram como a repressão sexual da família produz o bebê potencialmente bissexual, perverso polimorfo como adulto genitalmente heterossexual

monogâmico, com meninos adquirindo suas prerrogativas masculinas e as meninas consentindo em sua subordinação e passividades femininas. Demonstraram também como o sofrimento e desorganização psíquica (neurose) estavam intimamente relacionados com esses resultados “normais” (p. 62-63).

Por se concentrar nos processos mentais, afetos e estrutura psíquica a psicanálise também discute a relação entre a vida mental, os afetos e os comportamentos. Sua contribuição fundamental está no conceito e nas manifestações do inconsciente.

Resumindo as ideias principais desenvolvidas por Chodorow (2002), encontra-se sua ênfase sobre a reprodução da maternação que não é consensual e sem contradições. Para a autora:

A maternação das mulheres perpetua-se através de mecanismos psicológicos e sociais estruturalmente induzidos. Não é um produto imediato da fisiologia. As mulheres vêm a maternar porque foram maternadas por mulheres. Por outro lado, porque os homens foram maternados por mulheres suas capacidades de cuidar de crianças ficaram reduzidas (CHODOROW, 2002, p. 261).

Em relação à reprodução da maternação, destaca que as mulheres criam suas filhas como maternas, assegurando deste modo o cuidado às crianças. Mesmo assim a maternação se dá através de tensões e forças que mexem nos sistema sexo-gênero.

Enfatiza que as mesmas capacidades e necessidades que favorecem nas mulheres a maternação também apresentam contradições: o senso de continuidade de uma mãe com o filho pode dificultar a separação e individuação da criança; a empatia e a identificação primária podem acontecer menos do que a criança necessita e mais do que a mãe acha que ela precisa; à medida que a criança se autonomiza a mãe pode sentir essa capacidade como uma perda; recorrer aos filhos para completar o triângulo relacional; recorrer ao filhos para satisfação de desejos emocionais e eróticos não satisfeitos pelos homens ou outras mulheres.

A maternação de crianças depende de como a família e a própria maternação estão socialmente situadas. Se as mulheres têm significativo

trabalho produtivo e relacionamentos satisfatórios com outros adultos, ela possivelmente faz menos superinvestimentos nos filhos. A maternação deixa de ser utilizada como um modo exclusivo compensatório para satisfação da mulher.

A maternação exclusiva de mulheres amplia os conflitos na sexualidade dos homens. Quanto mais na cultura os homens se ausentam da família maiores serão os conflitos na masculinidade e os sentimentos relacionados a medo das mulheres. Para a autora:

Os problemas contemporâneos da maternação surgem de contradições internas potenciais na família e da organização social do gênero – entre a maternação das mulheres e o compromisso heterossexual, entre a maternação das mulheres e a individuação das filhas, entre a conexão emocional e um senso de masculinidade nos filhos homens. As mudanças geradas de fora da família, sobretudo na economia, têm aguçado essas contradições (CHODOROW, 2002, p. 264).

A maternação das mulheres também afeta os homens. Estes alienados e dominados no mundo do trabalho lamentam a perda de um contato mais significativo com os filhos. Defende a autora que nada há de errado na divisão de funções ou papéis por sexo no trabalho, mas há na desigualdade e na valoração diferenciada. Salienta que a divisão de trabalho por sexos e a responsabilidade das mulheres de cuidarem dos filhos advêm de uma dominância masculina. A criança ser cuidada por uma mulher gera conflitos sobre a masculinidade, uma psicologia de dominância masculina e uma necessidade dos homens de serem superiores às mulheres. Deste modo, a organização social referente aos cuidados com os filhos gera não apenas desigualdade entre os sexos, mas também diferenciação de atribuições sociais.

A autora indica como possibilidade de mudanças uma crítica teórica ao determinismo biológico, a reorganização nos cuidados com os filhos para que o cuidado primário seja partilhado por homens e mulheres, a investigação das diferenças entre gêneros e semelhanças entre eles, a separação das mulheres das funções de cuidado infantil (tanto mulheres como homens podem ser maternas, porém nem todos) e a inevitabilidade da linguagem na utilização do termo “maternação”, a mãe não sendo a única e exclusiva pessoa a cuidar dos filhos favorece as

crianças ao serem menos investidas em demasia e menos dominadas nos relacionamentos.

As crianças devem se relacionar tanto com homens como com mulheres para que conheçam e usufruam as diferentes funções de gêneros. Os homens cuidando de seus filhos ajudariam estes a se individualizar e a romper a dependência em relação a mãe. A dependência e a identificação primária não existiriam se os homens assumissem a responsabilidade do cuidado infantil primário. Ser dependente de pessoas de ambos os gêneros contribui para o estabelecimento de um senso individuado de eu na criança (CHODOROW, 2002).

Após 21 anos de sua publicação, Chodorow escreve um novo trabalho *The Power of Fellings: Personal Meaning in Psychoanalysis, Gender and Culture* (1999). A autora não rejeita sua tese anterior, mas o modo como trabalha com identidades de gênero e a noção do Eu/ou da pessoa traz algumas diferenças. Ela discute em três campos principais: com a perspectiva psico-desenvolvimentista, com a literatura pós-moderna e a noção da construção discursiva da cultura e do Eu e os laços entre a psicanálise e a antropologia cultural.

Adelman (2004) apresenta pontos de destaque sobre essa nova análise. Como no livro anterior, há uma discussão com diferentes interlocutores teóricos e de vários campos, além da psicanálise. Em particular com a teoria feminista e com a vertente pós-moderna e a noção de identidades fluidas ou fragmentadas.

No primeiro campo de discussão, em relação ao processo de construção ou desenvolvimento do indivíduo como uma passagem por etapas ou fases, Chodorow critica os conceitos de tarefas específicas fixas para cada fase da vida bem como noções de formação de aspectos de identidade de gênero correspondentes a cada uma dessas fases. O que sustenta é que as pessoas não teriam um passado como algo consumado. Dá destaque ao encontro terapêutico que possibilita uma continuidade temporal na medida em que este se reconstrói tanto no relacionamento terapêutico quanto nas interpretações. Mas não limita somente a esse espaço a relação, pois essa condição também pode se dar nos encontros do cotidiano (ADELMAN, 2004).

Para tal, [...] “abandona a noção de uma estrutura psíquica relativamente consolidada e fixa a partir de processos relacionais da infância, para colocar ênfase nas reconstruções do passado no presente e nos desdobramentos da dinâmica contínua da situação psicanalítica” (ADELMAN, 2004, p. 391). Deste modo, o passado não determinaria as

pessoas. Enfatiza a busca de construções de significados na relação do Eu com o Outro.

No segundo campo de discussão, argumenta a discursividade social, *locus* de relações de poder, no qual pode emergir a masculinidade e a feminilidade, embora não explique a relação do sujeito com elas. Nesse ponto parece ir em direção contrária ao que defendeu no primeiro livro, a determinação cultural na primeira infância. Ao equiparar a produção de gênero aos processos de produção discursiva, Chodorow poderia conduzir algo próximo a uma sobredeterminação. Porém, a própria autora retoma e salienta que essa perspectiva não considera os processos pessoais e intersubjetivos, tais como fantasias e desejos inconscientes. Desta forma, se Chodorow busca articular suas ideias com outros campos do saber, ela não menospreza seu conhecimento psicanalítico, pois a história única de cada um, de seus relacionamentos passados e presentes, podem modificar o conteúdo da discursividade social.

Assim, destaca Adelman (2004, p. 393) do texto:

[...] por válido que seja o conceito de gênero como cultural e politicamente estabelecido – ou discursivamente construído - sem a consideração de uma dimensão psicodinâmica que precisa ser captada sempre como processo singular, não há como apreender a complexa problemática da construção das identidades subjetivas. Se a teoria psicanalítica sofre críticas em relação ao desdobramento da sexualidade da mulher, não se pode ignorar a importância de como explica a constituição psíquica, um processo singular a cada um e que interagirá e sofrerá interferências dos aspectos sociais e culturais.

No terceiro campo de discussão, Chodorow busca uma aproximação com a antropologia cultural. Sua ênfase nessa intersecção é devida por um lado pela a deficiência que a psicanálise apresenta na compreensão dos aspectos socioculturais, por outro pela especificidade da emoção e afetividade da qual a antropologia se utiliza negando a dimensão psicodinâmica, justamente o que permite entrar em contato com a singularidade de cada um. Sua busca está em superar os impedimentos e limites de cada lado para validar noções de construção pessoal de significados. Pois deste modo a produção cultural ou discursiva não esgota a produção de subjetividade.

É na utilização dos recursos teóricos tanto da psicanálise como da antropologia cultural que Chodorow busca subsídios para seu argumento: “a produção cultural ou discursiva não esgota a produção de subjetividade, há uma dimensão psicodinâmica que emerge de forma singular na vida de cada pessoa, sem a qual nenhuma noção faria sentido” (ADELMAN, 2004, p. 396).

Duas décadas depois, Chodorow segue em seus questionamentos sobre a temática das questões de identidade, cultura e gênero. Agora amplia e torna mais complexa suas ideias anteriores na busca de entendimento dos processos de construção do sujeito e das identidades de gênero.

A seguir, para ampliar a compreensão da temática pesquisada, apresento a tessitura de André Green sobre o afeto na teoria freudiana.

4 A TESSITURA DE GREEN SOBRE O AFETO EM FREUD

O estudo sobre o afeto na obra de Freud apresenta características peculiares. Aquele que se dispõe a acompanhar o tema do afeto não o encontra em um texto específico, mas pode acompanhar seu desenvolvimento ao longo de toda sua obra. Utilizo o trabalho minucioso de André Green (1982) para acompanhar os aspectos que destaca como importantes na articulação teórica da construção do conceito de afeto em psicanálise. O autor demonstra a importância do afeto ao abordá-lo também em outros de seus escritos (GREEN, 1988, 1990, 2008, 2010).

Antes, gostaria de falar brevemente da importância de André Green para a psicanálise contemporânea. Nascido no Cairo, conviveu com a comunidade europeia local e também com uma mistura de etnias no Egito. Sentia-se atraído pela França desde cedo. É lá que faz sua formação em psicanálise. Participou dos seminários semanais de Lacan por vários anos, mas era filiado a outra sociedade. Divergiu de Lacan quanto à importância do afeto na teoria psicanalítica e escreveu seu primeiro livro.

O cenário psicanalítico quando de sua formação girava em torno das grandes escolas pós-freudianas. Na França, Lacan havia produzido um sopro criativo na sua interpretação do pensamento de Freud. Green não se mostrou capturado pela inovação lacaniana. Com isso, apresentou em suas publicações ideias de diferentes escolas pós-freudianas articuladas à leitura do pensamento freudiano, as quais geraram ideias originais. Sua contribuição, tanto para a teoria como para a própria psicanálise, facilitou uma mudança que modificou o cenário para uma psicanálise pós-escolas. Não somente Green, mas outros psicanalistas contemporâneos a ele como Ogden, Ferro, Bollas, Pontalis possibilitaram uma visão pluralista da psicanálise não enclausurada em dogmas (COELHO JUNIOR, 2013).

As influências do movimento para uma leitura rigorosa da obra freudiana, que começou na França na década de 60 do século passado, produziram seus efeitos em Green. Seu pensamento articulou de modo original a tradição psicanalítica através da revalorização da metapsicologia com ênfase na dimensão pulsional/representacional e na dimensão relacional/objetal. Em sua teorização produziu conceitos originais os quais inovaram a clínica, tais como: a mãe morta, o trabalho do negativo, as funções objetualizante e desobjetualizante, entre outros (COELHO JUNIOR, 2013).

Nesse resgate a Freud, uma nova geração de psicanalistas pôde construir suas formações lendo Freud em Freud e não Freud de Klein, Freud de Lacan e assim por diante. Ao mesmo tempo, Green contribuiu para o pensar psicanalítico não engessado e dogmático, mas criativo. Criatividade exigida ao psicanalista pelas novas condições de exercício de seu trabalho, bem como das novas demandas clínicas. Figueiredo (2010) destaca a importância do pensar criativo, ao que chama de prática rigorosa e corajosa para o atravessamento de paradigmas que dominavam na chamada “era das escolas”. Se no Brasil há um aumento de interesse em torno do Green, esse aspecto não forma uma nova escola (greeniana), mas aponta a força de atração do que chama trans-posição psicanalítica, a transferência com a psicanálise trans-escolar. Uma circulação entre conceitos que não contrariam a teoria freudiana, mas que a ampliam.

Green estimulou ao máximo o conhecimento e domínio teórico ao “pensar *com* a clínica e não somente refletir *sobre* o material clínico” (FIGUEIREDO, 2010, p. 12). Ao que o próprio Green (1990) diz em uma de suas conferências realizadas no Brasil:

Tudo o que exponho a vocês não tem para mim nenhum outro interesse senão o de tornar a clínica mais inteligível em nosso funcionamento como psicanalistas. No entanto é sempre extremamente difícil estabelecer a distância ótima entre teoria e clínica. O perigo da teorização existe, e temos pensadores psicanalistas que se lançaram em desenfreadas especulações de modo que fica difícil ver como articulam suas ideias com a experiência clínica. Por outro lado, o que se lê, na maioria das vezes na literatura psicanalítica, é algo que se assemelha a uma paráfrase da clínica (p. 63-64).

O destaque do trabalho de Green ambiciona definir a natureza do psíquico dentro do trabalho analítico. O autor reflete o que poderia ser a natureza do psíquico e se depara com a variação em função das diretrizes de pensamento das diferentes escolas: nos Estados Unidos a referência é a adaptação; a referência inglesa é a maturação e o desenvolvimento, como exemplos. Dá importância ao trabalho pessoal do psicanalista na identificação do que anima seu trabalho pessoal, mesmo que não o formule claramente.

Tem-se que esclarecer que a ênfase de Green não está somente na representação tomada literalmente, mas no trabalho psíquico transformador de intensidades, na movimentação para que ocorra uma transformação, nos diferentes lugares psíquicos e suas funções pelos quais essas intensidades se movimentam e adquirem características, no afeto, bem como no irrepresentável, no trabalho do negativo e suas repercussões ao funcionamento psíquico.

Busco trazer um pouco do modo como o pensamento do autor revigora a força da teoria psicanalítica freudiana e areja o pensar criativo para a ampliação de recursos para uma clínica sensível às demandas contemporâneas, bem como da relação que se estabelece no encontro desses psiquismos. Essa clínica que fala o autor não está relacionada a modismos teóricos e suas meras cópias, mas se sustenta no domínio do referencial teórico freudiano que deste modo permite criar e ampliar.

Tomo como balizador sobre o estudo de Green a respeito dos afetos a apresentação que fez sobre o tema em seu livro *O Discurso Vivo: Uma Teoria Psicanalítica do Afeto* (1982). Nele o autor resgata dos textos freudianos os aspectos que favorecem a pensar sobre o afeto. Trata-se de um livro no qual o autor trabalha a metapsicologia freudiana. Desta forma, em decorrência da sua importância para este trabalho, realizo uma apresentação detalhada do autor, para poder apresentar sua reorganização da metapsicologia, que interessa sobremaneira esta tese.

Devido à importância do afeto tanto na constituição como no funcionamento psíquico, o interesse de Green pelo tema se mantém, e apresenta suas ideias em outras de suas produções (1988, 1990, 2010). Não farei uma pesquisa exaustiva na obra de Green referente ao tema, mas sim o destaque do que ela auxilia para o pensar sobre o afeto.

O fio condutor se faz por um procedimento histórico ao percorrer alguns dos textos freudianos sobre a evolução e concepção do afeto. Nessa organização apresentam-se alguns aspectos teóricos relativos ao afeto desde a descoberta da psicanálise até a interpretação dos sonhos, a etapa da metapsicologia e do período final da produção teórica com o texto *O Ego e o Id*. O afeto também é apresentado através da concepção da angústia e do que é denominado primeiro período, em torno da neurose de angústia; segundo período, ansiedade e libido recalçada; e terceiro período, a ansiedade e aparelho psíquico.

Essa tese tem como um de seus eixos de pensamento e discussão o afeto. Assim, trabalho a temática do afeto na teoria psicanalítica freudiana através do enlace tecido por Green.

4.1 ALGUNS ASPECTOS DA EVOLUÇÃO DA CONCEPÇÃO DO AFETO

Da descoberta da psicanálise até a interpretação dos sonhos pode-se conhecer sobre alguns dos aspectos iniciais da evolução do conceito de afeto bem como os questionamentos no pensamento freudiano na relação entre a histeria e o afeto.

Green (1988) resgata no texto de Freud (1893[1888-1893]/1990), *Paralísias motoras orgânicas e histéricas*, a noção de cota de afeto na qual relaciona a uma quantidade mensurável em que o ego busca se despojar por atividade motora ou atividade psíquica associativa. Tem-se uma solidariedade entre um conteúdo associativo e seu correlato afetivo.

Na histeria, esse excesso de excitação desencadearia um mecanismo patogênico que impediria a ab-reação desses aumentos de estímulos. O assim chamado afeto estrangulado foi uma concepção desenvolvida por Breuer e Freud (1893/1995) – *Comunicação Preliminar* –, relacionada à teoria traumática.

Além da ideia de afeto estar relacionada à quantidade, à variação, ao movimento e à descarga, outro ponto que ganha destaque é a ideia de transformação. É pela transformação que o afeto se distingue das representações.

A ideia de transformação nas diversas formas de energia física, sexual e psíquica predomina no pensamento de Freud. Movimento e transformação, esses aspectos também vão estar no *Manuscrito G sobre a Melancolia* (FREUD, 1895/1990), no qual apresenta um circuito entre elementos do soma e da psique, do ego e do mundo externo que se aproximam da questão do afeto. A situação do afeto⁸ aí esquematizada é múltipla, o que faz com que o afeto seja pensado “entre o soma e a psique como entre a bigorna e o martelo” (GREEN, 1982, p. 34).

No texto sobre *A Interpretação dos Sonhos* (1987/1900), Freud faz uma mudança epistemológica em relação aos seus pensamentos e vínculos anteriores com pessoas que o influenciaram, bem como com seus compromissos teóricos. No texto, delimita o espaço psíquico entre dois polos: da percepção e da motilidade. Deste modo, a teoria do aparelho psíquico é alcançada, mas ao preço de uma fascinação pela representação, em detrimento dos afetos (GREEN, 1988).

Esse texto marca uma mudança importante na teorização. Em relação ao afeto e ao conteúdo representativo no sonho, Freud aproveita

⁸ Para detalhamento ver: GREEN, 1982, p. 34.

suas formulações sobre o inconsciente para defender a teoria estrutural que já havia descrito. Apoiar-se no trabalho das representações como eixos formalizadores da linguagem. O sonhador até pode considerar como absurdo o conteúdo de um sonho, mas em relação ao afeto despertado será difícil. A relação entre conteúdo manifesto e latente do sonho nos coloca em contato com o afeto. Deslocamentos, disfarces e deformações atingem as representações enquanto os afetos se mantêm.

Os afetos não se fragmentam como os conteúdos representativos nem se deformam no encadeamento do pensamento dos sonhos, o que os faz ficar ininteligível ao sonhador. O afeto resiste a essa fragmentação. Deste modo, ele é o elemento de destaque na análise do sonho. O afeto é o guia mais seguro mesmo quando a censura deforma os conteúdos representativos e inibe os afetos. Por esses aspectos dois mecanismos funcionam no trabalho do sonho e são opostos: o recalque dos conteúdos e a repressão dos afetos.

Green (1982) enfatiza que ao pensarmos no funcionamento do recalque e da repressão poder-se-ia colocá-los em oposição no funcionamento psíquico. Porém, o exame dos textos das formulações freudianas não permitem definições precisas sobre esse tema. Diz que “em nenhum caso se trata de uma diferença de natureza dos mecanismos, mas apenas de grau” (GREEN, 1982, p. 47). Prossegue ao esclarecer que:

A ideia da independência relativa do representante e do afeto incitou a propor uma *oposição absoluta*, que pretendeu ligar conteúdo representativo, recalque inconsciente numa concepção estreitamente estruturalista, por um lado, e afeto, repressão, consciente e pré-consciente, por outro lado. Ora, embora Freud sustente uma distinção de destino (nas psiconeuroses) entre o representante e o afeto, essa oposição nunca foi tão clara (GREEN, 1982, p. 48, grifo do autor).

Esclarece o autor que assim abre uma discussão que não se conclui, mas que ele prossegue ao examinar a metapsicologia. Em relação à “feiticeira”, sua discussão percorre cronologicamente a produção teórica freudiana. Apresento os aspectos que podem auxiliar no entendimento do tema.

No período de 1900 a 1915, o qual ocorre entre a *Interpretação dos Sonhos* e os artigos da *Metapsicologia*, a temática do afeto aparece em diferentes trabalhos. No texto *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (FREUD, 1905b/1989) apresenta a ideia de que os processos afetivos repercutem na sexualidade, pois “afeto e a sexualidade implicam-se e reforçam-se mutuamente” (GREEN, 1982, p. 48).

Nesse período Freud destaca dois mecanismos que observou na neurose e nos sonhos. São eles o deslocamento e a inversão em seu contrário. A ambivalência contribui para esclarecer a inversão em seu contrário.

Ao entrar no período dos textos de metapsicologia, 1915, o autor limita o seu interesse na temática do afeto em dois textos. São eles o *Recalque*⁹ e o *Inconsciente*.

Green (1982) destaca a ideia freudiana no texto *O Recalque* de que:

[...] antes do efeito do recalque, o afeto enquanto tal não podia ser individualizado ao nível do funcionamento pulsional onde representante e afeto estão confundidos. E, no entanto, o efeito do recalque [...] é uma transformação de afeto (prazer, desprazer) e o efeito da pulsão é o de uma produção de afeto. Tudo o que se pode afirmar é que o recalque torna particularmente visível a cisão entre o representante e o afeto e permite considerar este último isoladamente (GREEN, 1982, p. 50).

Ao considerar o afeto, o recalque do representante deixa de ser o único aspecto desse processo em questão. Enfatiza Freud (1915a/2010):

⁹ Estou trabalhando com dois textos traduzidos. No texto de André Green a tradução utilizada é recalque. No texto de Freud, traduzido por Paulo César de Souza, a tradução é repressão. Em uma nota de rodapé no texto *A Repressão*, de tradução de Paulo César de Souza, há um esclarecimento ao leitor. Diz ela: “Há estudiosos de Freud que usam ‘repressão’ para verter *Unterdrückung* e ‘recalque’ para *Verdrängung*, enquanto outros adotam ‘supressão’ e ‘repressão’. Em *As palavras de Freud* (2010), capítulo sobre *Verdrängung*, procuramos mostrar que há argumentos para as duas opções, e até mesmo para a eventual não distinção entre *Unterdrückung* e *Verdrängung*, que às vezes são usados alternadamente por Freud” (2010, p. 83). Em função de citações utilizadas dos dois textos, optei por manter a palavra que consta em cada um.

Em nossa discussão tratamos, até o momento, da repressão de um representante instintual¹⁰, entendendo por isso uma ideia ou grupo de ideias investido de um determinado montante de energia psíquica (libido, interesse) a partir a instinto¹¹. A observação clínica nos leva agora a decompor o que até então apreendemos como uma unidade, pois nos mostra que é preciso considerar, além da ideia, uma outra coisa que representa o instinto, e o fato de que ela experimenta um destino de repressão que pode ser inteiramente diverso do da ideia. Para designar esse outro elemento da representante psíquica já se encontra estabelecido o termo *montante afetivo*¹²; ele corresponde ao instinto, na medida em que esta se desligou da ideia e acha expressão, proporcional à sua quantidade, em processos que são percebidos como afetos (p. 91-92, grifo do autor).

Freud destaca que não somente o representante pulsional requer atenção sob a ação da repressão, mas esse outro, o montante afetivo, apresenta uma intensidade, uma energia que são percebidos como afetos. Deste modo não só o representante psíquico (representante-representação) da pulsão que se vê recusado a ser assumido no consciente, mas também o representante psíquico dotado de um montante de energia psíquica. Este não é “negligenciável diante do material nobre da representação”, como diz Green (1982, p. 51). Essa alguma outra coisa que representa a pulsão está num mesmo nível de dignidade.

¹⁰ Conforme tradução, mantenho a grafia *representante instintual*, porém trata-se de representante pulsional.

¹¹ Conforme a tradução mantenho a grafia de *instinto*, mas nesta citação, em todas as vezes que a palavra surgir, trata-se de *pulsão*.

¹² Essa citação retirada do texto de Freud, *A Repressão*, na tradução de Paulo César de Souza, nos apresenta a expressão *montante afetivo* que é diferente de *quota de afeto*, até então utilizada através da *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* que conhecíamos no Brasil. Nas definições em português das palavras quota e montante, a nova expressão traz em seu sentido algo menos definido, fixo, determinado como quota, mas não menos importante.

Se o representante se distancia ou desaparece da consciência devido à repressão, para Freud (1915a/2010) o afeto tem três saídas: “é inteiramente suprimido, de modo que dele nada se encontra, ou aparece como um afeto, qualitativamente nuançado de alguma forma, ou é transformado em angústia” (p. 92). Segue enfatizando que “o destino do montante afetivo do representante é bem mais importante que o da ideia, e que é decisivo para o julgamento do processo de repressão. Se uma repressão não consegue impedir sensações de desprazer ou de angústia, então podemos dizer que ela fracassou, ainda que tenha alcançado sua meta na parte ideativa” (p.93).

Deste modo, esse montante de afeto e seus destinos têm influencia no sucesso da operação de repressão da representação.

No texto *O inconsciente*, Freud argumenta a pluralidade de significações do termo inconsciente e retoma a questão do afeto no capítulo chamado *Os sentimentos inconscientes*, no qual faz uma interrogação: “Dissemos que existem ideias conscientes e inconscientes, sentimentos, percepções inconscientes, ou nesse caso combinações assim não fariam sentido?” (FREUD, 1915b/2010, p. 114).

Para responder esclarece que a oposição entre consciente e inconsciente não tem aplicabilidade à pulsão. Prossegue com sua argumentação: “Um instinto¹³ não pode jamais se tornar objeto da consciência, apenas a ideia que a representa. Mas também no inconsciente ele não pode ser representado senão pela ideia. Se o instinto não se prendesse a uma ideia ou não parecesse como um estado afetivo, nada poderíamos saber sobre ele” (FREUD 1915b/2010, p. 114-115).

A pulsão não se torna objeto da consciência, para tal é preciso a mediação da representação e do afeto. Deste modo, esses dois mediadores podem sofrer processos diferentes quando:

primeiramente suceder que um impulso afetivo ou emocional seja percebido, mas de forma equivocada. Ele é obrigado, devido à repressão de sua verdadeira representação, a unir-se com outra ideia, e passa a ser tido, pela consciência, como manifestação dessa última. Se restabelecemos o vínculo correto, chamamos o impulso afetivo original de ‘inconsciente’, embora seu afeto

¹³ Conforme tradução, mantenho a grafia de *instinto*; cada vez que a palavra surgir nesta citação, porém, trata-se de pulsão.

jamais tenha sido inconsciente, apenas sua ideia sucumbiu a repressão [...] Sabemos além disso, que a supressão do desenvolvimento do afeto é o verdadeiro objetivo da repressão, e que o trabalho desta permanece inconcluso se esse objetivo não é alcançado. Em todos os casos em que a repressão consegue inibir o desenvolvimento do afeto, chamamos de ‘inconscientes’ os afetos reinstaurados ao corrigir o trabalho da repressão (FREUD, 1915b/2010, p. 116, grifo do autor).

Se esse é um modo de falar não incoerente, não se pode esquecer que é em relação à ideia inconsciente (representação), após a repressão continua existindo no sistema *Ics*. Já o afeto é visado no fator quantitativo, pois o investimento energético deve ser aniquilado tanto quanto possível. Prossegue Freud (1915b/2010):

A rigor, e embora esse modo de falar seja irrepreensível, não existem afetos inconscientes tal como existem ideias inconscientes. Mas bem pode haver, no sistema *Ics*, formações afetivas que, como outras, tornam-se conscientes. Toda diferença vem de que ideias são investimentos – de traços mnemônicos, no fundo –, enquanto os afetos e sentimentos correspondem a processos de descarga, cujas expressões finais são percebidas como sensações (p. 116-117).

Green (1988) discute sobre essa ideia na qual os representantes são traços mnêmicos enquanto os afetos são processos de descarga. Para o autor, qualquer operação psíquica mobiliza energia. Deste modo, os representantes ideativos (*Vorstellungsrepräsentanz*) têm como linguagem uma função de descarga também, menos que o afeto, mas inevitável. Salienta que a economia das representações se encontra em uma escala diferente, o que também repercute em destinos diferentes as representações e aos afetos.

Retomando, em relação à repressão, ela impede que o impulso instintual se exteriorize em afeto mostrando que o sistema *Cs* governa tanto a afetividade como seus processos de descarga¹⁴. A repressão não

¹⁴ Em nota de rodapé no texto *O Inconsciente* (1915), Freud destaca que “a afetividade se exterioriza essencialmente em descarga motora (secretora, vaso reguladora) para alteração (interna) do próprio corpo sem relação com o mundo

só mantém algo longe da consciência, mas impede o desenvolvimento do afeto e o desencadeamento da atividade muscular.

Lembra Green (1982) que se o recalque inibe a transposição da moção pulsional em afeto, o faz sobre a admissão à consciência, sobre o desenvolvimento do afeto e sobre a motilidade. O recalque se opõe tanto ao desenvolvimento do movimento ao exterior quanto na direção ao corpo. Anteriormente o afeto se opunha ao sistema da representação e da memória (traços mnêmicos), bem como agora se opõe ao sistema do ato. Porém, enquanto o consciente estabelece um controle sobre a motilidade, sobre a afetividade seu controle é vulnerável. Um afeto e sua admissão na consciência deve ser subordinado à ligação com um representante que toma lugar ao qual este estava ligado em sua origem. Mas é possível também uma transmissão direta no qual o afeto é transformado em angústia.

Mais ao final de sua obra, Freud retoma o que deixou suspenso nos escritos de 1915. É na reorganização do segundo modelo topográfico que Freud volta “ao irritante problema do afeto inconsciente” (GREEN, 1988, p. 189). Para tal, destaca sobre as percepções internas e a produção de processos nos mais diversos estratos do aparelho psíquico; sobre esses sentimentos e sensações pouco se conhece. A série prazer-desprazer são os melhores exemplos.

O texto, *O ego e o Id* (FREUD, 1923a/2011), no segundo capítulo, apresenta a ideia de um inconsciente não recalcado, o qual não será suficiente reativar para se tornar consciente. Freud expressa que nosso conhecimento está sempre ligado à consciência e que também em relação ao *Ics* só podemos conhecer ao torná-lo consciente. Então o que significa tornar consciente?

Para responder a essa pergunta, Freud nos leva a pensar sobre a consciência. Esta é a superfície externa do aparelho psíquico a qual recebe as percepções que vêm de fora, percepções sensoriais. Mas também recebe o que vem de dentro, chamado de sentimentos e sensações. Deste modo, tanto a percepção externa quanto a interna estão ligadas à consciência.

Green (1982), seguindo a ideia freudiana sobre percepções, indica a relação entre estas e os processos de pensamento. No *Projeto* e na *Interpretação dos Sonhos* aparece essa relação, na qual “os processos de pensamento são atos de investimento que trabalham segundo modalidades muito afastadas das percepções. Eles são desprovidos de

externo; a motilidade, em ações destinadas à alteração do mundo externo” (1915/2010, p. 117).

consciência e, portanto, de qualidade” (p. 58). Nesse ponto Freud (1923a/2011) esclarece que os processos de pensamento são uma forma tosca e imprecisa que reúne esses processos internos. Mas como se efetivam? Através de deslocamentos da energia psíquica a caminho da ação.

Ao falar de uma movimentação entre os sistemas *Ics* e *Cs*, e sobre como algo se torna consciente, não é possível deixar de lado nesses processos de pensamento a diferença entre uma ideia *Ics* e uma *Pcs*. A ideia *Ics* “se produz de algum material que permanece desconhecido”; já a ideia *Pcs* através da “ligação com representações verbais” (FREUD, 1923a/2011, p. 23-24).

Prossegue Freud no mesmo texto:

Essas representações verbais são resíduos de memória; foram uma vez percepções e, como todos os resíduos mnemônicos, podem voltar a ser conscientes [...] apenas pode tornar-se consciente aquilo que uma vez já foi percepção *cs*, e que excluindo os sentimentos, o que a partir de dentro quer tornar-se consciente deve tentar converte-se em percepção externa. O que se torna possível mediante os traços mnemônicos (p. 24).

Os resíduos de memória estão em sistema adjacentes ao sistema *Pcp*¹⁵-*Cs*, possibilitando que os investimentos prossigam com facilidade nos elementos desse sistema. Assim, a questão de tornar (pré-)consciente algo reprimido acontece no trabalho analítico quando se estabelece elos intermediários *pcs*. “É pôr em conexão as representações de coisa com as representações de palavra¹⁶, fornecendo vínculos intermediários entre elas [...] Exceto para os sentimentos. Pois o que parece estar resolvido para as percepções externas não vale para as percepções internas” (GREEN, 1982, p. 58).

O vínculo entre a percepção externa e o Eu é bem evidente. O mesmo não se pode dizer sobre o vínculo entre a percepção interna e o Eu. Esta requer investigação especial. Freud coloca em dúvida a totalidade da consciência ao único sistema superficial *Pcp-Cs*.

¹⁵ *Pcp*: sigla de perceptivo

¹⁶ Por ser uma citação literal mantive a grafia do autor, porém acrescento que a representação de palavra é a mesma representação verbal que Paulo César de Souza utiliza na nova tradução do texto freudiano.

Para Freud (1923a/2011) a experiência clínica nos auxilia a conhecer sobre esse outro, pois ele se comporta como um impulso reprimido. Desenvolve força impulsora sem que o Eu note a pressão. É na detenção da pressão, a resistência, que esse outro se torna consciente como desprazer. Num momento nos faz pensar que a transmissão se dê através do sistema *Pcp*, pois sensações e sentimentos se tornam conscientes quando atingem esse sistema. Mas e se o caminho para frente é barrado? Nesse caso as sensações não chegam a existir como tal, embora esse outro que lhes corresponde no curso da excitação possa ser o mesmo se elas chegassem a existir.

É aí que Freud (1923a/2011) destaca que por meio de um modo de falar mais curto e não inteiramente correto falamos de *sentimentos inconscientes*. Essa analogia com ideias inconscientes não é de todo justificada. Há uma diferença entre ideias inconscientes e sentimentos inconscientes. A ideia inconsciente precisa de elos que a conduzam até a consciência. Já os sentimentos seguem diretamente. Dito de outro modo, a diferença entre *Cs* e *Pcs* não tem sentido para os sentimentos. Os sentimentos são *Cs* ou *Ics*. Mesmo ao acompanharem as representações verbais, não foram por elas que chegaram até a consciência. Eles o fazem diretamente.

Green (1982) enfatiza que as relações entre afeto e linguagem estavam subjacentes à problemática das relações entre representações e afetos. “O afeto mediatizado pela linguagem, quando é o caso, implica uma relação com ela que não é assimilável à relação da ideia inconsciente com a linguagem, sendo esta última a condição de se tornar consciente. O afeto verbalizado não é ligado à linguagem como a ideia. Consequentemente, o valor da verbalização não pode ser idêntico nos dois casos (GREEN, 1982, p. 60).

O autor expressa a evolução do pensamento de Freud na consideração do afeto e na acentuação de sua direção na parte não representativa do inconsciente. Enquanto ligava o problema do afeto ao inconsciente, como sistema, tinha como ênfase a questão das ideias inconscientes (representações, conteúdos) e mostrou-se reservado à existência de afetos inconsciente.

No texto *Ego e Id* apresentou diferentes maneiras de ser inconsciente: dissociação entre recalcado e inconsciente, na qual na parte recalçada do inconsciente há diversos estados inconscientes e diversos modos de aceder à consciência; o estado inconsciente e o acesso à consciência dependem do material inconsciente em causa; as representações inconscientes chegam à consciência através da ligação

com as representações verbais; o sobreinvestimento do traço mnemônico devolve à representação algo de seu estatuto perceptivo originário (GREEN, 1982).

Para Freud as percepções internas são mais primárias e elementares do que as externas. Aquelas se manifestam com uma força condutora sem que o Eu note sua ação, pois chegam à consciência relegando o pré-consciente. Importante para meu pensar nesta pesquisa é a ideia na qual “o vínculo com a linguagem, quando existe, é, no limite, contingente” (GREEN, 1982, p. 61).

A linguagem pode acompanhar o afeto, mas este segue seu caminho independente. O afeto pode-se deixar dizer pela linguagem, mas sua essência está fora dela. O que caracteriza o afeto é essa via direta que liga o inconsciente ao consciente. Assim, Freud relaciona aos afetos (principalmente prazer-desprazer) a parte mais arcaica do homem (GREEN, 1982).

A originalidade de Freud está em

mostrar como o afeto não é apreendido fora de uma estrutura (as duas tópicas), de um conflito (oposição de afetos contrários), de uma economia (relações quantitativas e de transformação) e, sobretudo, como os estados afetivos estão submetidos a um princípio: o princípio do prazer-desprazer, ligado aos processos primários, assim como o princípio da realidade está ligado aos processos secundários (GREEN, 1982, p. 61).

Green (1982) enfatiza que as discussões das relações do afeto com o inconsciente têm sua maior expressão nos textos abordados até chegar ao texto *Eu e Id*. Em trabalhos relacionados à segunda tópica, Freud tratará do problema da qualidade e da função da clivagem.

Em *O Problema Econômico do Masoquismo* surge uma modificação na teoria dos afetos. Para Freud (1924a/2011) a tendência à estabilidade é o princípio que rege todos os processos psíquicos. Deste modo é atribuído ao aparelho psíquico a intenção de reduzir a quantidade de excitação que lhe chega ou ao menos mantê-la o mais baixo possível. Todo desprazer coincide com uma elevação e todo prazer com um abaixamento da tensão dos estímulos que se encontram na psique. Porém, Freud questiona tal concepção dissociando o prazer (distensão) e o desprazer (tensão) relacionados às quantidades de estímulos no psiquismo. Abandona o que até então estava presente em

seu modo de articular as ideias sobre o afeto. A redução da quantidade à qualidade teve de ser deixada.

Agora o aspecto qualitativo requer explicações e se mostra como uma especulação: “Talvez seja o ritmo, o transcurso temporal das mudanças, elevações e quedas da quantidade de estímulos; não sabemos” (FREUD, 1924a/2011, p. 187).

Em outro artigo, *Negação* (1925a/2011), o afeto mal chega a ser mencionado, mas nem por isso deixa de contribuir para o tema. Cita que a aceitação intelectual do reprimido não significa que o processo de repressão em si foi cancelado.

Green (1982) comenta sobre esse aspecto que o que se passa na negação, na qual o afeto não está ligado à ideia admitida na consciência, se assemelha ao que acontece com o fetichista face à castração. Sobre o fetichismo falarei à frente.

Para Freud (1925a/2011), “através do símbolo da negação, o pensamento se livra das limitações da repressão e se enriquece de conteúdos de que não pode prescindir para seu funcionamento” (p. 278). Uma mudança de sinal na ideia (de positiva para negativa) recupera o conteúdo recalçado. Nessa mudança de sinal, o sujeito se libera do afeto. Deste modo, nos processos intelectuais a negação está na inversão dos afetos.

Lá em *Estudos sobre a Histeria* (1893-1895/1995) já havia a ideia na qual somente a rememoração da ideia e de seu afeto correspondente ou a interpretação poderiam dissipar o recalque. Porém, essa dissipação é parcial e tem como reação um reforço dos contrainvestimentos. É impossível a dissipação total do recalque devido ao recalque originário. O trabalho analítico está na construção da rede de recalques parciais capaz de fornecer a hipótese do recalque primário e sua comunicação permite a ligação das ideias e afetos relacionados (GREEN, 1982).

Prosegue o autor destacando que o trabalho dos processos intelectuais é o de se libertar dos afetos, e a negação pode ser utilizada para tal, em relação a realidade psíquica. Green (1982) enfatiza que é o trabalho de desprazer do afeto o único que indica o recalçado.

No percorrido aos textos teóricos da fase final da teorização freudiana, busco no artigo *Fetichismo* (1927/1974) o que este acrescenta em nossa discussão. Neste texto, Freud faz uma distinção sobre as relações nas diferentes variedades de recalque, bem como sobre o material no qual essa ação é exercida.

Em determinado tempo a teoria sustentou que as representações eram recalçadas enquanto o afeto era apenas reprimido. A repressão era a inibição da expressão de afeto e o recalque era acompanhado do apagamento da representação, dos traços mnêmicos. No *Fetichismo*, a análise feita por Freud apresenta o que algumas vezes surge na teoria, uma inversão. Assim: “se quisermos diferenciar mais nitidamente a vicissitude da *ideia* como distinta do *afeto*, e reservar a palavra ‘*Verdrängung*’ [repressão] para o afeto, então a palavra alemã correta para a vicissitude da ideia seria ‘*Verleugnung*’ [rejeição]” (FREUD, 1927/1974, p. 180).

Nessa relação entre afeto e recalque não apenas o afeto é recalcado como especificamente é sobre ele que o recalque incide, já que a representação é rejeitada, recusada. Deste modo, a clivagem entre afeto e representação corresponde a uma clivagem entre realidade externa e realidade interna, fazendo com que duas versões coexistam e sejam admitidas.

Sim, a castração existe – as mulheres não têm pênis; não me preocupo com isso. Não, a castração não existe: em lugar do pênis que falta, todo objeto contíguo ao sexo feminino ou qualquer outro evocador de sua semelhança com o pênis os substituirá; o fetiche é e não é o sexo que ele representa. O afeto é submetido à mesma clivagem; a representação de um sexo castrado evoca no inconsciente uma angústia e um horror intensos, a percepção do sexo feminino deixa o sujeito indiferente, inalterado, por um fato conhecido desde sempre: homens e mulheres são diferentes anatomicamente (GREEN, 1982, p. 69).

Esclarece-se que o afeto pode ser despertado tanto pela percepção externa (um perigo de uma ação no real) como pela representação (fantasia construída no psiquismo). Deste modo pode-se pensar o afeto como uma encruzilhada de diversas ordens de dados os quais influenciam no seu aparecimento, desenvolvimento e desaparecimento (GREEN, 1982).

No artigo *A Divisão do Ego no Processo de Defesa*, Freud (1949[1938]/1975) apresenta a irredutível clivagem que afeta o Eu. Ao Eu é solicitado que reconheça as exigências da realidade e lhes obedeça através da renúncia pulsional; que satisfaça o princípio do prazer-

desprazer evitando o desprazer; e que encontre um meio que favoreça a busca de prazer através da experiência de satisfação.

Freud nos apresenta nesse artigo o Eu no qual coexistem funcionamento contraditórios. Para Green (1982),

[...] isto significa que, no nível dessa instância, por mais pregnantes que possam ser o teste da realidade e o princípio do mesmo nome, o princípio do prazer-desprazer é ainda bastante poderoso para recusar o teste da realidade e construir uma neo-realidade mais ou menos extensiva: do fetiche como substituto do pênis ao delírio como derivado do inconsciente, vindo substituir uma realidade recalçada (p. 72).

É aí que surge outra preocupação freudiana nesse artigo para aplicação no campo da psicose. Na primeira, relacionada ao fetichismo, estava como resultado da angústia da castração. Agora, na segunda, a do delírio, surge como resultado da angústia de fragmentação, na qual a defesa surge como uma neorealidade do delírio. O Eu é que se castra para não se fragmentar. No qual a clivagem pode incidir sobre a diferença dos sexos ou sobre a identidade narcísica. O recalque podendo ir da rejeição radical forclusão à (de) negação (GREEN, 1982).

Green (1982) sugere ir mais longe do que Freud foi. Destaca que a problemática do fetichismo é um paradigma para pensar o campo psicanalítico e sua aplicação na psicose não cobre todas suas aplicações. Destaca que Winnicott apresentou os laços que unem a estrutura do objeto transicional e o fetiche, nos quais a construção do objeto fetiche parece sustentar a própria constituição do objeto psíquico. Deste modo, “o objeto psíquico nunca se separa de seu vínculo de origem e de sua função essencial: ele é retirado como parte do corpo da mãe (objeto parcial) e consagrado ao gozo” (GREEN, 1982, p. 73).

A renúncia ao corpo da mãe, sob pena de castração, é promulgada pelo Outro que coloca o sujeito diante da lei. Ao mesmo tempo em que reconhece essa lei, descobre um jeito de evitá-la. Deste modo, o corpo da mãe retorna pelo afeto. Este em sua dualidade lembra a satisfação que é buscada pelo prazer e a proibição que surge como desprazer (GREEN, 1982).

Em relação à clivagem que afeta ao Eu, Green aprofunda o que denomina trabalho do negativo. O autor propõe um modelo para pensar o sistema psíquico concebido de quatro territórios: o território do

somático, o do inconsciente, o do consciente e do real. Esses territórios também são limites, tais como “a barreira somatopsíquica como limite inferior do inconsciente, o pré-consciente como limite superior do inconsciente, e que funciona também como limite inferior do consciente; a pára-excitção como limite superior do consciente” (GREEN, 1988, p. 53).

No conceito de território o autor mostra o somático de um lado e o real de outro. A psique é definida como uma formação central intermediária entre essas suas grandes entidades. Para que se estabeleça efetivamente uma relação intrapsíquica e intrasubjetiva entre pessoas é necessário que esses espaços de elaboração funcionem e que esses limites ou barreiras cumpram suas funções (GREEN, 1990).

Ora quais são as suas funções? São o que chamo de **trabalho do negativo**: a repressão, a clivagem, a negativa, a forclusão, que são mecanismos de defesa primários. Todos os outros mecanismos de defesa são do tipo secundário, cuja ação serve para completar a desses mecanismos primários. De que se trata? **Trata-se, em tudo isso, das diversas maneiras de dizer não** (GREEN, 1990, p. 78-79, grifo meu).

Pensando nesse modelo de psiquismo como uma formação intermediária entre o somático num extremo e o real no outro, quanto “mais perto estivermos da pulsão, mais mortífero será o trabalho do negativo e mais o ‘negar’, na raiz do funcionamento pulsional, pode chegar até mesmo às transformações biológicas surpreendentes” (GREEN, 1990, p. 81).

Prosseguindo em seu interesse pelos conceitos metapsicológicos é que apresenta, ao longo dos anos 70-80, o termo *trabalho do negativo*¹⁷. Com essa expressão busca organizar mais esteticamente os fenômenos e os novos aspectos da clínica. Ao circular, em sua teorização, por diferentes escolas psicanalíticas revigora a tradição freudiana.

Green apresenta uma velha novidade, pois Freud já utilizava o termo negativo na sua forma adjetivada ao descrever as formações resistenciais, tal como a reação terapêutica negativa. Sua forma substantiva foi abordada no artigo *A negação* (FREUD, 1925a/2011). Freud foi acompanhado por Klein devido à importância que ela deu à

¹⁷ No Brasil, seu livro *O Trabalho do Negativo* foi traduzido e lançado em 2010.

interpretação da transferência negativa, e por Bion ao utilizar uma nomenclatura negativa para se referir aos vínculos – H, - L, - K (CANDI, 2012).

A novidade em Green é olhar para o trabalho do negativo a partir da noção da dialética, porém sem alcançar uma síntese como foi proposta por Hegel. Ao trazer essa ideia para o campo da psicanálise apresenta um sujeito em movimento e em transformação, o qual se constitui nesse jogo de oposição e complementariedade que se constitui em função desses efeitos de reflexividade e de ressonâncias vindas de dentro e de fora (CANDI, 2012).

O trabalho do negativo aborda um funcionamento psíquico no qual há tanto um trabalho de elaboração como de resistência. Essa resistência se apresenta através dos mecanismos de defesa que têm como função lidar com os excessos da pulsão.

Admite Green (2010) que a extensão do trabalho do negativo vai bem além da esfera do Eu. Propõe um debate sobre a pulsão de morte e uma interpretação em termos de função desobjetalizante¹⁸ e de narcisismo negativo. Destaca que certos conceitos podem ter benefícios pelo trabalho do negativo, mesmo não sendo da esfera defensiva, tais como a identificação e a sublimação.

Retomando, quanto mais o trabalho do negativo se aproxima do representante psíquico da pulsão, mais a vida está em perigo. Do contrário, quanto mais se aproxima da repressão, mais a pulsão de vida está em ação. Destaca o autor que a “a repressão é protetora do inconsciente, e que diferente do id, que tanto pode ser uma força demoníaca como força de vida, o inconsciente, em geral, é o elemento mais conservador da vida e o agente mais eficaz da simbolização, como resultado da função objetalizante¹⁹, expressão das pulsões de vida e de amor” (GREEN, 2010, p. 81-82).

Na busca pela compreensão do afeto, Green (1982) também articula a evolução das concepções de angústia ao longo do pensamento freudiano. Distingue-a em três períodos: o primeiro, de 1893 a 1895, em torno da neurose de angústia e de suas relações com a vida sexual; o segundo, de 1909 a 1917, no qual aborda as relações entre angústia e a

¹⁸ Função desobjetalizante: “significa que a pulsão de morte entra em ação cada vez que o sujeito realiza, diante do objeto, uma desqualificação de sua própria singularidade e de seus próprios atributos” (GREEN, 1988, p. 76)

¹⁹ Função objetalizante: “ligar a pulsão de amor ao objeto. A pulsão não é admissível sem o objeto, que supostamente deve satisfazê-la, e o objeto de satisfação remete à pulsão, que exige satisfação” (GREEN, 1988, p. 75).

libido recalçada; e o terceiro, de 1926 a 1932, com ênfase nas relações da angústia com o aparelho psíquico.

No **primeiro período**, que foi em torno da neurose de angústia (1893-1895), a ideia principal é que a fonte da angústia não deve ser buscada na esfera psíquica, mas na esfera física. A angústia estaria relacionada a um mecanismo que comporta transformações quantitativas e qualitativas. Uma acumulação de tensão física sexual que ultrapassa certo limite não pode se transformar em afeto por elaboração psíquica. Na sexualidade normal, a tensão física sexual ao atingir certo limiar coloca-se em relação com conteúdos ideativos os quais utilizam a ação específica para descarga pela satisfação. Assim, a tensão sexual tem um valor de advertência para a libido psíquica, levando à experiência de satisfação (GREEN, 1982).

Esse esquema pode sofrer desajustes e a tensão sexual é assim transformada em angústia. O mecanismo em questão não é constituído apenas pela acumulação quantitativa de tensão, também se acrescenta uma mudança qualitativa. Em vez de se transformar em tensão psicosssexual, a tensão física se transforma em angústia. Na neurose de angústia temos um salto do físico sexual para o somático, porém este salto não tem vínculos com a simbolização, que Green chama de “perturbação econômica e simbólica desqualificante” (GREEN, 1982, p. 75).

Para o pensamento freudiano desse período, a causa principal da angústia reside no fato de que “um afeto sexual não pode ser formado, a tensão física não pode se ligar psiquicamente. A angústia aparece como um substituto da representação que falta” (GREEN, 1982, p. 75). Esse substituto somático está relacionado às manifestações físicas da angústia. Essas não são contingentes, elas dominam o quadro caracterizando a impossibilidade para elaboração psíquica da excitação somática. Acontece então um desvio da excitação somática para outras vias que não a via psíquica.

Green (1982) destaca que as primeiras teses de Freud sobre a angústia não se mantêm sem modificações, mas ele não renuncia a elas totalmente. Enfatiza que em momentos teóricos posteriores encontrar-se-á a persistência dessa tese de impossibilidade de elaboração psíquica da tensão energética, ou seja, de sua ligação com conteúdos representativos. Tais aspectos nos evocam as concepções da escola psicossomática francesa, que não tratará da angústia, mas da degradação de uma tensão física sexual ou de seu desvio para vias somáticas (internas).

Se as primeiras teorias abordaram a relação da angústia com o corpo, **no segundo período**, a articulação teórica acontece em relação à angústia e à libido recalcada. A ênfase se desloca para a dominância do conflito psíquico. O interesse de Freud se volta para as relações entre o afeto e o representante-representação da pulsão, buscando conhecer o destino e a transformação dos afetos.

Ao investir no estudo da sexualidade infantil e das neuroses, Freud destaca a importância da angústia e suas relações com o recalque. O recalque tem relação com uma situação de perigo e as descobertas do perigo da castração são utilizadas para essas questões. É estabelecida então uma distinção entre a angústia diante de um perigo, angústia real, e a angústia neurótica. Na angústia real há uma dependência das pulsões de autoconservação, portanto, os sinais de perigo são interpretados como uma ameaça à integridade do indivíduo. Porém, na angústia neurótica nada a relaciona com a autoconservação e o perigo então vem de outro lugar (GREEN, 1982).

O sinal de perigo tem como função induzir um estado de alerta preparando o indivíduo para o combate ou a fuga, de acordo com a situação. Deste modo a reação ao perigo é útil e necessária na preparação ao revide. Porém, a angústia com seu efeito desorganizador não tem nenhuma utilidade, apresentando um efeito contrário a uma preparação de resposta diante do perigo.

A angústia patológica se manifesta de dois modos. Um deles é a angústia flutuante que tem como característica a busca por ligações a qualquer representação. Nela o perigo é visto presente em toda parte e a segurança não está em nenhum lugar. Outro modo é a angústia circunscrita ligada ao perigo. Aqui o perigo é localizado e a segurança é vista em todos os outros lugares. Para Green (1982), nesses dois estados de angústia encontramos que qualquer manobra de evitação que for realizada será impotente, pois há o investimento do ego pelo afeto; bem como a angústia dominada em certa medida pela evitação da situação angustiante que ocorre como mecanismo de defesa do ego.

Mantendo uma ideia do já citado **primeiro período**, a angústia flutuante é interpretada como uma inibição da descarga. Nela há falta de elaboração psíquica e ênfase dos fatores quantitativos. Assim, “o entrave da libido dá origem aos processos, todos eles, unicamente de natureza somática” (GREEN, 1982, p. 77). Nas psiconeuroses acontece algo diferente, pois os sintomas acontecem para impedir o surgimento da angústia. A relação com a simbolização é conservada. “O histérico

continua a simbolizar através de seu corpo, o fóbico e obsessivo simbolizam por outras produções psíquicas” (GREEN, 1982, p. 77).

Um progresso considerável aconteceu no **segundo período** da teoria da angústia, resultando num melhor conhecimento das duas formas de angústias e de explicações metapsicológicas mais satisfatórias. Mesmo assim permaneceram certos pontos em relação à natureza do perigo a temer. Em cada etapa de desenvolvimento, esses pontos podem ser diferentes. Também a teoria da angústia se mantém mais econômica do que simbólica. “A angústia aparece aqui como consequência e não, como Freud sustentará mais tarde, como causa do recalque. A articulação entre as duas formas de angústia ainda está por vir” (GREEN, 1982, p. 79).

É no **terceiro período**, entre 1926 e 1932, que Freud dará ênfase à angústia e ao aparelho psíquico. No texto *Inibição, Sintoma e Angústia* (1926[1925]/1976), Freud apresenta sua última elaboração sobre o afeto, e na XXXII Conferência, *Ansiedade e Vida Instintual*²⁰ (1933[1932]/1994) são abordados os aspectos relevantes sobre o tema.

Green (1982) expressa que uma autocrítica de Freud faz com que ele faça mudanças na teoria, porém, ela é apenas relativa. O autor relembra uma série de proposições do pensamento freudiano. São elas:

A angústia tem sede no ego; [...] só o ego pode sentir angústia; [...] não é o recalque que produz angústia, mas a angústia que produz o recalque; [...] a angústia é a evocação pelo ego, em função de uma experiência pulsional nova, de uma situação de perigo antiga; [...] o sinal de desprazer (a angústia) suscita da parte do ego uma reação passiva ou ativa; [...] a energia da exigência pulsional pode sofrer diversos destinos; [...] o ego em sua relação de conjunção e de disjunção com o id está, por um lado, sob a dependência deste último, mas por outro lado, revela-se menos impotente do que parece pois é apto a utilizar o recalque por desencadeamento do sinal de alarme; [...] a angústia neurótica é causada pelo aparecimento no psiquismo de um estado de grande tensão sentida como desprazer, cuja liberação pela descarga é impossível; [...] a

²⁰ Conforme a tradução mantenho a grafia de vida instintual, porém trata-se de vida pulsional.

evolução libidinal implica que o perigo a que se está exposto não é o mesmo nas diferentes etapas do desenvolvimento; [...] a angústia é dependente do duplo dispositivo do recalque originário e posterior; [...] os dois aspectos da angústia, sinal de alarme ou expressão de uma situação traumática, correspondem ao papel desempenhado pelas instâncias (GREEN, 1982, p. 81-82).

Retomando aspectos que foi construindo ao longo de seu pensamento listado acima, Freud (1926[1925]/1976) busca, entre a angústia automática e a angústia sinal, uma articulação que facilite a compreensão. E é na percepção externa que compreende a passagem de uma à outra. A função perceptiva tem sua importância na função antecipadora. Essa percepção leva a criança a encontrar fora os signos que anunciam um perigo de dentro. Esse signo apontará uma “transferência da atividade do id para o ego. Transferência da atividade econômica para uma atividade simbólica que terminará na linguagem” (GREEN, 1982, p. 83).

É no papel da perda da mãe, no desamparo psíquico da criança, que está a angústia mais temida e que deve ser evitada. Não somente a falta de apoio da mãe é angustiante, mas este também desorganiza as tensões libidinais que a mãe busca satisfazer. Temos então uma ameaça aos rudimentos da organização do Eu que, por ser incipiente, resiste mal à inundação libidinal. A ênfase até então dada ao complexo de Édipo e à ansiedade de castração agora é dirigida para a ansiedade de separação.

Freud também precisa as ligações entre angústia, dor e luto do objeto. No resumo esquemático de Green (1982), “a dor é a reação própria à perda do objeto, enquanto a angústia é a reação ao perigo que essa perda comporta e, em consequência de um deslocamento, a reação ao perigo da própria perda. Assim, a perda do objeto gera a dor pela irrupção de uma quantidade não dominável no ego que provoca a angústia de desamparo” (p. 83). Deste modo, a angústia sinal prepara o Eu para se defender e tentar dominar a ameaça desorganizadora.

Green (1982) também apresenta que o desenvolvimento da temática do afeto dispõe de uma coerência desde 1895 na questão do afeto em relação ao inconsciente. Eis o que aborda:

O afeto pode nascer diretamente no id e passa diretamente para o ego aí fazendo efração à maneira de uma força que quebra a barreira da pára-excitação, e é a angústia automática, não

dominada, não reduzida, não desencadeada pelo ego, equivalente de uma dor psíquica. Nesse caso, o pré-consciente, os traços mnêmicos verbais são relegados e a palavra é reduzida ao silêncio. Aqui o id fala sua linguagem própria: a do afeto não verbalizado, e o ego está sob o efeito de um aniquilamento que o torna impotente, no desamparo (*Hilflosigkeit*). Em outra parte o afeto ativa certas reações do ego que pode filtrar as energias pulsionais provenientes do id e autoriza apenas uma quantidade moderada delas a entrar no ego. Nesse caso, é a angústia sinal de alarme; o afeto passando pelo pré-consciente chega ao ego com seu correlato de representações e de traços mnêmicos. Aqui, o ego, lugar da angústia, é também um lugar de trabalho sobre o afeto. O encadeamento pode então se esforçar, apelando para todos os recursos da atividade defensiva, por abordar, com a ajuda das representações e da linguagem, a significação do perigo temido, revivido na experiência de transferência (GREEN, 1982, p. 84).

Temos então um funcionamento psíquico em que cada instância, em suas diferentes funções, participa dos processos nos quais está o afeto. Dependendo da organização do ego o poder desorganizador do id terá maior ou menor força. Também depende da força de ligação de Eros, unificando as pulsões de vida, para lidar com a tendência desorganizadora das pulsões de destruição.

Se o afeto se mostra com destaque no funcionamento do psiquismo, não é possível esquecer a ligação necessária com a representação. Para lidar com os afetos é necessária a ligação destes com a palavra. Assim, as fixações são superadas e facilitam o desenvolvimento do ego e da libido.

Sintetizando o afeto através dos textos psicanalíticos, Green (1982) aponta que somente podemos compreender o afeto na psicanálise através do modelo teórico da pulsão, em que o afeto é um dos dois componentes da representação psíquica da pulsão. Visto deste modo o afeto designa a parte energética a qual tem uma qualidade e uma quantidade. Está ligado ao representante-representação, mas pode separar-se dele no inconsciente.

Prossegue o autor, ao reconhecer o afeto como uma quantidade cambiante acompanhada de aspectos subjetivos. O afeto se faz

consciente pela descarga ou pela resistência à tensão crescente que é seguida pela dissipação. Essa descarga acontece em sua maior parte no interior do corpo, pois tendo partido do corpo retorna a ele.

O afeto mantém um vínculo recíproco com a representação: “a representação desperta o afeto, o afeto mobilizado está em busca de representação” (GREEN, 1982, p. 86). Ainda,

os destinos do afeto dependem do trabalho de domínio sobre ele que o Eu faz. Contará com o auxílio dos mecanismos de defesa e também “da atividade de ligação da energia libidinal que assegura o encadeamento de uma energia livre flutuante” (GREEN, 1982, p. 86).

Declara Green (1982) que “após exame aprofundado, somos obrigados a postular afetos do id, resultado de uma transformação bruta e violenta da libido descarregada que penetra por efracção no ego, antes que a elaboração tenha podido funcionar em seu plano, e afetos do ego, afetos sobre os quais puderam funcionar as organizações do ego (ligação, dominação, dessexualização, etc.)” (p. 86-87). O afeto, assim, manifesta-se por um efeito econômico, “angústia de um demais”, e por um efeito de simbolização (afeto-sinal), “angústia de um de menos”, como distingue o autor (p. 87).

Para um psicanalista engajado no conhecimento e aprofundamento da metapsicologia, não é ilegítimo considerar o produto da divisão do representante psíquico em representante ideativo e representante-afeto, pois o afeto deriva de uma forma do representante pulsional – aquela que não explica seus laços entre os representantes ideativos. Mas o autor mesmo enfatiza que se quisermos nos ater à distinção freudiana temos que excluir o afeto do sistema de traços mnemônicos representativos. Para Green (2008) essas duas concepções podem ser defendidas, bem como é partidário do afeto no sistema geral da representação, reconhecendo seus traços específicos e particulares.

Desta forma, proponho considerar a possibilidade do trabalho com os afetos via a representação e suas modalidades de organização linguageira, relevando sua articulação com as moções pulsionais e que a pulsão se articula necessariamente com a representação. Ou seja, a partir do apresentado e discutido sobre Green e Freud, considero nesta tese a articulação entre os afetos e a representação nas modalidades de organização da linguagem.

Para tal, é necessária firmeza na teorização, e dessa firmeza conceitual depende a conservação da especificidade da teoria psicanalítica. Green (2008) insiste no papel organizador dos afetos para o inconsciente e a diferenciação estrutural das instâncias. Denomina de

nó os fios que levam a caminhos que partem ou chegam através do afeto. Talvez seja por esse aspecto que a literatura pós-freudiana nem sempre reconheceu essa exigência conceitual e dissolveu a especificidade do afeto colocando-o na vida afetiva e no contexto de uma teoria genética da personalidade.

Após esse percurso na trama dos afetos em Freud, proporcionado por Green, abordo no próximo capítulo as histórias das mulheres e da maternidade, com ênfase no período do Brasil colonial.

5 AS MULHERES E A MATERNIDADE NA HISTÓRIA

Esse capítulo objetiva abordar aspectos da história das mulheres que indicam articuladores sobre a maternidade, o feminino e a sexualidade. Não será dada ênfase a uma apresentação histórica cronológica e extensa desses aspectos, mas sim à importância e ao uso na construção de modos de ser, viver e sentir. Nesse enfoque, aspectos que ocorreram em diferentes tempos podem ser apresentados. O que se questiona é justamente o que os faz se sustentarem ao longo de décadas, porventura séculos. Assim, o leitor pode se deparar com saltos da história, da Europa colonizadora ao Brasil colonizado; do século XIX aos dias de hoje. Esse recurso auxilia na exposição de aspectos do foco da tese. O fio condutor é pelo que ainda hoje se mantém, por quais questões se mantêm, pelo comportamento das mulheres em relação à maternidade, ao feminino e à sexualidade, bem como diante dos imprevistos, nos inesperados e na criatividade em ser mulher e mãe.

Nesta pesquisa convido as mulheres entrevistadas a falar de sua maternidade. Cada uma contou a história que viveu e que compartilhou com diferentes pessoas, em diversos círculos de relações sociais. Digamos que essa é a parte pública da maternidade de cada entrevistada. Ao longo das entrevistas também foi contado o lado privado. Aquele em que os acontecimentos se deram na intimidade do ambiente do lar e da família e consigo mesma. Esse por si só aconteceu através de relações com um restrito número de pessoas. Nesse contexto, as relações se mostram mais intensas nos afetos e há uma expectativa bem maior entre as trocas que acontecem ou que deixam de acontecer. As vivências públicas e privadas não interferem apenas na modalidade das trocas e relações socioafetivas. O dito aceito e acolhido publicamente não esgota o dito que pode se manifestar mesmo contra o interesse e a vontade de cada mulher.

O privado, a privacidade em relação ao que é de cada um, a intimidade com seu corpo, seus afetos, não só é uma trama de cada sujeito com sua história e suas relações como também é uma construção mais recente da humanidade. Diz Perrot (2009, p. 7) que “o privado é uma experiência do nosso tempo”, referindo-se a aspectos mais recentes da história a partir da modernidade.

Na Europa, nesse período, ocorre uma ênfase à vida privada, o que estimula as mulheres a uma interiorização de novos valores tanto para o lar como para a vida familiar e com os filhos (DEL PRIORE, 2009a).

Em relação a esse movimento, destaca a autora, os historiadores hesitaram por muito tempo em entrar no território do privado. Talvez por diversas questões que poderiam estar relacionadas ao pudor, à incompetência e até ao respeito por valores nos quais o que acontecia no espaço público é que merecia ser contado. Para que esse movimento se solidificasse foi preciso uma inversão nessa ordem. Assim, o privado deixou de “ser uma zona maldita, proibida e obscura: o local de nossas delícias e servidões, de nossos conflitos e sonhos; o centro, talvez provisório, de nossa vida, enfim reconhecido, visitado e legitimado” (PERROT, 2009, p. 7).

Sendo assim, na sociedade europeia do século XIX havia uma busca por um equilíbrio entre o público e o privado, “onde as palavras e as coisas se precisam e as noções se refinam. Entre a sociedade civil, o privado, o íntimo e o individual traçam-se círculos concêntricos efetivamente entrecruzados”, destaca Perrot (2009, p. 9).

Já no Brasil pobre, da época da colonização, a noção de privacidade estava sendo construída. A precariedade das condições materiais se refletia em moradias e locais nos quais se podia enxergar por frestas e rachaduras, devido a um ambiente de extrema precariedade e instabilidade (DEL PRIORE, 2011).

Está-se diante de diferenças de contextos nos quais os modos de pensar mesmo importados podem aqui sofrer alterações.

Prosseguindo a abordagem de ideias que se destacaram nesse período, temos o surgimento da psicanálise. Ela trouxe um novo modo de escuta do sofrimento de mulheres, cujas manifestações eram até então consideradas como farsa e simulação. Assim, a escuta desse singular, do que se constitui numa relação privada de intimidade, também tem repercussão na constituição psíquica de cada sujeito bem como no modo de se relacionar consigo e com os demais.

A intimidade das relações também se caracterizou por mudanças no “refinamento das sensibilidades no cotidiano da vida em comum” (PERROT, 2009, p. 8). Aspectos das necessidades humanas como comer, higienizar-se, amar e morar sofreram modificações à medida que foi conscientizada essa intimidade dos corpos.

Escrever sobre a intimidade, o privado, solicita fontes que ao mesmo tempo são abundantes e podem ser lacunares, dizem muito e se calam sobre os segredos, bem como estão sujeitas aos discursos teóricos, normativos, descritivos da família. Arquivos privados são ricos e diretos, mas não disponíveis em todos os níveis sociais e muitas vezes de acesso aleatório. Correspondências entre famílias e literatura pessoal,

tal como diários íntimos e memórias nem sempre constituem um reflexo do privado, pois muitas vezes obedecem a regras sociais e de boa apresentação pessoal. Uma carta pode ser mais espontânea e levar as sutis manipulações do esconder/mostrar e ao menos nos levar à entrada da fortaleza (PERROT, 2009).

Chegar ao outro lado do espelho, como escreve Perrot, ir além do que é oferecido pelas mulheres sobre sua vida externa e pública da maternidade, “onde o dizível fabrica o indizível, a luz cria a sombra. O não dito, o desconhecido, o incognoscível – e a consciência trágica que temos disso – avançam no ritmo do saber que cava sob nossos pés mistérios insondáveis” (PERROT, 2009, p. 12).

Conhecer aspectos desse processo de mudanças nos facilita pensar nas relações entre a cultura e a história que servem de caldo, arcabouço para as trocas, identificações e modelos para as mulheres viverem suas maternidades. Uma história que nos últimos séculos acolheu mudanças significativas e que foram lentamente sendo conquistadas pelo cidadão, porém numa velocidade muito diferenciada para as mulheres. O tempo para elas foi do “bem depois”, tal como para votar, trabalhar e ter seus direitos reconhecidos; e também para questionar o que é dado como instintivo, como o amor materno (BADINTER, 1985).

No final do século XIX mulheres europeias diziam a seus patrões: “nós somos de carne e osso, tal como vós”, marcando as relações de miséria e exploração que ocorriam no trabalho. Bem como questionavam as famílias numerosas e a exigência de cumprimento da função materna ao panfletar com os dizeres: “mulher, aprende a não ser mãe senão por desejo próprio” (PERROT, 2009, p. 390). A busca pela liberdade esbarrava nos comportamentos convencionais. Afinal não é tão simples assim libertar o desejo.

Também nesse século acentuou-se o sentimento de identidade individual e a mudança na escolha do nome das pessoas. Deste modo alguns prenomes propagaram-se verticalmente, da aristocracia ao povo. Assim, as regras de transmissão de nomes na família perdem sua autoridade (CORBIN, 2009).

Nesse contexto destacou-se a importância de olhar para si, deixando de ser um privilégio de alguns. Muitas interdições haviam sido colocadas ao objeto espelho; seu uso era restringido por deter crescimento de crianças e por trazer azar. Regras de bons modos proibiram que boas moças se admirassem nuas, mesmo que pudesse ser apenas pelo reflexo da água da banheira. “O estímulo erótico da imagem

do corpo, exacerbado por semelhante proibição, frequenta essa sociedade que enche os bordéis de espelhos” (CORBIN, 2009, p. 395).

Temos assim a importância da difusão social do retrato como um esforço para as pessoas se afirmarem e tomarem consciência de si. É a fotografia a expressão democrática do retrato. Ela fixou a posse e o consumo em série da imagem que cada um poderia obter de si através dela e se tornou acessível até aos sujeitos comuns, do povo. Instigou o sentimento de autoestima e democratizou o desejo de atestado social.

Porém, não só a imagem visual de cada um produz mudanças. Ao fotografar uma família, a imagem proporcionou também a configuração familiar e a coesão do grupo, bem como a visão das idades da vida, estimulando o sentimento a respeito da passagem do tempo (CORBIN, 2009).

Deste modo, “opera-se no mesmo processo uma mudança das referências da memória familiar. De maneira geral, a posse simbólica de outra pessoa tende a canalizar os fluxos sentimentais, valoriza a relação visual em detrimento da relação orgânica, modifica as condições psicológicas da ausência” (CORBIN, 2009, p. 398). Esses aspectos contribuem para um olhar reflexivo e de construção simbólica que incrementa os recursos psíquicos e de pensamento em cada sujeito, tanto para lidar com as situações como para dar novos sentidos às experiências.

A reflexão entre público e privado marcou essa etapa. A ela também se somou uma discussão sobre a dicotomia entre corpo e alma, e as conseqüentes atitudes dessa crença, que variavam conforme o estrato social, o nível cultural e as questões religiosas. Corbin (2009) destaca a sedimentação de crenças nos substratos profundos de cada indivíduo que correspondem à circulação de modas e comportamentos em diferentes camadas da população, pois elas geram um intrincado sistema de representações.

Por um lado, havia no final do século XIX a influência dos provérbios que circulavam, refletindo uma visão laicizada da existência ao privilegiar o orgânico. Esse orgânico como uma valorização ao que era ligado à terra em suas ligações simbólicas até chegar ao cósmico.

Por outro lado, a ênfase na mensagem cristã, que se baseava no antagonismo entre corpo e alma, na qual os instintos comprometem a alma de sua ascensão celestial.

Assim se justifica a guerra permanente movida contra os anseios, os impulsos orgânicos; se a alma não modera o corpo, este, tal como um

dragão, há de levantar-se para avassalá-la. Não existe compromisso possível. Esse desdobramento, quase esquizofrênico, embasa os comportamentos ascéticos (CORBIN, 2009, p. 407).

Assim, mais força a Igreja tem de fazer para manter sua doutrinação junto aos fiéis, dando prioridade aos cuidados da alma como única saída às exigências do corpo.

Em relação às mulheres europeias, a Igreja investe em conquistá-las e utiliza para tal o discurso médico. Este buscou uma abordagem que destacava a especificidade do corpo feminino e a alinhava à supremacia da alma sobre o corpo. Na alma estava o segredo da vocação do corpo e ela o dirigia. Deste modo não são as formas da anatomia nem a fisiologia da mulher que determinam seu caráter e conferem sua missão maternal. Cabe à alma modelar o corpo e o espírito feminino. “A maternidade é primeiramente vocação metafísica daquela que tem o dever de colaborar com a obra da natureza” (CORBIN, 2009, 408). Assim, temos uma conciliação tosca entre a mulher santificada, que a igreja enaltece para divulgar suas crenças, e o interesse médico e político para que as mulheres cuidem de seus filhos, pois isso é de sua natureza.

Mesmo com as influências de bases metafísicas ocorreu uma busca pelo rompimento do primado da alma. “De um só golpe, passam a dar maior atenção à relação entre o físico e a moral, ao vínculo existente entre a vida orgânica, a vida social e a atividade mental. Assim, a feminilidade não deriva mais aos seus olhos de uma ontologia, mas de uma fisiologia e de uma sociologia” (CORBIN, 2009, p. 408).

Esse movimento de interiorização não apenas promove uma autocontemplação do sujeito, mas favorece pensar numa consciência que é marginal em relação ao inconsciente que com toda sua força se mostra nos comportamentos e sentimentos.

Pode-se situar nesse ponto o avanço que trouxe o pensamento sobre a sexualidade a partir da psicanálise. Esta buscou um modo diferente de pensar a sexualidade humana como uma psicosexualidade. Mesmo que em relação às mulheres essa teorização seja questionada devido à vigência de aspectos do pensamento da época, tais como tomar o desenvolvimento masculino como modelo para o feminino, ter como referência a questão fálica, aspectos que puderam ser revisitados mais ao final da obra freudiana.

Um rápido panorama das ideias que circulavam nessa Europa do século XIX que exportou sua influência além-mar a um Brasil colonial que deveria reproduzir e manter aqui o que a metrópole ditava e exigia. Desse Brasil colonial, a historiadora Mary Del Priore (1999, 2009a, 2009b, 2011) ausculta as trajetórias femininas em documentos e fontes impressas nos quais encontra imagens recorrentes e representativas de dominação e opressão sobre a mulher.

Cabe situar o colonialismo desse período, caracterizado pela expansão europeia que coincidiu com o início do sistema capitalista moderno de trocas econômicas. As colônias, entre as quais o Brasil, forneciam matéria-prima que sustentaram por muito tempo o poder central, a metrópole, que para nós estava em Portugal.

As práticas de exploração tanto dos recursos econômicos como do território da colônia pelos viajantes e exploradores europeus aconteceram através do sistema panóptico²¹. Deste modo, foi estabelecido um sistema de diferença hierárquica para não admitir um equilíbrio de relacionamento econômico, social e cultural (BONICCI, 2009).

Destaca-se que a colonização e o discurso colonialista eram impregnados pelo patriarcalismo e pela exclusividade sexista. Na utilização do termo *homem* estava incluído homem e mulher. O que não ocorria ao termo mulher. A ideologia subjacente a essa utilização estava na imposição europeia ao resto do mundo de sua ação civilizadora. Esses aspectos camuflaram a utilização da mão-de-obra indígena. A dita tarefa civilizadora e de tutela paternal pelos portugueses foi um pretexto para a aquisição de matéria-prima para suprir a metrópole (BONICCI, 2009).

O estigma de inferioridade cultural não estava relacionado somente ao povo nativo, no nosso caso os índios, mas também aos colonos brancos, que aos olhos dos agentes governamentais e da metrópole ficaram degenerados²² pelo hibridismo.

²¹ Panóptico: “É um sistema de supervisão, consequência do poder sobre o sujeito outremizado, o qual é ameaçado por todo tipo de reprovação moral e cultural e de exclusão” (BONICCI, 2009, p. 260).

²² Colonos degenerados eram considerados os que prescindiam da herança cultural europeia ao adquirir características dos nativos (BONICCI, 2009).

Deste modo, os colonizadores portugueses colocaram em prática o conceito “nós-eles” ou Outro-outro²³ na busca de coesão para o discurso hegemônico europeu com o colonizado. Como promessa, o colonizado receberia de sua submissão ao colonizador as benesses da civilização, o que era sempre preterido.

Tem-se nesse panorama a imposição de um sistema hierárquico patriarcal que já veio com os colonizadores e que se reproduziu aqui. Em relação às mulheres, estas já estavam submetidas a um lugar inferior na hierarquia na Europa e aqui também foram subjugadas pelo sistema patriarcal e pela dominação colonizador/colonizado. Porém, algumas alianças que ocorreram entre forças na Europa ocidental para normatização das mulheres aqui sofreram algumas transformações.

Esses aspectos destacam a mulher do Brasil colonial que mesmo vivenciando dor, sofrimento, solidão, humilhação, exploração física, emocional e sexual apresentou discretos poderes com os quais reagia e resistia a essas situações. Se o Estado e a Igreja reforçavam os poderes masculinos, as mulheres “costuravam as características de seu gênero, amarrando práticas culturais e representações simbólicas em torno da maternidade, do parto, do corpo feminino e do cuidado com os filhos” (DEL PRORE, 2009a, p. 14).

Se os arquivos escritos por homens sobre as mulheres do Brasil colonial apresentavam informações em migalhas e dispersas, nem por isso impediram que fossem identificadas as mediações que ocorreram na busca de um projeto normatizador metropolitano para as mulheres.

Enfatiza Del Priore (2009a) que se houve uma definição dos lugares possíveis para as mulheres, estes estavam relacionados à casa, à maternidade e à família, e as práticas das mulheres de algum modo acolheram essas indicações.

Os aspectos políticos, econômicos e ideológicos que envolveram a reprodução na Idade Moderna decalcavam-se sobre uma concepção social da maternidade, indicando que se, por um lado, a situação peculiar da Colônia permitiu que este discurso estivesse a serviço do processo de povoamento, por outro, as populações femininas aproveitaram para viver a maternidade como uma revanche contra uma sociedade androcêntrica e

²³ Outro considerado o sujeito hegemônico europeu; outro era o sujeito marginalizado pela hegemonia europeia, uma pessoa de raça ou etnia diferente, ou seja, branca e não europeia (BONICCI, 2009, p. 260)

desigual nas relações entre os sexos (DEL PRIORE, 2009a, p.15).

Viver a gravidez, parto e cuidado dos filhos na privacidade da casa e da família era valorizado e idealizado. Porém, por trás dessa imagem de mãe ideal, as mulheres encontravam forças para lidar com um sistema que impunha solidão, dor e abandono. O cuidado dos filhos também dava às mulheres respaldo afetivo e material, bem como uma autoridade no lar que raramente seria aceita na vida social. Ao se identificar com esse papel cultural que lhe foi dado, as mulheres recebiam valorização social. Bem diferente seria a consideração feminina se esta buscasse uma atividade na esfera pública, pois seria marginalizada (DEL PRIORE, 2009a).

Del Priore (2009a) destaca que no atropelo da construção de um mundo novo, do Brasil Colônia, a vida das mulheres foi conduzida e pressionada, tanto por interesses políticos quanto religiosos para a povoação e a organização da eficiência mercantil da nova terra. Para tal, foi preciso um projeto de normatização para distintos gêneros. Porém, os comportamentos nem sempre atendiam aos ditames eurocêntricos e tridentinos. Uma dissonância intervinha na transmissão de modos e costumes devido, em parte, à formação heterogênea de homens e mulheres de raças, credos e condições sociais diversas. Essa mistura de gente, costumes e características inauguraram “uma prática criativa, de linhagem arcaica no Brasil: a do ‘jeito’ (DEL PRIORE, 2009a, p. 40).

No Brasil, a colonização pelos portugueses aconteceu de um modo diferente do colonialismo britânico. Boaventura Santos (2004) chama o colonialismo português de subalterno, o qual ocorreu tanto no domínio das práticas como no do discurso. Na prática, Portugal era quase uma colônia informal da Inglaterra, já a conjugação do colonialismo com o capitalismo no Brasil foi menos direta. No discurso, a história do colonialismo foi escrita em inglês e não em português, assim gerando um problema de autorrepresentação. O autor compara esse aspecto à posição na qual ficou o colonizador português, tal qual a do colonizado inglês. O problema de autorrepresentação do colonizador português

cria uma disjunção caótica entre o sujeito e o objeto de representação colonial que, por sua vez, cria um campo aparentemente vazio de representações (mas, de fato, cheio de representações subcodificadas) que, do ponto de

vista do colonizado, constitui um espaço de manobra adicional para tentar sua auto-representação para além da representação de sua subalternidade (BOAVENTURA SANTOS, 2004, p. 2).

Essas características de autorrepresentação possibilitam brechas aos colonizados, as quais as mulheres demonstram utilizar na relação com a maternidade. Bem como o colonizador português carrega consigo uma indecibilidade em sua representação.

Portanto, na interação prolongada dos portugueses com as culturas e os poderes locais ocorreu uma interação na qual os interesses não eram respaldados somente pelos poderes imperiais, do colonizador. Tal relação de colonizador-colonizado apresentou características de reciprocidade, horizontalidade, extravasamento da relação comercial para relacionamentos sociais e familiares com assimilação da língua e dos costumes locais. Esses aspectos ocorreram na colonização da costa oriental da África e foi designada de “cafre”²⁴. O questionamento é o quanto essa cafreização também não ocorreu aqui no Brasil em relação aos colonizadores portugueses com seus colonizados.

Para Boaventura Santos (2004) a cafreização é o

não dito que sustenta o seu contrário, a assimilação. Ela constitui um duplo não dito: é um não dito da assimilação porque é uma assimilação invertida (do colonizador pelo colonizado), mas também o não dito da imposição cultural que caracteriza a colonização, seja ela assimilacionista ou não, porque é uma identidade negociada (p. 9).

Estaria aí nessa questão, citada há alguns parágrafos acima, o que Del Priore (2009a) chama de “prática criativa, de linhagem arcaica no Brasil: a do ‘jeito’ (p. 40)? No jogo do não dito, mas assimilado invertidamente (do poder da mulher-mãe sobre o homem), com o não dito imposto (toda mulher é mãe) estaria a brecha pela qual a mulher viu na maternidade um modo de ganhar tanto espaço físico privilegiado (do lar) como espaço afetivo (junto aos filhos e outras mulheres)?

²⁴ Cafre era uma designação dada para distinguir os negros (cafres) dos negros que falavam árabe e negociavam com os povos de cultura árabe e muçulmana (BOAVENTURA SANTOS, 2004).

O “jeitinho” dos brasileiros é uma imagem que se mantém e que, embora questionada, não caduca. Pode-se pensar o quanto as mulheres desde o Brasil Colônia aproveitaram essas características peculiares da relação colonizador-colonizado(a), dominador-dominado(a) dos portugueses com o povo local para, através do não dito, expressar de outros modos suas construções de ser mulher e mãe.

Mas é preciso detalhar esse contexto, as condições femininas das relações familiares e conjugais, das leis e das normas e da história da maternidade no período; conhecer sobre como eram vivenciadas essas maternidades. Pois como ocorriam tanto relações conjugais lícitas e como ilícitas, é possível pensar de que modo elas poderiam repercutir nas relações das mães e de seus filhos. A maternidade além de um fenômeno biológico tem também uma função social e afetiva. Esta foi se transformando ao longo do tempo pelos projetos do Estado e da Igreja, que buscaram disciplinar as mulheres segundo seus interesses (DEL PRIORE, 2009a).

O que era ser mãe nesse período? Responder a essa questão coloca aquele que pergunta diante de metas bem definidas. “A família, ancilar unidade de produção e reprodução, deveria entretecer-se em torno da mãe supostamente exemplar, e esta, instruir e educar os filhos cristãmente e cuidar com diligência das coisas da casa”. Prossegue descrevendo que “a vida feminina, recatada e voltada para o fogo doméstico²⁵ e os filhos, fazia da santa-mãezinha um chamariz para que se canalizasse na esfera do lar a energia que fora dela pudesse confundir-se com desordem e contravenção, baralhando os pressupostos de ordem e trabalho implícitos no sistema” (DEL PRIORE, 2009a, p. 41). Desordem e contravenção seriam considerados os outros comportamentos que contrariavam o projeto de normatização das mulheres no Brasil Colônia.

O papel da mulher e mãe valorizada era relacionado à gestão da vida privada, administração do cotidiano doméstico, cuidado e saúde da prole. Ao exercer na informalidade do lar esse papel, a mulher também operava discretos poderes, o que colocava em xeque a ficção do poder masculino muito enaltecido nessa sociedade colonial. Através da maternidade as mulheres se abrigaram contra a exploração doméstica e

²⁵ Fogo doméstico ou fogos, como denomina Del Priore (2009b) é o espaço familiar e caseiro exclusivo da mulher para cumprir suas funções maternas. Tanto pode ter a presença do companheiro como não, mas conta com a solidariedade de outras mulheres.

sexual, organizaram sua revanche contra uma sociedade misógina bem como sua integração no projeto colonial.

Ser mãe no Brasil colonial colocava em confronto a imagem da mãe do projeto colonial, pois as mulheres viviam a maternidade nesse período tal qual o caleidoscópio de situações que refletiam a colônia. Para Del Priore (2009a) esse caleidoscópio materno era composto por mulheres que tinham seus filhos sós, celibatárias ou mães solteiras, mulheres que tinham suas ninhadas de relações concubinárias, podendo momentaneamente ter a presença do companheiro, e as que tinham as bênçãos da Igreja e o abrigo da legislação. Embora esses aspectos não fossem garantia de que o companheiro permaneceria ao seu lado no cuidado e desenvolvimento dos filhos.

Mães e filhos estavam ligados por preocupações e cuidados comuns. Deles muitas vezes dependia o sustento na produção do que comer ou por meio de ganhos obtidos de pequenas vendas. Na aliança entre mãe e filhos uma força surgia para auxiliá-los contra a instabilidade econômica e social. A recompensa materna era a vinculação dos filhos ao fogo materno que auxiliava a todos na ausência de marido/pai e companheiro. A força que se constituía entre a mãe e seus filhos, além de alimentar as necessidades do corpo, suprimia as relações pelas trocas afetivas.

Diante de um cenário impiedoso, as mães traduziam seus afetos nas preocupações diárias, tais como “dar-lhes estado, ensinar-lhes a ler, escrever e contar, ensinar-lhes a coser e o lavar” (DEL PRIORE, 2009a, p. 58). Esses cuidados evidenciam aspectos da privacidade das relações entre mães e filhos. Essa privacidade era administrada pela mãe e quando de sua partida, por morte, expressavam em seu testamento um coração pesado e cheio de dor pelo temor do que aconteceria aos seus filhos.

Para Del Priore (2009a) no período do Brasil colonial, a cristianização ocidental trouxe profundas mudanças. A Igreja como uma linha mestre de ação buscou a aplicação de hábitos e demonstrações pessoais de fé, interiorização da vida social e familiar que condizia ao fiel recolhido em oração em seu oratório doméstico. A devoção a Nossa Senhora e o surto mariológico plantaram os ideais do Concílio de Trento da Igreja Católica. Assim, proliferaram-se as irmandades e confrarias como agentes de controle das normas reformistas. O pecado e o arrependimento ganharam destaque nas pregações. Os interesses mundanos e do corpo traziam amargo desgosto. A Igreja condenava os vícios e estimulava os homens a admitir suas misérias. Os porta-vozes

de Deus se empenhavam no constrangimento aos fiéis de que a causa de todo mal físico era de ordem moral. Às mulheres coube o lugar de agente mais eficaz das forças infernais que ameaçavam a paz terrena.

A mulher foi descrita na literatura da época como um “diabo doméstico”, pois era “como um poço os vícios dos filhos das trevas: enganadora, melíflua, concupiscente, fétida, infecta, gastadora, desbocada”. Acrescidos a isso, os “textos bíblicos e jurídicos davam caução à menoridade da mulher, e a Igreja valia-se da mulher-sereia, da mulher-diaba, da mulher perigosa. A piedade mariológica [...] colaborava para esvaziar ainda mais qualquer conteúdo de sedução que se quisesse enxergar nas mulheres. O modelo de feminilidade que vicejava era ditado pela devoção a Nossa Senhora e correspondia a comportamentos ascéticos, castos, pudibundos e severos” (DEL PRIORE, 2009a, p. 33).

O discurso em favor do casamento construía-se, deste modo, lentamente, à custa das mulheres venais. Elas eram a face contrária da mulher valorizada, casada e com seus filhos legítimos. Sem filhos elas corriam o risco de serem confundidas com as mulheres venais.

Assim, esse contexto acolheu as prédicas da Igreja e do Estado para o casamento das mulheres como modo para uma sexualidade que tinha como função gerar filhos legítimos, que criados e cuidados povoariam a colônia. Uma trama útil de interesses tanto da Igreja como do Estado, na qual a mulher não era escutada.

O matrimônio não só legalizava a situação do casal perante a Igreja e a lei como passou referendar o corpo e a sexualidade das mulheres. A mulher era magnificada, e a criança sacralizada. A mulher casada obtinha a promessa de segurança e proteção para si e para a prole. Além do que o sacramento do casamento trazia o benefício da indissolubilidade, que poderia, pretensamente, proteger do abandono tão corriqueiro devido aos vários momentos econômicos da Colônia.

A mobilidade espacial de maridos ou companheiros na instalação do sistema colonial trouxe uma enorme semelhança do concubinato ao casamento, na medida em que os homens encontravam-se distantes da família. Em relação às mulheres, o fenômeno que se produziu, em contrapartida, foi o de que “todas se viam como chefes de suas casas, famílias e fogos” (DEL PRIORE, 2009a, p. 46).

Essas características da vida familiar e conjugal do Brasil Colônia modificam parcialmente a hierarquia entre os sexos. Por questões contingenciais as mulheres eram “empoderadas” em seus fogos e com sua comunidade. Porém, diante do retorno de seus companheiros,

novamente a submissão era reestabelecida. Inclusive fazia parte a aceitação pela mulher de filhos que porventura o marido tivesse tido durante o período de afastamento da família.

As mulheres cabiam a manutenção, zelo, cuidado e educação da prole diversa. Tais aspectos reforçaram a matrifocalidade na sincrética sociedade colonial, bem como ampliaram o poder informal da maternidade, confrontando a recomendação eclesiástica que ordenava a submissão da mulher ao marido (DEL PRIORE, 2009a).

Nos meandros das relações entre os homens e as mulheres, a maternidade se mostrava uma força inigualável para abertura e manutenção de brechas diante do dito poder, mas esse poder nem sempre era reconhecido.

A contrapartida da Igreja para lidar com essas fugas de poder foi instituir o ideal de que “a boa-mãe-cuida-bem-de-seus-filhos. E não de todos os filhos” (DEL PRIORE, 2009a, p. 48). O sagrado matrimônio foi utilizado como único instrumento de legitimação dos filhos. Mães que cuidavam de frutos de outros ventres feriam o sacramento.

Porém, com ou sem o consentimento da Igreja, as mulheres eram unânimes em cuidar e educar os filhos. Nesse cuidado, a função exercida da maternagem se transformava em força junto a outras mulheres, aos filhos e à comunidade.

No embate de forças, cada posição de um dos lados correspondia a uma reação do outro. Foi assim que, gradativamente, o projeto de normatização da Igreja para moldar e adestrar os corpos femininos foi sendo interiorizado pelas mulheres. As vantagens concretas do matrimônio passaram a ser vistas como espaço de proteção contra o cenário violento e impiedoso no qual viviam. Deste modo, um pacto com o Concílio trentino é estabelecido.

Para Del Priore (2009a) a maternidade dita irregular, sem ambos os pais criando e cuidando dos filhos em conjunto, acarretava seus maiores prejuízos na ordem socioeconômica e não moral. Assim, as práticas sociais em relação à maternidade irregular acabaram por gerar várias condutas femininas, seja no trabalho da lavoura ou do pequeno comércio, na jornada doméstica ou em serviços prestados a terceiros, o que levava as mulheres a reorganizar seus dramas e misérias em torno dos filhos; uma vez que as histórias contadas de sedução, estupro ou abandono, que levavam à maternidade dita irregular, não tinham apoio do tribunal eclesiástico. Aqui a classe social interferia na não escuta, pois a maternidade irregular poderia ocorrer mais com mulheres de classes subalternas.

Havia também as que não se casavam, mas se mantinham “honestas” e reuniam-se com outras esposas abandonadas ou viúvas com o mesmo objetivo de criar sozinhas seus filhos. Nesse ponto, a autora não especifica qual o comportamento das mulheres que se mantinham honestas, mas pode-se pensar que a mulher não honesta demonstrava sua necessidade de trabalhar e esta iria interferir no modo como seriam consideradas socialmente. Sua condição social desfavorável associada à falta de um companheiro que lhe amparasse bem como o não atendimento das normas religiosas a colocariam sob suspeita.

Outras mulheres ainda, para não interromper o cotidiano de trabalho e sobrevivência, entregavam seus filhos a parentes, compadres ou conhecidos para que os criassem em supostas melhores condições. O que muitas vezes ocorria é que essas crianças serviam de mão-de-obra barata para as referidas mães de criação. Mas para essas mães, solteiras e pobres, cada filho entregue era uma boca a menos para alimentar (DEL PRIORE, 2009a).

O que estava ausente nessas práticas sociais descritas acima era o casamento tridentino²⁶. O que se impunha eram as ligações consensuais. A Igreja, que através do uso de situações, tanto imaginadas como concretas de sedução, fazia um arremedo de diálogo com as mulheres. Deste modo queria impor o sacramento do casamento; conseguiu somente um monólogo devido ao modo impositivo com que impunha suas ideias.

A valorização do casamento se deu principalmente entre aquelas mulheres que não conheciam as ditas benesses do casamento por estarem desamparadas, sozinhas, em uma vida de penúria econômica e social. O que evidencia a manipulação das mulheres para adequação de padrões de comportamentos não escolhidos por elas, mas por outros para elas. Para a autora esse foi o alicerce da construção da “santa-mãezinha”.

Contrariando essa imagem de mãe santa, também se encontrou nos “fogos” uma agregação de mães, filhas, sobrinhas e parentes em idade sexualmente ativa e que, com suas condutas divergentes do modelo tridentino, contribuíram para a construção da imagem da mulher

²⁶ O Concílio de Trento foi um concílio ecumênico da Igreja Católica para assegurar a unidade da fé e as leis eclesiásticas, no contexto da Reforma da Igreja Católica. Ocorreu entre 1545 a 1563, na cidade de Trento. Nele foram emitidos o maior número de decretos dogmáticos e disciplinares sobre a fé da Igreja.

sem qualidade. Estas usavam seu corpo do modo como queriam. Suas práticas eram consideradas pecaminosas pela Igreja, pois a mulher ideal deveria ser casada, gostar da vida doméstica, religiosa e ser preocupada com a família (DEL PRIORE, 2009a).

A realidade também apresentava mães que assistiam e instigavam suas filhas ao uso indiscriminado de seus corpos. Mães que contrariavam a missão de preparar suas filhas para o casamento, pois:

[...] não se preocupando em ‘dar-lhes estado’, mas incentivando, sim, o uso de sua sexualidade mais nociva: aquela que não visava a procriação dentro da família sacralmente constituída. Também o uso de esponjas vaginais para evitar gravidez, sangrias no pé, bebidas abortivas, vomitórios e a introdução de agulhas e instrumentos pontiagudos no útero, método pela redução de ‘crias’ indesejadas, mas que acabava vitimizandando as próprias gestantes. Os netos que driblavam esses cuidados elas criavam ou faziam criar em casas de comadres e vizinhas, evitando-lhes o abandono condenado (DEL PRIORE, 2009a, p. 74).

Neste cenário a Igreja manifesta sua preocupação em “educar os sentidos femininos” através da perseguição da vivência da sexualidade fora do jogo matrimonial e das práticas de alcovite das próprias mães com suas filhas.

A vivência da sexualidade feminina fora das prédicas religiosas apresentou proporções assustadoras na Colônia. Um grande número de maternidades ilegítimas e mestiças preocupou os poderes institucionais, pois era sinônimo de desordem. Fez-se necessário uma taxinomia dos delitos femininos, controle do corpo da mulher e a construção de um modelo ideal para contrapor essa prática.

A miséria, a ignorância e a violência dos homens contra as mulheres fizeram com que muitas mães tivessem suas filhas violentadas por pais e padrastos, mostrando outra face dessa realidade. Muitas expuseram suas filhas na soleira da própria porta para disfarçar as práticas condenadas de incesto pela Igreja e, mais rigorosamente, pela comunidade. Às mães coube cuidar para que suas filhas não fossem confundidas com mulheres venais. Um ditado em torno de 1780 dizia: “Sofrerei filha gulosa e muito feia, mas não janeleira” (DEL PRIORE, 2009a, p. 89).

A Igreja nos primeiros séculos de colonização impôs de modo obstinado a instituição do matrimônio, pois com ele adestrava as mulheres na figura da mãe. Esta mulher colocaria seu ventre a serviço de um homem com o qual teria seus filhos legítimos. Também tinha que se conformar com o que lhe impunham tanto a Igreja como o Estado para seu corpo. Assim, os tratos ilícitos, as ligações consensuais entre homens e mulheres foram estigmatizadas, e as mulheres em situações assim passaram a ser chamadas de “solteiras de vida dissoluta”, de “contumazes pecadoras” e de “mal procedidas” (DEL PRIORE, 2009a, p. 93).

O que aconteceu em relação aos desvios dos códigos impostos foi a punição dada pela Igreja e o conseqüente perdão, se a punição fosse acatada. Assim, as práticas transgressivas das mulheres foram transformadas em excessos. Para essa mulher transgressiva foi dada a denominação de puta, pois não aceitava esse enquadramento.

O padrão de comportamento feminino aguardado era condizente com o que elas ouviam em sermões e pastorais. Não estava em consideração se esse padrão era possível ou não às mulheres; o que impulsionou mães, filhas, comadres, alcoviteiras a se utilizarem de uma teia de solidariedade sobre o corpo feminino, que só elas sabiam e a Igreja não. Deste modo a mulher e a maternidade foram além das dores do parto e prolongaram uma *via crucis* doméstica que as elevasse e as notabilizasse como mulher. Somente esse calvário para as mulheres as enquadraria no projeto colonizador.

O projeto normatizador da Igreja se chocou contra a polimorfia das práticas resultadas de um sincretismo sexual, social e religioso arraigado no cotidiano colonial. À mulher coube o papel de sintetizadora das tradições. Porém, nem sempre essas tradições estavam de acordo com os interesses da Igreja e do Estado. O que ocorreu foi uma confluência de interesses. De um lado a Igreja se empenhava numa ação moralizante combatendo as sexualidades que denominava de alternativas. De outro lado as mulheres com suas práticas sexuais e sociais se utilizavam dos gestos e ações de piedade, que as igualava em suas diferenças tanto sociais como de cor. A confissão e o perdão era o modo utilizado pelas mulheres para manejar as mesmas leis que lhes eram impostas pela Igreja.

A confissão foi utilizada como mais um meio de controle eficaz para o comportamento das mulheres. O confessor, como representante do clero, fazia a intermediação inculcando modelos de comportamentos. O século XIX foi considerado a idade de ouro do sacramento da

penitência. O exame e a confissão passaram a ser condições primordiais da salvação. Na Europa, da qual importávamos as modas também religiosas, escolher um confessor era um ritual de passagem para a moça que retornava do internato e ingressaria no mundo (CORBIN, 2009).

O modelo de mulher calada e sofrida promovido pela Igreja exigia que a mulher não demonstrasse uma aparência sexualizada, para não ser confundida com a outra luxuriosa, tentadora e perigosa. Com isso surgia a imagem da mulher dissimulada, que apresentava sua beleza e sua desobediência bem como não respeitava uma aliança sacramentada aos padrões religiosos e culturais (DEL PRIORE, 2011).

A mulher estava no centro desse jogo que de um lado tinha a realidade do contexto colonial e de outro as normas da Igreja e de colonização. A mulher foi utilizada, então, como uma agente desses projetos na família e no fogo doméstico. Por esse motivo viveu, ao mesmo tempo, da força e da ambiguidade de sua condição. Ela ficou com a responsabilidade de interiorização dos valores tridentinos e de repassá-los à família. Ocorreu um processo de desbastamento na identificação feminina e introjeção apenas de relações conjugais dentro dos padrões normatizados pela Igreja. O casamento se dava pelo predomínio da razão e não de sentimentos (DEL PRIORE, 2009a).

O estilo de relação afetiva ou amorosa permitia identificar na mulher de qual porção do tecido social ela provinha: das santas ou das devassas. O amor conjugal apregoado era da ordem e da aplicação. Em contraste, a paixão era da desordem e do perigo. Esse “bom amor” era recompensado com a paz divina. Já a paixão, com a morte. Os afetos excessivos eram condenáveis, ilícitos e profanos.

Para a Igreja não era por amor que os casais deveriam se unir, mas por dever. O débito conjugal estava na procriação e na luta contra o adultério, exigido de ambos. Se diante de Deus os esposos estavam em condições de igualdade, nas práticas conjugais a ideia de indissolubilidade da união conjugal passou a enfrentar rejeição. Até porque o caráter androcêntrico da sociedade europeia foi transplantado para a Colônia, na qual os sexos eram tratados com desigualdade. A indissolubilidade do casamento, que recebeu rejeição masculina, foi reaproveitada pela Igreja para fixar o papel da mulher no matrimônio e no lar.

Deste modo, às mulheres era exigido recato e obediência mesmo que à força. Os afetos desregrados da alma e do corpo feminino eram banidos. O casamento se transformava numa relação asséptica. Nesse aspecto não somente a Igreja apoiava essas ideias, mas também a

literatura e os manuais de casamento. O discurso amoroso esvazia de erotismo as relações conjugais. A santa-mãezinha estava inscrita nesse padrão espiritualizado e deserotizado.

Mulheres belas e sensuais podiam até ter seus corpos fustigados, pois a beleza e a sensualidade eram consideradas instrumentos do pecado e de forças diabólicas. O corpo feminino era considerado para procriação e não para o prazer da mulher. As múltiplas gestações, devido à carência de contraceptivos eficientes, os partos mal feitos e de risco tornavam a maternidade mais assustadora que as prédicas da Igreja, que incentivavam a mulher a ter filhos. Ainda, o uso que foi feito do matrimônio evidenciou a distância entre as prédicas e as práticas. O amor que era esperado, pela Igreja e pelo Estado, que acontecesse em casa foi deslocado para a rua, para a outra. A sexualidade conjugal cada vez mais evidenciava relações sexuais mecânicas e desprovidas de afeto (DEL PRIORE, 2011).

A função procriativa permitia a erotização do coito. Deste modo, a maternidade era exaltada pela Igreja. O que antes era proibido e do mal passou a ser lícito e do bem, desde que o objetivo fosse a procriação (DEL PRIORE, 2009a). Destaca a autora que a mulher era considerada pelo que era chamado de natureza feminina, e devido a isso “o instinto materno anulava o instinto sexual e, conseqüentemente, aquela que sentisse desejo ou prazer seria inevitavelmente anormal” (DEL PRIORE, 2011, p. 90). A sexualidade da mulher e seu corpo não eram de seu uso, mas dos homens e das normas da Igreja.

Não bastasse a pressão sobre a mulher exercida pelos homens e pela Igreja, a esta se somou a pressão e exigência dos médicos, endossando a ideia de inferioridade estrutural da mulher. As mulheres eram possuidoras “de um temperamento melancólico, um ser débil, frágil, de natureza imbecil e enfermiça” (DEL PRIORE, 2009a, p. 34).

Conforme a autora a Igreja é que enfatiza esse projeto de modo invasivo na população. Não tendo o controle direto na sociedade, exerceu essa pressão de valores ao se colocar presente e próxima, seja pela ameaça ou pelo prestígio que inoculava em projetos da vida comunitária. A ciência médica valoriza e segue as diretrizes da Igreja ao confirmar um papel às mulheres na garantia da conquista ultramarina. Deste modo, a Igreja e a medicina se tornam eficientes no projeto de normatização social para os distintos gêneros.

As mulheres também eram vítimas dos cuidados que deveriam ter com sua sobrevivência e de seus filhos, para manter seus fogos através de seu esforço físico e material. Vítima de seu corpo, um território quase

desconhecido, sofredora de muitas doenças que a medicina não sabia lidar e apenas utilizava fórmulas mágicas.

Os modos e medidas eram dados e controlados com tal amplitude que a ideia de amor, no final do século XVIII, foi considerada uma enfermidade. Para diagnosticar, controlar e erradicar surgiu a Medicina teológica que, utilizando-se de seus confessores, indicava os procedimentos para os pecados de tal doença. As mulheres infectadas deveriam ser identificadas e excluídas.

Assim sendo, o discurso que destacava o perigo e os pecados da luxúria foi utilizado como um recurso para enquadrar, confinar e isolar a mulher dessa outra desregrada. Os médicos da alma, como assim se designavam, impuseram uma compreensão da luxúria como aquela que trazia uma enfermidade letal e contagiosa. Ao mesmo tempo valorizavam o pudor e o casamento, delimitando com precisão os comportamentos que deveriam ter as mulheres. A paixão era vista como fazendo parte da vida da mulher desregrada. Deste modo, entre a devassa e a santa não restavam muitas escolhas (DEL PRIORE, 2009a, 2011).

A união da Igreja e da medicina diante da ênfase do matrimônio e da procriação condenava as mulheres pelo apego ao que os sentidos lhes despertavam. A mulher devia pautar sua vida sobre as normatizações que lhe eram indicadas e não sobre seus afetos e sentimentos. Assim, a mulher que vivia uma relação recíproca entre suas paixões e seu corpo era considerada uma anárquica do espírito. A apaixonada era fatalmente doente, uma melancólica.

A ênfase estava no corpo. O útero era o órgão que em funcionamento indicava a mulher normatizada. O útero, parte íntima do corpo feminino, era território estranho para a medicina. Porém, era usado como testemunho de seu bom ou mau funcionamento, pois por meio dele eram dadas as características morais femininas. “A construção da mãe passava, assim, pelo esvaziamento de uma feminilidade conhecida apenas entre as mulheres e por sua substituição por outra, feita à luz do interesse da moral cristã no Ocidente moderno” (DEL PRIORE, 2009a, p. 144).

O modo de pensar a fecundidade apontava o caráter da boa mulher. A maternidade enaltecia a mulher que gestava em contraste com aquela que por não conceber era uma doente ou de paixões ou de

melancolia. A madre²⁷ era tida como o regulador de saúde tanto física como mental, porém dela se excluía o prazer (DEL PRIORE, 1999, 2011).

Os médicos da época insistiam na função reprodutiva da madre, da qual excluía o prazer. A ciência tinha interesse em capturar a dita natureza feminina. Deste modo, desvelando seu funcionamento, buscava enfatizar que a biologia feminina (parir e procriar) estava ligada à moral e à metafísica (ser mãe, frágil e submissa, ter bons sentimentos). Assim, uma definição da natureza feminina indicaria suas funções para normatização bem como sua patologia clínica e moral. Para tal, a mulher recebia uma vocação biológica e sua madre organizaria suas hereditariedades. Desta maneira, os doutores portugueses mapeavam a madre, atendendo ao pudor exigido pela Igreja, aliado a um desconcerto e mal-estar diante de algo que consideravam com qualidades animais de ferocidade e voracidade. Insistiam em marcar a função reprodutiva da madre (DEL PRIORE, 2009a, 2011).

As mulheres fizeram uso da botânica para cuidar de suas mazelas. Esse aspecto aproximava as mulheres umas das outras, tanto na preparação como na transmissão oral do conhecimento de seus corpos e de seus funcionamentos, com os tratamentos que estivessem ao seu alcance. Não pode ser esquecido ao longo da história o quanto a Igreja perseguiu as mulheres que detinham receitas que cuidassem das mulheres, rotulando-as como bruxas, enquanto o saber dos doutores era difundido por sua cientificidade. Esse saber-fazer feminino foi perseguido pela medicina, que subestimava o corpo feminino. O saber das mulheres passava de mãe para filha e ele foi necessário para transmissão e sobrevivência de cuidados e costumes entre elas. A ciência médica foi construída por um saber masculino que tinha como base na época um desconhecimento anatômico, uma ignorância fisiológica e fantasias sobre o corpo feminino que produziam um discurso de desconfiança sobre as mulheres (DEL PRIORE, 1999, 2009b).

A gravidez, vista como uma doença, era vivida pelas mulheres como um período de cuidados concomitante com a alegria de ter um filho. Para dar conta do fazer nascer de seus filhos, no momento do parto, as mulheres recorriam às práticas da cultura feminina que caminhava em paralelo com a prática médica. As mulheres detinham um

²⁷ Madre ou matriz era a denominação dada pelos médicos portugueses ao lugar em cujo fundo se acham aqueles corpos vesiculares, que os antigos chamavam de testículos e os modernos chamam de ovários (DEL PRIORE, 1999, 2011).

saber-fazer autêntico sobre doenças e curas e tomavam a frente de uma medicina que se mostrava incompetente para curar mazelas e doenças de qualquer tipo. O parto possibilitou às mulheres o resgate da cultura feminina, de sua individualidade e da aliança de gênero.

Concluindo, o projeto normatizador para as mulheres da Colônia inscreveu-as na história do poder. Ultrapassou a questão biológica da condição feminina e a retirou da dialética circular em que todo homem é dominador e toda mulher é submissa. A maternidade definiu as diversas vivências das diferentes mulheres na nova terra. “A maternidade constituiu-se no universal feminino do período colonial. A identidade feminina fazia-se a partir da maternidade, independentemente de a mulher pertencer à casa-grande, à senzala ou à palhoça bandeirista” (DEL PRIORE, 2009a, p. 284).

A mãe foi a condutora dos propósitos de adestramento na pouco fortalecida sociedade colonial. Assim, como passava valores institucionais aos filhos, também se autonormatizava. É necessário mencionar que as mulheres acabaram por interiorizar os preconceitos e estereótipos da sociedade machista e androcêntrica. Mas o fizeram porque encontraram benefícios e compensações. Sua revanche aconteceu na “forte rede de micropoderes em relação aos filhos e num arsenal de saberes e fazeres sobre o corpo, o parto, a sexualidade e a maternidade” (DEL PRIORE, 2009a, p. 285).

A força que a imagem da santa-mãezinha ganhou em longevidade atesta, por um aspecto, o adestramento da mulher, carregado de interesse em mantê-la na vida doméstica, mas também atesta o uso que as mulheres fizeram do que quiseram fazer com elas. A força maior entre elas se evidenciou na relação com os filhos e na parceria dos fogos. Para terem algo, abriram mão de outros num jogo no qual nenhuma ganha sozinha. O que se manteve para ambos os lados foi este estereótipo, esta imagem da santa-mãezinha.

Após apresentar os capítulos com as temáticas que sustentam a discussão sobre a mulher, o feminino, a maternidade e o afeto, passo à apresentação dos caminhos na produção de conhecimento.

6 ESTRATÉGIAS PARA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

A vivência clínica no atendimento de mulheres que expressavam sofrimentos relacionados ao feminino e à maternagem instigou a ampliar e a aprofundar o conhecimento desse fenômeno. A pesquisa é um caminho para produzir conhecimentos sobre uma realidade. Para Mezan (2002, p. 399), “pesquisar é identificar um problema, armá-lo com instrumentos conceituais adequados, trabalhar com a literatura pertinente e procurar resolvê-lo, ou ao menos avançar em sua formulação”. Essa síntese das etapas que compõem o pesquisar objetiva o processo, mas não o simplifica. O pesquisador é chamado a partir de sua capacidade de julgar em cada etapa o que será relevante ou não para seu foco de pesquisa. O método é um auxiliar.

O método escolhido é um caminho com determinada concepção ou suposição de realidade e de sujeito, o qual Furlan (2008) aponta ser provisório, pois o caminho percorrido pode suscitar novas questões ou direções. O método “não é um a *priori* da pesquisa, ele faz parte dela” (FURLAN, 2008, p. 25). O método é um modo pelo qual o fenômeno pesquisado, a experiência que é produzida pela pesquisa e o contato com os participantes da pesquisa são pensados e abordados sob novas perspectivas. Ao pesquisar um determinado fenômeno, busca-se articular idéias diferentes gerando novas concepções que possam ampliar o entendimento desse fenômeno. Para que a pesquisa aconteça é preciso definir o campo temático a ser investigado e os procedimentos e instrumentos necessários para essa investigação. O pesquisador utiliza pressupostos epistemológicos que são de sua escolha e os relaciona ao seu referencial teórico de constituição psíquica, bem como define estratégias utilizadas na produção de conhecimento.

Conforme posto anteriormente, o objetivo desta tese é problematizar a maternidade para mulheres-mães e o que foi dito ou calado, silenciado, por ser considerado (mal) dito, ou seja, por não corresponder ou por questionar os ideais postos para a maternidade. Nesta perspectiva, para esta pesquisa será utilizada, na expressão de Laplanche, a psicanálise *extramuros*, a qual Rosa (2004, p.331) explica como “uma abordagem – por via da ética e das concepções da psicanálise – de problemáticas que envolvem uma prática psicanalítica que aborda o sujeito enredado nos fenômenos sociais e políticos, e não ligados estritamente à situação do tratamento psicanalítico”. Modificar o vértice e ir ao encontro das mulheres-mães para a escuta de suas vivências na maternagem não é uma situação de tratamento analítico,

num *setting clássico*, mas isso não inviabiliza a experiência psicanalítica. Para Birman (1994, p.27):

a experiência psicanalítica admite diversas possibilidades da clínica, desde que nesta diversidade sejam reconhecidas as condições epistemológicas e éticas para a construção do espaço analítico, isto é, uma experiência centrada na fala, na escuta e regulada pelo impacto da transferência. Esta diversidade clínica se justifica não apenas pelas diferentes formas de funcionamento psíquico que se apresentam para a escuta analítica, mas também pela diversidade de espaços em que a experiência psicanalítica é possível.

E enfatiza o mesmo autor que “a experiência psicanalítica é a base da pesquisa em psicanálise e é ela que fornece os eixos fundamentais para seu norteamto no registro teórico” (BIRMAN, 1994, p. 26). Assim, a base está na escuta de um sujeito que fala de sua experiência (participante da pesquisa) para outro (a pesquisadora). Para Mezan é no mergulho da singularidade das histórias das pessoas e na extração tanto do que lhe é exclusivo (especificidade) quanto do que é compartilhado (generalidade) que a pesquisa psicanalítica investiga e evidencia (MEZAN, 2002).

A psicanálise parte do pressuposto de que o sujeito é cindido:

A diferenciação do psíquico em consciente e inconsciente é a premissa básica da psicanálise [...] a psicanálise não pode pôr a essência do psíquico na consciência, mas é obrigada a ver a consciência como uma qualidade do psíquico, que pode juntar-se a outras qualidades ou estar ausente (FREUD, 1923a/2011, p. 15).

Se para a tradição da filosofia a consciência seria o ser do sujeito, a psicanálise inova com a concepção do inconsciente que definiria o psiquismo. Nessa concepção de psiquismo, a existência de representações inconscientes, além das conscientes, torna a consciência uma qualidade do psíquico que é fundamentalmente inconsciente. Para Mezan (2002) o psiquismo é “a arena onde se enfrentam forças; o indivíduo é movido por elas, pelo seu conflito e pelas composições que

elas estabelecem entre si” (p. 500). Portanto, a ideia de sujeito cindido não aponta apenas para uma divisão tópica, mas também dinâmica. Freud denominará pulsões às forças que se enfrentam e que movem o sujeito. A pulsão como um representante psíquico dos estímulos que provém do corpo e que à medida que chega ao psiquismo impõe-lhe uma exigência de trabalho como uma consequência de sua conexão ao corporal (FREUD, 1915c/2010).

Ao referir a aspectos metapsicológicos do psiquismo e seu funcionamento, saliento que “o psiquismo freudiano é um psiquismo que fala, não uma fala solitária, mas inserida num *circuito de interlocução* (BIRMAN, 1994, p. 25, grifo do autor). A psicanálise, ao pretender ser uma *analítica do sujeito* (BIRMAN, 1994, p.19), centra-se na palavra e na escuta para a interlocução e com isso a transformação da economia libidinal e do funcionamento pulsional do sujeito. Ao considerar a noção de inconsciente não submetido à razão e à consciência, o pensamento freudiano apresenta um sujeito afetado por suas experiências, tanto as da realidade psíquica como as da ordem do real. As formações do inconsciente conjugam símbolo e corpo e interpelam a quem é afetado por sua produção. “No reconhecimento de um *sujeito falante* que demanda a um outro uma ajuda indica seu desejo da ordem de *reconhecimento por um outro sujeito* para reconstrução de sua história” (BIRMAN, 1994, p. 25).

Assim, a psicanálise em sua utilização nesta pesquisa não pode ser reduzida a uma hermenêutica interpretativa de um saber estabelecido *a priori*. A escuta da fala das entrevistadas inclui o campo relacional que se constitui entre pesquisadora e pesquisadas, assim como a compreensão de que o discurso não se remete à linearidade e à transparência entre sujeito e fala, mas, antes, se relaciona com a configuração e com as manifestações do inconsciente que dizem respeito a um sujeito cindido.

Para Costa e Poli (2006, p. 17, grifos das autoras):

Operar com o inconsciente implica, pois a suposição de um saber que “não se sabe” mas que é suposto. As condições de produção de conhecimento sobre este “insabido” são internas ao campo relacional que o constitui. A isso denominamos transferência. Não é, pois, um saber prévio que já estava ali, no “entrevistado”, como um dado a ser recolhido pelo “entrevistador”. É algo que se situa num espaço transferencial em

que o “insabido” se expressa como formações inconsciente. Logo, ele inclui o pesquisador na própria formação.

A escuta psicanalítica ocorre na transferência e implica ao analista suportá-la, ocupando o lugar de suposto-saber sobre o sujeito. Estrategicamente, isso facilita para que o sujeito fale, possa se escutar para assim apropriar-se de sua fala. Destacam as autoras acima citadas que a entrevista em trabalho de pesquisa em psicanálise, não situada num contexto clínico, traz uma peculiaridade na qual o(a) pesquisador(a) se dirige ao(à) entrevistado(a) com base na suposição de que este(a) saiba algo e que lhe será transmitido através das respostas realizadas na entrevista. Destacando que essa situação é uma inversão do modelo clínico e solicita do(a) pesquisado(a) o máximo de cuidado e atenção. É preciso que as hipóteses com as quais o(a) pesquisado(a) utiliza sejam formuladas de tal forma a não fazer resistência, sendo suficientemente amplas e indefinidas, possibilitando ao(à) entrevistado(a) formular sua própria questão e responder a ela, na transferência, de forma singular, sem prescrição prévia. Em outras palavras, existe o aspecto da temática a ser abordada na entrevista e do roteiro com perguntas (*Anexo B*), porém, esses aspectos não são utilizados como parâmetros finais, mas, antes, o que guia a entrevista é o campo transferencial estabelecido entre os(as) participantes, além da livre associação produzida nesse contato. Ainda, salienta-se aqui a concepção de linguagem utilizada como articulada à específica concepção psicanalítica de realidade e de constituição psíquica, o que envolve a linguagem como relacionada à representação, ao afeto, ao inconsciente e a consciência.

Assim, o conhecimento produzido pela pesquisa é uma construção elaborada *a posteriori* em relação ao trabalho de transferência, na qual sua formulação é acompanhada das respostas que foram possíveis de serem construídas naquele contexto, a partir da construção singular de cada encontro.

Mezan (1998), ao abordar a emoção em seu livro *Escrever a Clínica*, enfatiza que uma vivência intensa precisa ser ligada, e ao ser ligada a certos elementos, representações que possam dar forma, resulta num produto que pode ser algo novo e que pode ser compartilhado. Quanto à forma, ele salienta que é uma questão de cultura. Em relação ao sofrimento psíquico, ele pode encontrar vias psíquicas de ligação/elaboração/alívio que eventualmente conduzam a uma criação. Uma criação que também pode ser outros modos de pensar e viver.

Assim, a situação da entrevista que convida a falar sobre a vivência de mulher e mãe não se assentará no pressuposto moderno calcado na verdade e na universalidade. Ao acolher a incerteza do não sentido como condição de sentido, favorece para que surja o aspecto singular de cada sujeito envolvido.

Nesta pesquisa, para lidar com as questões apresentadas, realizei uma pesquisa teórica apresentando e analisando as teorias propostas por Freud a partir de psicanalistas contemporâneos como Birman (1994, 1997, 1999, 2001, 2006), Arán (2000, 2002, 2003) Nunes (2000, 2010), Neri (2005), Chodorow (2002). Em Freud (1923/2011, 1924b/2011, 1925b/2011; 1931/2010; 1933/2010) discuto as concepções sobre a diferença sexual e a construção do feminino, bem como apresento algumas discussões sobre seus entrelaçamentos com a representação e ideais sociais. Também discuto o trabalho de Green (1982, 1988, 1990, 2008, 2010) e suas análises nas quais acompanha o trânsito do afeto na configuração psíquica considerando a leitura freudiana. Além disso, discuto o trajeto social e histórico da construção da mulher e da maternidade no Ocidente moderno e no Brasil. Saliento algumas relações dessa construção com o trabalho, a maternidade, o corpo, a sexualidade, dentre outros aspectos. Ainda, para lidar com as questões postas nesta pesquisa também trabalho com a realização de entrevistas, escutando mulheres-mães que vivenciaram a maternidade. Para a análise desse material, recorro às referências teóricas apresentadas pela psicanálise freudiana, referências postas por analistas pós-freudianos e às referências conceituais postas pela história, particularmente pela denominada história das mulheres.

Procurando conhecer a produção acadêmica que se aproxima da temática desta tese, realizei um levantamento das pesquisas recentes sobre o tema em bases de dados²⁸. Assim, foi realizada uma busca avançada no Portal de Periódicos da Capes, na Biblioteca Virtual em Saúde – BVS-Psi, Periódicos Eletrônicos em Psicologia – PePSIC, no Scientific Electronic Library Online – Scielo através de resumos de teses, dissertações e artigos científicos com os descritores maternidade, feminino, psicanálise, afetos, ideais sociais. Não foi encontrada nenhuma dissertação, tese ou artigo científico com esses descritores. Ao fazer a busca apenas com o descritor maternidade, o resultado foi bem diferente, pois encontrou-se referências no Portal de Periódicos da CAPES (403), na Biblioteca Virtual em Saúde (92), Periódicos

²⁸ A consulta realizada nas bases de dados teve como período pesquisado os anos entre 2010 e 2014. Essa consulta foi refeita em dezembro de 2014.

Eletrônicos em Psicologia (68), no Scientific Electronic Library Online (303).

As produções científicas são de diferentes áreas, destacando-se em número maior nas áreas de Enfermagem e Psicologia. Mas há também em Serviço Social, Antropologia, Ciências Médicas e Direito. Porém, nenhuma dessas dissertações, teses e artigos científicos se relacionam de forma específica com a temática e as referências teóricas com as quais trabalho.

O mesmo aconteceu ao serem inseridos os descritores maternidade e psicanálise (BVS-Psi, 24; PePSIC, 24; CAPES, 16; Scielo, 20), o número de referências cai drasticamente. Nessa busca somente dois artigos se aproximaram parcialmente da temática que busco. Sobre o descritor afeto encontrou-se indicações no Banco de Teses CAPES (240), no Scielo (5), PePSIC (100), na BVS-Psi (253). Porém, no material pesquisado não foi localizado uma relação específica ao tema desta pesquisa, conforme as abordagens teóricas. Ao utilizar André Green como descritor para a busca encontrei poucas indicações, porém nenhuma voltada de forma específica para a temática e as referências teóricas desta pesquisa.

É possível entender a relevância desta pesquisa também associada à importância de pesquisar o tema abordado por ela, conforme as referências teóricas e autores que utilizamos, considerando as informações sobre as pesquisas descritas acima. Assim, pesquisar o tema seguindo a abordagem teórica que utilizo pode trazer outras e novas informações sobre a questão da maternidade, do singular, do afeto e do silenciado, podendo contribuir inclusive com práticas e políticas para elaboração de atendimentos públicos e privados, voltados à escuta da mulher-mãe.

A seguir apresento como foi pensado o encontro e as entrevistas com cada mulher-mãe que participou da pesquisa, e como eles aconteceram. Ou seja, apresento como foi estabelecido e definido o contato, a localização e o perfil das entrevistas com cada mulher-mãe, e discuto a realização das entrevistas.

7 ENCONTRANDO AS MULHERES-MÃES ENTREVISTADAS

As mulheres-mães participantes desta pesquisa foram contatadas através de minha rede social e profissional. Ao divulgar sobre a busca de mães que se dispusessem a falar sobre suas experiências de maternidade obtive retorno de indicações feitas por pessoas conhecidas e uma psicóloga. Uma ex-colega de trabalho se ofereceu para participar da pesquisa. As participantes têm entre 33 e 38 anos. Todas são primíparas. As crianças têm entre um ano e cinco meses a quatro anos. São três meninas e um menino. As entrevistadas²⁹ têm grau de instrução superior. Seus filhos vieram depois da conclusão de seus estudos e alguns anos de profissão. As mães trabalharam ou estão trabalhando nesse período de maternagem. A todas foi dado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver anexo A) para leitura, esclarecimentos de dúvidas e solicitada à assinatura. A pesquisa foi encaminhada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

Algumas mulheres se ofereceram para a entrevista, porém seus bebês tinham poucos meses de vida. Não foi entrevistada nenhuma mãe cujo filho(a) tivesse menos de um ano de idade. Para Winnicott (1988) a mãe nesse relacionamento inicial com seu bebê passa pela chamada preocupação materna primária, a qual é relacionada a uma sensibilidade aumentada, que capacita a mãe a se adaptar às necessidades iniciais do filho/filha.

Por ser uma relação que está em seu momento inicial, optei por respeitar esse tempo da dupla mãe-bebê. Também porque a fala da mulher-mãe, ao atender alguns critérios da entrevista, poderia mobilizar ainda mais uma mulher já mobilizada pela sua experiência inicial de maternidade.

O período de no mínimo um ano de vida do bebê para entrevistar a mãe também teve o intuito de acrescentar a experiência de retorno ao trabalho após licença-maternidade, bem como a consideração da mulher-mãe de seu reingresso no mercado de trabalho e a conciliação com a maternidade.

²⁹ Optei por preservar as entrevistadas. Desse modo não apresento aspectos mais detalhados da história de cada mulher-mãe entrevistada e nem as situo em seus contextos pessoais, profissionais e sociais. Os dados apresentados dão uma ideia do perfil do grupo que participou da pesquisa. Entendo que esses aspectos não causaram prejuízo na discussão do tema proposto nessa tese, considerando principalmente a abordagem teórica adotada.

Também estipulei a idade máxima de cinco anos para o(a) filho(a) da mãe entrevistada. Esse critério procurou contemplar a intensidade da experiência de maternidade conjugada aos anos iniciais da criança, que exigem mais da mulher, principalmente em sua primeira experiência.

Os contatos com as mulheres-mães entrevistadas aconteceram em tempos diferentes da trajetória da pesquisa e compreenderam o período de 2 anos. Inicialmente foi feita uma entrevista-piloto com a primeira mãe que se disponibilizou. Esse encontro ocorreu no meu consultório, a pedido da entrevistada. Em relação à entrevista, ela se baseou num roteiro com perguntas abertas desencadeadoras do pensar sobre o tema. Não foi utilizada de forma sequencial e rígida, mas conforme a relação transferencial entre entrevistada e entrevistadora, foi acontecendo e sendo construída. Porém, uma única entrevista não foi possível para conhecer sobre os vários aspectos que continham no roteiro de entrevista (ver anexo B).

Foi marcada então uma segunda entrevista com a primeira entrevistada. Após, fiz a transcrição das duas entrevistas e foram realizadas várias leituras desse material, bem como análises iniciais a partir dos aportes teóricos utilizados.

Parti então para a entrevistada seguinte. A entrevista foi em sua residência, conforme escolha dela. Também ocorreu o mesmo que havia ocorrido com a primeira entrevistada, o tema não se esgota em uma única entrevista. Embora a entrevistada mostrasse disponibilidade para continuar falando, depois de uma hora e vinte de entrevista, considerei com ela ser melhor marcar outro dia. A nova entrevista ocorreu alguns meses depois devido às férias de verão. Essa segunda entrevista aconteceu em uma sala que não estava sendo utilizada em seu local de trabalho. A entrevistada me consultou para saber se poderia ser desse modo, pois facilitaria, por já se encontrar no local de seu trabalho.

Levei alguns meses trabalhando no material antes de contatar a terceira entrevistada. Quando me disponibilizei novamente para entrevistar, não consegui mulheres-mães que aceitassem a entrevista. Era novembro e todas as contatadas, sem exceção, fizeram referências à proximidade do final de ano e aos preparativos para as férias. Pediram para entrar em contato no ano seguinte. Essa parte do percurso me deixou preocupada com o tempo e prazos. Porém, em janeiro tornei a contatá-las e fui bem recebida.

O que aconteceu então foi o inverso. Uma mãe foi falando para outra e de repente havia uma lista de ofertas de mães querendo escuta

para suas vivências. A possibilidade de falar sobre a vivência de maternidade com alguém fora da círculo familiar, social e profissional parece ter estimulado essa procura.

Uma contava para a outra, sua conhecida ou amiga, do encontro para falar do que viveu e vive com seu filho(a). Ouvi de uma entrevistada que eu tinha que escutar sua conhecida porque ela estava passando por uma situação muito difícil com seu filho. Falar iria auxiliá-la a pensar de outros modos sua relação com o filho.

Tive que reduzir as expectativas delas e as minhas, pois a vontade era de entrevistar todas. Mantive-me na proposta de entrevistar quatro mães, realizando duas entrevistas com cada uma delas e perfazendo um total de oito entrevistas para a pesquisa.

Importante salientar que, conforme os referenciais teóricos adotados nesta pesquisa, entendo que o material da tese e as análises produzidas não dependem da quantidade de entrevistadas, mas antes se articulam na escuta da singularidade de cada uma. Desta forma, a produção do conhecimento se articula na singularidade do vivenciado por cada mulher-mãe, sendo que em nossa perspectiva teórica o universal encontra-se necessariamente articulado ao singular e evidencia uma modalidade de generalização afeita à psicanálise (MEZAN, 1998, 2002; ROSA, 2004).

A terceira entrevistada escolheu que nosso encontro acontecesse em sua casa. Foram realizadas duas entrevistas com intervalo de uma semana entre elas. Também foram duas entrevistas que aconteceram com a quarta entrevistada, com intervalo de quinze dias. O local foi o salão de festas do prédio em que mora sua mãe, que cuida da criança em alguns momentos.

As entrevistas tiveram durações variadas no tempo, de 50 minutos até 1 hora e 20 minutos. Foi considerada a disponibilidade da entrevistada e a da pesquisadora no momento de cada entrevista. Sinais de cansaço, limites de tempo disponibilizado para o encontro, imprevistos surgidos foram considerados para finalizar cada entrevista. Um imprevisto que surgiu foi o alarme de incêndio disparar no momento inicial de uma das entrevistas.

O clima de cada entrevista também manifestou aspectos da singularidade de cada entrevistada. Cada entrevista teve perguntas únicas e exclusivas que surgiram a partir da livre associação da entrevistada. Conforme apontando anteriormente o roteiro de entrevista (anexo B) serviu apenas de guia geral para iniciá-la ou para lembrar a pesquisadora de algum tema que gostaria de ver abordado. Entretanto,

por trabalhar com aportes teóricos como a livre associação, a transferência, a escuta flutuante, por exemplo, a dinâmica de cada entrevista é que ditou a emergência de perguntas específicas para cada entrevistada.

As entrevistadas demonstraram acolhida à proposta de pesquisa, seriedade na participação e na contribuição ao tema da maternidade, bem como fizeram perguntas sobre a divulgação do material da pesquisa para que possam ler. Cada uma a seu modo demonstrou agrado em participar da pesquisa. Foi-me oferecido café, água, bolos e ambientes disponíveis para a entrevista.

As entrevistas foram gravadas e transcritas para análise. Tanto nas entrevistas quanto na análise delas a escuta do material considerou a atenção flutuante. Freud (1912/2010) pontua que a escuta consiste em não dirigir a atenção para algo específico, mas manter a “atenção uniformemente suspensa” para tudo que escutar. Essa técnica procura lidar com a atenção deliberada que a entrevistada aciona para selecionar o material que lhe é apresentado. Pois, esse procedimento de seleção seguiu as expectativas da pesquisadora e não explicitou nada além do que supõe saber. O campo transferencial construído na relação com os entrevistados pôde emergir à medida que a escuta psicanalítica privilegiou as manifestações das formações inconscientes no seu entrelace com o consciente, considerando aspectos como: o lapsos na linguagem, os atos falhos, os silêncios, os chistes, entre outros.

O nome de cada entrevistada foi preservado. Como critério utilizado para citar suas falas no material da tese, utilizei outros nomes. Possivelmente minha origem gaúcha se reporta à escolha por nome de autoras gaúchas que escreveram algum texto ou livro sobre a mulher, a relação da mulher com sua mãe ou a maternidade. São as escolhidas: Eliane Brum, Claudia Tajés, Martha Medeiros e Lya Luft. Deste modo as entrevistadas passaram a ser chamadas de Eliane, Claudia, Martha e Lya. A escolha dessas autoras como referência, bem como a atribuição específica do nome de cada uma delas para cada entrevistada não seguiu nenhum critério de semelhança nem com as escritoras homenageadas nem com suas ficções e personagens. O que nos mobilizou foi a trajetória de vida de cada uma dessas mulheres escritoras. Ainda, a atribuição do nome de cada uma delas para cada entrevistada foi feita de forma aleatória.

Essas escritoras são de diferentes áreas e têm em comum o interesse pela escrita. Das quatro Lya Luft é a que tem mais expressão na literatura com um grande número de livros publicado. Escritora,

tradutora, também já lecionou Linguística. Atualmente escreve para a Revista Veja. Martha Medeiros é colunista dos Jornais Zero Hora (Porto Alegre) e O Globo (Rio de Janeiro). Já trabalhou com publicidade e propaganda. Morou no Chile e lá começou a escrever poesia. Expressa que este momento foi um divisor de águas para sua escrita. Claudia Tajés é publicitária. Escreve para o Jornal Zero Hora. Já escreveu roteiros para televisão e possui nove livros publicados. Eliane Brum é jornalista, escritora e documentarista brasileira. Ganhou 40 prêmios nacionais e internacionais de reportagem. Já escreveu para o site da Revista Época e atualmente é colunista do site El País.

A seguir apresento destaques das falas das entrevistadas; salientando que o procedimento para a escolha desses destaques foi balizado na relação transferencial construída com a entrevistadora e na perspectiva teórica aqui adotada acerca da constituição psíquica e de conceitos psicanalíticos como afeto, feminino, maternidade. Também apresento os eixos temáticos denominados de *não dito*, *é dito*, *dito não reconhecido*, *dito falho* e *dito pelo corpo – sem palavras*, considerando a perspectiva freudiana que privilegia o entrelace da fala das entrevistas com as condições da sua emergência no decorrer das entrevistas e sua associação com contextos específicos. Ou seja, a perspectiva psicanalítica aqui apresentada anteriormente possibilita trabalhar com a linguagem e suas modalidades languageiras como representação articulada ao afeto, ao inconsciente, à consciência. Assim, utilizo a linguagem como uma articulação possível entre o que a pessoa diz e sua constituição psíquica, considerando as diversas mediações que envolvem essa articulação, bem como considero a articulação entre o singular e o universal presente tanto na constituição psíquica quanto na organização da linguagem.

Saliento que as referências construídas como eixos denominados *não dito*, *é dito*, *dito não reconhecido*, *dito falho* e *dito pelo corpo – sem palavras*, foram elaboradas considerando a escuta produzida nas entrevistas, atravessada pelas manifestações afetivas e suas organizações psíquicas. Também foram elaboradas considerando a concepção psicanalítica de constituição psíquica e de linguagem que releva o fato de que a história de cada uma envolve um trabalho psíquico que aciona diferentes recursos; evidenciando os ditos que sustentam ou alteram os parâmetros que a cultura atribui para as mulheres-mães, mobilizando-as para falar ou silenciar. Ainda, saliento que os eixos e as análises dos destaques das falas das entrevistadas são analisados através de referências teóricas freudianas e referências pós-freudianas, bem como

através de aspectos teóricos da história, principalmente através da história das mulheres.

8 CONVERSANDO COM OS DIVERSOS MODOS DE DIZER SOBRE O FEMININO, A MATERNIDADE E O AFETO

O material que segue traz recortes das entrevistas. Balizou essa escolha a relação com a temática da pesquisa e com os aportes teóricos utilizados. No destaque de cada fala escolhida há a busca por um diálogo com a teoria psicanalítica no que ela apresenta sobre o afeto desde a constituição psíquica, sobre a sexualidade, o feminino e a maternidade. Os autores utilizados nesta discussão problematizam conceitos psicanalíticos ao marcar as influências pelas quais o pensamento freudiano está permeado. Deste modo, não tomando a teoria psicanalítica com um corpo teórico fechado e intocável, buscam ampliar esses conceitos. Fazem-no também ao agregar ideias de pensadores pós-freudianos e contemporâneos que são articuladas nessa ampliação. Também participam desse diálogo aspectos da história das mulheres no Brasil colonial e contemporâneo, articulados através de leitura questionadora do que se conhece sobre essa história e seus ideais. Essa leitura enfatiza brechas no modo como as mulheres se utilizaram de prédicas exigidas para elas, expressas em ideias e expressões, influenciando comportamentos ainda nos dias de hoje.

Na leitura do material das entrevistadas se destacaram alguns modos de expressão tanto no falar como na organização das ideias e dos conteúdos. Tais modos podem ser agrupados em eixos relacionados ao que é dito e como e dito; seja da mulher-mãe entrevistada em relação a si, a(os) outro(s), seja do(s) outro(s) em relação à entrevistada sobre a maternidade e o feminino.

O dito das entrevistadas se apoia, em parte, na língua falada. Esta tem como uma de suas funções a comunicação, porém a própria definição de comunicação é vaga e disponível a um uso abrangente. Num desses usos a comunicação é utilizada para que o interlocutor receba informações das quais não dispunha. Nessa concepção a comunicação compara a

língua a um código, isto é, a um conjunto de sinais perceptíveis que permitem chamar a atenção de outrem para certos fatos que ele não poderia perceber diretamente [...] informar ao outro aquilo que sabemos ou cremos; pedir, ordenar, é informar aquilo que desejamos ou que queremos; lamentar-se, injuriar é informar a pena ou a cólera que sentimos. Todos os atos realizados através do

ato de fala, e não redutíveis à transmissão de uma informação seriam apenas consequências indiretas do ato da fala (Ducrot, 1977, p. 10).

Nesses aspectos tem-se uma das posições da linguística sobre a língua falada e sua função de comunicação. Porém a psicanálise amplia esse aspecto abordando o antes e o depois da fala, bem como os movimentos psíquicos que se manifestam em relação aos aspectos conscientes e inconscientes que se expressam na língua falada ou em outras expressões tais como corporais, gestuais, tom de voz, etc. No que é dito pode estar muito mais do que uma intenção de comunicação e de compartilhar a vontade daquele que fala. O que é dito pode transformar as relações entre os interlocutores, determinar situações, despertar sentimentos e novas ações nas pessoas. Amplia-se desse modo a concepção dos linguistas que “faz do ato de informar o ato linguístico fundamental” (DUCROT, 1977, p. 10).

Nas relações intersubjetivas a fala pode estar presente, embora não ficando reduzida a comunicação como troca de conhecimentos. Nessas relações humanas a língua pode proporcionar uma ocasião ou meio, embora imponha regras e modos determinados para que uma troca se inicie e se mantenha. Se não há domínio de um determinado idioma para comunicação, por exemplo, as trocas intersubjetivas sofrem interferências para seu prosseguimento. A língua pode funcionar como uma casa de armas, de recursos nas relações inter-humanas e nos papéis estabelecidos entre o interlocutor e seu destinatário. A língua pode ser considerada como um jogo, ou dito de outro modo, como o estabelecer das regras de jogo que se mescla com a existência cotidiana (Ducrot, 1977).

Desse modo, nesse jogo o implícito também é contemplado. É possível dizer determinadas coisas e fazer como se não as tivesse dito, bem como, dizer de um modo que se pode recusar a responsabilidade de tê-las dito. Esse jogo ainda parece estar mais no território do intencional e conhecido. Porém sua importância reside quando da expressão de temas proibidos ou cerceados os quais possibilitam que sejam ditos e ao mesmo tempo não ditos como modo de contrapor modos particulares e socialmente aceitos por determinados padrões e modelos. Entendo como espaços resistenciais, de sobrevivência e refúgio, para expressões singulares que de outro modo não teriam acolhida.

Destaco nesse ponto a ênfase dada nessa tese aos afetos em relação à maternidade. Os afetos despertados pelas vivências de cada mulher-mãe em si podem não ser objeto de proibição, mas ao nomeá-los

na trama vivencial podem ser considerados, pela própria mulher- mãe e por outros, como atitudes repreensíveis diante do modo como a maternidade é tratada pelos ideais sociais. Assim, o implícito nas expressões da fala pode favorecer o dizer sem a responsabilidade de ter dito.

Esses aspetos da linguística abordam sobre a língua e a comunicação e fazem uma breve introdução ao tema. Sustentarei a discussão a seguir ao relacionar esses modos e expressões da fala com uma compreensão teórica sobre a temática em questão pesquisada. Sobre cada um dos eixos apresentados há uma breve definição e os aspectos considerados. Os eixos são chamados de: *não dito*, *é dito*, *dito não reconhecido*, *dito falho* e *dito pelo corpo – sem palavras*.

Os eixos não esgotam o material. Eles surgiram a partir da problematização dos sentidos da maternidade que é dita, bem como da maternidade que não ganha palavra, a silenciada. Na introdução abordo apenas dois sentidos pelos quais a palavra **mal** é definida nos dicionários de português. No funcionamento psíquico e nos afetos de cada entrevistada, o dizer da maternidade ganhou uma riqueza de expressões que podem vir através da palavra nos jogos entre dizer, mal dizer, dizer de outros modos e jeitos, dizer o que não pensava dizer, bem como dizer através do corpo. Nessa expressão a palavra não faz parte desse circuito, pois há uma descarga direta do que é psíquico via corpo. Também o silenciado que a entrevistada não consegue nem dizer e que foi possível inferir por aspectos da transferência estabelecida durante a entrevista.

Para as entrevistas desta pesquisa foi utilizado como material de análise os sentidos da maternidade e do feminino nos quais há diferentes trabalhos psíquicos mobilizados pelos afetos. No eixo **Sobre o dito** há o pensar crítico e a resignificação, e o pensar que persevera o que a cultura sócio-histórica estabeleceu para a mulher-mãe. Neste eixo também há o trabalho do negativo, conforme descreve Green (1988, 2010), com exemplos de repressão e identificação. O trabalho do negativo também se encontra nos eixos **Sobre o dito não reconhecido** e **Sobre o dito no corpo**. O eixo **Sobre o não dito** apresenta recortes em que uma palavra vazia de sentido (bengala linguística) busca preencher uma ausência bem como uma descontinuidade que só se mostra através da transferência durante a entrevista. No eixo **Sobre o dito falho** há uma formação intermediária na qual o desejado busca burlar o recalçamento, a palavra é dita apesar de lhe ser atribuída uma distração ou acaso.

Green (2010) esclarece para dar conta do trabalho do negativo, ele o fez em duas óticas. Uma agrupa o que é inerente à atividade psíquica geral, o que nenhum ser humano escapa quanto à negatização de um excesso pulsional. Neste os destinos são o recalque, a identificação, a sublimação. Na outra ótica, o trabalho do negativo se coloca a serviço da desorganização. Encontrada na negação que se torna denegação, em que o narcisismo vem substituir o masoquismo para assegurar um fechamento que o torna impermeável à mudança e à desmentida cujos efeitos podem sujeitar a clivagem a um desinvestimento, afetando o sujeito até os extremos.

Retomando, o trabalho do negativo aborda um funcionamento psíquico no qual há um trabalho de elaboração e de resistência. São diversas maneiras de dizer não ao excesso pulsional. São defesas consideradas primárias como a repressão, a clivagem, a negativa e a forclusão, descritas pelo autor como defesas primárias. Todos os outros mecanismos de defesa são chamados então de secundários.

Em cada um dos eixos estabelecidos busquei contemplar pelo menos um exemplo de cada aspecto acima.

Os eixos são apenas um modo de articular algumas ideias que possam abrir novas perguntas ao (mal) dito da maternidade, às construções histórico-sociais e do feminino e da maternidade e às experiências de cada entrevistada com a sua maternidade. Ainda, com esses eixos procuro explicitar os diversos modos de dizer sobre o feminino, a maternidade e os afetos, pois, conforme posto anteriormente, entendemos que diversas nuances acompanham o caminho entre o dito e o não dito sobre esses temas. Ou seja, o não dito se relaciona com o dito em um jogo de forças e vice-versa, sendo que eles se articulam e se sustentam a partir de diversos movimentos que envolvem a negação, os silêncios, os atos-falhos, as afirmações, as reticências.

Desse modo, a maternidade por mais falada que tenha sido continua abrindo novas possibilidades para observação e escuta em cada nova mulher-mãe que vivência a construção da relação com seu filho(a) e utiliza de algum modo de expressão para abordar esses aspectos.

8.1 SOBRE O NÃO DITO

No eixo chamado de “não dito” foram destacados momentos das entrevistas nos quais a palavra não foi articulada em suas possibilidades de sentidos ou acolheu os afetos em relação ao vivido e lembrado.

Ocorreu em momentos das entrevistas o uso de um som colocado na frase na tentativa de preencher um espaço de algum modo, mas este som não se apresenta como compreensível ao ouvinte.

Na fala das entrevistadas, em alguns momentos, surgem expressões sonoras difíceis de serem transcritas. Conte (1992) aborda sobre as palavras e expressões que são utilizadas na fala de modo repetido como bengalas linguísticas. Algumas dessas expressões que surgiram durante as entrevistas foram: *barará, nãñã, blábláblá* entre outras.

Na fala de Eliane tem-se um exemplo.

Quero me lembrar de alguns fatos da gestação e não me lembro como eu gostaria. De curtir aquele momento... eu e meu bebê... barará... Essas coisas, eu não me autorizei muito a isso (grifo nosso).

O **barará** pode funcionar como um impedimento, uma não autorização para entrada num território que pode expressar a relação que constrói com a filha. E embora a entrevistada se remeta, em muitos momentos da entrevista, à relação que teve com sua mãe para pensar a relação entre ela e sua filha, a relação de agora com sua filha é outra, e pode lhe surpreender.

Estabelecer essa relação entre mãe e filha, sendo que agora ocupa outra posição, como mãe, solicita uma disponibilidade experiencial e afetiva para a construção desse vínculo que não está pronto. Como expressa Martha sobre que aconteceu entre ela e a filha em dois momentos de separação, devido a viagens do casal, bem como no reencontro após a segunda viagem.

*[...]Ja gente se encontrou em B. e era de madrugada, nem quis vê-la nada e peguei e fui deitar. Tava muito cansada. E... eu nem dormi direito. Ela acordou, tipo **assim**, eu escutei a voz dela e eu não consegui mais dormir. Fui obrigada, meu deus! Eu levantei **assim**... acho que nunca vou esquecer o som da voz dela falando com a minha mãe, **assim**. Meu deus do céu! Me deu um... uma coooisaa **assim**![...] Meu deus, uma saudade! E quando ela tinha sete meses eu não senti isso. Por isso que eu acho que é pela...porque eles interagem! Totalmente com a gente com dois anos.[...] Por isso eu comecei, depois que eu fui mãe, a entender um pouco as pessoas que adotam. Eu acho que adoção.... às vezes, eu ficava pensando... Mas é isso. Pai não é quem... pai e mãe não é quem gera é quem cria. Tu não tem como... tu cria um amor... pela convivência! Era só isso que eu lembrei* (grifo nosso).

Através desse episódio, Martha nos conta como foi experienciando essa relação e o modo como se surpreendeu com os

afetos despertados, que foram sendo nomeados e ganharam sentido para ela.

Os afetos que surgem nessa relação são acolhidos com surpresa por sua intensidade. Há um contraste entre sua vivência e o que lhe foi despertado em cada momento. O que parece sofrer alteração são os ideais sociais na sua relação com o amor materno. Nessa diferença afetiva, nos dois momentos com a filha, o que se destaca são as nuances afetivas de uma relação em construção.

Ao início de uma entrevista, Martha expressa ter pensado sobre um tema que havia surgido na entrevista anterior, na qual a entrevistadora havia feito uma pergunta:

*[...] sabe quando tu fica pensando, martelando. Foi o que tu falou, que eu peguei o meu irmão no berço e tu: tu já pensou que ele podia estar sozinho sentindo a mesma coisa que você e tal, **nã, nã, nã...** É isso que eu fiquei pensando (ri).*

O **nã, nã, nã** pode ter uma função de anunciar um pensamento que vem um pouco depois.

[...] eu nunca tinha pensado que ele podia estar se sentindo sozinho também. E como é bom... ter... companhia. Óbvio que todo mundo gosta de ficar sozinho, eu até hoje eu acho, eu ainda penso muito sobre isso que eu gosto de ficar sozinha, quieta no meu canto (ri), por causa disso. Eu nunca gostei de tumulto, de muvuca e... De silêncio eu gosto. Eu acho que foi pela minha criação assim, só.

Martha aceita pensar na condição de solidão de seu irmão, mas sobre a sua condição ela a defende como uma escolha sua. Pelo *ficar pensando, martelando*, por meio do qual expressa sua ideia, ela pode nos aproximar do modo como ocorre um investimento psíquico nessa ideia (representação) e como psiquicamente consegue lidar naquele momento com essa questão.

Recorro a Green (1982) quando questiona Freud em relação ao ponto de vista econômico, em que apresenta uma teorização parcial e unívoca sobre ele. Freud relacionou os efeitos do ponto de vista econômico a uma ação de ordem quantitativa. Sabe-se que esse ponto de vista é primordial para o aparelho psíquico, devido à função preponderante de descarga e redução de quantidades. No discurso freudiano, alternadamente, é citada a tendência à redução absoluta (nível zero) e à redução relativa (nível mais baixo possível, nível constante) de tensões. Critica Green (1982) que somente o que a vida exige leva ao contentamento com uma solução de nível mais baixo possível, pois não há como utilizar a descarga completa. Destaca que o ponto de vista

econômico é afetado por essa ambiguidade. Para o autor, o ponto de vista econômico não se limita à tendência à descarga nem somente à questão de quantidades. Enfatiza que há uma outra propriedade silenciada por Freud.

Outro aspecto que Green (1982) questiona é a transformação pelo trabalho sobre a energia libidinal.

Se a estrutura psíquica não pode se dar ao luxo de descarga completa sem correr o risco da morte psíquica, ela deve se contentar com o nível mais baixo possível, se é obrigada à retenção de uma quantidade necessária, a ação, do ponto de vista econômico, supõe que a energia reduzida a quantidades que o aparelho psíquico pode tolerar é objeto de um trabalho, de transformação, que tem na passagem da energia livre à energia ligada uma de suas tarefas primaciais (p. 227, grifos do autor).

Aqui se refere ao trabalho de transformação da energia somática em energia libidinal, da transformação das pulsões em representação psíquica das pulsões, pela divisão em afeto e representação, pela distinção entre representação de coisa e representação de palavra. Todos são exemplos de trabalho de transformação da energia. Deste modo, o ponto de vista econômico está nos processos de investimento e contrainvestimento. No nível do ego contribuirá com os mecanismos de defesa. E é ele também que presidirá os destinos das pulsões. Mecanismos de defesa que podem estar sendo acionados nesse movimento psíquico que Martha apresenta em sua fala.

A fala de Martha pode ser utilizada como uma exemplificação de um trabalho psíquico em relação ao estar sozinha, a qual agora pode ser pensada e relacionada à sua história de vida com seu irmão, consigo, com sua mãe e com sua filha. Estes personagens todos se fazem presentes na trama de sua constituição da maternagem. Utilizo essa expressão “personagens” para acentuar a mobilidade que os mesmos podem ganhar para sair dos aspectos identitários fixados e rígidos. Em seu processo de identificação com sua nova função, papéis, desejos e escolhas em relação a maternidade as representações e afetos se apresentam móveis e múltiplos.

Já Eliane relaciona autorização e aprendizagem para viver a sua maternidade e o vínculo com sua filha.

[...] *Não é uma coisa, ah, eu queria ser mãe, blá, blá, blá ... Era tudo que eu queria e tal... Essa era minha peculiaridade. Estou aprendendo a ser e me autorizando a ser. O aprender vem depois da autorização (grifo meu).*

Recorro a Green (1982) para discutir a possibilidade dessa autorização estar relacionada a aspectos superegócios. O autor esclarece que enfocou pouco as relações entre o afeto e o superego. Salienta que esta dificuldade pode estar nas particularidades dessa instância, já que é da mesma natureza que o id, e que também sua crueldade pode ser explicada nesse parentesco. Mas se o superego está diretamente ligado ao id, também uma parte dele pertence ao ego, no que está relacionado à inibição e dominação dos afetos.

Ao tomarmos a noção de superego, como em *O Ego e o Id* (1923a/2010), num sentido mais amplo e pouco diferenciado englobamos as funções de interdição e de ideal. Para Green (1982, p. 231):

[...] essa separação entre funções de censura e de interdição e funções de ideal, embora tenha sido percebida não foi suficientemente explicitada. Pela função de censura e de interdição, o superego proíbe os afetos de prazer que, por não poderem receber a aprovação parental, ou o que o sujeito imagina dessa aprovação, desencadeiam o desprazer. É necessário então proibir as representações, os objetos desejados que são suscetíveis, na promessa de prazer que implicam, de se expor a essa desaprovação, portanto, de provocar desprazer. O prazer do sujeito choca-se como desprazer do Outro.

O recalque, assim, é exigência para que a renúncia à satisfação aconteça. O sexual é o objeto privilegiado do recalque. Esse sexual está relacionado ao prazer que o objeto pode dar e, em se tratando do objeto primordial, também a segurança, a proteção e os cuidados. Renunciar a este objeto é uma renúncia mais extensa do que ao prazer sexual.

Para Green (1982) “a renúncia ao objeto intervém muito cedo na relação mãe-filho” (p. 231). O investimento da mãe pelo filho não a impede de ter outros investimentos. Esse aspecto também contribui para que o apego com o filho não seja exclusivo. Em função disso a ausência da mãe é inelutável, pois gradativamente as experiências fusionais entre a dupla mãe-filho se desfazem. Prossegue o autor ao salientar que “sabe-

se que o afeto nunca é tão intenso nem tão penosamente sentido como quando falta o objeto – ou sua representação” (GREEN, 1982, p. 231).

A criança, não tendo mais a mãe a sua disposição, terá de lidar com suas tensões bem como com a espera pelo seu retorno. Deste modo acontece também uma conquista do ego sobre o id, pois em troca dessa renúncia, o superego dá uma recompensa narcísica. Agora a criança busca pelo reconhecimento do que realizou e o objeto é sua testemunha dessa renúncia. No lugar do prazer aguardado surge o orgulho que o objeto confirma. Para Green (1982, p. 232) “essa satisfação negativa de natureza narcísica é a matriz de uma estrutura de idealização primária. [...] Percebe-se [...] nessas condições os vínculos existentes entre a interdição do afeto de prazer e o aparecimento de afetos narcísicos dessexualizados, fontes da sublimação. Não podemos deixar de observar que [...] conseguiu-se apenas substituir um afeto por outro”.

Conte (1992) apresenta uma hipótese na qual esses sons e/ou palavras chamadas de **vícios de fala** (blá, blá, blá) atravessam o discurso preenchendo ausências, obturando discontinuidades e, talvez, na repetição estandarizada buscar o significado perdido.

De quem Eliane aguarda autorização para entrada neste universo do feminino no qual pode ou não estar a maternidade? Há uma confiança paterna sobre a sexualidade da sua mãe e do casal que expõe um borramento da função paterna para com ela. O pai critica a sexualidade de sua mulher para a filha:

[...] *Dizendo da minha mãe que ela não é companheira, ela não é carinhosa rã, rã, rã rã. E eu gostaria que tu fosse bem diferente dela* (grifo meu).

Figurativamente, o pai coloca a filha como sua confidente. Este lugar não lhe cabe e nem lhe pertence. Para Conte (1992, p. 53-54),

as palavras estão carregadas de numerosos significados unidos pela língua, mas fraturados pela subjetividade, sendo por isso destinada a ambiguidades, condensações e mascaramentos. Cada palavra da associação livre é assim um sintoma, uma encruzilhada donde se encontram significados que se expressam na relação transferencial dominante.

Deste modo, o afeto do vício de fala surge na transferência pelo deslocamento enquanto a expressão utilizada se mostra anódina.

Na situação de entrevista, transferencialmente, o que surge é uma urgência em dar conta da entrevista. Atender ao que lhe é solicitado. Estar disponível para tal mesmo desconsiderando situações e condições. Um fato surpreendente acontece durante o início da primeira entrevista, quando o alarme de incêndio do prédio é acionado. Interrompo nossa conversa inicial para buscar fora da sala informações sobre a situação. Como não as obtenho, retorno à sala e a convido para descer as escadas comigo, pois o alarme já tocava há alguns minutos. Ela mostra uma aparência despreocupada com o forte alarme tocando e ao que ele poderia significar. Sugere esperarmos ali mesmo. Novamente, convido para descermos e peço para que ela pegue sua bolsa. Ela diz não ser preciso. Insisto para que ela pegue seus pertences e me acompanhe.

No *rã, rã, rã* de Eliane temos um exemplo do que pode sugerir uma expressão que busca preencher ausências e descontinuidades em sua história, na qual essas expressões se repetem na busca de um sentido perdido. Esse sentido perdido é o que surge na transferência durante a entrevista e procura dar conta do que lhe é solicitado, não importando as condições dela e do contexto para tal. Também surgiu no *blá, blá, blá*, quando falou sobre ser mãe e estar se autorizando a tal, embora já tenha sua filha.

Diante dessa situação, pode-se pensar que o ponto de urgência é deslocado. Naquele momento a entrevista sai de foco e o objetivo maior é atender à solicitação do aviso sonoro de alerta e cuidado, pois podia haver perigo no prédio. Pode-se traçar um paralelo entre os vícios da fala de Eliane, nas entrevistas, e seu modo de agir diante desse imprevisto. Sua aparente despreocupação com tal situação pode ser um meio de torná-la inofensiva e sem importância.

Ao relembrar sobre sua história e trajetória como mulher, destaca um momento em que numa conversa com o pai ele descreve sua mãe como mulher e mãe. As palavras do pai causam impacto em Eliane:

[...] *O lado mãe dela é uma coisa, mas o lado mulher está deixando muito a desejar.* Ao que a entrevistada expressa: *Eu me assustei com aquilo. Meu pai se queixando pra mim! Nunca me vi nesta situação dele se queixar sobre isso da minha mãe.*

Assim, a linguagem através do vício de fala funcionaria como uma porta de entrada ao subtrair e presentificar de outro modo o significado do traumático. Como o vício de fala é constituído de palavras, entramos no campo da linguagem, pois “a linguagem se dá através de um complexo processo de substituir a coisa por palavras. Dar nomes às vivências e a nomear o que não está. A abertura do processo

de simbolização carrega nossas histórias e nos obriga a conformar com as palavras ao invés das coisas. A linguagem se inscrevendo como um dialeto de ausências” (CONTE, 1992, p. 53).

Ao falar da sexualidade apartada da maternidade, utiliza uma palavra que se repete várias vezes:

*A sensibilidade, eu acho... e a questão da mediação... que a mãe faz um pouco **disso** acho que **isso** eu tenho.... sensibilidade para algumas coisas... não entre homem mulher... com as pessoas ser acolhedora... esse lado maternal que eu digo de tentar resolver as coisas pelas pessoas... sempre estar disponível... que **isso** é um pouco desse lado mãe que eu tenho como exemplo...(grifo meu).*

Isso, ou talvez **Id**, é o que deve ser mantido recalçado. A sexualidade dos pais irrompe demasiadamente na menina que quer contatar com o feminino e na mulher que quer vir a ser, mas que ao mesmo tempo se atrapalha tentando dar conta do mandato paterno: seja diferente da sua mãe.

Os vícios de fala preenchem ausências e obturam discontinuidades na busca de um sentido no qual os afetos possam ser nomeados. Esses recortes na fala de Eliane nos apontam para aspectos de sua história de filha, mulher, mãe que buscam vias para produção de sentidos outros que não os já conhecidos e traumáticos ou não falados.

O que o pai imaginava para a filha como mulher? O que o pai não conseguiu por dificuldades também suas e culpabiliza sua esposa? Em relação à fala do pai que desvalida a mulher que é sua mãe: *Ele me deu esses direcionamentos, sendo que algumas coisas eu devo ter (ri)*. Eliane se mostra num emaranhado entre o que lhe foi dito e não feito (pelo pai) e o que foi dito, feito e não agradou (sobre sua mãe). A construção de seu jeito de mulher e mãe terá antes a tarefa de se desemaranhar dos modelos que lhe foram impostos e que ela toma para si sem crítica.

Seu pai, ao lhe dar o que chama de *orientações*, desvalida o modelo de mulher e mãe que sua mãe lhe oferecia:

O meu pai quis me dar um direcionamento enquanto mulher: seja mais carinhosa, não repita esses erros da tua mãe, o errado era a mãe, de ser muito grossa num sentido, não saber relevar as coisas, de não ter um lar... esperando... sabe aquela bajulação... aquela coisa. Isso que ele falou que eu estava fazendo bem igualzinho a ela.

O feminino parece ficar confuso quanto ao que o pai nomeou de *bajulação*. Com este adjetivo seu pai critica o comportamento de sua mãe, ao mesmo tempo em que desqualifica algo do feminino que sua

mãe demonstra. Ser uma mulher ativa poderia ser sinônimo de ser grossa e distante, bem como ser passiva, algo próximo a ser carinhosa? As “desorientações” do pai lhe deixam confusa. A construção do ser mulher e de sua feminilidade, inevitavelmente, irá passar por uma desubjetivação singularizante. Estariam relacionados esses aspectos na sua busca por análise, a qual refere várias vezes na entrevista?

A busca da entrevistada pelo seu jeito de mulher e de mãe pode entrar em confronto com este modelo estereotipado do feminino que vem na fala do pai, mas que também está nela através de muitas outras falas que ouviu ao longo de sua trajetória e que permeia nossa cultura contemporânea.

Entre 1924 e 1932 um conjunto de ensaios sobre a problemática do feminino na psicanálise é escrito por Freud. O que estava em pauta eram os diferentes destinos psíquicos em face de uma ameaça de castração, nos homens, e da inexistência da dita ameaça, na mulher. No homem, transformar-se-ia em angústia de castração esse medo de perder o órgão corporal narcisicamente tão valorizado e fonte de gozo e prazer. Na mulher, não existiria nem ameaça nem angústia de castração ao não existir um pênis para ser cortado, não havendo uma ameaça efetiva (BIRMAN, 2001).

O complexo de Édipo, conceito importante sobre a psicosexualidade, chegaria ao fim no menino pelo horror a ser castrado. A interdição do incesto se inscreveria na constituição do sujeito, mediada pelo pai, que representaria uma instância terceira entre as figuras da mãe e do filho. O menino se identifica com a figura paterna, adquire uma identidade sexuada. Seria constituída a instância psíquica do **ideal do eu**, assim como a do **supereu**, instância interdita e representação interiorizada dos imperativos morais. Destaca Birmam do discurso freudiano:

o homem teria uma tendência para o reconhecimento e para o respeito à lei e aos valores, na qual estes assumiriam uma feição de universalidade [...] a lei moral e os valores teriam uma inscrição transcendente no universo masculino [...] um mais além, ao qual a figura do homem se submeteria de maneira infalível [...] pode-se depreender daí [...] como a dimensão do universalismo entre os seres humanos aparece sempre representado pela figura do masculino (BIRMAN, 2001, p. 196).

Vejamos o percurso libidinal da figura da mulher. Para esta não existiriam nem ameaça nem muito menos angústia de castração, pois a mulher já se reconheceria como castrada e destituída do órgão mágico do erotismo. Uma ameaça não teria efetividade, mas seu desolamento seria por não possuir esse distintivo dos seres humanos, sentindo-se inferiorizada e depreciada em face dos homens. Assim, as mulheres teriam uma estrutural diminuição da sua autoestima e uma espécie de menos-valia narcísica. Acusaria no cenário fantasmático a figura da mãe por não a ter dotado desse signo corporal de distinção. Porém, o grande sofrimento e a maior ameaça das mulheres seria a **perda de amor**, pois a mãe não lhe ter ofertado o pênis seria uma espécie de revelação deste desamor primordial (BIRMAN, 2001).

Deste modo, a mulher teria um ódio originário para a com a figura da mãe e se voltaria para a figura do pai na expectativa de que este lhe desse o que a mãe não deu. O pai também a decepcionaria e seria descartado e desprezado também. A mulher passa a buscar aquilo que lhe falta na figura do homem. Mas como este não pode lhe ofertar definitivamente aquilo de que carece, tal fato leva a mulher a encontrar no filho um substituto fálico. Um filho do sexo masculino, preferencialmente, para satisfazer a demanda fálica feminina. Com uma filha mulher a plenitude fálica seria relativa e sempre insuficiente. Nisso implica o discurso freudiano do reconhecimento efetivo do valor superior da figura do homem em relação à mulher (BIRMAN, 2001).

O Édipo feminino começa quando o masculino termina, pois é quando se descobre castrada e começa a perseguir o que lhe falta, buscando ser restituída através das figuras do pai e do homem. O que move a menina, seu motor e sua energia, é aquilo que lhe falta. A isso Freud relaciona a inveja, marca fundamental da mulher, a inveja do pênis, constitutivo do ser feminino.

Chodorow (2002) destaca que Freud e os primeiros seguidores estavam afinados com as diferenças de gêneros edípicas. Para eles, a principal tarefa edípica estava voltada aos relacionamentos adultos heterossexuais. Deste modo:

[...] a principal tarefa de uma menina é tornar-se orientada para os homens. No paradigma tradicional, uma menina deve trocar o seu objeto amoroso da mãe para o pai, seu modo libidinal de ativo para passivo, e finalmente seus órgãos e erotismo libidinal de clitóris para a vagina. Um

menino não tem que fazer semelhantes mudanças (CHODOROW, 2002, p. 145).

A expressão “orientação para os homens” suscitou posteriormente críticas. Entre as quais a da heterossexualidade feminina, na qual femininidade significa uma heterossexualidade genital. Esse modelo está baseada nas características vitorianas; naquela época da história era esperado das mulheres que elas se comportassem de modo passivo aos homens e se subordinassem a uma prática sexual voltada à procriação. Muitos debates foram travados em relação à sexualidade feminina, mas os esforços para definir atividade e passividade na sexualidade feminina foram infrutíferos, pois recorriam a concepções normativas (CHODOROW, 2002).

Sobre esse modelo aguardado para cada gênero, Del Priore (2011), descreve como os casados do Brasil colonial desenvolviam tarefas específicas.

Cada qual tinha seu papel a desempenhar diante do outro. Os maridos tinham de se mostrar dominadores, voluntariosos no exercício da vontade patriarcal, insensíveis e egoístas. As mulheres, por sua vez, apresentavam-se como fiéis, submissas, recolhidas. Sua tarefa mais importante era a procriação. É provável que os homens tratassem suas mulheres como máquinas de fazer filhos, submetidas às relações sexuais mecânicas e desprovidas de afeto (DEL PRIORI, 2011, p. 45).

Não apenas a era vitoriana pode ter influenciado a cultura europeia e, de certo modo, a teorização freudiana, quanto ao comportamento e modos esperados de ser homem e de ser mulher. Anteriormente a esse período, aqui no Brasil colonial, papéis e funções também são reproduzidos de acordo com a cultura patriarcal preponderante.

Em diferentes épocas a força da referência fálica, e as características a ela denominadas, se mostra nos comportamentos de homens e mulheres: ou por possuir ou por não possuir.

Chodorow (2002) defende a investigação sobre o modo como esses fenômenos de gênero são vivenciados ou integram os relacionamentos como elementos psicológicos fantasiosos. Ela nega o componente instintual biológico da transição clitóris-vagina e a

distinção atividade-passividade. Para a autora esses fenômenos decorrem de relações sociais específicas e de definições normativas da situação sexual impostas e aprendidas por membros desta ou daquela sociedade. Em relação à psicanálise, a “[...] definição normativa da situação é um pressuposto de que a genitalidade heterossexual é uma importante meta desenvolvimental desejada, e que o complexo edípico é a primeira arena na qual esta meta é conseguida” (CHODOROW, 2002, p. 145-146).

A autora não questiona a importância da orientação heterossexual que acontece com a maioria das meninas no período edípico. Questiona sobre como podemos interpretar esse resultado. Por um lado, o discurso freudiano presume a orientação heterossexual e o primado genital (vaginal) como normal, e que esse é o destino biológico das mulheres. Por outro lado, a clínica psicanalítica evidencia que nada há de inevitável, natural ou preestabelecido na sexualidade humana. Destaca que:

[...] a orientação e definição sexual é viabilizada e construída pelos pais. Os pais em geral são heterossexuais e sexualizam seu relacionamento com os filhos de ambos os gêneros, empregando práticas de criar filhos socialmente sancionadas. [...] Podemos pois aproveitar o enfoque psicanalítico pra relatar a gênese da orientação heterossexual das mulheres. Mas devemos rejeitar qualquer presunção de que o relato nesse enfoque seja natural, evidente e por si despreconcebido. Pelo contrário, ele parece ser cômico e inconscientemente preconcebido; social, psicológica e ideologicamente construído (CHODOROW, 2002, p.146).

Destaca sua atenção no que diz ter sido deixado pelos psicanalistas na busca de entendimento sobre o caminho libidinal na constituição da sexualidade: as relações objetais conflituosas durante o período edípico. É nelas que foca sua discussão, pois podem se tornar defesas adquiridas e internalizadas pelas meninas, podendo transformar “seu mundo objetal intrapsíquico – seu eu interno fantasiado e inconscientemente vivido em relação aos outros” (CHODOROW, 2002, p. 147).

Enfatiza a autora que se o enfoque tradicional psicanalítico está interessado na orientação heterossexual centrada no investimento

libidinal da menina ao pai, o seu está na “persistente significação da relação da menina com sua mãe por todo o período edípico. A orientação sexual está de pano de fundo aqui” (CHODOROW, 2002, p. 147).

Tanto para meninas como para meninos, Chodorow (2002) salienta que o modo como a personalidade de gênero é constituída no complexo de Édipo não está relacionado apenas com processos conscientes de identificação, mas nas relações objetais. Estas fazem com que o ego em sua relação objetal interna mude e mude diferentemente para meninas e meninos, pois vivenciam diferentes tipos de relacionamentos.

A autora discute sobre a relação da menina com a mãe, a “mudança de objeto” feminina e as complexidades relacionais na situação edípica feminina.

Retomando a teoria psicanalítica sobre o complexo de Édipo feminino, a menina sofre ao descobrir que não tem falo, ser privada dele e constatar que sua mãe também é desprovida dele. Critica a mãe por ter lhe feito acreditar que ambas o tinham e se sente enganada. Sentindo-se despeitada, sozinha e humilhada, com seu amor próprio ferido, passa a invejar os meninos. Deste modo, enquanto nos meninos o complexo de Édipo é destruído pelo complexo de castração, nas meninas ele é possibilitado e conduzido pelo complexo de castração, através da inveja do pênis. Assim, a menina se volta ao pai e coloca a mãe como uma rival sexual. Salienta a autora que a menina “abandona a mãe como um objeto de amor com muito mais amargor e determinação do que o menino” (CHODOROW, 2002, p. 148).

Essa perspectiva nos mostra um complexo de Édipo com imagens espelhadas e demasiadamente simples. Para Chodorow (2002):

[...] a menina integra a situação edípica triangular mais tarde, e em contexto relacional diferente do menino. Mesmo quando ela o faz, a continuidade dos problemas pré-edípicos nas vidas das mulheres sugere que uma menina não abandona esse relacionamento pré-edípico totalmente, mas ao invés, constrói tudo o que venha a acontecer sobre essa base pré-edípica. A caracterização de Freud, pouco comum nele, da conexão pré-edípica da menina com a mãe como ‘apego’ em vez de catéxis, ou amor, acentua essa persistência. Sua caracterização aponta pra a natureza dual do apego: a menina se apega ativamente, e escolhe o

apego à sua mãe, e ao mesmo tempo acha-se apegada passivamente, sem possibilidade de escolha – um apêndice ou extensão. O termo costumeiro de Freud *catéxis*, implica, por outro lado, atividade e direção. Em primeira instância, a menina retém um senso de eu e relação com a mãe que tem características pré-edípicas ou desenvolvimentais antigas. Ela está preocupada com questões de simbiose e amor primário sem o senso de separabilidade da outra pessoa (CHODOROW, 2002, p. 148-149, grifos da autora).

Destaca a autora que nas meninas a experiência relacional do complexo de Édipo não é simétrica à dos meninos. Para Freud, a menina muda do relacionamento exclusivo com a mãe para voltar-se ao pai como objeto de interesse libidinal primário. Ao examinar esses aspectos, Chodorow aponta para a força do relacionamento com a mãe que já acontece tanto quanto a importância do relacionamento agora com o pai. Justifica que assim acontece por serem estas explicações parciais deste processo no qual elementos diferentes podem ser mais ou menos importante para meninas diferentes. Uma menina se volta ao pai à procura de um pênis, mas pode fazer isso por diferentes explicações da natureza e causas de sua busca. Em nota de rodapé em seu texto, salienta que psicanalistas afirmam que a inveja do pênis é parte da busca edípica, mas não algo com efeito decisivo na vida da mulher (CHODOROW, 2002).

A inveja do pênis e suas expressões no comportamento da mulher é um ponto polêmico da teorização psicanalítica. Através dessa inveja a mulher se caracterizaria pela pequena dimensão de seus sentimentos e valores: mesquinha, rancorosa, competitiva em relação ao homem (ele teria o que ela não possui) e em relação às outras mulheres (que poderiam ter resgatado aquilo que ela angustiadamente procura o pênis/falo).

Sendo assim:

Depreende-se [...] dessa construção freudiana como as mulheres não teriam a mesma relação com a lei moral que os homens. Aquelas não se submeteriam a esta lei como uma instância de **transcendência** a ser reverenciada e sacralizada. Consequentemente, o imperativo moral para a

mulher não teria assim a consistência que existiria no universo masculino. Este imperativo seria frouxo e tênue [...] as mulheres seriam marcadas por sentimentos muito pouco gloriosos e destituídos de grandeza – isto é, a inveja, a mesquinha, a reivindicação e a rivalidade interminável (BIRMAN, 2001, p. 199, grifo do autor).

Birman (2001) enfatiza que Freud foi longe na sua interpretação. Seus enunciados são radicais. O particularismo feminino e os limites da mulher no acesso à lei e à transcendência apresentariam dificuldades no desenvolvimento das faculdades morais superiores, isto é, o pensar e a vontade. A mulher seria marcada pela parcialidade de seu ponto de vista e sem acesso ao universalismo característico da subjetividade masculina. Com isso a mulher é identificada ao polo da natureza, pois o polo da civilização é marcado pela transcendência da lei moral e de seus imperativos que não se instituiriam nela da mesma maneira que no homem.

A mulher não teria uma propensão ao pensamento abstrato e apresentaria uma modalidade concreta de pensar como resultado de seu limitado acesso à lei moral como instância universal. A vontade feminina seria frágil e inconstante, predispondo as mulheres tanto a ações precipitadas e mesmo violentas quanto à atuação e à passagem ao ato. Ela, ainda, apresentaria uma menor capacidade de sublimação, esta importante na mediação da subjetividade e no acesso mais complexo ao mundo da civilização.

O discurso freudiano marca de periculosidade a subjetividade feminina. Devido a sua inveja e falta de grandiosidade ética, a mulher seria “uma fonte interminável de perigo para a civilização e para a sociedade”, sendo que “a insistente demanda de erotismo e de amor a destinaria à ruptura dos laços sociais”. Por isso, “a figura da **mulher perigosa** não seria apenas uma espécie e uma exceção no gênero mulher, mas seria, antes de mais nada, uma virtualidade e uma potencialidade latente no ser feminino” (BIRMAN, p. 201, grifo do autor).

Prosseguindo na crítica ao ponto polêmico da inveja do pênis e suas consequências no funcionamento psíquico da mulher, Chodorow (2002), recorre às ideias de Schafer. Este considera como descuido freudiano as reações sobre uma inconsistência na teoria, que pode ser mais que casual ou até mesmo um lapso:

Considerando que é característica distintiva da investigação psicanalítica, e sobretudo do pensamento de Freud, sempre levar cada vez mais fundo o exame das questões no interesse de estabelecer o mais pleno entendimento possível da particularidade da resposta por parte dos indivíduos em circunstâncias específicas, especialmente, quando essas reações são intensas, perturbadoras, profundamente formativas, duradouras e influentes, é por demais notável que a essa questão não haja virtualmente qualquer exame em vista... Não podemos ter uma simples *teoria do choque* evidente por si sobre a extrema mortificação da menina e conseqüente inveja do pênis... Foi [Freud], afinal, quem nos ensinou como estabelecer por meio da psicanálise o estofo histórico e a determinação dos traumas psicológicos (CHODOROW, 2002, p. 155).

Esse pensamento é tomado por Chorodow como um indicativo para considerar o que veio antes, o relacionamento pré-edípico da menina com a mãe, o qual Freud e seus seguidores não acentuam. A relação mãe-filha pré-edípica, caracterizada por sua extensão, intensidade e ambivalência, dá a base psicológica para que a menina se volte ao pai (CHODOROW, 2002).

Na posição de cada autor tem-se uma expressão de uma psicanálise que toma a teoria como um ponto de partida para o pensar, sem dogmatizá-la. Nesse arejamento teórico está a possibilidades de novos desdobramentos para compreensão tanto das questões de gênero como da sexualidade da mulher. Aos limites de cada época cabem as posições críticas que a contemporaneidade apresenta.

Em relação a Eliane, a maternidade compõe parte da trajetória de sua vida. Já no discurso freudiano, a maternidade é apresentada como saída para algumas das características de periculosidade intrínseca à subjetividade feminina. Sendo assim, a maternidade foi colocada como:

[...] uma barragem e um anteparo seguros a essa periculosidade virtual, que a figura da mulher possui como um todo [...] na busca insaciável do pênis/falo, a condição materna daria uma espécie de segurança e de referência à mulher, já que seria a condição de possibilidade para a posse do

pênis/falo e de acesso à plenitude fálica. A figura da mulher poderia contribuir efetivamente para o mundo da civilização por intermédio da condição de mãe, a qual barraria sua propensão à periculosidade e à destruição dos laços sociais. A reconciliação da mulher com sua condição de origem passaria, pois, necessariamente pela maternidade, já que pela mediação desta a **completude** por fim lhe seria possível (BIRMAN, 2001, p. 202, grifo do autor).

Podemos acompanhar a trama entre as construções sociais, históricas e psicanalíticas sobre o feminino, a maternidade e o afeto que os autores citados nos proporcionaram. Cabe a Eliane fazer a sua conjugação singular sobre o feminino, a maternidade e o afeto. Essa conjugação se manifesta na vida e nas ações de Eliane, pois, para ela o investimento na maternidade se apresenta como uma via que dá acesso aos seus desejos como mulher e profissional. Após cinco anos trabalhando numa área específica, pede demissão para trabalhar em outra área.

Eu tava muito desencontrada na profissão. A parte financeira tava boa, mas a parte... (inaudível o que é dito, como um resmungo) eu tive que me preparar para fazer uma mudança dessas e mesmo quando tu faz, mesmo quando tu fazes tu ficas insegura. Era um bom salário, uma boa empresa, mas eu não aguentava mais.

Assim que iniciou o novo trabalho, Eliane engravidou e ouviu comentários de pessoas conhecidas sobre isso:

...tanto que eles me tiram sarro até hoje, né. [...]Eu tinha um salário considerado bom, tinha 5 anos num lugar. Fui inventar de entrar num lugar... passei vergonha porque... se tu fores ver eu recém tinha entrado na empresa. Pensa tudo aquilo que eu trabalhava em RH.

Eliane teve receio de comunicar a sua coordenadora a sua gravidez. A notícia foi assim recebida pela coordenadora:

“Se tu quisesse realmente engravidar tu terias ficado onde tu estavas. Onde tu ganhavas bem melhor” [...] Ainda bem que ela me entendeu, mas mesmo assim eu demorei para contar.

Quais os caminhos que o desejo de Eliane percorreu para que a gravidez acontecesse? Parece que esse aspecto é desconhecido pela entrevistada. Na fala de Eliane e de sua coordenadora, a gravidez foi comentada através do viés financeiro. Em termos psicanalíticos a gravidez é um novo investimento, porém não de dinheiro. Neste novo

contexto de relações Eliane engravida. Seu constrangimento está em ter engravidado logo ao ser contratada, pois não reproduziu o que é implicitamente esperado das mulheres: primeiro produzir, ser um bom investimento para aquele que a contratou. Ela investiu no seu desejo que necessariamente não é de gravidez, mas pode estar relacionado ao seu corpo e funcionamento.

Para Eliane é preciso estabelecer outros modos de viver e de se sentir mulher em outras relações. Mesmo receosa de seu retorno ao trabalho após a licença-maternidade, destaca a fala de incentivo de sua chefia, que demonstra apreço.

Da minha coordenadora enquanto instituição sim, mas isso foi do lado dela: vamos trabalhar! Que bom que tu voltou! Tal, tal, tal, tal.

Com essa outra mulher, sua chefia, abre possibilidades para outra via de aproximação do que é de mulher; e para (des)cobrir, como num jogo que revela e esconde, sobre esse feminino tão misterioso. A acolhida do desejo a impulsiona, torna-a ativa na direção desse desejo. **Tal, tal, tal** desejo, agora memorado na repetição, já foi vivido numa relação de satisfação com outro e voltará a

fluir quando as marcas que formam as lembranças voltarem a se tornar acessíveis, quando puderem ser ditas, reavivadas [...] são então agidas na transferência e desfeitas por palavras que possam, contando com o lento trabalho perlaborativo, ir dissolvendo estes nós demasiado cheios pela experiência sem perda do alucinatoriamente atual (MENEZES, 2007, p. 8).

Seu modo de vivenciar o ser mulher e mãe será marcado por suas escolhas de agora e pelas marcas já vividas, que aos poucos ganham sua acolhida e nomes que lhe façam algum sentido.

Porém, com o cuidado de não tomar o já nomeado como acessível e disponível como recurso psíquico, tem-se que ponderar os caminhos, os jogos de força dos componentes psíquicos na construção de ser de cada um(a).

Sobre o dito e esses jogos de forças em busca de sentido falarei no próximo tópico.

8.2 SOBRE O DITO

Neste eixo denominado “é dito”, apresento momentos nos quais as entrevistadas se autorizam a falar a partir de suas experiências de mulher, do feminino e de mãe, bem como do modo como sentem e pensam. Suas falas não são consideradas como conclusões sobre esses temas, mas ideias em processo de pensar.

Um tema que foi destacado na fala das entrevistadas foi da relação da entrevistada com sua mãe após o nascimento de seu (sua) filho(a). O nascimento do bebê pode ser utilizado como uma tentativa da nova mãe de aproximação de sua mãe. A mãe mais experiente pode auxiliar nos cuidados iniciais e no apoio a esta mulher que experimenta a maternidade pela primeira vez. Para Claudia:

Veio a minha mãe. Acho que veio duas semanas antes (referência ao parto). Eu até queria que ela ficasse um pouco mais. Só que como minha sogra veio, ela (referência a sua mãe) me disse que não tinha necessidade de ficar nós duas, né! Aí ela voltou e ficou minha sogra. Eu senti falta da minha mãe na quarentena. Minha mãe é mais parceira. Me abro mais com a minha mãe. Minha sogra não é transparente. Então ficava insegura de falar certas coisas apesar de ficar buscando respostas.

A avó materna quando solicitada pode também não se disponibilizar a resgatar suas experiências de maternidade. Essas experiências de maternidade inevitavelmente serão revividas e sentidas mais uma vez. Se há aspectos não elaborados, e sempre haverá, a aproximação da avó de sua filha, que agora é mãe, dependerá de sua disponibilidade. Essa aproximação entre mulheres-mães também estará dependente do vínculo estabelecido por essas duas mulheres ao longo de sua relação.

Chodorow (2002) aborda sobre a maternação e a relação mãe-bebê nesse encontro no qual uma relação afetiva se estabelece bem como essa intimidade peculiar pode servir de base para as expectativas das mulheres como mães.

Para a autora, “cuidar de filhos tem sido tipicamente sinônimo de simples maternação. A primeiríssima relação tem sido sempre uma relação com a mãe, e o laço mãe-bebê tem sido intenso e relativamente exclusivo”. A constituição de um sujeito “consiste na construção de um relacionamento social e emocional entre mãe e bebê, ambos no mundo e dentro da psique infantil” (CHODOROW, 2002, p. 82).

Como uma das características desse desenvolvimento psicológico inicial, Chodorow (2002) aborda a dependência total relacionada ao recém-nascido que é separado do corpo maternal demasiado cedo. Esse bebê apresenta alguns reflexos que logo são perdidos e que o tornam demasiado frágil se não receber os cuidados de um outro ser adulto, cuidador. Qualquer comportamento não reflexo exige o amadurecimento da capacidade fisiológica que o permita. “Esse amadurecimento, embora obedecendo a potencialidades biológicas inatas, requer um tipo especial de cuidado materno e paterno desde o nascimento da criança, e varia de acordo com o grau em que esse cuidado é consistente e isento de arbitrariedade” (CHODOROW, 2002, p. 83).

Destaca a autora, “nessa época inicial da vida, as ações da mãe, sua catéxis libidinal e envolvimento com a criança exercem um crescimento seletivo de algumas potencialidades e retêm, ou deixam de estimular e libidinar, o crescimento de outras. Isso determina certas tendências básicas na criança referentes à sua modalidade, adiantamento ou atraso de sua verbalização” (CHODOROW, 2002, p. 83). A qualidade deste cuidado marca tanto a confiança como a autoimagem da criança.

A constituição tanto física como psíquica está relacionada ao ajuste entre as necessidades e desejos e os cuidados que lhes são dados pelo adulto cuidador. Assim, se uma discrepância grande acontecer entre esses aspectos, uma carência básica é revelada, acompanhada de muita ansiedade, de que falta algo ou alguma coisa não está certa. Essa área de carência básica não é consciente, nem muitas vezes ganha voz por se originar num período pré-verbal. A dependência é um aspecto central de todo ser que se constitui. A mãe dá amparo e alimentação, mas não é vivenciada pela criança como separada de si, como um outro, pois o cuidado materno, além de proteger, dá à criança a ilusão de que seu ego é poderoso e estável, embora seja fraco. Porém, essa proteção possibilita o surgimento de um verdadeiro eu, um sentir-se a si mesma. Em contraste, temos o falso eu que se conforma e se adapta ao meio ambiente insatisfatório.

A autora destaca que os cuidados às crianças não são dados por uma sociedade a alguém por acaso. Quando mulheres assumem os cuidados, a dependência das crianças à mãe é total. “Aspectos da relação com *ela* é que são internalizados; o cuidado que *ela* desempenha é que deve ser consistente e confiável; a ausência *dela* é que produz ansiedade. A primeira experiência da criança, e seu desenvolvimento, dão-se no

contexto de uma relação interpessoal com sua mãe e começa com ela” (CHODOROW, 2002, p. 85-86).

Chodorow (2002), utilizando ideias de Bowlby, Michel e Alice Balint, enfatiza uma socialidade primária e fundamental na criança vivida na relação com a mãe. Coloca esses aspectos em oposição à ideia freudiana na qual “a criança catexiza a si mesma e somente a quem lhe proporciona cuidados e alimentos, a mãe, chamada de relação anaclítica” (p. 89). E destaca como a criança vivencia, ainda não verbalmente, essa catexia inicial. Assim,

[...]a criança, embora não se diferenciando de seu ambiente, e entre os objetos do seu ambiente, traz do seu estado pré-natal uma forte catéxis desse ambiente. Essa catéxis generalizada, bem depressa, torna-se centrada naquelas pessoas primárias, ou naquela pessoa, que se destacaram em lhe trazer satisfação e um relacionamento constante. Essas pessoas são os objetos do amor primário, que é objeto direcionado e libidinal, e que existe em forma rudimentar desde o nascimento (CHODOROW, 2002, p. 89-90).

Esses aspectos sustentariam que a criança tem uma necessidade de contato humano por si só. Ela fará esforços para satisfazer essa necessidade, que a constituirá tanto como pessoa como sua psique.

Sobre os inícios do eu e o crescimento do amor objetual, Chodorow (2002) apresenta:

Durantes os meses iniciais, a criança vem gradualmente a perceber a mãe como separada e não como “eu”. Isso ocorre tanto por causa do amadurecimento fisiológico como através de reiteradas experiências de afastamento da mãe. Ao mesmo tempo, ela começa a distinguir aspectos do cuidado materno e da interação da mãe, e a ser “capaz de esperar, e confiantemente ter esperança de satisfação”. Essa percepção inicial de sua mãe como separada, juntamente com a experiência íntima da criança da continuidade em meio a circunstâncias e fatos cambiantes, foram a base para sua experiência de um eu (CHODOROW, 2002, p. 93).

Deste modo, o eu da criança tem uma origem dupla decorrente das suas experiências relacionais: a experiência física íntima de integridade do corpo que provém de suas sensações e emoções íntimas e a demarcação do mundo objetal.

Sobre o crescimento do eu e o diferenciamento em relação à mãe e a dependência dela:

No início, a criança é absolutamente dependente, e porque não pode sentir-se como separada, não tem meio algum de saber sobre cuidado materno, e nada pode fazer sobre isso. Ela “está numa situação de apenas ter proveito ou sofrer perturbação”. Na medida em que a dependência afrouxa, a criança torna-se cônica da sua necessidade de certos aspectos do cuidado e relacionamentos maternos, e pode ligá-los ao impulso pessoal. Daí por diante, aos poucos a criança já não sente esse ambiente como atuando inteiramente sobre ela. Ela desenvolve capacidades que a tornam apta a influir no ambiente, e não meramente reagir a ela (CHODOROW, 2002, p. 94).

Quando a criança passa a reconhecer que a mãe é um ser distinto dela, que há uma separação entre elas, o princípio da realidade se presentifica. O que auxilia nesse aspecto são as frustrações das expectativas do amor primário. A criança frustrada passa a perceber o outro. Frustração e ambivalência geram ansiedade e esta desencadeia o desenvolvimento de capacidades do eu, para assim enfrentar a ansiedade. A autora destaca que “[...] muita dessa ansiedade não é gerada endogenamente pelo desenvolvimento infantil, mas é uma reação infantil às rupturas e incômodos em suas relações com a mãe” (CHODOROW, 2002, p. 96).

Outro elemento importante que marca a entrada da criança na “realidade” é o envolvimento da mãe com outras pessoas (pai, irmãos). Essas outras pessoas são percebidas como entre o cuidador e a criança, embora não desempenhem cuidados. São facilmente diferenciadas pela associação da criança com rivalidade e percepção do eu em oposição. O pai tem papel importante nessa diferenciação, pois, ao estar envolvido com a mãe, participa nas identificações defensivas posteriores que a criança faz. Deste modo, o ego se desenvolve em parte como um sistema de defesa contra essas experiências iniciais.

A autora discute sobre a pessoa que executa o cuidado infantil, numa certa estrutura familiar, num certo tempo e que não é inevitavelmente a mãe. Critica a teoria psicanalítica e os estudos que ela influencia sobre um “inevitável e necessário relacionamento mãe-filho *único*” (CHODOROW, 2002, p. 100, grifo da autora). Prossegue, apontando ser uma presunção psicanalítica que se centra no relacionamento primário, que não analisa e nem percebe os relacionamentos em determinados contextos, período histórico e determinados arranjos sociais. Aponta que parecem mais reiterar o modo como nossa sociedade assegura que as mulheres sejam as responsáveis, quase que exclusivas, pelo cuidado infantil.

Também destaca as características desse relacionamento mãe-criança que exige cuidados ao corpo e ao psiquismo dessa criança, levando facilmente a presumir que esse cuidado exclusivo seja feito pela mãe biológica. Também parece ser mais fácil aceitar ver esse relacionamento como menos socialmente construído do que outros relacionamentos. Há aqui novamente uma confusão entre “uma reivindicação implícita da inevitabilidade e necessidade da maternação exclusiva pela mãe biológica e os argumentos em favor da necessidade de constância do cuidado e certa qualidade do cuidado por *alguma* pessoa ou poucas *pessoas*” (CHODOROW, 2002, p. 101, grifo da autora).

É claro que certa constância e qualidade de cuidado de uma criança são necessárias. Porém o que a autora critica diz respeito aos psicanalistas presumirem e argumentarem que se não for exclusivamente a mãe a promover esses cuidados primários, o desenvolvimento básico do ego pode sofrer interferências. Prossegue enfatizando que não há evidências para demonstrar que a maternação exclusiva seja o melhor para a criança; porém, essa maternação exclusiva é “boa para a sociedade” (CHODOROW, 2002, p. 103).

Chodorow (2002) enfatiza que suas objeções não invalidam a explicação psicanalítica, mas trazem um modo de interpretá-la. Seu enfoque está no

[...] relacionamento mãe-filho de certa intensidade e exclusividade social e historicamente específico, e certo desenvolvimento infantil que esse relacionamento produz. A psicanálise não define quais os cuidados maternos e paternos adequados para que as crianças se tornem gente. A explicação é, sem dúvida, adequada e esmerada

para a situação que ela define e interpreta. Ela, porém, não deve ser interpretada como prescrição ou destino inevitável. Uma teoria do relacionamento inicial mãe-filho na sociedade contemporânea ocidental revela a inestimável importância da mãe no desenvolvimento psicológico de toda pessoa, no seu senso de eu e na sua instância relacional básica. Ela revela que se tornar uma pessoa é o mesmo que se tornar uma pessoa no relacionamento e no contexto social (CHODOROW, 2002, p. 104).

A leitura de Chodorow explicita pontos que foram naturalizados e associados pela cultura em relação ao cuidado inicial dos bebês como tarefa exclusiva das mulheres. O bebê ao nascer apresenta inúmeros aspectos ainda por se constituir, inclusive sua constituição psíquica. Para tal é preciso que um adulto cuidador se ajuste as suas necessidades corporais, psíquicas e de amor do bebê.

Portanto, um bebê tem uma carência básica que não é consciente e nem consegue expressá-las por acontecer num período pré-verbal. Desse modo se estabelece com o adulto cuidador, uma mulher na grande maioria dos casos, uma relação de dependência. Essa mulher que cuida e dá amparo, pela imaturidade característica dessa etapa da criança, não é vivenciada como separada de si, como outro. Esses aspectos incrementam a ilusão da criança de poder e estabilidade cuja função está em sentir-se a si mesma.

Tais condições permitem relacionar algumas questões pelas quais são as mulheres que preferencialmente maternam em nossa cultura. Em parte por questões nas quais há uma preponderância dos homens que relegaram essa tarefa as mulheres pelo uso de seu poder, para mantê-las mais na esfera privada, da casa. Por outro lado pelas vivências anteriores de cada mulher com sua mãe nessa relação simbiótica e de dependência, uma certa confusão com a qual para os homens pode mais fácil de lidar. Mais a frente no texto abordo essa questão (p. 224).

O destaque de Chodorow enfatiza o contexto social e histórico e sua influência nas relações da maternidade. Outra autora que aborda essa temática é Del Priore (2009a). De forma específica, esta autora elege no período do Brasil colonial uma junção de forças entre a Igreja e a medicina; a Igreja queria as mães como agentes eficazes da doutrina católica, as mães seriam exemplos de comportamento e as guardiãs de valores morais. A medicina se esforçou para tornar os laços entre mães e

filhos naturalmente indissolúveis. Da observação do corpo da mulher e da ligação deste a uma definição antropológica sobre a natureza da mulher, acabou-se condicionando a mulher à maternidade. Chegaram a uma conclusão de que toda mulher podia ser mãe e lhe deram uma funcionalidade: “a mulher não poderia ser outra coisa que mãe” (DEL PRIORE, 2009a, p. 275).

Tem-se nessa junção o modo como tanto a Igreja quanto a medicina relacionaram a mulher e a maternidade. Esses aspectos facilitaram para que a relação mãe-filho fosse idealizada, para que não fosse modificado o que era de interesse ser mantido. “Ao valorizar no plano da saúde física e mental o fato de que cabia exclusivamente à mãe a criação dos filhos, a medicina caucionava o objetivo tridentino de difusão da família cristã” (DEL PRIORE, 2009a, p. 275).

Como toda idealização, esta não aproximou as partes, no caso as mães dos filhos; mas colocou impedimentos para que cada relação fosse experienciada a partir das condições possíveis. O modelo ideal estava ali como meta a ser atingida, porém nunca alcançada.

Na condição agora de mãe, Claudia experimenta pela primeira vez um lugar que antes só foi vivido e sentido na condição de filha. Olhar para sua mãe, pensar e sentir de outro modo pode favorecer a expressão e ressignificação de experiências já vividas entre elas.

[...] minha mãe, eu acho, ela é uma vitoriosa. Trabalhava 40h, era professora e naquela época ela tinha que trabalhar as 40h em sala de aula. [...] Então ela dava aula de manhã e de noite e... e... ela gerenciou melhor a casa do que o meu pai. Meu pai o dinheiro dele não sobrava. Entre ela e o meu pai eu olho ela como uma vitoriosa e o meu pai como um fracassado. Ele como pai deixou muito a desejar. Ela como mãe também deixou a desejar, mas eu entendo que ela deixou a desejar porque, às vezes, por falta de tempo e... Eu acho que ela conversou pouco com a gente, dialogou pouco com a gente. Muitas coisas que a gente descobriu com amigos, no dia-a-dia. E eu acho que por isso também, por essa falta de tempo, ela deu pouco carinho pra gente. Então, eu procuro dar pro meu filho bastante carinho e... diálogo.

Contar a história é para Claudia uma possibilidade de tramar de outros modos essas relações e afetos. As relações já acontecidas não mudarão, mas as novas vivências e um olhar caleidoscópico ao já vivido possibilitam outras composições na narrativa, e com elas outros sentimentos podem ganhar expressão.

No recorte de Claudia tem-se um exemplo que pode sugerir um pensar crítico, consciente sobre sua experiência de mãe; bem como retoma a sua outra posição anterior de filha. Como filha hoje a pensar a relação que teve com seus pais abre possibilidades para ressignificar tanto o que passou como o que está vivendo agora com seu filho.

Necessariamente não são novos sentimentos. Podem ser sentimentos antigos que reorganizados pela nova narrativa ganham expressão.

[...] Eu acho que... eu acho que... o que faltou comigo fez eu buscar... e hoje eu dialogo em relação ao que já foi na infância e na adolescência. Eu era emburrada, eu não conversava. Acho que a minha mãe poderia ter facilitado isso. Eu era emburrada. Eu ia para o quarto me fechava e não falava com ninguém. Acho que ela podia mediar isso... E.. eu sabia, não sei se é meu.. é.. eu sabia que faltava isso em mim. [...] Era pra mim difícil falar de mim. Eu não conseguia falar de mim quando eu namorava meu marido. Ele me ajudou nisso. E hoje eu falo! [...] Talvez porque eu sabia que eu precisava vencer isso e... então eu acho que o que faltou [...] Talvez faltem muitas coisas que eu não vejo, mas eu via que faltava dialogar, talvez pela falha de relacionamento dos meus pais com a gente e carinho! Com eles pra mim é mais difícil! Eu beijo e abraço a minha mãe, mas e... não é fácil! Mas com meu filho, com meu marido é fácil. Eu acho mais fácil. Eu acho que eu fazia isso desde o início com ele.

Nesses três momentos da fala de Claudia sua mãe está presente: quando a busca para viver sua maternidade e a mãe responde com o que consegue lhe dar; quando enaltece a mãe e desqualifica o pai, como um possível modo de tolerar o pouco que a mãe lhe deu; quando expressa os aspectos que lhe faltaram na relação com a mãe e o pai, bem como sua busca de um modo seu para lidar com os aspectos faltantes nessas relações que são sentidas por ela.

A ênfase de Cláudia está nos modos através dos quais a mãe surge na sua fala. Em minha experiência clínica a ênfase muitas vezes era dada ao relacionamento com o cônjuge, o qual até poderia ter uma função na relação que lembrava a relação estabelecida com a mãe. O que esse aspecto possibilita pensar é uma busca desenfreada para localizar em alguma relação do presente uma articulação ao sofrimento atual advindo da maternidade. Localizar e nomear esse “isso é a causa” de sofrimento parece ser uma tentativa desesperada de dar uma forma aceitável ao que não tem de imediato: a irreversibilidade de sua condição em viver a maternidade. Isso não isenta mães, pais e cônjuges

de suas responsabilidades para com a mulher-mãe, mas será preciso novos recursos psíquicos para que essa mulher dê conta dessas mudanças as quais vivencia. Esses novos recursos psíquicos virão, mas não de imediato e nem virão de uma hora para outra. Será preciso novas construções, recursos psíquicos, para que a mulher-mãe se situe nessa nova função e nessa nova nomeação de si.

Diante desses aspectos faltantes e de como Claudia se organiza para lidar com sua maternidade, novas relações podem auxiliá-la a compor o que a sua experiência solicita. O convívio com outra(s) mulher(es) e mãe(es) pode servir como modelos de identificação para a auxiliar a construir sua relação com seu filho.

Outra coisa... a mulher do T. (colega de trabalho que também ganhou bebê próximo a ela) é bem serena. Eu tenho observado o jeito dela... eu procurava ter um pouquinho do jeito dela com o F. (seu filho). Só que...então eu procurei ter mais serenidade [...] acho que é porque eu tô entrando num período menstrual assim, na TPM [...] Mas eu percebi que... a tranquilidade da gente acho que passa pra ele. Depois que eu comecei a ficar mais tranquila parece que tudo melhorou. Em casa eu até comentei com ele: tá sobrando tempo! O que eu posso fazer agora? Tá sobrando tempo e eu estou admirada com isso... com tempo sobrando.

Neste recorte pode-se fazer uma inferência sobre aspectos do trabalho do negativo (GREEN, 1988, 2010), no qual a identificação compõe os mecanismos primários de defesa utilizados.

Para pensar sobre a movimentação psíquica a partir do que Claudia expressa, Green (1982) auxilia com a última teoria da angústia, na qual Freud concluiu que o ego é a sede do afeto e aborda essa relação, porém limita-se àqueles aspectos que são específicos da organização narcísica.

Vale sublinhar o caráter não unificado do ego primitivo dominado pelas pulsões do id, a influência fundamental dos cuidados maternos nas primeiras estruturas egóicas e sua tripla servidão em relação ao id, ao superego e à realidade.

A estrutura do ego está relacionada com a situação tópica na qual se situa, na encruzilhada da realidade externa e da realidade interna, fazendo-o dilacerar-se em duas partes inconciliáveis chamadas de ego-prazer e ego-realidade. Porém, não podemos delimitar a relação do afeto com o ego focando no ego-prazer. A relação do ego com a realidade está cheia de afetos, em parte pelas projeções dos afetos e em parte devido à familiaridade do real tratado afetivamente. Para Green (1982, p. 236)

“se a realidade externa nos é para sempre incognoscível, se a mediação de nossos instrumentos perceptivos sempre será uma tela entre ela e nós, alguma coisa dela, todavia, nos é cognoscível [...] e nos engaja no real”.

Deste modo, os sentimentos de familiaridade com o real estão ligados aos afetos do ego, desde que não ultrapassem os limiares que possam perturbar as funções – perceptivas.

O ego, ao ser definido como uma instância da realidade psíquica, um conjunto organizado, com investimentos constantes, diferenciando-se assim dos processos primários, trouxe dificuldades a autores que se mostraram insatisfeitos e acrescentaram o conceito de *self*. Esse novo conceito foi justificado por uma necessidade em relação ao sentimento de identidade. Green (1982) questiona por pensar que essa modificação não parece acrescentar muito ao que já era conhecido do ego. Destaca que a concepção freudiana de narcisismo oferece recursos inexplorados. Metapsicologicamente, o conceito de identidade está fundado sobre o afeto relativo à unidade do ego e ao sentimento de autopertinência. Prossegue o autor em sua crítica:

Na verdade, o que guiou os autores (Hartmann, Erikson, Jacobson Winnicott entre os principais) foi talvez devolver ao ego uma parte das funções das quais a psicologia pré-analítica o havia dotado: sentimento de unidade, de domínio de si, de autopertinência, de individualidade essencial etc. Nessas condições, prefere-se esquecer que é intencionalmente que Freud fala do ego como de uma instância que só adquire sentido em sua relação com as outras duas, que uma parte importante do ego [...] é inconsciente, permanecendo para sempre, e que a identificação é dupla (GREEN, 1982, p. 236-237).

Sendo assim, o pensamento freudiano considera a clivagem como uma das transformações da estrutura do ego que é clivado por essa dupla orientação tanto externa como interna. Mesmo o ego da realidade interna é dividido entre identificações contraditórias.

Recorrendo à teorização kleiniana, a autora resgata o conceito de *splitting*, introjeção e projeção, que são mecanismos estruturais fundamentais. É através do *splitting* do ego que se dá a atividade de divisão na qual a simbolização primária acontece separando o bom do mau. Esse processo é necessário para que possam ocorrer as integrações que unificam o ego.

As relações de objeto do ego dependem do contexto afetivo, dos traços deixados pelas experiências dos objetos bons no ego. É claro que a luta contra os afetos de perseguição, que se opõe ao trabalho de unificação do ego, o transformam num lugar de conflitos e tempestades afetivas constantes. Qualquer sucesso de experiência integradora cria um afeto de triunfo sobre os traços deixados no ego pelos objetos maus (GREEN, 1982, p. 237).

Tem-se então como resultado a representação que o ego adquire de si mesmo, a constituição do narcisismo secundário, bem como o afeto que acompanha essa representação depois da perda do objeto. Onde antes havia um composto indissociável no lugar do afeto e da representação, a autopercepção do ego se cliva do afeto, deixando repercussões em ambos. Desta forma, a identificação é o resultado de incorporações de objetos e introjeções de afetos relacionados às experiências com os objetos (GREEN, 1982).

Se de um lado temos uma distinção entre representação, de outro, um misto indissociável suscetível de se separar em seus elementos constitutivos. Essa separação produz efeitos nos afetos não apenas em estados internos, mas também relacionados a situações. Aqui Green destaca a presença do objeto que pode ser evocada na representação e a percepção do objeto que traz uma transformação afetiva. Há uma ênfase no sistema percepto-representativo em relação ao objeto.

Green (1982) descreve a movimentação psíquica de organização das relações entre o afeto e o ego, desde ego primitivo, dominado pelas pulsões, até sua estruturação e triplo relacionamento com o id, o superego e a realidade.

Assim, a presença da mãe, enquanto adulto cuidador, favorece para que a criança estabeleça essa relação primária, uma relação inicial de dependência e também de afeto. Favorece a constituição de uma imagem de si para a criança. Também a mãe se coloca como modelo de identificação. Essa relação de intensa proximidade e cuidados é fundamental para o estabelecimento de aspectos importantes da constituição psíquica da criança.

Essa relação entre mãe-filha(o) está banhada do imaginário social sobre a mulher e a maternidade, e se presentifica pelas expressões de comportamento e afeto da mãe para com a criança. A importância dessa

relação não está somente na constituição de um psiquismo da criança que se desenvolve, mas de um sujeito no mundo que já recebe uma visão deste, bem como o “modo de como ser gente” neste mundo através dessa relação.

Sendo assim, essa mulher-mãe se oferece com seu jeito de ser também como modelo de identificação aos seus filhos. Esse foi outro tema que surgiu nas entrevistas: a identificação da menina com sua mãe e a maternidade. Chodorow (2002) problematiza o que denomina uma presunção vigente: a ideia na qual à medida que as meninas crescem, naturalmente se identificam com suas mães e que esse processo as transformam em mães.

Para Lya, a fala de sua filha sobre o que fará quando crescer é acolhida e estimulada através de um diálogo entre mãe e filha.

Ela brinca assim que ela vai ter filhas gêmeas. A última dela é que vai ter gêmeas. Acho muito engraçadinho. Ela até já escolheu os nomes. E... que ela vai ser mãe... e que ela vai casar.

A partir de Chodorow (2002), o como e o porquê de a filha se identificar com sua mãe e também querer ser mãe merece um pensar crítico. Para tal, a autora busca subsídios em estudos clínicos psicanalíticos que ilustram os pais ensinando seus filhos sobre o que se supõe ser o significado das diferenças biológicas de gênero, bem como o que a biologia ocasiona na vida adulta de cada um, o que facilitaria a identificação.

Para Chodorow (2002), “a identificação que eles relatam, acontece num contexto socialmente construído e sobrecarregado de conceitos valorativos”. Deste modo, “identificação e aprendizagem claramente prosseguem, e contribuem para transformar as mulheres em mães, mas esses processos não são suficientes” (p. 119). Eles compõem um cenário disponível a cada criança e que será utilizado por elas.

Para prosseguir em seus questionamentos, utiliza os relatos persuasivos de psicanalistas nos quais constam pormenores clínicos, salientando que “o desejo de um filho” ou a “necessidade de engravidar” se revela em *específico* nas mulheres, a partir do relacionamento inicial com a própria mãe, tornando especial certas contradições e conflitos (CHODOROW, 2002, p. 119, grifos da autora). A autora questiona esses enfoques que “pretendem mostrar como *as mulheres em geral* vêm a desejar um filho, ou necessitar de uma gravidez. Ser maternal, dizem eles, desperta uma experiência inicial *da mulher* e o relacionamento com *sua* própria mãe” (CHODOROW, 2002, p. 119, grifos da autora). Para a

autora, essa experiência da menina com sua mãe não pode ser utilizada como uma consequência direta entre ser mulher e ser maternal.

Diante das manifestações de futuro expressos pela filha, Lya questiona as condições para tal:

– *Tá e o que precisa antes minha filha? Antes de tudo isso.*

– *Ah, mãe aí tu vai ser vó.*

– *Nossa! Vou ser a vó mais coruja do mundo! Mas o que precisa antes?*

– *Não mãe, antes eu preciso crescer. Eu tenho que estudar, fazer faculdade, ser doutora, pra depois eu poder ter filho, né mãe! Aí senão não dá, né! Precisa de dinheiro também.*

– *É precisa de dinheiro também (ri). Então eu acho que ela tá indo no caminho certo, mas... é difícil. A gente não sabe o que espera o futuro. O que o comportamento da gente pode influenciar.*

Cabe perguntar qual é o caminho certo e por que ele é considerado assim pela entrevistada; pois logo a seguir, na fala dessa mulher-mãe, sua dúvida é evidenciada: *A gente não sabe o que espera o futuro.* Porém, se sua filha seguir um caminho que lhe é conhecido, é provável, talvez, que ela lhe traga menos angústias. Deste modo, seu comportamento pode influenciar a filha tal como o de sua mãe a influenciou.

Nessa época, [...] uma babá que ficava em casa para auxiliar, a minha mãe sempre trabalhou fora ã... ela deixou a nossa casa. Aí aquela dúvida em contratar outra pessoa. [...] Mesmo assim colocar outra empregada em tempo integral, não!

Na fala da entrevistada a dúvida em questão é de sua mãe, embora o modo pelo qual apresenta a ideia parece ser dela também. Na entrevista, reproduz o que pode ter sido um diálogo entre mãe e filha.

– *Você dá conta se a mãe deixar tudo arrumadinho?*

– *Eu vou dar conta! Eu tinha 11 anos, eu acredito.*

Então deixava o almoço semi-pronto (referindo-se ao que sua mãe fazia). A minha obrigação era só ligar as panelas uns 10 minutos antes de eles chegarem e cuidar da minha irmã menor. Aí a do meio ia para a escola de manhã e eu ficava em casa com a pequena. Eu tinha 11 e ela tinha dois aninhos, olha que sapeca! Hã... eu sou mais velha, depois tem a minha irmã do meio. São cinco anos de diferença na idade. Eu a levava pra escola, ajudava a pentear. Eu era a que tomava conta na hora do intervalo. Eu tinha que levar o lanchinho. Assim, aquelas questões de proteção. E da mais nova são mais 4 anos. São nove anos

de diferença para comigo. Aí essa me deu trabalho. Ela é muito sapeca! (ri).

Nesses recortes de Lya pode-se pensar na possibilidade de manutenção do discurso predominante na cultura sobre as atribuições e as funções da mulher, mesmo enquanto ainda menina.

Tem-se no recorte uma menina e sua mãe diante de uma situação familiar. A busca por um modo de lidar com as questões envolvidas está entre elas. Chodorow (2002) problematiza as mudanças que o capitalismo e a forte industrialização trouxeram, ao colocar a produção fora de casa, as quais repercutiram tanto na organização do trabalho como na família e na vida das mulheres. O papel das mulheres na produção material se modificou e a elas coube o cuidado dos filhos e do marido. Para a autora, “as mulheres aprenderam que mudanças fundamentais nas relações sociais de produção não garantem concomitantes mudanças nas relações domésticas de reprodução” (CHODOROW, 2002, p. 21).

Lya explicita que seu pai e sua mãe trabalhavam fora de casa, mas é da mãe e, como revela o recorte, da filha mais velha, a responsabilidade para resolver questões de manutenção e de cuidados necessários quanto à alimentação e às outras filhas menores. Pela entrevistada o pai não é citado nessa discussão e nem é considerado para também participar dos cuidados diretos com as filhas. Para Chodorow (2002), em nossa sociedade as mulheres não só geram seus filhos, elas os maternam. Ao maternar assumem a responsabilidade, o cuidado inicial e laços emocionais com suas crianças, dedicando mais tempo a elas do que os homens. Mesmo que o pai cuide de seus filhos, raramente é o primeiro responsável pela criança.

Para a autora, apesar das mudanças que ocorreram nos últimos séculos com relação à mulher e o trabalho pago, é delas o cuidado de crianças, ou como mães ou como trabalhadoras em tarefas relacionadas ao cuidado infantil. A maternação das mulheres se mostrou um dos poucos elementos universais e duráveis da divisão do trabalho por sexo.

Ao aceitar a incumbência, dada pela sua mãe, Lya tem um trabalho de cuidadora com as irmãs.

Ou ficava com a mais novinha ou ficava com a do meio. E eu sempre tinha aquela carga de levar. Então não era prazer levar. Era porque eu tinha que cuidar. Jamais eu ia poder brincar com as minhas amiguinhas porque eu tinha que cuidar da pequena ou da bem pequenininha. Dependia qual eu levava. Então nesse sentido não era prazeroso. Era mais de... uma obrigação, com o dever mesmo.

Quando questionada sobre ser também criança e querer brincar, ela expressa:

Tinha sempre que ficar de olho. Aquilo que eu falei do cuidado de todos. Estar sempre de olho em alguma coisa. Hã... tentando pegar no ar o que vai acontecer, acudindo quando acontece.

Tem-se nesse ponto dois aspectos importantes na fala da entrevistada. O cuidado dos filhos é tão naturalizado como trabalho de mulher que a mãe da entrevistada não hesita em solicitar da filha esta atividade. O cuidado dos filhos deixa de ser prioridade do casal para ser resolvido entre mulheres, mesmo que uma delas seja uma criança ainda. O outro ponto, que também é afetado pela naturalização do ser mãe, está no modo de fazer, o qual é tomado considerando-se que qualquer mulher ou menina sabe o que fazer diante de uma criança. Esse trabalho não é tratado como se requeresse habilidades a serem desenvolvidas pela mulher em conjunto com cada filho, pois seria com cada um que aprende gradativamente a ser mãe. Nem como cada mulher é considerada em seu modo de sentir e pensar a maternidade.

A maternação envolve capacidades e aptidões, as quais são internalizadas e viabilizadas de acordo com cada estruturação psíquica. A mulher que cresce e é maternada por outra mulher está predisposta psicologicamente a também maternar, segundo o que enfatiza Chodorow (2002). As teorias de socialização do papel de gênero sustentam-se na intenção individual e em critérios comportamentais, porém não explicam satisfatoriamente a maternação de mulheres. A psicanálise “oferece uma elucidação estrutural sistêmica da socialização e da reprodução sociais”. Como sugere a autora, “os principais aspectos da organização social de gênero são transmitidos àquelas personalidades e através delas produzidos pela estrutura da instituição – a família – nas quais os filhos se tornam membros com gênero da sociedade” (CHODOROW, 2002, p. 61).

Tem-se então influências diversas que se entrelaçam na reprodução de gênero, capacidade e aptidões em relação à mulher e à maternidade bem como na constituição subjetiva de cada uma. Porém, essas influências não podem ser consideradas como causa e efeito no qual a mulher maternada por outra mulher também maternará. O que Chodorow questiona é a utilização dessa relação para subjugar a mulher a essa tarefa se ela não se disponibilizar para tal, se for exigido somente das mulheres a maternação, se as mulheres que não maternam venham a ser excluídas e questionadas por não o fazerem. As novas configurações

familiares têm demonstrado que a maternação pode acontecer de diversos modos pelas pessoas que se disponibilizam.

Birman (2010) contribui ao acrescentar aspectos históricos e do contexto do surgimento da psicanálise relacionados à austera moral vitoriana. A psicanálise fez uma crítica dessa moral severa e implacável. Deste modo favoreceu aos modernos a restauração das delícias eróticas que estavam interditas como também a superação do mal-estar inerente à vida humana.

O autor destaca que essa foi uma versão heroica da psicanálise e que agradou várias gerações de analistas apesar do silencioso progresso atribuído à sexualidade pelos que sucederam Freud. Para o autor, essa leitura de suspensão da repressão da sexualidade é falsa e até hipócrita. Os indivíduos eram instigados a falar de sexo, pois deste modo ele seria melhor regulado e controlado devido à importância que este ganhou na aurora da modernidade, já que a qualidade de vida da população se transformou na maior riqueza das nações. Era preciso uma população saudável, bem educada e qualificada para que um desenvolvimento econômico e material fosse possível.

Esse processo histórico recaiu sobre a ordem familiar. Ocorreu uma ruptura da família extensa, tornando-as famílias menores. A família nuclear disponibilizava o convívio de apenas duas gerações; a intimidade passou a ser compartilhada apenas por pais e filhos. Os papéis sociais e as obrigações morais foram melhor definidos para que assim cada filho recebesse um investimento maior possível (BIRMAN, 2010).

Ocorreu uma reconstituição da figura da mãe, já que esta passou a assumir obrigações morais e sociais que até então não lhe cabiam. Deste modo, coube à mãe investir maciçamente na educação dos filhos e gerir o lar. A mãe passou a mediar entre o espaço privado e familiar e o público. Já ao pai foi reservado o espaço público. Essas novas atribuições da mãe também lhe trouxeram um poder que antes não tinha, apesar das perdas que teve com essas novas atribuições. Essas mudanças constituíram o chamado “*amor maternal*”, ainda hoje considerado uma marca a-histórica da condição feminina” (BIRMAN, 2010, p. 23, grifo do autor).

Deste modo, a maioria das mulheres acaba se restringindo à maternidade ao ocupar essas aspirações sociais e desejos inéditos, abrindo mão dos aspectos sociais e eróticos. A tais aspectos está relacionado o sacrifício materno que Freud aborda quando anuncia o

sacrifício das mulheres na realização do projeto civilizatório da modernidade (FREUD, 1908b/1976).

Este sacrifício das mulheres está:

na figura da *mulher nervosa*, passando a nervosidade, após sua naturalização pelos discursos médicos e psiquiátricos, a ser admitida como outro traço indelével da condição feminina [...] a construção da *histeria* se depreende da transformação da leitura sobre a dita nervosidade feminina, pois esta teria permitido ao discurso freudiano decifrar a insatisfação própria à condição feminina na modernidade [...] as marcas não apagadas do dito sacrifício acabariam forjando as ranhuras sangrentas do *masoquismo* e lançando, por vezes, a existência das mulheres na *depressão* e na *melancolia*. A compreensão da inveja como a característica axial da condição feminina materializada no discurso freudiano principalmente como inveja do pênis, pode ser lida, portanto, como resultado das impossibilidades experimentadas pelas mulheres na modernidade (BIRMAN, 2010, p. 24).

Alia-se a esses aspectos a remodelação da figura da criança, que passou a ser signo por excelência da riqueza das nações. Para tal era preciso que fossem bem cuidadas tanto na saúde quanto na educação. Essas crianças atraíam diversos olhares da medicina, da pedagogia à cabia a mãe a coordenação dessas fronteiras entre o espaço público e o privado. Mesmo a psicanálise alçou a criança a uma condição soberana quando referencia “sua majestade o bebê”. A criança investida pela família passou a encarnar a possibilidade de no futuro realizar o que não havia sido realizado por seus pais. Ganhou uma função reparadora e restauradora das fantasias parentais. Esse investimento narcísico e idealizado para ser viável solicitava sacrifícios dos pais (BIRMAN, 2010).

Entre os ideais sociais e os ideais pessoais, a mulher fica espremida tal como concha entre o rochedo e o mar. Mas diferentemente da dureza da concha, que até pode resistir a alguns choques no encontro, a força da mulher está na sua flexibilização diante das forças que se mostram conflitantes e ou em choque. É muitas vezes nas brechas dessas situações e embates que encontra outros modos de se colocar e de viver

sua sexualidade. Isso lhe custa e o adoecimento psíquico é um desses prejuízos quando cede além das condições psíquicas e físicas disponíveis bem como quando seu desejo é relegado.

Os aspectos apresentados através de Birman (2010) nos facilita para retomarmos as ideias de Chodorow (2002) tendo como foco a força de aspectos sociais e históricos em comportamentos contemporâneos.

Chodorow (2002) enfatiza que a questão das mulheres cuidarem de crianças demonstra uma contradição. Em seu argumento, explicita que, com ou sem gravidez e aleitamento, “a aptidão para cuidar de uma criança decorre de haver-se vivenciado esse tipo de relacionamento como uma criança, e ser capaz de regredir – embora permanecendo adulto – ao estado psicológico daquela experiência” (CHODOROW, 2002, p.117). Para a autora, pelo menos na teoria, alguém – menino ou menina – que teve um relacionamento mãe-filho “ótimo” tem base relacional para o cuidado de uma criança. Já empiricamente critica os analistas por presumirem que as mulheres irão cuidar das crianças, uma vez que as capacidades para tal, mesmo estando implantadas em pessoas de ambos os gêneros, seriam despertadas apenas nas mulheres. Salienta que uma pessoa que foi cuidada tem base relacional para cuidar.

Porém, essa base relacional não é algo homogêneo e pronto a ser utilizado por qualquer pessoa em qualquer lugar, hora e modo. Quando do nascimento da filha, a entrevistada Eliane expressa:

[...]e eu me sentia muito estranha... com o bebê e como “eu não tava grávida” (referência a como se sentiu durante muitos meses da gestação), muito tempo eu levei essa questão...

Esse recorte da fala de Eliane nos possibilita pensar o trabalho do negativo (GREEN, 1988, 2010) através do mecanismo da repressão. Não se tem como afirmar que o que lhe causa estranheza é o retorno do que estava reprimido, mas se pode fazer uma suposição a partir de sua fala.

A fala indica que para se disponibilizar para este relacionamento inicial, o nascimento da filha não era o desencadeador único e exclusivo. Uma trama relacional e afetiva que iniciou muito antes de sua gestação, parto e encontro com sua filha se evidenciava, deixando-a estranha para si e para os outros em suas manifestações.

Conforme o exemplo de Eliane acima, é possível afirmar que a gestação cronologicamente aconteceu, mas há um descompasso em relação a “tempos”, ao seu tempo, às suas disponibilidades psíquicas e relacionais; no qual no seu “presente” há muito do que escapa, do que já passou ou do que ainda virá. Conforme Figueiredo (2002, p. 23), o

“passado irrecuperável” e o “futuro imprevisível” incidem no “agora”, fraturando-o da narrativa.

A psicanálise nos auxilia a pensar outro tempo através dos aspectos inconscientes e de suas características, tais como: “ausência de contradição, processo primário (mobilidade dos investimentos), atemporalidade e substituição da realidade externa pela psíquica” (FREUD, 1915b/2010, p. 128). Destaca-se nessas características a atemporalidade dos processos inconscientes, pois os processos não são ordenados pela passagem do tempo, não tendo nenhuma relação com o tempo (FREUD, 1915b/2010).

Também temos os efeitos da repressão propriamente dita, uma pós-repressão (ou como também é chamada, *a posteriori*) que afeta os derivados psíquicos da representante reprimida ou as cadeias de pensamentos que entram em vínculo associativo com ela, dando às representações o mesmo destino do que foi reprimido primordialmente. Porém, a repressão não destrói nem elimina do inconsciente esses representantes, pois eles vão prosseguir existindo, continuar se organizando, formando derivados e estabelecendo conexões (FREUD, 1915a/2010).

Então esses representantes reprimidos manifestam-se em situações de sonhos, lapsos, sintomas e na análise através de determinadas características. Na análise, através da transferência, os impulsos inconscientes buscam satisfação de acordo com a atemporalidade do inconsciente, sem considerar a situação real. Assim, o paciente atribui aos impulsos inconscientes realidade e atualidade. Busca dar corpo (agir, atuar) a suas paixões sem considerar a situação real (FREUD, 1912a/2010).

Freud chama de uma “luta entre médico e paciente, entre intelecto e vida instintual, entre conhecer e ‘dar corpo’, que se desenrola quase que exclusivamente nos fenômenos transferenciais” (1912a/2010, p. 146). Esses aspectos são detalhados no posfácio de *Fragmento da Análise de um Caso de Histeria* (FREUD, 1905[1901]/1989), no qual apresentou sua ideia sobre transferência relacionando-a aos fenômenos inconscientes atemporais que nela se manifestam. Deste modo,

toda uma série de experiências psíquicas prévia é revivida, não como algo do passado, mas como um vínculo atual da pessoa do médico. Algumas dessas transferências em nada se diferenciam de seu modelo, no tocante ao conteúdo, senão por essa substituição. São, portanto, para prosseguir

na metáfora, simples reimpressões, reedições inalteradas. Outras se fazem com mais arte: passam por uma moderação de seu conteúdo, uma sublimação, como costume dizer, podendo até tornar-se conscientes ao se apoiarem em alguma particularidade real habilmente aproveitada da pessoa ou das circunstâncias do médico. São portanto, edições revistas, e não mais reimpressões (FREUD, 1905[1901]/1989, p. 110).

Tem-se então a atemporalidade dos processos inconscientes que não têm relação com o tempo e nem são ordenados pela sua passagem, os efeitos da repressão propriamente dita que reprime os representantes psíquicos ao inconsciente e a relação que se estabelece na análise entre analista e paciente, chamada transferência, na qual se manifestam os impulsos inconscientes sem consideração com a situação real, mas sim com os aspectos psíquicos de cada sujeito.

Esse trabalho psíquico, mesmo na repetição, produz singularidades e, mesmo na secundariedade da marca, é original e aborda o conceito psicanalítico de posterioridade (*nachträglichkeit*), no qual a constituição e as re-constituições do “passado” no “só depois” ao serem expandidos podem dar conta desse movimento constitutivo da suposta “vivência presente” (FIGUEIREDO, 2002).

Também se tem na fala de Eliane a expressão “*me sentia muito estranha*”. Por meio da fala a estranheza da entrevistada dá acesso a aspectos desconhecidos de si para a consciência, mas que podem nos abrir caminho até impulsos inconscientes que podem se manifestar tanto na relação com a entrevistadora quanto em suas ações e seu modo de pensar.

O estranho que expressa Eliane pode indicar também algo do reprimido que retorna, pois esse estranho não é nada novo ou alheio, mas algo familiar que há muito está no psiquismo e que somente se alienou através do processo da repressão. O “estranho como algo que deveria ter permanecido oculto mas veio à luz” (FREUD, 1919/1976, p. 301).

De diferentes modos, então, tem-se as manifestações inconscientes, nesse tempo do *a posteriori*, que não se dão jamais em presença, mas deixam suas marcas, rastros, exigindo e impondo uma constituição de sentido. Assim, aspectos da experiência nunca poderão ser narrados, pois serão irrecuperáveis. O que estará em jogo é a própria possibilidade de pensar a “experiência” como algo simples, que se pode

conter (FIGUEIREDO, 2002). Conter para dar sentidos que ainda virão e que não se mantêm fixados, mas que pelo próprio trabalho de aguardar, conter e nomear se multiplicam, se enriquecem no jogo do viver, sentir, conter e nomear.

Kristeva (2002) aborda que “é no espaço gerador de nossa espécie humana que se pensa mais no tempo, o vir-a-ser ou na história” (p. 218). Para a autora, a subjetividade³⁰ feminina parece atribuir uma medida específica ao tempo, retendo das modalidades conhecidas pela história das civilizações a repetição e a eternidade. Enfatiza:

[...] de um lado: ciclos, gestação, eterno retorno de um ritmo biológico acorde com o da natureza. Sua estereotipia pode chocar; sua regularidade uníssona com o que é vivido como um tempo extra-subjetivo, um tempo cósmico, é motivo de deslumbramento, de gozos inomináveis. De outro: uma temporalidade compacta, sem falha e sem escape. Com tão pouco a ver com o tempo linear que o próprio nome de tempo não lhe convém. [...] Esses dois tipos de temporalidade, a cíclica e a maciça, estão tradicionalmente ligados a subjetividade feminina à medida que é pensada como necessariamente maternal (KRISTEVA, 2002, p. 219-220).

A autora destaca modalidades conhecidas da história como a repetição e a eternidade, bem como as tipifica em cíclica e maciça. Essa modalidade repetitiva e cíclica pode ser de mais fácil compreensão ao se pensar em aspectos do funcionamento do corpo da mulher, tais como: menstruação e gestação. A modalidade da eternidade, que denomina como maciça, precisa ser mais detalhada a partir das ideias da autora. Para tal, utiliza os mitos de ressurreição presentes nas crenças, e mais

³⁰ Figueiredo (2002) questiona a utilização do termo subjetividade e tem nomeado em suas pesquisas o que denomina processos de singularização. Insiste na diferença entre subjetividade, entendida como “morada” ou “campo”, em contraposição a uma de suas figuras históricas, de “sujeito”. Destaca que como “subjetivação” implica uma referência a “processos”, evitaria assim qualquer possibilidade de substantivar os “objetos” de pesquisa. Destaca que ao adotar o termo “subjetividade” é preciso precaução contra qualquer tendência a substancializar essa noção. Em seu texto faz referência aos estudos e pesquisas de processos de subjetivação/de-subjetivação singularizantes em contextos socioculturais específicos.

recentemente na cristã, na qual a Virgem Maria não morre, mas passa ao mesmo tempo de um espaço a outro, ao que é chamado por assunção.

Destaca que a subjetividade feminina parece problemática em relação a certa concepção de tempo, que denomina tempo da partida, da trajetória e da chegada e tempo da história – que trazem uma concepção da temporalidade linear. Enfatiza que o pensar do feminismo atual se situa fora desse tempo linear de identidades que se comunicam por projeção e reivindicação, pois exigem o reconhecimento de uma singularidade irreduzível, facetada em si mesma, plural, fluida e não idêntica. Esse pensar reata com o mítico (memória arcaica) e a temporalidade cíclica.

Aproximo essa concepção de mítico em Kristeva ao que Figueiredo (2002) chama de narrativa mítica. Essa narrativa teria a incumbência de trazer à presença o que já não está sendo presente e que permanece presente em outro lugar, em outro momento, mas ainda assim (re)-a-presentável. O que passa de mulher para mulher sobre o feminino e a maternidade e se presentifica no presente, porém não exatamente igual em seu retorno e em suas expressões.

Para criticar e superar a metafísica da presença, Figueiredo (2002) destaca que é preciso pôr em questão supostos privilégios do “presente”, o qual está fraturado; e também a “presença”, que nada tem de simples e plena, pois traz traços, vestígios e antecipações. Assim, cada presença é uma heterogeneidade de alteridades constitutivas. Para o autor, é preciso:

contar a história de uma vida sem dar a impressão de que se está diante de uma sucessão linear, unidirecional e necessária de momentos, cada um deles sendo tomado como um simples e plenamente significativo “agora” disponível para uma percepção e/ou para uma rememoração plenamente significativa. É preciso garantir nesta história lugares para acasos e imprevisíveis, lugares para rupturas, lugares para saltos adiante, para retornos e ressignificações e também lugares para lacunas insuperáveis (FIGUEIREDO, 2002, p. 28).

A história não se faz ascendente a partir de uma origem, de uma essência. A existência de alguém não é um processo em que se acrescenta ou se subtrai atributos a uma substância permanente. O autor questiona e sugere uma nova compreensão de experiência. Esta não se

dá através de uma continuidade na qual somente se faz acréscimos. Há rupturas, descontinuidades. São esses aspectos que proporcionam a riqueza da experiência, do que ela tem de novo e inesperado, bem como de convidativo a criar diante do que nos falta. Também do que nos seduz ao acionar nossa sensibilidade e não a lógica racional. Ao abrirmos mão da razão para catalogar, registrar e dar sentidos, apenas nos resta a entrega para o sentir. E este pode então abrir muitas novas vias até então desconhecidas.

As ideias da historiadora Mary Del Priore auxiliam para pensar sobre as mulheres e a maternidade. Em seus trabalhos, ela reúne uma heterogeneidade de fontes sobre o Brasil colonial. Interrogou-as e evidenciou aspectos que desestabilizam um pensar linear, pois destaca brechas e surpresas mesmo diante de relações de poder que se impunham às mulheres.

Um dos pontos enfatizados pela autora está no modo como os homens desse período escreveram sobre as mulheres. Esse material lhe permite conhecer os objetivos desses autores “em delimitar o papel das mulheres, normatizar seus corpos e almas, esvaziá-las de qualquer saber ou poder ameaçador, domesticá-las dentro da família” (DEL PRIORE, 2009a, p. 15). Esses objetivos se coadunavam com os fundamentos da colonização do império colonial português.

O engendramento dos aspectos socioculturais e políticos bem como o acolhimento destes pelas mulheres ditaram o comportamento feminino em diferentes gerações. Del Priore (2009a) destaca:

A comunhão entre o desejo institucional de domesticar a mulher no papel da mãe e o uso que as populações femininas fizeram desse projeto foram tão bem sucedidos, que o estereótipo da santa-mãezinha provedora, piedosa, dedicada e assexuada se construiu no imaginário brasileiro no período colonial e não mais o abandonou. Quatrocentos anos depois do início do projeto de normatização, as santas-mãezinhas são personagens de novelas de televisão, são invocadas em para-choques de caminhão (“Mãe só tem uma”, “Mãe é mãe”), fecundam o adagiário e as expressões cotidianas (“Nossa mãe!”, “Mãe do céu”) (DEL PRIORE, 2009a, p. 16).

Assim, a maternidade não está relacionada apenas a questões biológicas. Nela circulam aspectos sociológicos, antropológicos, históricos e religiosos. A maternidade e o fazer nascer, por ser uma prática exclusiva das mulheres, acabaram preservando técnicas e formas específicas ao longo do tempo. Para Del Priore (2009a) o saber masculino, que se tornou oficial no Brasil colonial, vampirizou o conjunto de saberes informal das mulheres sobre a maternidade e parto.

A maternidade, tanto no passado como no presente, marca o território no qual mães e filhos(as) se relacionam empiricamente bem como se adaptam aos valores da sociedade da qual fazem parte. A santa-mãezinha do passado está viva no presente. Se essa imagem de séculos ainda se mantém é devido a sua perpetuação. Essa manutenção pode não ter o mesmo sentido em diferentes tempos, mas garantiu uma plasticidade ao incorporar diferentes usos em diferentes contextos. A santa-mãezinha de hoje não é a de duzentos anos atrás, mas a expressão e sua utilização se mantêm pela força acolhedora com que parece chegar e com isso disfarçar os sentidos diferentes em cada apresentação.

Porém, se no período colonial a realização do gênero feminino estava apenas e exclusivamente na maternidade, isso não ocorre mais na sociedade contemporânea. Atualmente, nascimento, sobrevivência, saúde e educação dos filhos são tarefas divididas com os pais, professores, médicos. As mulheres então se permitem exercer muitos papéis sociais diferentes e estão ativas no mercado de trabalho, na cultura, na comunidade (DEL PRIORE, 2009a).

Como eu sou de uma família católica, religiosa, muito certinha assim meu pai fazia questão que tivesse um casamento e tal. A gente não foi morar junto antes de casar. Nos casamos em 2005. E aí como eu venho de... de uma família que as mulheres casavam cedo e tal, na concepção família, eu aos 23, 24 anos formada já, já tava velha para casar e ter filho! Quando hoje as nossas amigas aos 30 anos é que pensam em exercer a maternidade, né? E até isso... por isso te digo que a vontade de ser mãe foi maior que a vontade de investir na carreira naquela época. Eu acabei terminando a minha pós-graduação antes de engravidar. Fiquei só na especialização e não fui adiante.

Lya exemplifica em sua fala os ditames socioculturais e religiosos para o comportamento da mulher, e que, sendo interiorizados como seu, direcionam suas escolhas; bem como outro aspecto fortemente presente nos objetivos do Brasil colonial e da Igreja, que foi a doutrinação da gravidez. Esta deveria acontecer numa relação conjugal que recebesse o sacramento do casamento. Deste modo, os novos brasileiros

creceriam bem sendo cuidados por suas mães, ampliariam o número de fiéis da Igreja e povoariam a colônia.

Mas Lya vive em 2014! O que a faz repetir uma fala que parece ter vindo de tão longe no tempo? Este aspecto leva a pensar no conceito de telescopagem³¹ transgeracional.

Kopittke, Pereira e Mello (2005) apresentam esse conceito através das ideias de Piera Aulagnier sobre a formação do psiquismo e a telescopagem como fenômeno de transmissão entre gerações.

Na teorização de Piera Aulagnier, o viver se dá no encontro do corpo do *infans* com as produções da psique da mãe. A existência do bebê acontece através da percepção dos primeiros encontros com a mãe, quer esta percepção seja de prazer ou de frustração. Esses encontros possibilitam a primeira representação da psique de si mesma (KOPITTKE; PEREIRA; MELLO, 2005).

Aulagnier propõe um modelo metapsicológico para a atividade psíquica que se sustenta na conjunção de três níveis de funcionamento: originário³², primário e secundário.

Antes do nascimento já existe um discurso relativo ao bebê, uma espécie de sombra falada que a mãe projetará sobre ele, a qual ocupará um lugar dirigido aos enunciados identificantes do discurso materno. A mãe assim demanda que esse corpo do bebê que ela cuida, alimenta e afaga confirme sua identidade com a sombra falada (KOPITTKE; PEREIRA; MELLO, 2005).

O bebê que nasce em uma condição de extrema imaturidade, dependente do que recebe do ambiente externo, também depende do

³¹ Telescopagem é um termo utilizado por Haidé Faimberg (FAIMBERG, Haidé. *El telescopagen de las geraciones*. In: KAËS, R. et al. *Transmisión de la vida psíquica entre geraciones*. Buenos Aires: Amorrortu, 2006).

³² Processo originário: constituído pela sensorialidade da relação mãe-bebê o qual tem como única linguagem ou modo de representação os pictogramas. Estes são imagens sem significado, ligadas ao corpo libidinal como consequência da metabolização das excitações endógenas e das excitações que vêm do mundo externo. “Pictograma representa os efeitos dos encontros inaugurais entre o corpo do *infans* e as produções da psique materna, e que se traduzem em afetos cuja qualidade é de prazer ou de dor, vindo a constituir uma zona erógena e seu objeto complementar. Trata-se de um momento anterior ao da organização das fantasias, quando se formam as primeiras identificações primárias. Piera diz que isso se configura como uma auto-engendramento, ou seja, o processo originário tem o postulado do auto-engendramento” (KOPITTKE; PEREIRA; MELLO, 2005, p. 30).

inevitável que é interpretação de suas demandas conforme o desejo da mãe. É denominada, então, de violência primária a mãe que opera como desejante do *infans*, interpretando a função de porta-voz da criança. Esse discurso materno funciona como uma representação de uma ordem superior cujas leis e exigências enuncia um patrimônio comum de certezas (KOPITTKKE; PEREIRA; MELLO, 2005).

A mãe assim fala ao filho e fala dele. A mãe é porta-voz de um discurso ambiental, de uma ordem externa vigente, ao mesmo tempo em que interpreta e traduz as vivências do bebê, usando sua psique materna com uma função de prótese³³. Deste modo tem-se um privilégio do objeto, do outro e da função materna (KOPITTKKE; PEREIRA; MELLO, 2005).

Para as autoras, “o discurso materno nomeia e dá sentido ao objeto, outorga-lhe um índice libidinal e uma hierarquia. Isso significa que o psiquismo do *infans* metaboliza, como representação de sua relação com o mundo, um objeto que inicialmente habitou a psique materna. Desse investimento libidinal da mãe dependem as marcas mnêmicas que sustentarão o mundo representacional da criança” (KOPITTKKE; PEREIRA; MELLO, 2005, p. 31)

Em relação às primeiras fantasias, estas permitem que os pictogramas possam ser metabolizados em representações ideativas com significado e organizam o processo primário. Essas representações armazenadas e fixadas como marcas mnêmicas, mais as palavras, possibilitam a capacidade de pensar sobre os enunciados identificantes. Esse processo evidencia um desejo e um discurso do outro, que antecipa o bebê. Para que ocorra o funcionamento entre o processo originário e primário é preciso a terceira forma de atividade psíquica que é o processo secundário e com ele a representação (a palavra) para o pensamento (KOPITTKKE; PEREIRA; MELLO, 2005).

Até este percurso o discurso da mãe marcou o *infans*; cabe a ele, daqui para frente, apropriar-se desse destino e ascender à condição de sujeito desejante. As autoras chamam de uma espécie de “habite-se”

³³ “A função de prótese do psiquismo materno é a de modelar uma realidade humana, possibilitando que seja representável para o bebê. Isso ocorre a partir do que a mãe passa ao bebê, desde os cuidados primários de alimentação, de higiene, até o olhar, o toque e o embalar, que vão dando um sentido àquilo que só era sensorial. Nessa função tanto a matéria de representabilidade do pictograma como o cenário fantasmático estão constituídos por objetos modelos pelo psiquismo materno” (KOPITTKKE; PEREIRA; MELLO, 2005, p. 31).

para ocupar seu espaço existencial, desenvolver sua subjetividade e construir sua própria história (KOPITTKE; PEREIRA; MELLO, 2005).

Outro aspecto que é destacado é a relação que o casal parental mantém com a criança que traz a marca da relação que estes têm com seu meio social. O discurso social projeta sobre o *infans* a mesma antecipação do discurso parental: “muito antes de nascer o novo sujeito, já estará investido um lugar que se quer que ocupe, com a esperança de que transmita identicamente o modelo sócio-cultural” (KOPITTKE; PEREIRA; MELLO, 2005). Cabe então ao sujeito encontrar nesse discurso referências para projetar seu futuro com um afastamento do discurso parental que não se traduza em perdas de todo suporte identificatório.

Para Aulagnier, quando ocorre um excesso de violência, a conduta da mãe pode induzir a resposta da criança. O propósito pode estar em conseguir com que a atividade de pensar do filho(a) concorde com um molde preestabelecido da mãe. Deste modo, o poder-saber-materno só legitima os pensamentos da criança que o saber da mãe declare lícitos. Assim, ocorre uma interpretação do experimentado e uma inscrição de mundo que “precede e ignora a imagem da palavra, um saber que pode não formar parte do dito, do dizível” (KOPITTKE; PEREIRA; MELLO, 2005).

O discurso que não aceita falhas, ambiguidades nem interrogações da mãe apresenta uma certeza absoluta que impede a busca de sentido pela criança. Assim, aquele que enuncia tem a pretensão de ter a totalidade dos enunciados e impede o outro de pensar para aceitá-los ou não. Tais aspectos colocam a criança na posição de conformidade entre o objeto e o que é anunciado dele (KOPITTKE; PEREIRA; MELLO, 2005).

Aulagnier, ao enfatizar a importância dos vínculos familiares na formação do psiquismo, utiliza o termo telescopagem para designar o fenômeno de transmissão entre gerações de conteúdos psíquicos não elaborados. A telescopagem é descrita como:

[...] acontecimento psíquico ocorrido entre um enunciado identificante, pronunciado por uma voz especialmente investida, e a vivência emocional da criança no momento que escuta. Trata-se de uma intrusão por apropriação: conteúdos psíquicos dos pais, relacionados a seus ascendentes, que, rejeitados em suas mentes, são exilados no psiquismo do filho, onde passam a ter

cidadania. A ação de mecanismos como a clivagem e a desmentida, nessa vivência, implica que a representação fantasmática da criança, acompanhada de um afeto advindo do enunciado materno, tenha um poder identificatório que imprime em seu psiquismo algo imutável, sem relativização, como um quisto (KOPITTKÉ; PEREIRA; MELLO, 2005, p. 39).

Nesse referencial teórico, a mãe nomeia e dá sentido, evidenciando um desejo e um discurso que antecipa o bebê. Deste modo, o psiquismo da criança metaboliza uma representação de relação com o mundo que primeiro habitou o psiquismo da mãe. Os investimentos libidinais da mãe nessa criança é que promovem as marcas mnêmicas, bem como as representações, que mais tarde, associadas à palavra, possibilitam o pensar. Porém, esse pensar tem que lidar com os enunciados identificantes para que essa criança possa ascender a sua condição de sujeito desejante. Esses são aspectos que compõem a formação do psiquismo.

O que o conceito de telescopagem transgeracional destaca é quando um enunciado identificante, advindo de conteúdos psíquico dos pais e seus ascendentes que foram rejeitados para serem pensados, passam à condição de exilados no psiquismo da criança. Tem-se assim a condição de um conteúdo psíquico que percorre várias gerações e vai fazer sintoma em algum momento em alguém da família, até que esse conteúdo ganhe voz e escuta para ser elaborado.

Outro modo de pensar a questão da interiorização das mulheres em relação às práticas e ordens solicitadas a elas na história está na argumentação de Del Priore (2009a). Para a autora, no que diz respeito à história, os estudiosos da família ainda não investigaram as representações e práticas que foram lentamente alteradas relacionadas às mulheres. Estamos diante de um processo sobre o qual Del Priore como historiadora ainda não se debruçou para detalhar, mas o reconhece.

Na condição das entrevistas com Lya não há como afirmar categoricamente se estamos diante de um enunciado identificante e muito menos de um sintoma que evidencie uma telescopagem transgeracional. Porém, é possível supor essa possibilidade. Ainda, esse referencial teórico permite pensar através da teoria e da técnica psicanalítica os efeitos dessa transmissão psíquica transgeracional. Tem-se assim um caminho que pode ser relacionado a essa força e permanência de comportamento e ideias sobre a mulher e a maternidade,

a partir da trama entre as relações, os afetos e as transmissões de comportamento e representações da maternidade.

Sobre as descobertas de sua sexualidade e os temores de uma gravidez, a entrevistada relata sobre o período no qual estudou em um colégio religioso na condição de interna.

Então... isso é interessante porque a gente dava umas escapadinhas. Tudo muito sutil, muito doce, assim como eu fui pura eu voltei pura pra casa (ri).[...] e tinha os meninos que a gente entrava em contato, às vezes, em missas, em retiros e tal. Então dava aquela ebulição e... de vez em quando saia um beijo roubado. Um namorico às escondidas.

Já no Brasil colonial, as mulheres, ao “fazerem mal uso de si”, desafiavam a sexualidade que a Igreja pregava para que servisse ao casamento, à satisfação do marido, à constituição da família e ao cuidados dos filhos. A mulher que não seguisse esse modelo de mulher casta era perseguida, pois a Igreja buscava que os princípios morais nascessem em casa, e às mães cabia a transmissão e zelo destes (DEL PRIORE, 2009a, p. 90). O mal uso de si que destaca a autora tem relação com uma sexualidade que busca a descoberta e o prazer.

A entrevistada utiliza palavras como sutileza e doçura para descrever suas investidas com aqueles que podem lhe dar satisfação. Um modo de amenizar para si e os outros o que ela mesma chama de “ebulição”. Seu corpo ferve! A intensidade dessas trocas e carícias ampliam os aspectos pulsionais. Em sua fala está a dúvida em como lidar com suas descobertas e conseguir postergar essa satisfação dentro dos controles dos pais, da sociedade e das prédicas religiosas. Aqui também temos um psiquismo inundado de intensidades as quais exigem um trabalho psíquico de transformação. O dilema de Lya é que além de dar conta do pulsional, tem que o conciliar com os ideais dos pais e seus próprios. Como se sente nessa mulher fogosa? O que levou seus pais e ela a optarem, em plena adolescência, pare que estudasse num colégio religioso, em que os aspectos sexuais são fortemente reprimidos?

Após os estudos no colégio de orientação religiosa, Lya enfatiza como voltou para casa:

Virgem! Sem nenhum contato sexual, íntimo, né! Ao que complementa: Sem ter transado! Medo do pai e da mãe, Deus me livre de engravidar! Isso também tinha muito medo de... engravidar fora de época, num momento inapropriado vamos dizer. [...] Meus pais sempre tiveram pavor. Ainda mais em cidade pequena. As meninas que engravidavam adolescentes... Deus me livre! Depois sempre foram

acolhidas e tudo, mas... eram taxadas de... Parece que a gente tá falando de coisas de 40, 50 anos atrás e não né! São coisas de 15 anos atrás, 20, nem isso.

Aqui talvez seja possível ter alguns indicativos para as perguntas acima. Será utilizada uma expressão de Green, só que de outro modo. Aqui a sexualidade de Lya “*surge como o diabo que sai da caixa*”. Para uma família que utiliza as recomendações religiosas para conter inclusive os aspectos do corpo e da sexualidade, a adolescência da filha e a intensidade do que vive com seu corpo e seu desejo podem ser bastante assustadoras.

Deste modo, a fala de Lya não é de algumas décadas atrás, mas nos leva para mais de duzentos anos atrás! Período no qual, preponderantemente, as práticas sexuais fora do casamento eram vistas com ambiguidade nas comunidades do passado. Caso acontecesse de modo “escandaloso”, chamando a atenção da vizinhança, os praticantes eram encaminhados à autoridade. Del Priore (2009a) não exemplifica o que seria esse modo escandaloso. Para a autora:

Os contratempos causados individualmente às mulheres engravidadas e, por extensão, às suas famílias, terminavam por prestigiar o sacramento do matrimônio, no seio do qual as mulheres se encontrariam, junto com seus filhos, protegidas do desamparo ou do desprezo a que estavam normalmente fadadas fora dele (p. 61)

Também mulheres sozinhas que cuidavam de “seus fogos” poderiam ficar à deriva dos humores da comunidade. Corriam o risco ser acusadas de variados tratos ilícitos, tais como concubinato e prostituição, causados por ódios e desafetos de pessoas que temiam que a venalidade as contaminasse. Agora as mulheres que não fossem “tão públicas e nem tão escandalosas” dissimular-se-iam na comunidade.

Na construção da mãe sacralizada temos o seu avesso, que é “a mulher mundana, lasciva e luxuriosa, para quem a procriação não era dever, mas prazer” (DEL PRIORE, 2009a, p. 74). Das mulheres era exigido que cumprisse o modelo da mãe santa, e as que ousavam viver seu avesso eram interpretadas como revolucionárias, contrariando tanto a Igreja como o Estado. Estes utilizavam o corpo da mulher para o projeto de colonização e para a obediência das regras impostas pela sociedade patriarcal.

A mulher transgressora sem autorização era a puta, a manceba, a solteira. A mulher com autorização era a prostituta. “Mas houve um momento histórico em que putas, mancebas e prostitutas se confundiam no convívio das famílias que elas simultaneamente sustentavam, dando ao núcleo familiar e às relações entre mães e filhas um tom peculiar” (DEL PRIORE, 2009a, p. 75).

Essa mulher transgressora foi utilizada na construção de seu oposto: “[...] a mãe sem mácula, identificada com a Virgem Maria, vampirizada de qualquer tolerância em relação à sexualidade feminina” (DEL PRIORE, 2009a, p. 75). Essa “mulher venal” também se revelou uma mediadora, pois tinha trabalhos passageiros de sobrevivência, circulava entre os espaços físicos das vilas e cidades, gerava e mantinha seus “fogos”, exercia uma sexualidade relacional com uma eroticidade não associada à reprodução.

O julgamento do comportamento das mulheres tinha o aval da Igreja que, com o auxílio da vizinhança, utilizava-o como parte de seus mecanismos de controle e poder. A vizinhança utilizava esses mesmos mecanismos para resolver questões pessoais. Deste modo, essa aliança de forças visava à normatização das mulheres e sua sexualidade, principalmente das mulheres que viviam em grupos.

O que Lya tenta, de seu jeito, é buscar uma conciliação entre seu desejo e a manutenção do amor e da aprovação dos pais e da família, bem como estar em consenso com os ideais que tem para si.

Mas se um adestramento do modo de ser das mulheres ocorreu nos últimos séculos, ele só se perpetuou porque brechas se evidenciaram. Passarei a abordar essas brechas as quais Del Priore destaca.

A mulher que foi confinada ao espaço da casa, ou fogos como denomina, lida com tantas restrições sociais e religiosas através do **privilegio dos afetos no espaço da casa**. Nessa brecha as solidariedades, estratégias e poderes informais das mulheres acabaram por interferir no projeto normativo político-religioso imposto para elas. A maternidade era “um nicho de apoio para as solidariedades femininas entre as tantas adversidades da vida colonial; mas era também o foco de resistência contra as injunções do Estado moderno, da Igreja da Reforma, da ciência dos homens, enfim...” (DEL PRIORE, 2009a, p. 35-36).

Entre mulheres e filhos, comadres, vizinhas, a ajuda, os auxílios e trocas aconteciam e reforçavam os vínculos. Mulheres sozinhas, abandonadas ou à espera de maridos que saíam para trabalhar em outras

partes da colônia e que, muitas vezes não voltavam mais, uniam-se através de necessidades próximas para sua sobrevivência e das crianças que delas dependiam.

Outra brecha foi a utilização pelas mulheres da **imagem da santa-mãezinha**. A Igreja e a ciência médica não perceberam que a construção da imagem da santa-mãezinha, utilizada para distinguir as mulheres certas e normatizadas das erradas, foi utilizada pelas mulheres em revanche. À mulher coube então um poderoso patrimônio informal. Patrimônio relacionado aos vínculos constituídos com os filhos e outras mulheres nas mesmas condições que se empoderaram nos limites e nas relações do lar. Seu avesso, a mulher de rua, serve para lembrar que uma não existe sem a outra, embora, destaca Del Priore, “o ideal é que se reunissem os defeitos e as qualidades de ambos os papéis num só” (DEL PRIORE, 2009a, p. 36).

Essa mulher teria na piedade marial sua fonte constante de inspiração e de modelo de comportamento. Assim se deu o controle do invisível pelo visível na rotina das mulheres. Seus parceiros participavam de forma ambulante do processo de colonização e a elas, solitárias ou deixadas para trás, restava escolher entre ser uma santa-mãezinha, aceitando a normatização, ou receber o estigma da mulher sem qualidades, demonizada e excluída (DEL PRIORE, 2009a). Entre a santa-mãezinha e a demonizada, a mulher encontrou brechas para seu empoderamento como a **rainha do lar**.

A Igreja então à serviço do Estado desenvolve compromissos reformistas estabelecidos no Concílio de Trento. Desse modo é que a população é instigada à devoção mariológica, principalmente a população feminina. “Confinada à casa, delimitada pela privacidade doméstica, a mulher no papel da santa-mãezinha poderia fazer todo o trabalho de base para o estabelecimento do edifício familiar, para reprodução dos ideais tridentinos e para a procriação de brasileirinhos” (DEL PRIORE, 2009a, p. 40). Deste modo, não só uma nova terra seria colonizada e produziria para os colonizadores, como o rebanho cristão ampliaria seus domínios. Alianças de forças em proveito próprio à custa da manipulação da esperança e da fé das mulheres. Nada como também as mulheres tirarem proveito desse negócio! Ser a **rainha do lar** não é uma posição e postura tão ingênua assim dentro das possibilidades desse contexto.

O papel da mulher e mãe valorizada era relacionado à gestão da vida privada, administração do cotidiano doméstico, cuidado e saúde da prole. Ao exercer na informalidade do lar esse papel, a mulher também

operava discretos poderes, o que colocava em xeque a ficção do poder masculino, muito enaltecido na sociedade colonial. Através da maternidade, as mulheres se abrigaram contra a exploração doméstica e sexual, organizaram sua revanche contra uma sociedade misógina bem como sua integração no projeto colonial (DEL PRIORE, 2009a).

Outra brecha foi a busca das mulheres pelas leis da Igreja para dar uma direção às suas queixas por sedução, defloramento, gravidez indesejada e rompimento da relação pelo companheiro. A maternidade nesse contexto específico nos mostra que as mulheres engravidadas e abandonadas tinham necessidade de um lugar de proteção para levar a gestação a termo, parir seu filho e os criar. As mulheres seduzidas e abandonadas que buscavam a Igreja e faziam suas reclamações evidenciaram um solo fértil, que passou a ser utilizado na divulgação e cobrança do ideal normativo de procriação, no qual o casamento era um dever da “santa-mãezinha”. Deste modo, as mulheres buscavam escuta e amparo e recebiam como retorno normas e leis, as quais mais do que auxiliar, poderiam ampliar os sentimentos de dor, inadequação e culpa.

Porém, nesse território em que os interesses são unilaterais e cada lado disputa conquista a seu favor, as mulheres se mostraram hábeis na **apropriação que fizeram das leis da Igreja**. Com isso ações e resistências femininas surgiram para lidar com a sociedade na qual os homens exploravam as mulheres sem maiores consequências e a Igreja as normatizava.

Deste modo, as mulheres extraíam da pregação moralista da Igreja os argumentos para condenar seus companheiros. Em contrapartida, efetuavam os passos de conduta amorosa de boas mães na medida de suas conveniências, e quando fosse preciso invocavam valores, tais como “‘virgindade roubada’ ou ‘quebra de promessa de esponsais’ para passar de um degrau ao outro: da sedução ao casamento” (DEL PRIORE, 2009a, p. 63).

À Igreja cabia recompensar as mulheres arrependidas de modo rápido e eficiente para garantir a difusão do casamento e a educação cristã dos filhos. Não cabia nesses processos a discussão da veracidade ou não da queixa sobre o modo que o homem em questão obtinha relações sexuais com a mulher. Enfatizado era o modo como as mulheres gostariam de criar seus filhos, considerados bênçãos, a partir da dita inseparabilidade do casamento.

No jogo de forças entre a Igreja e as ações de resistência feminina, cada lado utilizou os instrumentos que lhe era possível. Isso não evidencia um jogo equilibrado. A Igreja tanto as auxiliava, se

correspondessem as suas normas, como cada vez mais exercia controle sobre as mulheres, uma dita filantropia vigilante.

Conforme a autora, a maternidade nas sociedades tradicionais era vista a partir de uma existência em círculo vicioso e de influências cósmicas relacionadas aos mistérios da natureza. Deste modo, para completar o ciclo natural era preciso ser filha, mulher e mãe. Novamente temos aqui uma guinada que favorece as mulheres principalmente pelo modo como utilizaram essa ideia de ciclo natural; agora não relacionada diretamente ao corpo, mas ao saber. Um saber que passa de mãe para filha e engloba cuidar de si e do corpo. Assim, corpo feminino regulado pelo ciclo menstrual significava um corpo ativo e com poder. O cessar desse ciclo marcava a morte dessas forças. Assim, a mãe podia ser alvo de bruxedos para subverter a sua regularidade. Elas preferiam ser tratadas pelo saber feminino, com o qual havia uma troca de solidariedades, do que pelos doutores, que caricaturavam “não só a sua necessidade de tratamentos como também a figura das mulheres-que-curam” (DEL PRIORE, 2009a, p. 203).

Nem a medicina, o Estado e a Igreja conseguiam desfazer o que era considerado como arcaísmo. Pelo contrário, num cenário no qual doença e culpa se misturavam, o corpo feminino era visto, tanto pela Igreja como pela medicina, como algo nebuloso e obscuro e um território no qual Deus e o Diabo digladiavam. As doenças que porventura acomettesse a mulher eram interpretadas como ira celestial por pecados cometidos, sinal do demônio ou feitiço diabólico. Esse imaginário é que constituía o saber da medicina, e com ele tentava suprir o desconhecido do corpo da mulher (DEL PRIORE, 1999, 2009b).

Os doutores portugueses que no Brasil Colônia chegaram eram fiéis à crença de que o corpo feminino e a procriação eram assunto de Deus e, portanto, irretocáveis. Deste modo, o discurso médico inscrevia-se naturalmente no discurso da Igreja. Todos os saberes médicos da época diziam respeito à procriação, ao que isto importava. Documentos, receituários e tratados da época mostravam interesse pela *madre* e pela compreensão de seu funcionamento. O desconhecimento anatômico, a ignorância fisiológica e as fantasias sobre o corpo da mulher abriram espaço para o discurso médico baseado num saber masculino que promovia desconfiança em relação à mulher (DEL PRIORE, 1999, 2009b).

As mulheres se encontravam desprovidas de um conhecimento médico para o combate de doenças cotidianas. Deste modo, recorriam a curas informais, fórmulas gestuais e orais para o resgate da saúde.

Partindo da concepção da doença como algo de sobrenatural e mágico do corpo, utilizavam plantas, animais e minerais na fabricação de remédios que serviam de cuidados terapêuticos. A esse aspecto também se somaram os saberes vindo da África e de cerimônias indígenas com seus talismãs, amuletos e fetiches. Ainda, a naturalidade e a intimidade com que as mulheres tratavam das doenças, da cura, do nascimento e da morte tornavam-nas perigosas e malditas. Sofriam acusações de curandeirismo e eram atacadas pela Igreja e pela medicina, pois o saber das mulheres excedia ao controle de ambos (DEL PRIORE, 2009b).

Lados diferentes da mesma situação. A cada conquista um novo desafio. A cada avanço às vezes um retrocesso era necessário para daí então avançar. Mas os resultados gradativamente foram favorecendo as mulheres.

A medicina teve que caminhar ao lado da mentalidade mágica que enfatizava os poderes da madre para tentar lidar com a resistência do saber-fazer feminino, já que ambos compartilhavam do obscurantismo da anatomia da mulher. Assim, se os conhecimentos da madre marcavam o saber feminino, também não podemos nos esquecer dos seios, do leite e do aleitamento. Havia uma interligação entre a madre e seu sangue e a lactação. Acreditava-se nessa época que durante a gravidez o sangue da madre se transformava em leite que fluía dos seios. Para o médico seiscentista Ambriose Paré, o leite era sangue cozido e branco. Esse leite tinha características únicas e peculiares, pois confirmava o tempo de gestação e parto, bem como a capacidade da mulher em ser mãe, mãe de leite (DEL PRIORE, 2009a).

As mães tinham domínio sobre o aleitamento e esse conhecimento lhes dava poder e força em sua comunidade, pois alimentavam e mantinham a vida de seus filhos. Ao mesmo tempo, amamentar fazia a mulher sair de um papel passivo que havia experimentado ao longo da gestação, para construir uma relação de intimidade com o filho através do aleitamento. Esses aspectos não passaram despercebidos nem pela medicina nem pela Igreja, que passaram a propagar a amamentação como sendo um dever moral da mãe desde o século XVI. Os médicos portugueses viam no leite e no aleitamento mais um dos mistérios sobrenaturais do corpo da mulher.

A entrevistada Claudia conta como a amamentação modificou sua relação com seus seios:

[...] Talvez porque também, uma coisa que eu achei engraçado, é... eu fiquei com assim... um certo pudor assim... do peito assim... para ele depois que eu amamentei...[...] Então quando eu tava amamentando

meu filho, tudo bem! Não tinha nenhuma... neurose. Gostava de amamentar. Até fiquei meio chateada quando deixou... deixou o peito, mas assim... aí... eu observei que depois que eu amamentei, na relação sexual, o meu peito pro meu marido, às vezes, me dava ui (cara de aversão)! Não sei parecia algum incesto ele com o meu peito assim.[...] às vezes, eu ficava, acho que nem tirava a blusa.

Lya também expressa como foi sua relação com os seios durante a amamentação.

[...] Só que aquilo... só usava da cabeça pra cima e da cintura pra baixo (ri). Porque não tem como! Ali era do bebê. Essa parte era do bebê durante a amamentação. Não tem. É intocável. É sagrado! Não que eu não quisesse, mas não vinha.

Quando é questionada se tal aspecto era sentido por ela ou também pelo marido, ela responde rápido:

Pra nós como um todo! É uma coisa assim... tácita não se precisou conversar sobre isso. Na minha opinião foi uma coisa natural que aquela parte estava fechada pra Eduarda (filha). [...] Por causa da alimentação! Mesmo assim... Pela alimentação, pela higiene... é... na minha opinião não tinha como. Mas foi muito tácito, muito tranquilo. O sutil, é feio, de amamentar... Então... aquela parte ficou intocável.

Para essas duas entrevistadas os seios estão impregnados de imagens de proibição, seja com relação ao sagrado seja ao desejo sexual, que se mostra impedido diante da relação da mulher com a amamentação de seu bebê.

Para Del Priore (2009a, 2011), entre o saber médico e o cotidiano das mães e de seus filhos havia um consenso de que o aleitamento era uma prática materna. Nesse consenso o que ficou de fora foi a sensualidade e o erotismo que estes seios entumecidos de leite poderiam despertar. Tem-se aí uma cisão importante que se evidencia no corpo erótico de uma mulher e no corpo de materno. Essa cisão desconecta a erogeneidade de um corpo que é silenciado pela sufocação que é feita do desejo. Deste modo, ao deixar os seios somente para amamentação da criança, a tentativa é de que essa parte do corpo não seja excitada. O que devem sentir então as mães que se excitam com a amamentação? Ah, essas então correm o risco de serem patologizadas com algum sintoma ou doença. As que se permitirem viver e sentir seu corpo, sem esse esquarteramento, poderão oferecer essa conquista para que seus filhos também vivam e sintam seus corpos.

Gradativamente essa prática do aleitamento passou a ser considerada um dever da mãe. Assim, os seios não podiam ser

considerados como eróticos. Padres, confessores e pregadores perseguiram essa ideia de eroticidade dos seios. Os seios sim eram “os instrumentos de trabalho de um sexo que devia recolher-se ao pudor e à castidade. [...] A necessidade de sexo durante a amamentação, como já sabemos, era condenada e deixava a mãe sob a pecha de desnaturada. Sobre essa se abatiam os castigos da natureza: febre do leite, inflamações e abscessos, cancrios, tumores maléficos” (DEL PRIORE, 2009a, p. 213).

Nos tratados médicos os seios eram chamados de “tetras” e descritos como membros esponjosos próximos ao coração e tinham apenas uma função que era produzir alimento. O que se acreditava na época era que o sangue materno cozinhava com o calor do coração e desse nodo ficava branco e leitoso (DEL PRIORE, 2011). Tem-se aqui uma descrição técnica da época que somente se distancia de seios reais, os quais todo ser humano um dia teve contato. Talvez por isso a descrição tenha essa frieza, para não trazer à lembrança todo o calor e o desejo que estão guardados nos recônditos no psiquismo.

Essas questões se mantêm e ainda hoje se presentificam nas relações através da imagem da mulher-mãe santificada, deserotizada por essa função. Aquela mulher na qual a sexualidade está cindida da erotização.

Eu acho que... os homens... se eu fosse falar assim, em geral, os homens, eu acho, que a maioria se assustaria porque eles vêem na mãe algo santo. O marido mesmo vê na mãe algo santo.

Outro modo de deserotizar a mulher é relacioná-la ao fim de seu período reprodutivo. Como se a erotização acontecesse como sinônimo de fertilidade; ou somente fosse aceita por esta razão. É o que Eliane expressa a respeito de sua mãe ter engravidado aos 38 anos quando já era considerada “velha” para gerar. Portanto, teria cumprido sua função de mulher que era procriar. Deste modo, a gravidez incomoda por evidenciar a sexualidade.

É como se a gravidez aparecesse o sexo, entendeu? É uma coisa bem... só se for da Virgem Maria que não está colando mais. A Virgem Maria não teve nenhum tipo de relação. Tanto que ainda brinco: ah! não sabe o pai? Então foi abençoada. Então nesse sentido a gravidez vincula muito a sexualidade e mesmo o ato sexual em si. Nós tínhamos uma mãe e um pai que namoravam. Meus irmãos... eu não tinha essa noção na época, mas... os meus irmãos tinham. Houve uma rejeição muito grande por a minha mãe ser velha. Mais velha do que jovem.

A mulher “santa” que gera e amamenta seu filho (mal) esconde a mulher que tem prazer com sua sexualidade. Se para aqueles que acreditavam que o aleitamento materno foi beneficiado pelo estímulo que a Igreja deu, não podemos esquecer que o corpo da mulher foi cindido e sua sexualidade feminina foi desconsiderada.

A não ser aquelas que “por justa causa” tinham que dar seus filhos para uma boa ama de leite alimentar. Essa justa causa é uma utilização de poder que a própria Igreja fez para que o marido não tivesse suas investidas sexuais recusadas pela mulher. Nessa condição, mais importante era “a consolidação dos fins do casamento no interior da família do que a salvaguarda dos filhos. [...] A sexualidade útil do matrimônio, para evitar as ‘queimaduras do desejo’, sobrepunha-se às necessidades físicas da prole” (DEL PRIORE, 2009a, p. 215).

O aleitamento foi uma possibilidade de revanche das mulheres diante das regras de normatização de seus corpos, pois ele evidenciava um corpo feminino ativo. Cada parte deste corpo manifestava “o poder feminino de proteção, subsistência e estabilidade, e reafirmava o potencial de feminilidade. O aleitamento também era o signo da rejeição ou de aceitação da criança, fazendo da genitora a responsável pela saúde dos seus filhos, numa costura de laços de sangue ou de ‘sangue embranquecido’” (DEL PRIORE, 2009a, p. 216).

Tem-se o uso do poder no território político e religioso para lidar com a mulher e a maternidade, mas também a força da história de cada uma. Histórias constituídas por demandas pulsionais, que necessitam de um outro para satisfação, e que se tecem na intimidade de uma relação afetiva. Essa força psíquica, como estou chamando viver a maternidade, significa reencontrar sua história de vida novamente.

Em relação ao enfoque psicanalítico, Chodorow (2002) destaca que os analistas explicam de que modo adultos, isto é as mães, vivenciam novamente esses estados originariamente infantis. Para tal seria preciso empatia para viver o(a) filho(a) como inseparável do eu, e para isso experiências como da gravidez e do aleitamento auxiliariam. A autora contesta, pois alega que mães não biológicas podem ser ótimas cuidadoras. Defende sua ideia de que com ou sem gravidez e aleitamento a aptidão para cuidar de uma criança está em haver vivenciado esse tipo de relação como uma criança e ser capaz de regredir, permanecendo adulto, ao estado psicológico daquela experiência.

Essa capacidade dependerá de como cada mãe se permite mergulhar em sua história de filha, na qual seu estado de dependência

era total, e conseguir fazer “um pouco lá, um pouco aqui” na busca de agora se colocar como objeto para uso das necessidades desse filho e estar a elas sensíveis.

Outro aspecto que surgiu nas entrevistas se refere ao que é dito por outras pessoas às mulheres-mães. Nas entrevistas surgiram situações da relação médico e paciente, sobre consultas de pré-natal, exames e atendimento hospitalar.

Aqui tenho outra versão do que acima foi comentado, porém agora em relação aos profissionais que prestam cuidado e auxílio às mulheres-mães. Essa mulher-mãe é exigida a fazer essa regressão em seus recursos psíquicos. Ela o faz para disponibilizar seus recursos psíquicos para o ser em constituição psíquica, seu filho(a), que ainda não os tem.

Aacionar esses recursos exige um alto desgaste psíquico e não funciona na base do liga-desliga. Como consequência, tem-se uma mulher mais sensível, com acesso mais rápido às fantasias e aos aspectos inconscientes. Há que se ter muito cuidado com uma mulher assim para não a mobilizar mais ainda do que ela já está mobilizada por esta condição. Pelo que anteriormente apontamos, a técnica e os recursos médicos se aprofundam cada vez mais. Porém, não têm apresentado o mesmo empenho em conhecer e utilizar os melhores recursos afetivos para lidar com seus pacientes. Claro que não posso generalizar, nem todos apresentam essas limitações, porém são minoria. Se conseguirem lidar com esses aspectos regredidos da mulher-mãe, podem entender melhor suas ansiedades.

Nos meses iniciais da gravidez, a mulher, além de dar conta das mudanças corporais, também tem que acolher a movimentação psíquica que acontecesse diante da notícia da gestação. A mulher tem relação com a história afetiva de suas relações anteriores consigo mesma, sua imagem corporal, seus aspectos narcísicos, seu desejo, sua relação com sua mãe e pai, bem como aspectos culturais e sociais.

Através da fala do profissional procurado por Eliane, alguns desses aspectos se fazem presentes.

Tu tem que entender que uma pessoa de 38 para 39 anos é como se fosse como uma casca trocando... tipo... que eu já estava passando a natureza que não ia nascer aquela árvore e que até 12 semanas não é considerado ainda um embrião, um feto, mas um embrião. Então qualquer coisa que se fizesse até 12 semanas poderia não ser considerado um aborto ou coisa assim.

A fala desse profissional a faz entrar em contato com o ter ou não o bebê, e com toda a crítica, evidenciada no “modo preconceituoso e técnico” do médico.

[...] eu acho que tem uma coisa importante que é a reação da medicina hoje, com mais de 38 anos, com tudo avançado e essa reação que os médicos tiveram na minha gravidez?

À medida que fala na entrevista, sua capacidade de pensar se organiza de um outro modo e expressa:

Tanto desse médico daqui que deu a entender – que se não fosse para eu ser feliz que não continuasse – por todos os procedimentos que eu tinha feito e o outro de lá que foi muito claro comigo, como se eu fosse gerar quase, com certeza, uma pessoa com problemas. Aí, eu acho que ele viu que exagerou na dose. Viu que me apareceu o choro. Nunca vi tanta coisa ruim ao mesmo tempo. A gente vai para ter uma força, paga uma consulta particular, tu vais para ouvir uma orientação do médico.

O que Eliane chama de orientação médica sugere também sua busca por profissionais que a auxiliassem a sentir e pensar o que não estava sendo possível realizar sozinha naquele momento. O dito atravessamento sociocultural e preconceituoso, quanto à idade da gestante, se faz presente. Enquanto fala somente do profissional, ela então se disponibiliza a acolher essa ideia e a pensar de outros modos.

Não estão preparados para uma mulher mais madura, eu acho.[...] Uma que ele nem me perguntou se eu poderia estar grávida. Não passou pela cabeça dele.[...] Eu me deparei com pessoas bem renomadas, que fazem cursos e por isso que eu fui buscá-las. Esse daqui até é responsável técnico e... a frieza de tratar, de dizer que só pode ser uma coisa doente, que se não fosse pra ser feliz que viesse. A forma como ele recebeu... ele falhou em não me perguntar... todos aqueles procedimentos...[...] As pessoas não me viam como mãe de forma alguma.

Outros profissionais também frustram Eliane nas suas tentativas de auxílio para conter os afetos que a gestação mobilizou.

Eu fiz um curso de gestante e senti falta da psicologia, não teve ninguém da psicologia. Teve uma médica que falou em nome da psicologia. Um campo que eles se apropriaram e acho que a gente deixou. Nem na maternidade... as visitas que eu recebi eram de enfermeiras.

Na maternidade, muitas vezes, uma situação paradoxal acontece. As parturientes têm seus bebês e um cuidado é dispendido ao corpo da

mãe e do filho. Situação bem diferente acontece com o cuidado e o amparo psíquico, os quais não recebem a mesma atenção e disponibilidade da equipe hospitalar (IACONELLI, 2005).

Para Lya, foi no momento de entrega de resultados de um dos exames que fez para cuidar de sua gestação que conta terem ocorrido aspectos inesperados.

Ele deu um pouquinho alterado da medição padrão, a transnucência nucal. E no dia o meu médico estava indo fazer uma cesárea às pressas e me atendeu assim em 10 minutos, no dia do exame. Ele foi lá e jogou assim pra cima de mim e do meu marido que tinha dado muito alterado. Aquilo poderia ser um problema simples, como não ser nada ou até um problema de síndrome de down. Isso aos três pra quatro meses de gestação. A gente passou um mês enlouquecido. [...] Foi bem traumático porque ele saiu correndo e não esclareceu nada, tipo só saiu o resultado e ele teve que sair correndo e a próxima consulta foi dali a um mês.

Exames, idade da gestante, manejo médico sobre informações podem servir de desencadeadores para que o psiquismo se organize num alvo externo como possibilidade de colocar fora de si o que dentro está sendo de intensa movimentação afetiva.

Aliados a isso, pode-se pensar que há também aspectos nas relações com outros, que cercam a mulher-mãe, mobilizadores de aspectos inconscientes suscitados pelo contexto. Essas demandas permeiam o tema da sexualidade, porém não só da mulher que dá à luz. Após o nascimento da filha, já estando em seu quarto hospitalar, Eliane ouviu esta frase da enfermeira que veio lhe trazer a filha:

– *Tá aqui, a filha é tua!* (fala imitando o tom de voz da enfermeira).

Acho que teve uma coisa... um corte real. Foi a enfermeira da maternidade que disse:

– *Tu qué? Então, é tua.*

(Ao que a entrevistada completa com seu pensar). *Se tu não qué, ou tu dá ou tu devolve para a barriga!! Isso com poucas horas...uma finesse assim que ela tinha...*

Iaconelli (2005) destaca que uma mãe não surge imediatamente após perceber seu filho separado de si, pelo seu nascimento. A constituição de uma mãe é um processo singular tanto para lidar com essa separação física como para construir um novo modo de se relacionar com a criança. Nossa cultura disponibiliza procedimentos para o fazer nascer caracterizados pelo controle e pela rapidez. Tais

aspectos atrapalham ainda mais o percurso da mulher para lidar com sua nova função, o que inclusive pode fazer com que a agora mulher-mãe tenha dúvidas de suas condições para tal.

O descompasso entre esses processos pode incrementar a iatrogenia. Esta pode se manifestar na tentativa da equipe ou de algum profissional em lidar com as angústias suscitadas pelo nascimento. A iatrogenia pode interferir nas condições de elaboração da gestante para a condição de mãe de recém-nascido e, conseqüentemente, na relação mãe-bebê. O parto produz uma separação física instantânea, mas o processo de uma mãe perceber o filho(a) separado de si é demorado.

Eliane destaca como se sentiu neste período inicial da relação com a filha:

Mas eu estava muito fragilizada no início e não queria muito ficar parada, viver aquilo e a minha mãe volta e meia (muda o tom de voz para destacar a ideia) do jeito dela peculiar... braba... ela me enquadrava um pouco... isso foi muito bom pra mim... não tinha indícios de uma depressão, mas é aquela coisa de me apropriar: “toma que o filho é teu”!!

Para Szejer, “cabe ao bebê entrar na vida, à mãe, sair da gravidez” (1999, p. 118). A enfermeira do hospital bem como sua mãe se utilizam de um modo rude e inadequado ao lhe dirigir algumas palavras. Essas duas mulheres mais lhe impactam do que lhe oferecem continência para os afetos não sentidos e que se manifestam em ações e em não ficar parada.

Para Del Priore (2011), os mandatos sociais que idealizam a maternidade e criticam a mulher já estavam presentes no Brasil Colônia. A mulher era tratada como um ser assexuado e só lhe cabia uma função: a de ser mãe. Segundo a autora, por quinze séculos a mulher carregou a pecha imposta pelo cristianismo: como herdeira de Eva e responsável pela expulsão do paraíso, ela é também responsável pela queda dos homens. Portanto, para pagar seus pecados teria que dar à luz entre dores.

Infelizmente, esses aspectos da história ainda se fazem presente, mesmo até que as dores não sejam dores do corpo. As dores psíquicas são as que doem por mais tempo e têm as maiores repercussões. O que dói psiquicamente, o que faz a mulher-mãe sofrer, nem sempre se consegue com rapidez colocar em palavras e assim dar sentidos. Essa fragilidade que a mulher sente também mobiliza qualquer outra pessoa a sua volta. Estamos falando do desamparo diante do novo. Diante disso o

imaginário social pode sustentar e impor uma fala como essa: *tá aqui! A filha é tua!*

A fala parece mais uma ordem: toda mulher é mãe e, portanto, cuida da tua filha. Diante da falta, do desamparo, pois ela não *é mãe, mas está sendo mãe*, terá que, portanto, construir uma relação com essa filha e reorganizar aspectos de si. Diante desta condição de fragilidade, a mulher pode ficar mais exposta e as pessoas a sua volta, para lidar com ela, utilizam os recursos que podem. Nem sempre os mais adequados.

Deste modo, tanto nas informações médicas de consultas e exames como no parto e pós-parto, citado pelas entrevistadas, há uma busca por uma assepsia afetiva a qual prioriza os procedimentos técnicos e médicos. Esses aspectos contribuem para que as mulheres entrevistadas organizem defesas psíquicas para não entrar em contato com o que solicita trabalho psíquico. Aliados a isso, tem-se os mandatos sociais que descredenciam que a mulher possa ser tratada e considerada não só como aquela que gera e faz parir.

Neste eixo os ditos foram expressos. Se houve ou não discordância quanto ao falado pelas mulheres-mães sobre a maternidade, o feminino e os afetos e suas relações aos ideais sociais, somente em cada situação e relação é que esse aspecto pode ser considerado. Prosseguirei no próximo eixo abordando a temática da mulher, do feminino e da maternidade por meio do que surge através da fala não expressa diretamente, mas que se mostra por sua negação através do dito sem reconhecimento da entrevistada; também do que é falado de modo ambivalente, em que sentimentos antagônicos se apresentam.

8.3 SOBRE O DITO NÃO RECONHECIDO

No eixo chamado de “dito não reconhecido” procuro destacar as falas em que está presente a negação e as falas que apresentam ambivalência em relação ao que é expressado. Essas duas formas de expressar ideias trazem marcas específicas de modos de funcionamento psíquico em relação a conteúdos reprimidos e forças conflitantes, nos quais não há um reconhecimento dos conteúdos inconscientes verbalizados.

Sobre a negação, recorro a Freud (1925a/2011), que em seu texto dá exemplos de como através da fala nos deparamos com interessantes modos do sujeito expressar um conteúdo reprimido de uma ideia ou imagem, que abre caminho até a consciência na condição de negação:

A negação é uma forma de tomar conhecimento do que foi reprimido, já é mesmo um levantamento da repressão, mas não, certamente, uma aceitação do reprimido. Nisso vimos como a função intelectual se separa do processo afetivo. Com ajuda da negação é anulada apenas uma consequência do processo de repressão, o fato de seu conteúdo ideativo não chegar à consciência. Daí resulta uma espécie de aceitação intelectual do reprimido, enquanto se mantém o essencial da repressão (FREUD, 1925a/2011, p. 277).

Dito de outro modo, ao falar de suas histórias, as entrevistadas verbalizam conteúdos que passam por uma aceitação intelectual, mas que mesmo verbalizados não cancelam o processo da repressão em si. O que é dito e como é dito aponta que a ideia ainda não chegou à consciência. Como sugere Freud, ao ignorarmos a negação extraímos o conteúdo da ideia. Bem como através da negação o pensamento se livra das limitações da repressão e se enriquece de conteúdos para seu funcionamento. Freud compara o não como um certificado de origem, da procedência da ideia, ou da vinda dessa ideia do inconsciente (FREUD, 1925a/2011).

Em relação à ambivalência, pode-se encontrar uma atitude emocional de duplo aspecto quando sentimentos hostis e afetuosos surgem em relação a uma mesma pessoa (FREUD, 1912a/ 2010; 1915a/2010; 1915d/ 2010). O amor e o ódio podem ser despertados ao mesmo tempo nessa relação. Para Freud (1914/1995) as atitudes emocionais dos indivíduos para com outras pessoas se estabelecem numa idade precoce. Essas atitudes emocionais, posteriormente, poderão ser desenvolvidas e transformadas em certas direções, mas não deixam de existir. Deste modo, é com os pais e irmãos que se estabelecem essas relações. As demais pessoas serão figuras substitutivas desses primeiros objetos e de seus consequentes sentimentos. Sendo assim, os relacionamentos posteriores na vida de cada sujeito recebem uma espécie de herança emocional. Sentimentos de hostilidade ou amor por relações afetivas atuais têm como base lembranças marcadas pelas relações iniciais.

Em relação ao funcionamento psíquico, ao surgir um impasse entre a satisfação da pulsão e alguma norma externa ao psiquismo que proíbe tal satisfação, esta proibição não consegue abolir a demanda pulsional. Porém, reprime-a para o inconsciente. Deste modo, persistem

tanto a pulsão (reprimida, mas não abolida) como a proibição, pois sem ela a pulsão fará nova investida de ingresso na consciência. Para Freud (1913[1912-13]/1995), a característica psíquica que se constitui nessa situação é:

[...] a atitude ambivalente do sujeito para um objeto determinado, ou melhor, para um ato em conexão com esse objeto [...] O conflito entre essas duas tendências não pode ser prontamente solucionado – não há outra forma de expressá-lo – elas estão localizadas na mente do sujeito de tal maneira que não podem vir à tona uma contra a outra. A proibição é ruidosamente consciente, enquanto o desejo [...] é inconsciente e o sujeito não sabe nada a respeito dele (FREUD, 1913[1912-13]/1995, p.47).

A maternidade, por ser uma experiência única, interpela cada mulher a buscar diferentes expressões para sua vivência. A ambivalência pode ser uma das expressões em relação à maternidade a qual se presentifica em diferentes momentos na fala da entrevistada. Mesmo antes de conceber, a ideia de engravidar despertava em Eliane sentimentos opostos.

*Com o ritmo de vida que eu tava e dessa questão implicada em mim que não tava muito esclarecida, eu disse: **não**, a partir de hoje eu decidi, **eu vou ser mãe**. Quando eu **decido não ser mãe** eu começo a prestar atenção em todas as gestantes na rua, no trânsito (grifo meu).*

Eliane então escuta do médico que precisaria fazer um tratamento que estimularia sua ovulação. Ao que ela diz:

Para quem não tem aquele desejo tão aflorado, se submeter a um tratamento de fertilidade, não tão assim, mas naquele início de estar dosando horários, temperatura. Isso assim é muito sacrificante ainda mais para quem não está com tudo isso aflorado.

Em sua fala, questiona esse desejo de engravidar, o *não aflorado*. Mas o que segue apresenta esse desejo como uma mudança radical.

*Fui indo... até que um dia... **sem eu fazer tratamento, sem eu fazer nada fiz uma mudança radical** na minha vida em muitos sentidos e ...eu achei que era uma gravidez (grifo meu).*

Para Eliane ela pode não ter feito aparentemente nada para engravidar. Porém, em seu psiquismo, uma força desejante se moveu. Green (1982) discute o modelo do **desejo** e refere encontrar um modelo

análogo ao do conceito de pulsão, no qual há uma “conjunção entre um dado da ordem da recordação de uma percepção e um dado do ‘impulso’, isto é, de uma força em movimento, de uma quantidade que se move” (p. 203). O autor localiza em Freud, no texto *A Interpretação dos Sonhos* (1900/1987), um trecho que aborda a relação da experiência de satisfação e a realização de desejo:

Um componente essencial dessa vivência de satisfação é uma percepção específica (a da nutrição, por exemplo) cuja imagem mnêmica fica associada, daí por diante, ao traço mnêmico da excitação produzida pela necessidade. Em decorrência do vínculo assim estabelecido, na próxima vez em que essa necessidade for despertada, surgirá de imediato uma moção psíquica que procurará recatexizar a imagem mnêmica da percepção e reevocar a própria percepção, isto é, restabelecer a situação da satisfação original. Uma moção dessa espécie é o que chamamos de desejo; o reaparecimento da percepção é a realização do desejo. (FREUD, 1900/1987, p. 516).

Para Green (1982), nessa definição o desejo é apresentado em termos de movimento e pressão. O aspecto psíquico da definição de desejo nos apresenta o abalo, a moção no interior do aparelho psíquico. Nesse aspecto compara com a pulsão, a qual também tem como característica a pressão ou força constante. Mas embora o desejo tenha essa energia, essa força pulsante, ele vai além. Sobre o desejo, o autor enfatiza que pode se deslocar e se condensar, o que não valeria para a pulsão.

Deste modo, destaca que o desejo tem uma relação com o simbólico, e a pulsão com o econômico. Para reencontrar o econômico do desejo é preciso buscar a força motriz do impulso. Para encontrar o simbólico da pulsão é preciso buscar os representantes e os derivados recalçados.

O desejo tem como referência o inconsciente, lugar de representações recalçadas, dos processos simbólicos, das condensações e deslocamentos. Já a pulsão tem como referência o Id, reservatório de energia, onde não há qualquer organização. O que intersecciona o desejo e a pulsão é o processo primário, presente tanto no inconsciente como no Id. O processo primário media os aspectos energéticos e simbólicos.

O contato de Eliane com seu desejo de gravidez nos leva a pensar no que Green (1982) apresenta sobre o desejo em relação a movimento e pressão no interior do psiquismo. Eliane denomina “mudança radical” o que lhe aconteceu ao engravidar. Diante dessa mudança pode-se inferir, através de sua fala, que o trabalho do negativo poderia acontecer via utilização da negação como mecanismo de defesa.

No trecho citado de *Interpretação dos Sonhos* (1900/1987), Freud aborda como a vivência de satisfação de uma necessidade se sustenta numa percepção, associada a uma imagem mnêmica e esta ao traço mnêmico. Esse vínculo faz com que uma necessidade, ao ser despertada novamente, faça surgir uma moção psíquica que vai recatexizar essa imagem mnêmica da percepção na busca do restabelecimento da situação de satisfação original. A esses aspectos chamamos de desejo. Já o reaparecimento da percepção é a realização do desejo. Essa realização poderia ter um caminho encurtado, conduzindo a excitação do desejo diretamente para a catexia da percepção. Assim o desejo terminaria em alucinação.

Assim, esclarece Freud, essa primeira atividade psíquica produziria uma identidade perceptiva, isto é, “uma repetição da percepção vinculada à satisfação da necessidade” (FREUD, 1900/1987, p. 516). Destaca o que se desenrola desde a imagem mnêmica até a identidade perceptiva é estabelecida pelo mundo exterior, que trará dados de realidade sobre essa satisfação ou não. Mas esse processo que se constitui possibilita um caminho indireto para a realização do desejo e tem o pensamento como uma resultante. Salienta Freud (FREUD, 1900/1987, p. 517): “o pensamento, afinal, não passa do substituto de um desejo alucinatório”.

Esse pensamento utilizar-se-á então da representação-palavra, mas acessível à consciência, e da representação-coisa, esta inconsciente. Quanto mais essa representação estiver sob efeito do recalçamento, a representação-coisa, mais o efeito do deslocamento e da condensação se faz sobre ela.

Portanto, se o desejo de Eliane chega com esse abalo é devido às transformações sofridas por essas representações, para conseguirem acesso à consciência, até chegarem a sua fala. Devido a essa deformação, o desejo não lhe fica tão acessível, pois do contrário pode despertar desprazer. Ao mesmo tempo, seu surgimento se faz através de ruídos e modificações incompreensíveis a ela, mas compreensíveis em relação ao funcionamento de seu psiquismo. A negação da ideia de

gravidez nos apresenta o modo como seu psiquismo busca se defender tanto dessa ideia quanto de seus afetos.

Quando vinha um pouquinho eu dizia: eu não estou grávida! (parece se referir a um pequeno sangramento). *Porque todo mundo me dizia: Tu tá grávida! Tu tá grávida! Mas lá no fundo eu sabia que se armava pra vir, mas não vinha* (fala da menstruação!?).

Até chegar ao reconhecimento da gravidez ela consultou alguns médicos. Um deles lhe pede um exame:

Eu fiz endoscopia, também naquela época, com um médico bem conhecido aqui. E tu vê que foi uma coisa que ninguém imaginava que eu pudesse ser mãe, nem o próprio médico, porque ele não me perguntou se eu menstruava, se eu me cuidava. Ele só me disse que meu abdômen estava muito distendido. Eu estava mal... misturava uma náusea, aquela coisa guasca, eu não comia, uma mistura e não como enjôo, mas uma sensação de fraqueza.

[...] *(Fala rindo). O abdômen distendido era a Ana* (sua filha). *Ele apertava assim...* (a fala fica difícil de transcrever). *Eu fiquei muito mal depois deste exame e fui parar três dias depois no hospital. Não sei se tinha alguma bactéria naquele aparelho. Aí o médico me deu uma medicação e soro na veia. Era eu e os “bebuns” da Oktober* (festa anual de cerveja e música alemã) *lá no hospital tomando soro. Nem passou pela cabeça do médico a possibilidade de eu estar grávida.*

[...] *Ele me disse do abdômen distendido e também que teria que fazer uma biópsia. Então quando eu engravidei eu fiz uma endoscopia, fiz biópsia, parei no hospital...*

Há um descompasso tanto de Eliane para acolher a ideia de sua gestação como dos profissionais escolhidos por ela para também investigarem a sua condição. Sua gestação ganha características de possíveis fantasias, tais como: de entorpecimento (“bebuns da Oktober”, pessoas alcoolizadas), de “coisa guasca”. Aqui não fica claro em que sentido a entrevistada utilizou esse termo, mas é um termo gauchesco muito comum como referência ao que é do campo. Eliane é deste estado e está morando em outro há alguns anos. Portanto, me permito pensar que ela fala de algo das suas origens que lhe causa sensações ruins, as quais só têm registros através da oralidade, pois lhe causa náuseas. Seu corpo então é aquele que recebe essas intensidades e responde através de suas manifestações.

Green (2010) aborda que os mecanismos de defesa contra a angústia e outros afetos penosos podem ser pensados à luz das reflexões sobre o conflito entre pulsões de vida e pulsões de morte. Para tal, ele

distingue as defesas em primárias e secundárias. O recalque (*Verdrängung*) é o protótipo da defesa primária. Essa defesa se enriqueceu quando da descoberta de outros mecanismos análogos, tais como: a desmentida correlativa da clivagem (*Verleugnung*), a forclusão (*Verwerfung*), a denegação (*Verneinung*). Outras defesas consideradas secundárias reforçam ou finalizam a tarefa desses mecanismos. Explica o autor que:

quanto mais próximo se está do recalque propriamente dito, mais a polaridade ligação-desligação é acompanhada de uma religação no inconsciente graças a outros mecanismos (deslocamento, condensação, duplo retorno, etc). Quanto mais se afasta do recalque, mais se constata na utilização de outros tipos primários de defesa (clivagem, forclusão) que o desligamento tende a prevalecer sobre ele, limitando ou impedindo a religação (GREEN, 2010, p. 101).

Utiliza como exemplo a identificação projetiva, cuja função parece “reforçar o desmentido da clivagem que leva a desobjetalização, apesar da aparente objetalização buscada pela projeção e pela identificação com as partes projetadas” (GREEN, 2010, p. 101). Para o autor, sua ação destrutiva é, sobretudo, o ataque contra os vínculos, desobjetalizando-os.

Esses aspectos da identificação projetiva possibilitam pensar a condição de Eliane diante da notícia de sua gestação. Para aceitar a nova condição de si tem que investir – pulsão de vida – esse desejo da gravidez para uma objetalização desse feto. Suas falas nos possibilita inferir os recursos que podem ser utilizados nesse trabalho psíquico, trabalho do negativo para Green (1988, 2010), no qual a desmentida da clivagem tem como efeito a desobjetalização desse feto.

McDougall (2000) aborda o conceito de identificação projetiva, que, ligado ao de clivagem, é um fenômeno intrapessoal e interpessoal. O sujeito utiliza seus próprios fantasmas e problemas para induzir nos outros reações afetivas. Isso se dá quando o sujeito cliva do inconsciente uma grande parte daquilo que sente e daquilo que pensa, para logo a seguir se esforçar para controlar o que foi lançado para fora de seu psiquismo, agora vivendo como atributo do outro. O escolhido

para encarnar essa parte do indivíduo é frequentemente selecionado em função de sua

semelhança com um personagem do teatro interno do diretor. Ora, o indivíduo que chega a dispersar assim uma soma considerável de afeto, fica totalmente inconsciente do fato de que preferiu clivar e lançar para fora de seu psiquismo setores inteiros de sua vivência mental ao invés se sentir e deles reconhecer a significação. São os outros que se tornam ‘afetados’ em seu lugar (MCDUGALL, 2000, p. 134-135).

As buscas realizadas por Eliane com médicos e a sucessão de atendimentos questionáveis podem exemplificar uma possível situação em que a identificação projetiva foi o mecanismo psíquico utilizado para lidar com a angústia da notícia da gravidez.

Partes do ego são projetadas para fora, para o médico, como ela diz: *ninguém imaginava que eu pudesse ser mãe, nem o próprio médico*. Era preciso expulsar o *ser mãe*, para que pudesse introjetar mais tarde. A inadequação assim não estava mais com ela, mas com os profissionais que a atendiam. Esse processo deixa um efeito esvaziador no ego, o que dificulta a introjeção e a identificação introjetiva.

Após algumas tentativas para descobrir o que lhe acontecia, Eliane encontra no médico do quartel (local de trabalho do seu marido) a escuta de sua história e a solicitação para um exame que vai constatar sua gravidez. Parece até pouco provável que um profissional que, predominantemente, atenda homens pudesse fazer essa solicitação de exame. Porém, este profissional escutou o que somente agora Eliane conseguiu expressar e que antes não lhe era possível. Sobre essa solicitação e a notícia da gravidez expressa:

Á eu fiz o exame e me disseram: Tu estás gravidíssima! Eu tive um reação muito ruim. Não, não posso ter e também não tô preparada para ter. Eu fiquei muito mal nos primeiros dias... nos primeiros tempos assim... parecia que não era comigo..foi bem estranho.

A gravidez de Eliane acontece acompanhada de sua incredibilidade. Para a medicina, a gestação de uma mulher é algo concreto, observável, examinável por uma tecnologia cada dia mais detalhista e quantificável.

Já para a psicanálise, a gestação compõe a singularidade da mulher, decorrente de seus aspectos pulsionais, da trama de suas relações afetivas, de seu mundo interno, no qual habitam fantasias, e de seu contexto sociocultural e histórico que resulta um modo único de ela ser.

A escuta de todos esses aspectos aproxima da singularidade. Eliane vai em busca de um modo seu para acolher a gestação. A gravidez de Eliane evidencia também sua sexualidade e esta a mobiliza. Não sabe ainda o que fazer nem com uma nem com a outra. Suas histórias podem nos dar alguns indicativos para ampliar esses aspectos.

Birman (2010) aborda no discurso freudiano o que de influências sociais e culturais predominantes podem ter influenciado sua teorização. Destaca que o discurso freudiano buscou promover uma ruptura na dita moral sexual civilizada. Sua tese sobre a sexualidade infantil buscou uma desconstrução dos conceitos de hereditariedade e degeneração. Interrogou o processo de normalização do erotismo pelo sexologia; ao inscrever a sexualidade no registro da pulsão e da fantasia retirou-a do registro do biológico. O sexual estava inscrito num registro simbólico. A transmissão do erotismo se situaria na experiência edípica, ao qual sexualidade e seus interditos se incorporariam.

Se o discurso freudiano não confirmava as ideias da sexologia, a leitura que empreendeu não era científica no sentido estrito do termo. “Marcados por alto grau de *ficcionalidade* e *indeterminismo* causal, os textos freudianos que versam sobre a sexualidade estão bastante distantes de qualquer tipo de positivismo cientificista, outra maneira de dizer que a escrita e a decifração dos fantasmas eróticos se mantêm muito distantes de uma tentativa de normalização do sexual” (BIRMAN, 2010, p. 26, grifos do autor).

Porém, esses aspectos não impediram que a psicanálise sofresse os efeitos da normalização e estabelecesse uma solução de compromisso com ela. Tal como fizeram os pós-freudianos, assumindo uma postura ética e teórica de moralização do erotismo, e as leituras moralistas sobre a perversão realizadas tanto pela IPA³⁴ quanto na tradição lacaniana (BIRMAN, 2010).

Destaca o autor que a teorização freudiana se opôs à normalização sexual e compara que neste sentido aproximou a sexualidade da arte erótica. Nesta o sujeito pode “escolher os próprios caminhos sexuais e traçar seus destinos eróticos, sem se submeter a qualquer padrão de normalização, mas tem de correr o risco de perfilar sua *singularidade*, rompendo seja com as exigências da moral sexual civilizada, seja com o ideário da biopolítica” (BIRMAN, 2010, p. 26, grifo do autor).

O contato de Eliane com a singularidade de sua sexualidade traz exigências que não encontrarão acolhida nos padrões sociais e culturais,

³⁴ IPA é a sigla de International Psychoanalytic Association.

a não ser que repita o padrão imposto. Para a construção de sua trajetória em relação à sexualidade terá que lidar com suas particularidades, seus desejos e suas escolhas mesmo que estes possam contradizer o que tanto ela como outros esperam.

Nessa construção de como ser mãe muitas mulheres recorrem a outras mães para que, como um espelho, possam visualizar ou refletir sua própria maternação. Essa busca auxilia a encontrar semelhanças e diferenças no estilo de cada mulher exercer a maternidade (PARKER, 1997).

O jogo de reflexos de filha-mãe, mãe-filha possibilitou a Eliane viver sua nova função ao revisitar com sua mãe sua função de filha. Porém, tais reflexos são marcados por afetos que nem sempre ganharam voz. Querer sua mãe para compartilhar o que estava vivendo na sua maternação fez com que se deparasse com nuances afetivas novas e com diferentes mesclas entre o amar e odiar.

Enfim, depois a minha mãe me acompanhou nos primeiros tempos com ela (referência a Ana, sua filha). Ficou comigo quase toda minha licença. Impressionante como a gente reviu algumas coisas de mãe e filha, porque foi muito bom! Não foi nada assim, a minha mãe estar se metendo nas minhas coisas, ela me respeitou também. Mas eu estava muito fragilizada no início e não queria muito ficar parada, viver aquilo e a minha mãe volta e meia (muda o tom de voz para destacar a ideia), do jeito dela peculiar... braba... ela me enquadrava um pouco... isso foi muito bom pra mim... não tinha indícios de uma depressão, mas é aquela coisa de me apropriar: “toma que o filho é teu”!! Todo tempo, mesmo ela me ajudando, ela me dava este norte (grifo meu).

Revisitar a história afetiva na relação mãe-filha é se disponibilizar a sentir os mais variados afetos novamente, pois eles já aconteceram um dia. Agora, porém, está numa outra função e posição. Essa mudança lhe dá flexibilidade para sentir tanto como mãe quanto como filha. Alguns afetos prazerosos podem estar contemplados em sua fala. Os que incomodaram ou despertaram algum tipo de sofrimento podem estar presentes através da expressão *não foi nada assim*.

Se por um lado a presença da mãe de Eliane fez com que ela se sentisse acompanhada, por outro a instigava a viver, mesmo em sua fragilidade, a relação com sua filha. O que desse reencontro entre mãe e filha não está podendo ser falado remete ao encontro inicial entre ambas e a aspectos que estão sendo revividos.

Para Chodorow (2002), o início da vida de uma criança se desenvolve numa relação com outra pessoa, sua mãe. Deste modo, não

apenas o crescimento psicológico ou fisiológico ganha destaque, mas também a trama desses aspectos com o relacionamento social e interpessoal. A autora enfatiza seu interesse na experiência que a mãe tem do filho e na experiência que o filho tem da mãe.

Para tal, aborda os efeitos dos primeiros cuidados maternos:

Numa sociedade onde as mães fornecem o quase exclusivo cuidado, e, certamente, o mais significativo relacionamento com a criança, esta desenvolve seu senso do eu principalmente em relação com ela. Na medida em que o relacionamento com sua mãe tenha continuidade, a criança começa a definir aspectos do seu eu (afetiva e estruturalmente) em relação com as representações internalizadas de aspectos de sua mãe e a qualidade percebida de seu cuidado (CHODOROW, 2002, p.106).

A criança depende da pessoa que lhe dá cuidados. Sua estruturação psíquica vem a se constituir de sua vivência com o mundo externo através de sua mãe, bem como das vivências de seu mundo interno, construído originariamente de aspectos dessa relação afetiva.

A criança “vivencia um sentimento de identidade com ela (a mãe) e só revela um eu por convencer-se que é de fato um ser separado dela. Ela é a pessoa a quem ama com amor primário egoístico e a quem se torna apegada. Ela é a pessoa que lhe impõe primeiro que ninguém os requisitos da realidade [...] A criança vem a definir-se como pessoa através de seu relacionamento com ela, ao internalizar os aspectos mais importantes do seu relacionamento (CHODOROW, 2002, p. 107).

Na relação consigo mesma e com o mundo, a criança vive suas emoções de amor ou de ódio, as quais decorrem em primeira instância desse relacionamento com a mãe. Dessa relação com tais características obtêm-se a vivência do amor primário e da identificação primária que faz a todos quererem, em algum outro momento da vida, recriar essas experiências.

Chodorow (2002), utilizando a ideia de Alice Balint, afirma que uma característica do amor de mãe é que ele não está sob o princípio da

realidade, pois a criança não reconhece de início os interesses distintos da mãe. Já em relação ao pai, conhece-o desde o início como um ser separado. Só não o faz se o pai disponibilizar o mesmo relacionamento primário e cuidar como a mãe.

Conforme a autora essa diferença entre o amor de mãe e de pai produz consequências. Se com o pai é mais fácil revelar sentimentos intensos como de ódio e ambivalência, pois esse pai é reconhecido como diferente e separado de si, com a mãe isso não acontece do mesmo modo. Uma criança pode não reconhecer a mãe como separada de si e, portanto, não expressar verdadeiro ódio, como citado acima, mas confusão.

Os filhos apesar de quererem permanecer unos com sua mãe por um período da vida, à medida que crescem buscam um afastamento cada vez maior da mãe, pois ele se faz necessário. A mãe passa a

[...] simbolizar a dependência, regressão, passividade, e falta de adaptação à realidade (CHODOROW, 2002, p. 111).

Sair da mãe (e do pai) representa independência e individuação, progresso, atividade e participação no mundo real: É afastando-nos de nossa mãe que finalmente nos tornamos, por diferentes caminhos, homens e mulheres maduros (CHODOROW, 2002, p. 112).

Para a autora, um relacionamento que foi exclusivo, mútuo e especial tem significados diferentes de acordo com o ponto de vista: da mãe e do filho. Para a criança: “a relação com sua mãe é sua experiência social e garante seu desenvolvimento psicológico e físico. A criança se relaciona com a mãe, na realidade e na fantasia, ou não se relaciona” (CHODOROW, 2002, p. 116).

Enquanto para a mãe:

o relacionamento tem uma *qualidade*, na medida em que não inclui outras pessoas e porque é diferente de outros relacionamentos com adultos. Contudo, a mãe também participa de sua família e do resto da comunidade e sociedade. Ela se sente como um membro adulto socializado dessa sociedade e sabe o que significa família, criação de filhos, e maternidade, para essa sociedade. Ela,

geralmente, participa de um casamento com uma profunda divisão do trabalho por sexos, na qual ela é financeiramente dependente, e sabe que seu marido é realmente dominante. Sua maternação, portanto é constituída por seu relacionamento com seu marido, sua experiência de dependência financeira, seu conhecimento da desigualdade marital e sobre o papel dos gêneros (CHODOROW, 2002, p. 116).

A partir dessas diferenças entre a mãe e a criança, a autora também apresenta diferentes olhares entre a sociologia e a psicanálise sobre essa relação mãe-filho. Argumenta que para a sociologia há uma importante assimetria na relação mãe-filho. A mãe representa um sistema social superordenado, e é uma participante do sistema social mãe-filho. Como representante de um sistema mais amplo, bem como do fomento que este proporciona, ela socializa seu filho, negando reciprocidade. À medida que cresce, a criança se integra em unidades sociais cada vez mais amplas. O que acontece é que o agente socializante desempenha um papel em dois sistemas e com isso auxilia a criança a passar de um sistema para outro. Temos então a mediação social na relação mãe-filho assimétrica.

Já em relação à psicanálise, a autora enfatiza que há uma tendência a ver somente o nível psicológico do papel materno, embora faça uma ressalva para Benedeck e Alice Balint, que mencionam uma assimetria psicológica potencial na mutualidade mãe-filho, fazendo com que a criança emergja do seu egoísmo inocente. Destaca que essa questão seja abordada por analistas mulheres, pois analistas homens tendem a ignorar o relacionamento da mãe fora do seu relacionamento com o filho, bem como o interesse em atenuar a sua intensidade. Pode sim contrastar que a passagem da criança à diferenciação e separação acontece com esforços da mãe para manter a simbiose.

Apesar dessa crítica que Chodorow (2002) faz às formulações psicanalíticas sobre a falta de reconhecimento das diferenças em compromisso, destaca que são enfatizadas nessas formulações características importantes do relacionamento mãe-filho para capacidades maternas (ou parentais) necessárias. Entre elas: “empatia, sentir a criança como uma extensão do eu, amor primário recíproco, identificação primária e senso de identidade, oralidade, apego mãe-filho recíproco, partes dos relacionamentos contemporâneos” (CHODOROW, 2002, p. 117).

McDougall (1992) destaca que, no teatro psíquico de cada um, há no repertório aspectos do limiar da possibilidade do pensar relacionado ao impensável da alteridade. Alteridade que é, principalmente, vivenciada nesses meses iniciais da vida da criança na relação com sua mãe. Para a autora,

temos sempre que considerar os eternos temas do Eu, tanto quanto os acontecimentos traumatizantes que cada indivíduo teve que vivenciar e que o conduzem à construção das cenas capazes de contê-los, ou mesmo capazes tão somente de permitir que o Eu sobreviva. Mas a maneira como os temas propriamente inenarráveis vão se traduzir no palco da vida [...] interessa-nos particularmente em razão da dificuldade inerente a seu estatuto pré-simbólico. Essa dificuldade se duplica por uma complicação sutil: o indivíduo, que emprega, apesar de tudo, palavras para expressar, para dizer o indizível, muitas vezes retirou dessas palavras o sentido, a fim de vesti-las ridicularmente de um sentido especial, ou esvaziou-as de sua vitalidade, deixando o sentido privado da carga emocional original (MCDUGALL, 1992, p. 44).

Para a autora, a transformação do impossível em estado vivenciável depende da mãe primária e de sua capacidade, mesmo com seus entraves inconscientes, de se colocar como suficientemente boa, para Winnicott, ou continente, para Bion, para essa criança.

Para Chodorow (2002) os achados psicanalíticos oferecem relevância ao relacionamento mãe-filha pré-edípico, pois revelam um primeiro momento no processo de separação e individuação. Essas questões são particularmente femininas³⁵. A autora expõe uma tendência nas mulheres de uma confusão de fronteiras e uma dificuldade no senso de separação do mundo. Se a maioria das mulheres estabelece fronteiras de ego e senso de eu separado, todavia as questões relacional-objetal estão ligadas a essa tendência em um nível (do conflito potencial, da experiência de relações objetais), mesmo quando num outro nível (na

³⁵ Entendo a questão do menino e da menina, do filho e da filha, conforme apontada pela autora, a partir da identificação da criança com as referências de gênero que independem do corpo biológico.

formação das fronteiras do ego e identificação) estão resolvidas. Poderiam funcionar como uma tela de fundo que se faz presente se questões primitivas de relacionamento são ativadas por relacionamentos atuais.

A partir desses pontos considerados pela autora, pode-se pensar a questão tanto da entrada no complexo de Édipo quanto em sua resolução, na mulher. Temos nuances dessa relação primitiva da menina com sua mãe que contribuem para uma complexidade e prolongamento da etapa anterior ao complexo de Édipo, que tornam a menina “mais ocupada” em primeiro dar conta dessa trama relacional com a mãe para só depois se envolver numa triangulação na qual o pai fará parte.

Para a autora, enquanto as mulheres maternarem, a fase pré-edípica das meninas poderá ser mais longa, se comparada com a dos meninos. Devido às características citadas na relação mãe-filha nessa fase, as mulheres estão mais sensíveis ao que se relaciona com a maternação: “sentimentos de identificação primária, falta de separabilidade ou diferenciação, problemas de ego e limite de ego físico, e amor primário isento do tacão do princípio da realidade” (CHODOROW, 2002, p. 143).

A identificação ou semelhança da menina com a mãe está relacionada aos elementos desse relacionamento primário. Enfatiza a autora que isso “significa que elas sentem de modo semelhante sob aspectos fundamentais. As relações objetais e os conflitos no período edípico erguem-se sobre essa base pré-edípica” (CHODOROW, 2002, p. 143).

Na busca pela construção de sua experiência de maternidade, o ser filha de Eliane se mistura com o ser mãe: *Eu guardei que algumas coisas que a mãe jogou contra ela mesma. Não teve aquela sabedoria que ela tinha para outras coisas de relacionamento, mais a favor dela. Eu vejo que isso não é bacana. Quando eu digo que eu deletei é porque eu não consegui colocar em prática (ri).*

Deletar e não colocar em prática são palavras em busca de outros sentidos, pois ainda estão engessadas num emaranhado de afetos da relação. Eliane também traz uma crítica a sua mãe no modo como esta se relacionou com aspectos do feminino e com o qual ela se identificou. Mesmo agora querendo fazer diferente do que sua mãe fez, ela não consegue

Chodorow (2002) enfatiza que essa mistura de mãe e filha pode surgir quando as mães de filhas tendem a não perceber essas filhas como separadas delas mesmo. Tanto na relação com filhos quanto com filhas

as mães podem vivenciar um senso de unicidade e continuidade, porém esse senso é mais forte e dura mais tempo em relação às filhas. Deste modo, tanto a identificação primária³⁶ como a simbiose com as filhas tendem a ser mais intensas, ao reter e acentuar elementos narcísicos da mãe. A filha pode ser percebida como uma extensão ou sócia da própria mãe.

Individualizar-se das amarras desta relação materna pode ser sentido como algo que faça a mãe (agora vó) sofrer. Deste modo, a mãe queixosa pode também utilizar-se desta artimanha para que a filha não adentre no universo feminino. Uma crítica velada a sua mãe surge através de como compreende as escolhas dos irmãos por um tipo de mulher:

[...] *buscaram uma mulher forte em alguns sentidos, mas que não tem aquela queixa da sofredora*. A força de como apreende o feminino e o materno através de sua mãe é marcada pela qualidade denegrada do sofrimento.

Para Eliane a ideia da mãe sofredora surge também no modo como se coloca nos cuidados para com sua filha. Quanto a esse aspecto, recorro a Birman (1999), quando sintetiza as ideias freudianas sobre masoquismo erógeno e masoquismo moral e feminino. O masoquismo erógeno é da ordem do originário e se revela na dimensão da dor articulada pela emergência do desejo, quando encontra na quebra do falo sua condição de possibilidade. Sem essa quebra, ruptura, o desejo não se constitui. O masoquismo erógeno portanto não é da ordem nem da patologia e nem da anomalia.

Já o masoquismo moral e feminino, esclarece o autor, acontece no confronto radical com o masoquismo erógeno e o desamparo. Diante desse desamparo há uma recusa que restaura o império do falo, mesmo que isso implique uma humilhação moral da posição da mulher pela inveja de não ser e não ter o falo que alguém supostamente seria ou teria.

No caso de Eliane, a mãe sofredora em que ela se coloca leva a pensar sobre esses aspectos. Há uma inveja do marido-falo, que para ela não tem que se deparar com esses limites, essas insuficiências com as quais ela se vê nesse momento; e através dele ela fala de seu sofrimento.

³⁶ Identificação primária é o “modelo de constituição do sujeito segundo o modelo do outro, que não é secundário a uma relação previamente estabelecida em que o objeto seria iminentemente colocado como independente. A identificação primária está em estreita correlação com a chamada relação de incorporação oral” (LAPLANCE; PONTALIS, 1992, p. 231).

[...] *A gente não tem essa. A gente está sempre pensando no filho. Não pode deixar sem almoçar, não pode isso, faz assim, faz assado... Claro que eu coloquei ela em primeiro lugar! Neste momento de sobrevivência ela depende totalmente da gente. Antes de eu comer é ela. Eu tenho que garantir o almoço dela. Se eu quero almoçar às duas da tarde o problema é meu. E sobre o marido em relação à filha: [...] Mas essa participação dele, por mais que ame sempre prioriza as coisas dele.*

Culturalmente as mulheres são estimuladas a organizar e dirigir sua vida em função dos seus filhos e de suas necessidades. Se em algum momento uma mãe expressa, publicamente, seus sentimentos que não sejam de amor e resignação uma corrente de apaziguamento entre as próprias mulheres é desencadeada para silenciar qualquer sentimento não aceito socioculturalmente sobre a maternidade. Para Parker (1997), a ambivalência materna é compartilhada por mães na experiência em relação ao filho, na qual estão presentes sentimentos de amor e ódio. Esses sentimentos complexos e contraditórios têm um incremento cultural ao não receberem abertura para discussão e análise, o que possibilitaria o exercício criativo da maternidade.

Fazendo um giro e olhando por outra perspectiva para o mesmo tema, Perrot (2009), referindo-se à Europa oitocentista, traz indicativos de que na relação da figura da mãe e do pai e seus respectivos papéis há acentuadas diferenças. Estas repercutem a influência do patriarcado e do modo como a mulher é vista e tratada.

A figura do pai é a proa da família e da sociedade. É ele quem dá o sobrenome e por esse aspecto é considerado como quem realmente dá à luz. As diferenças entre o homem e a mulher emergem dos respectivos direitos e deveres. Em nome da natureza, o Código Civil estabelece a superioridade absoluta do marido no lar e do pai na família (PERROT, 2009).

A mulher que casa deixa de ser um indivíduo responsável, não podendo mais dispor de seus bens na comunidade. Se trabalha, seu salário é pago ao marido. Essa onipotência do homem se estende aos filhos. O pai tem poder sobre a esposa e os filhos, até de mandar prendê-los, se achar conveniente (PERROT, 2009).

O pai tem duplos poderes, pois domina totalmente o espaço público e também o doméstico. Defende a autora que seria um erro pensar que o âmbito privado pertence a mulher. Mesmo que o papel feminino seja efetivo e constante, é o homem que tem o poder também na família. As decisões fundamentais cabem ao pai no âmbito

econômico, pedagógico com os filhos e até de alianças matrimoniais (PERROT, 2009).

Muitos casamentos são combinados pelos pais mesmo que mães sensíveis ao coração das filhas as vejam se debulhar em lágrimas. A decisão do pai se funda nos argumentos da ciência e da razão. “Contra as mulheres devotas e obscurantistas, demasiado suscetíveis ao sentimento, tentadas pela paixão, espreitadas pela loucura, o pai – o homem – deve sustentar os direitos da inteligência” (PERROT, 2009, p. 112). Ou melhor, mantém-se o que o pai decidir, indiferente aos desejos da filha.

Porém, mesmo nesse espaço inteiramente dominado, diz a autora que a mulher encontra compensações as quais favorecem o consentimento: uma relativa proteção, menos culpa, conforto condizentes com a situação financeira do marido, uma maior longevidade. Também os papéis femininos são revalorizados por uma sociedade utilitarista cuja preocupação é com a criação das crianças (PERROT, 2009).

Neste cenário, em que apresento alguns exemplos de como se davam essas relações, não há descrições da autora sobre o trabalho conjunto entre mulheres e homens no cuidado inicial aos filhos. Este é esperado como sendo unicamente das mulheres. Os homens até exerciam seu poder de mando com filhos maiores e mais crescidos, por exemplo, em relação às decisões pedagógicas e amorosas. Penso ser característica do patriarcado essa cisão entre funções, portanto sem compartilhamento.

A seguir, apresento o eixo no qual a fala se dá por um lapso, surpreendendo aquela que fala. Mesmo como uma aparente banalidade, a troca de palavras evidencia outra informação que se mostra justamente nesse jogo que mais mostra do que esconde.

8.4 SOBRE O DITO FALHO

Neste eixo chamado de “dito falho” a ênfase está colocada no ato falho que surge na fala das entrevistadas. Para Freud (1901/1987, p. 60), “o material linguístico comum que usamos ao falar em nossa língua materna parece estar protegido do esquecimento, mas sucumbe com frequência bem maior a outra perturbação, conhecida como ‘lapso da fala’”. Prossegue enfatizando que “a perturbação da fala que se manifesta no lapso pode ser causada, em primeiro lugar, pela influência de outro componente do mesmo dito – isto é, por uma antecipação ou

perseveração de som –, ou por outra formulação das ideias contidas na frase ou no contexto que se tenciona enunciar” (FREUD, 1901/1987, p. 62)

O material apresentado nas entrevistas está mais relacionado a ideias de outro tema, cuja presença na frase se dá pelo lapso da fala.

Para a entrevistada Cláudia: *Durante a gestação foi tranquilo apesar de eu ficar bem encucada com isso. Antes de eu engravidar, eu tinha muito medo de engordar. Por que eu escutava as pessoas falando. Tem gente que engorda 20 quilos.* Mas se essa é a ideia inicial, quando o assunto peso na gravidez surge na entrevista, sua fala mais adiante é:

[...] *Então eu perdi peso. A médica até indicou tomar Sustagen e, às vezes, nem esse Sustagen eu conseguia tomar. Uma por causa da correria, nem lembrava direito comer alguma coisa e... outra porque eu não tinha fome. Não que eu quis emagrecer. Não quis emagrecer durante a gravidez e... mas eu perdi peso e no fim engordei só 6 quilos durante a gravidez. Dizem que o normal é engordar durante* (a fala fica atropelada e rapidamente a corrige), *um quilo por mês! Engordar no mínimo 9. Engordei só **um quilo** (corrige rapidamente a fala), só **6 quilos** (grifo meu).*

O corpo que antes da gestação era somente da mulher passa a ser compartilhado com esse novo ser que pode ser sentido como estranho e incontrolável. O feto cresce e necessita de alguns cuidados da mãe de alimentação, sono, descanso. Diante da impossibilidade de controle do crescimento do feto no corpo da mãe, uma alternativa de minimizar esses efeitos pode ser o controle sobre seu peso e a alimentação.

A gravidez evidencia um corpo que se modifica. Assim como Cláudia na gravidez, Eliane buscou controlar seu corpo anteriormente através do engorda emagrece, o que não é possível na condição de gestante.

Entre o dito e não dito, entre o que afeta e o que desafeta, que ganha alguma expressão autorizada pela mulher-mãe ou surge através de atos-sintomas, tem-se que destacar a exigência de trabalho psíquico, que pode ser mais ou menos dispendioso para cada psiquismo. Para McDougall (1992), os atos-sintomas fazem parte da artilharia defensiva de todo indivíduo. O ato-sintoma descarrega por momentos a tensão e a dor psíquica através de ações que podem ser inadequadas, pois em situações de reflexão e retenção afetiva encontrariam um desfecho mais adequado e duradouro.

Eliane, ao falar sobre como se sentiu pouco acolhida pela instituição de trabalho e por seus colegas quando retornou de sua licença-maternidade, utiliza um lapso de fala:

[...] *Situação de eu ouvir uma outra que teve um aborto... situação que não tem um trato diferenciado para esposa, desculpa... (para e ri) ...não tem um trato diferenciado para quem volta da maternidade.*

Sua insatisfação com seu marido surge na fala. Aproveito a deixa e lhe pergunto sobre o relacionamento do casal depois do nascimento da filha.

(Sorri). *Assim ó... ele foi bem receptivo. Só que a gente misturou muito tempo essa questão pai... não, marido e mulher, pai e mãe. Agora que a gente mudou a nossa vida mais.. mais normal. O homem é assim... aquele pai super afetuoso, cuida, mas ele não abre mão... Já falei sobre isso. Tem um sacrifício maior de tudo. Ele estava se estourando com facilidade[...] Ele gosta de ficar com ela, mas ele gosta da rotina dele. Ele gosta de ler jornal. Se precisa brincar ele brinca mesmo. Mas tem as coisas da casa também, mas ou ele fica com ela ou ele faz as coisas da casa.*

O que mistura não parece ser somente as novas funções de marido e mulher, pai e mãe, como a entrevistada cobra do marido. A nova função de mãe exige de Eliane que ela transite por aspectos novos nos quais terá que tramar a maternidade, suas relações e funções com o que é seu de mulher. Porém, esse “seu de mulher” já não é mais o mesmo, o que ela conhecia de si. A intensidade da vivência da maternidade a “tirou de sua rotina”, essa que enfatiza que o marido tem. Ele tem uma rotina para utilizar como sua e se recolher diante das modificações. Ela está incomodada por viver esse “misturado” que ainda não conseguiu se diferenciar.

O (des)conhecido território da maternidade sofre interferências pelo não transitar dos aspectos inconscientes da mulher-filha, aquela que em sua fala surge na *questão pai e mãe*, Essa mulher agora continua sendo filha, mas também é mãe. O acesso a sua história afetiva pode lhe possibilitar fazer a trama de sua vivência de agora que não é igual e nem a mesma já vivida. Há um borramento dessas diferenças nos quais os ideais sociais podem tanto impor quanto coagir. O trânsito da mulher-filha para mulher-mãe necessita dessas diferenciações para que não caia na armadilha do tal mãe, tal filha. Desse modo poderá nomear as suas vivências.

Prossegue Eliane em sua fala sobre o marido:

Não consegue se dividir entre as duas coisas. Mas agora, digamos, que ele estava me vendo de novo como mulher. Essas coisa que te digo assim.

Eliane se utiliza do olhar do marido como uma possibilidade de se ver agora como mulher-mãe. Esse movimento de constituição da nova imagem de si remete a Green (1982), ao destacar que vários agentes podem provocar o afeto, tanto no real como no imaginário: uma percepção, uma fantasia, uma palavra escutada. Também há afetos que surgem do interior do corpo, por aumento de investimentos que buscam representação. Assim, resquícios perceptivos e representativos podem buscar uma vinculação para a irrupção afetiva.

Green (1982) retoma a sua discussão sobre as duas definições do afeto.

A primeira, a da quantidade, é consubstancial com o inconsciente, pois trata da afecção energética das representações. [...] Aqui o afeto não é apenas inconsciente, é sobretudo inconsciente”. A segunda, [...] a da qualidade, parece deixar pouca margem para o inconsciente. Pode até parecer mais tema para estudar fenômenos e [...] desafia a investigação psicanalítica (GREEN, 1982, p. 197).

Nesse ponto o autor apresenta uma noção para articular sua discussão. Retoma de Lacan seu trabalho sobre o efeito da captação pelo imaginário (estágio do espelho), a imagem tem como efeito capturar o sujeito em alteração. Diz Green (1982):

Se sou sensível à minha imagem no espelho, é porque, através dela, introduzo-me à força na dimensão de alteridade que faz com que *eu seja um outro para mim*. Eu *me* amo ou eu *me* odeio como amo ou odeio o objeto. Ao contrário, o objeto que amo ou odeio só induz em mim afetos porque, no objeto, sou que me reconheço – ou que me desconheço (p. 197, grifos do autor).

Deste modo, Green questiona aquilo que Lacan destaca como papel da imagem e da representação, esta sim, como uma questão para o afeto. “*O afeto é um objeto de fascinação hipnótica para o ego*. O enfeitiçamento pelo afeto é o que o mantém [...] numa posição de dependência em relação ao narcisismo” (GREEN, 1982, p. 197, grifo do

autor). Assim, um processo de transformação e mudança só se instaura se o afeto for suscetível de questionamento de sua bipolaridade contraditória, tal como: prazer-desprazer, bom, mau etc.

Em relação ao prazer-desprazer o autor o chama de:

princípio de simbolização primária, por seu poder de divisão e de categorização da experiência afetiva, portanto, de estruturação. A rejeição inicial de um dos termos (o desprazer), que leva ao ego-prazer purificado, dá lugar à divisão ulterior consciente-inconsciente pelo recalque, que outrora, era admitido como prazer e que deixa num certo momento, porque ameaça a organização do aparelho psíquico (GREEN, 1982, p. 198, grifo do autor).

Deste modo, o autor considera o princípio de prazer como um princípio eixo, aquele que sustenta e organiza essas mudanças e transformações. Descreve-o de duas maneiras. De acordo com o que comporta da descarga pulsional do prazer e lida com a tensão, a serviço das pulsões de destruição na direção do princípio de Nirvana; bem como quando visa à conservação do prazer na direção do princípio de realidade. Assim, essa simbolização primária do princípio do prazer acontece entre

a assimbolia do nada (princípio do Nirvana) e a *simbolização secundária* (princípio da realidade). *A unidade de prazer* está entre o zero que ela é tentada a alcançar e a ligação que chamamos da concatenação que implica a redução quantitativa do afeto primário em benefício do investimento da cadeia onde o afeto secundário (reduzido) toma seu lugar na rede das representações de coisa e de palavra (GREEN, 1982, p.198 , grifo do autor).

De tal modo, o afeto como quantidade e como qualidade são indissociáveis. Pensar o aspecto da quantidade (objetivo) e o da qualidade (subjetivo) nos apresenta modos para conhecer sobre o afeto.

Eliane não está num momento de formação do eu, em que um eu não simbolizado é captado por uma imagem, fazendo com que a criança reconheça sua própria imagem no espelho; ela se beneficia dessa função mediadora entre interno e externo para que esse interno seja vivido

como próprio e auxiliar no reconhecimento de si e nas identificações futuras. Porém, a entrevistada está inundada de afetos da experiência materna que dificultam na (re)visão dessa imagem de si, pois os aspectos narcísicos vivem uma hemorragia psíquica.

Green nesse recorte teórico apresenta um aspecto constitucional do psiquismo entre o ego, o narcisismo e o afeto. O que em Eliane se manifesta nessa fala é o aspecto narcísico, mobilizado pelo afeto, que interfere no outro olhar de si. Um olhar que tem dificuldade para lidar com o desprazer de vivências as quais são construídas na relação dela com a filha e dela com esse novo modo de se ver, bem como dela com o marido, agora pai, sem ser seu pai; e também tem dificuldade para lidar com o que nem pode ser dito na mistura entre ela e a mãe na fase pré-edípica.

A maternidade possibilita à mulher tanto se conhecer como conhecer e experienciar novas situações. Quando perguntada sobre o que mudou na sua vida com a maternidade, Martha expressa:

*Ah, primeiro a liberdade. Depois, tipo... Eu acho que ficou melhor assim. Eu perdi algumas coisas nesse sentido, mas encontrei um sentido pra minha vida. Por que até já que eu não tava trabalhando. Eu não me encontrava no trabalho. Eu me encontrei na maternidade. As minhas amigas acham que eu tenho um **dom** para ser mãe. Eu não sei... se eu tenho dom pra ser mãe! Eu gosto de ser mãe (grifo meu).*

Para abordar sobre esse *dom* no qual Martha se reconhece, utilizarei as ideias expressas por Birman (2001) sobre aspectos da história do Ocidente sobre a diferença sexual. Pois essa história também está relacionada ao que é chamado de *dom*.

[...] apenas no final do século XVIII e no início do século XIX teria se forjado um discurso sistemático sobre esta diferença, pois até então os sexos eram concebidos de maneira hierárquica, sendo sempre regulados pelo modelo masculino. Este era figurado de maneira indiscutível como sexo perfeito. Foi este último modelo que prevaleceu, como referência e paradigma, na tradição ocidental desde a Antiguidade. Deslocamo-nos, portanto, de um paradigma fundado no **sexo único** para outro no qual existiriam dois sexos, distintos e bem diferenciados (BIRMAN, 2001, p. 33, grifo do autor).

Conforme o autor o que passou a caracterizar a condição de ser homem ou ser mulher foram as chamadas marcas naturais, da estrutura do organismo, produzidos pela natureza biológica. Deste modo, a marca que cada um apresentava, masculina ou feminina, passou a ser essencializada e teve efeito nas práticas sociais.

Esse novo paradigma se instituiu como um imperativo na existência de uma diversidade entre o ser do homem e o ser da mulher. Estes teriam essências diferentes irreduzíveis entre si. Portanto, o ser homem e o ser mulher são concebidos como matrizes da natureza diferenciadas e inconfundíveis. Assim, tem-se uma leitura naturalista da diversidade sexual, pois as diferenças sexuais estavam ligadas à ordem biológica. Esse entendimento repercutiu para a formulação de que as essências naturais é que delineariam as possibilidades e as finalidades sociais diversas para os sexos. Essa foi a marca da modernidade. O modo de ser masculino ou feminino foi interpretado pelas diferentes essências biológicas. A utilização por Freud (1924b/2011, p. 211) da expressão de Napoleão “a anatomia é o destino” é inspirada no paradigma moderno da diferença sexual. Para Birman (2001):

o real do corpo somático, na sua visual eloquência anatômica, se imporia ao sujeito como condição concreta de possibilidade de ordenação do psiquismo [...]. Mas para Freud [...] as relações entre o somático e o mental não eram de ordem mecânica e concedida de maneira determinista, como no modelo oitocentista da diferença sexual, não resta dúvida que o paradigma estava firmemente presente na teorização freudiana (BIRMAN, 2001, p. 46).

Embora o discurso freudiano não estivesse escrito totalmente com essas ideias, estas estavam lá como figura de fundo, gerando tensão na construção psicanalítica sobre a diferença sexual. Em relação à mulher, tem-se uma construção de seu ser em torno da figura da mãe, cuja finalidade específica está relacionada à reprodução sexual, marca da teoria da diferença sexual. A maternidade vista desse modo é de ordem instintiva, da fêmea. Esse aspecto foi utilizado na hierarquia e na relação de poder entre os sexos. Destaca Birman (2001) que na concepção da diferença sexual, a figura da mulher era mantida na posição da maternidade. Deste modo o que caracterizaria a mulher seria então o

dom para a maternidade, assim definida sua finalidade biológica e sua inserção no campo social (grifo meu).

Alguns aspectos desse *dom* mostram sua intensa força na fala de Martha. Ela situa sua maternidade logo após uma tentativa de inserção no mercado de trabalho, no qual não se *encontrou*, como ela disse. Pode-se pensar que a hierarquia e as relações de poder se fazem, principalmente, no mercado de trabalho e esses aspectos podem ter interferido em sua busca profissional. Após essa tentativa, ela faz outra, a da maternidade, na qual é incentivada, elogiada, embora questione e também possa se surpreender com essa escolha. O recorte a seguir é sequência do anterior, no qual prossegue falando sobre o que modificou em sua vida com a maternidade

A parte que eu menos gost..., gostei foi a maternidade, a gravidez (acelera a fala depois da palavra incompleta). *Foi a parte que eu menos gostei. Tanto que eu escutava, já várias pessoas falavam pra mim quando eu tava grávida, porque eu reclamava não aguento mais, quando perguntavam. Eu ouvia: tu vai ver vai ter várias situações que tu vai querer que ele volte, que ela volte pra barriga. Eu disse que nunca isso aconteceu comigo! Nunca. Eu nunca preferi que ela estivesse dentro da minha barriga do que fora* (grifo meu).

Nesse recorte da entrevista de Martha tem-se uma sugestão de um lapso de fala, no qual pode estar uma formação de compromisso entre a intenção consciente da entrevistada e o que possivelmente fora recalçado, seus sentimentos pela maternidade. Esses sentimentos parecem buscar escuta e podem mais uma vez não a encontrar ao serem expressos, pois a fala que recebe de retorno das outras pessoas demonstra o oposto do que ela quer dizer.

No recorte há dois lapsos de fala de Martha. Um sobre o que menos gostou: quando quer destacar a gravidez, em sua fala expressa a maternidade. O outro sobre ele – ela.

Sua gravidez foi de uma menina, mas em sua história conta sobre como cuidou de seu irmão quando este era bebê. Há vários aspectos presentes nesse recorte que podem ser discutidos. Priorizo o foco em questão sobre as diferenças sexuais e a teoria psicanalítica.

Birman (2001) enfatiza que se a psicanálise fez diversas rupturas, no entanto, manteve a ligação com certos paradigmas teóricos do século XIX em relação à leitura da diferença entre os sexos, insistindo sobre os valores diferenciais e hierárquicos entre o masculino e o feminino. Saliencia que é preciso reconhecer as ambiguidades no discurso freudiano relacionadas à diferença sexual.

Destaco esses aspectos ambíguos do discurso freudiano aos quais Birman (2001) faz referência. Segundo o autor, eles estão na concepção do complexo de Édipo e na sua formulação da interdição, na dissolução do complexo de Édipo, na angústia de castração e seus destinos, na relação com a mãe pré-edípica, a maternidade como via de acesso ao feminino.

A construção do conceito do complexo de Édipo se realizou tendo na sexualidade masculina o seu paradigma e a sua referência exemplares. Era da figura do homem que Freud se referia ao complexo de Édipo.

A polarização erótica do menino entre as figuras do pai e a da mãe era sempre o paradigma, o modelo de descrição e de narrativa seguido pelo discurso freudiano para falar da pertinência conceitual do complexo de Édipo. A epopeia erótica constitutiva do humano era delineada de maneira bem simples e esquemática, já que havia no início amor e atração erótica pela figura da mãe, aliados a repulsa e ódio pela figura do pai no percurso do menino. A identificação do menino com a figura paterna se daria pelo terror de perder o pênis, órgão corporal altamente valorizado, de forma que em nome de não perdê-lo o mesmo abriria mão de desejo dirigido à figura materna (BIRMAN, 2001, p. 176-177).

Deste modo, essa cena mais esquemática não será encenada apenas por amor e atração do menino pela mãe. Comum na teorização freudiana é a complexização que seus conceitos vão ganhando à medida que se desenvolvem. Assim, nessas relações do menino com as figuras parentais também ódio e repulsa se presentificam e a ambivalência se mostra como característica das relações.

Nessas relações marcadas pelo erótico e pelo afetivo que constituem o complexo de Édipo, outro ponto de ambiguidade se apresenta na formulação da lei da interdição do incesto. Enfatiza Birman (2001):

[..] o que o discurso freudiano realizou foi sempre a narrativa masculina do complexo de Édipo, sendo a narrativa feminina deixada inicialmente de lado. Era dito ao leitor que o mesmo paradigma

seria válido para a figura da menina, mas as polaridades do ódio e do amor deveriam agora ser enviadas para as figuras da mãe e do pai, respectivamente. Com isso, os ímpetos eróticos e destrutivos obedeceriam pois a outras figurações e linhas de força [...], ficavam presentes aqui algumas obscuridades, já que a figura da mãe seria a figura originária de referência tanto para o menino quanto para a menina (p. 178).

Ao demonstrar uma maior desenvoltura para abordar a sexualidade no homem e apresentar a obscuridade e a dificuldade que seria conhecer sobre a sexualidade feminina, Birman (2001) chama atenção na utilização por Freud da concepção na qual o homem representaria a perfeição e a mulher representaria a imperfeição. Deste modo, é mais acessível conhecer sobre o sexo dito perfeito do que o dito imperfeito; bem como seria pela mediação da perfeição sexual que a imperfeição poderia ser conhecida.

Pontos ambíguos, obscuridades nesse desenvolvimento teórico apresentam interrogações que não seria possível para Freud sustentar apenas a partir do referencial masculino. Embora ainda o faça por diferentes vieses nos textos produzidos entre 1924 e 1932, Freud (1924b/2011; 1925b/2011; 1931/2010; 1933/2010) no qual procurou fundamentar sua leitura do feminino e da sexualidade da mulher. Destaca-se que a cada texto mais descrições surgem sobre a sexualidade feminina e suas características através do pensamento freudiano.

Freud (1924b/2011) descreve que “a observação analítica permite reconhecer ou adivinhar esses nexos entre a organização fállica, complexo de Édipo, ameaça de castração, formação do Super-eu e período de latência. Eles justificam a afirmação de que o complexo de Édipo sucumbe à ameaça de castração” (p. 210). Essas afirmações aparecem logo após o texto ter detalhado esse processo da dissolução do complexo de Édipo em relação aos meninos. Logo a seguir se faz a pergunta:

[...] como o desenvolvimento correspondente se realiza com a garota pequena? Neste ponto o nosso material se torna – incompreensivelmente – muito mais obscuro e insuficiente. Também o sexo feminino desenvolve um complexo de Édipo, um Super-eu e um período de latência. Pode-se atribuir a ele igualmente uma organização fállica

em um complexo de castração. A resposta é afirmativa, mas as coisas não se passam como no garoto (FREUD, 1924b/2011, p. 211).

É então que Freud, no mesmo texto, passa a descrever a diferença morfológica, relacionando-a a diferenças no desenvolvimento psíquico da menina. “O clitóris da menina se comporta primeiramente como um pênis, mas, na comparação com um camarada do sexo masculino, ela nota que ‘sai perdendo’, e sente esse fato como desvantagem” (FREUD, 1924b/2011, p. 212).

Em relação a essa ideia, o pensamento freudiano descreve que a menina não entende essa falta do pênis como uma característica sexual, explicando-a com a hipótese de que já possuiu um membro desse tamanho e depois o perdeu com a castração. Porém, não estende essa conclusão a todas as mulheres. A elas atribui “um genital grande e completo, masculino, exatamente no sentido fático” (FREUD, 1924b/2011, p. 212). Tal aspecto é destacado no discurso freudiano como a diferença essencial pela qual a menina aceita a castração como algo já consumado enquanto o menino teme por essa possibilidade.

O que se percebe nesse desenvolvimento teórico é como o discurso freudiano até faz uma tentativa de descrever os processos relativos à mulher na dissolução do complexo de Édipo, mas o faz a partir da referência fálica, comparando com os processos no menino. Freud declara: “é preciso admitir que nossa compreensão desses processos de desenvolvimento da menina é insatisfatória, plena de lacunas e pontos obscuros” (FREUD, 1924b/2011, p. 213).

Mesmo assim em outro texto, *Algumas Consequências Psíquicas da Diferença Anatômica* (FREUD, 1925b/2011), essa ideia surge novamente com alguma mudança.

Enquanto o complexo de Édipo do menino sucumbe ao complexo de castração, o da menina é possibilitado e introduzido pelo complexo de castração. [...] A diferença nesse trecho do desenvolvimento sexual do homem e da mulher é uma consequência compreensível da diversidade anatômica dos genitais e da situação a ela relacionada; corresponde à diferença entre a castração realizada e aquela apenas ameaçada (FREUD, 1925b/2011, p. 296).

Freud (1925b/2011) destaca que não se sai do complexo de Édipo como nele se entra. No menino, ele não é simplesmente reprimido, mas se despedaça pelo choque com a ameaça de castração, seus investimentos libidinais são abandonados, dessexualizados e parcialmente sublimados. Seus objetos são incorporados e formam o Super-eu.

Já na garota, o pensamento freudiano destaca que falta o motivo para a destruição do complexo de Édipo, pois a castração já teve seu efeito anteriormente. Deste modo, não tem na garota o mesmo destino. Para ela o complexo de Édipo pode ser abandonado lentamente, liquidado mediante repressão ou, ainda, pode ter seus efeitos até bem longe na vida psíquica da mulher. Esses aspectos também marcariam o Super-eu, não sendo assim tão rigoroso. Como traços de caráter, a mulher apresentaria menos senso de justiça, menos inclinação a aceitar as exigências da vida e é influenciada por sentimentos afetuosos e hostis ao tomar decisões. Em todos esses aspectos há uma comparação que a difere do homem.

A relação com a figura da mãe arcaica também seria constitutiva do menino, embora na constituição psíquica da mulher deixasse marcas que não desaparecem. Sobre esse aspecto se articula a trama entre a inexistência do pênis na mulher e a inveja do pênis. Essa inveja se polarizou a partir da experiência do continente negro. Freud define melhor as figuras da mãe arcaica e da mãe edípica na narrativa do complexo de Édipo e na constituição da subjetividade feminina. A entrada da figura paterna na trama edipiana ganha novos contornos. Assim, o complexo de Édipo na mulher ganha especificidades:

[...] o complexo edipiano na menina começaria então onde o do menino terminaria, já que o complexo e a angústia de castração seriam os determinantes disso. Assim, se a ameaça de castração no menino seria aquilo que o arrancaria definitivamente do regaço e da volúpia dirigida à figura materna e lhe conduziria ao mundo paterno, no caso da mulher, em contrapartida, onde supostamente a castração existiria, no real do corpo, a constatação desta lhe conduziria a uma busca do órgão faltante. Desta maneira, a mulher estaria sempre buscando isso que lhe faltaria, que da figura do pai à do homem, mediada pela do bebê, ordenaria seu percurso. O Édipo na mulher se iniciaria, pois, quando o do homem terminaria.

“Tornar-se mulher” seria, enfim, o emblema maior e o aforismo que definiria o percurso feminino ao longo do complexo de Édipo (BIRMAN, 2001, p. 180).

Freud busca dar conta de especificidades que diferem entre homem e mulher. Se já havia apresentado esse percurso em relação ao homem, apresentou agora sobre a mulher, pois o referencial masculino não elucidaria o feminino.

No texto *Sobre a Sexualidade Feminina* (FREUD, 1931/2010) explicita que a fase pré-édipica da mulher assume uma importância que não tinha antes sido dada. Mesmo assim destaca que essa primeira ligação com a mãe é difícil de apreender analiticamente, pois é remota, penumbrosa como se tivesse sucumbido a uma repressão implacável.

Nesse texto traz mudança na teoria ao relacionar a forte dependência da mulher ao pai como derivada da ligação igualmente forte com a mãe. Bem como aponta os diferentes efeitos do complexo de castração na mulher, dos quais decorrem três orientações de desenvolvimento (citadas na página 45): cessação da vida sexual, teimosia acentuada à masculinidade e os primeiros passos para a feminilidade definitiva.

Para Birman (2001) esses enunciados não conflitam e nem se anulam, mas seriam complementares. A sua importância reside na ruptura de um determinismo natural que ocorria, em relação à mulher, anteriormente à psicanálise. Abre-se para a constituição da subjetividade feminina diferentes possibilidades. Estas se dão diante da constatação estrutural da mulher do horror à castração, desdobrando-se em conjunturas psíquicas. Deste modo, não há uma resposta única, mas diversos modos da subjetividade de articulação.

Assim, há um esforço para pensar a mulher e sua sexualidade com maior plasticidade. Ao articular a sexualidade feminina, o discurso freudiano não tem a mesma desenvoltura que utilizou, por exemplo, para falar de sexualidade humana a partir do conceito de pulsão, a qual não tem somente um objeto para sua satisfação. Há no pensamento freudiano toda a força também de suas ideias para as mulheres, os quais podem lhe dar menos flexibilidade nas construções sobre a figura feminina.

Deste modo, a teorização freudiana tem a força da referência fálica, com o que lhe é atribuído de perfeição, plenitude e completude; bem como o ideal de sujeito passa por essa busca na condição concreta de possibilidade. O que para a mulher poderia se dar através da via da maternidade. Explicita Birman (2001):

Com isso, a figura da mulher poderia, por via da maternidade, atingir a perfeição pela condição de ter o falo pela mediação da figura da criança [...] numa situação mais bastarda e menos nobre, a figura da mulher poderia **fazer de conta** que seria o falo. A sedução seria a maneira pela qual a mulher faria crer ao homem que seria o falo, [...] pela sedução a perfeição seria uma máscara, um faz-de-conta, uma brincadeira, pela qual a completude seria, enfim, conseguida pelo engodo e pelo embuste, na qual a figura da mulher enganaria o homem, sendo, pois uma solução controvérsida para o discurso freudiano. Seria, pois, pelo fio da navalha entre o ser e o ter o falo que passaria a tênue fronteira entre a maternidade e a histeria, entre o normal e o patológico (p. 209-210, grifo do autor).

Deste modo, a figura da mulher seria uma representação da periculosidade, pelo viés da sedução e do erotismo, embora a experiência da sedução da mulher sobre o homem seja ansiada por ambos para condição de perfeição enquanto tal. Quando a mulher quer passar pelo que não é, ao fazer de conta que é o que não poderia ser, nos aproximamos da figura da histeria com seus atributos de engano e embuste. A ambiguidade aqui se faz, pois ao lado dessa dissimulada e sedutora há na figura da mãe a mulher como a construtora da civilização a partir da sua tessitura dos costumes.

Mulher versátil ou farsante? Nem uma nem outra. Penso ser a pressão da referência fálica o que evidencia seus limites de possibilidade para pensar a sexualidade feminina. O discurso freudiano busca lidar com esse impasse e paradoxo teórico quanto à diferença sexual e a sexualidade feminina, mas seu discurso não consegue sair da circularidade do registro fálico.

Ao que Freud (1937/1975) chega ao final de sua obra com o conceito de feminilidade. Birman (2001) destaca que o conceito de feminilidade vem com um estatuto de negatividade, mas supõe que possamos encontrar nesse conceito outro fio interpretativo para a concepção de sexualidade freudiana. Propõe uma **positivação** para a ideia de feminilidade em psicanálise, a partir de outra leitura da condição do feminino em Freud.

Este conceito se constitui numa condição originária que se opõe à organização fálica. Nessa condição o sujeito é tomado de inquietação, pois tem de se haver com a incompletude, o desamparo e a imperfeição. A feminilidade escapa ao conceito de gênero, portanto é parte da nossa condição humana, independentemente do sexo. Esse conceito também revelaria o originário do psiquismo anterior à ordenação da subjetividade fundado no falo.

Antes de apresentar os questionamentos contemporâneos sobre esses aspectos, cabe um recorte da fala de Martha. Ao falar sobre como hoje lembra de aspectos de sua maternidade, Martha diz: *Fico me questionando será que a gente esquece das coisas ruins? E só lembra das coisas boas?* Devolvo-lhe a pergunta ela que faz a si mesma.

*Eu acho que muitas coisas a gente esquece. Por que assim é... Até a partir... Eu nunca quis ter um filho só. Porque como a diferença é muito grande, dez anos, entre eu e o meu irmão, eu fui filha única por muito tempo e... eu era muito sozinha. Eu não tinha com quem brincar. Eu brincava sozinha. Eu... fui muito mimada. Eu fui muuito egoísta (salienta essas palavras)! Sabe, tudo era pra mim. Tudo tinha... tudo certinho, tudo arrumadinho, tudo não sei o quê. [...]E daí eu p... eu não quero isso comigo, com um filho ou filha minha. Não quero que ela seja sozinho (atenção ao grifado que faço das letras **a- o**).*

Martha tem uma filha. Os artigos *o* e *a* são utilizados para diferenciar a citação filha e filho. Porém, no modo como expressa faz uma junção: *não quero que ela seja sozinho*. A quem ela está se referindo? A sua filha? A uma mistura dela e de seu irmão, já que ambos ficavam sozinhos? A quem e ao que referencia essa fala de que tudo tinha que ser *certinho, arrumadinho, não sei o quê?*

O questionamento de Martha conduz ao que Freud (1931/2010) expressa ao abordar a importância da fase pré-edípica da mulher:

Tudo, no âmbito dessa primeira ligação com a mãe, pareceu-me bastante difícil de apreender analiticamente, bastante remoto, penumbroso, quase impossível de ser vivificado, como se tivesse sucumbido a uma repressão particularmente implacável (FREUD, 1931/2010, p. 374).

Poderia estar no recorte de sua fala o efeito do recalçamento dessa relação inicial com sua mãe? Bem como um posterior deslocamento para o irmão de aspectos dessa relação? Talvez uma

inversão de seu chamado egoísmo com esse irmão possibilite pensar em aspectos da relação egoísta de sua mãe com ela?

Chodorow (2002) apresenta um aspecto da relação da mãe com a filha que difere da relação com o filho, a partir das relações objetais. Essa diferença se dá principalmente pelo amor de mãe pré-edípico em relação às meninas, pois a preocupação com problemas pré-edípicos se prolongam de um modo que não acontece com os meninos. Essas diferenças de gênero marcam a relação da mãe com os filhos no período pré-edípico. Elas são produtos da organização assimétrica dos cuidados que a mãe dá aos filhos fundamentadas na estrutura familiar.

Detalha essas diferenças na relação pré-edípica das filhas:

Porque são do mesmo gênero que suas filhas e foram meninas, as mães das filhas tendem a não perceber essas filhas bebês como separadas delas do mesmo modo que as mães de bebês meninos. Em ambos os casos, a mãe pode vivenciar um senso de unicidade e continuidade com seu bebê. Contudo, esse senso é mais forte e dura mais tempo em relação às filhas. A identificação primária e a simbiose com filhas tendem a ser mais fortes e as catéxis de filhas têm mais probabilidade de reter e acentuar elementos narcisísticos, isto é, basearam-se na vivência de uma filha como uma extensão ou sócia da própria mãe, com catéxis da filha como um outro sexual, em geral permanecendo um tema mais fraco e menos significativo” (CHODOROW, 2002, p. 141).

Sobre as diferenças na relação pré-edípica da mãe com os filhos:

por serem de gênero diferente dos seus filhos (homens), as mães os percebem como opostos. Sua catéxis de filhos deve consistir desde cedo numa catéxis objetal de um outro sexual, talvez em acréscimo a componentes narcisísticos. Os rapazes tendem a ser percebidos como diferentes de suas mães e estas impulsionam essa diferenciação (mesmo quando mantendo, em alguns casos, uma espécie de inoportuno poder controlador sobre seus filhos). O comportamento maternal, ao mesmo tempo, tende a impulsionar

os rapazes a um relacionamento sexualizado, matizado genitalmente, que por sua vez joga o filho em conflitos triangulares” (CHODOROW, 2002, p. 142).

Devido à identificação primária e a simbiose com a filha, o investimento nela se baseia como se essa filha fosse uma extensão de si. Esses aspectos contribuem para uma complexidade e prolongamento dessa etapa que antecede ao complexo de Édipo. Assim, a filha teria que primeiro lidar com essa trama relacional com sua mãe para só depois fazer triangulação com o pai. O que pode estar presente no questionamento de Martha.

Concomitantemente, a essa ideia de Chodorow (2002) que se volta para a fase pré-edípica da mulher para buscar novas compreensões sobre o feminino e a maternidade, psicanalistas contemporâneos buscam dar continuidade, através de seus questionamentos, a novos desdobramentos ao tema.

No ensaio de Arán (2000) estão algumas formulações sobre o conceito de feminilidade no qual enfoca o trabalho de três autores que destacam essas formulações. São eles Monique Schneider, Joel Birman e Monique David-Ménard.

Arán (2000) aborda que o movimento feminista fez uma mudança significativa na cultura ao exigir uma reflexão sobre a questão da diferença entre os sexos. Para a autora, a radicalidade dessa mudança foi além da esfera política e atingiu o cotidiano das pessoas. Destaca que a crítica essencialista da diferença sexual se impôs em diversos campos das ciências, já que não se vive mais sob a absoluta dominação masculina em que a mulher só tinha lugar como objeto. Destaca que a questão paradigmática, a qual apresentava um enigma para os homens, deixou de ser: o que quer uma mulher? Salienta que hoje urge uma reflexão de como pensar a diferença de sexos.

Para a autora, uma nova experiência do cotidiano das relações anuncia mudanças significativas. Entre os principais fenômenos de mudança estão:

- 1) a crise crescente no modelo da família nuclear, que pode ser observada na diminuição das taxas de fecundidade nos países ocidentais, na movimentação jurídica cultural provocada por uma vertiginosa queda na nupcialidade e no aumento do número de divórcios e separações,

provocando um novo desenho familiar; 2) a entrada progressiva das mulheres no mercado de trabalho, exigindo uma redefinição dos papéis sociais de homens e mulheres; 3) a concretização da separação entre sexualidade e reprodução, tanto pelo advento da pílula anticoncepcional, como, mais recentemente, pela revolução tecnológica da reprodução assistida; 4) o surgimento de uma política de visibilidade da homossexualidade, que colocou na ordem do dia a discussão sobre novos contratos de união social; 5) a crise da identidade masculina (ARÁN, 2000, p. 172).

A autora refere esses fenômenos que modificaram as referências simbólicas que organizaram a modernidade com destaque para a ruptura das fronteiras homem-público e mulher-privado, de tal forma que possibilitou um novo modo de pensar a sexualidade. Assim, o deslocamento do feminino trouxe a necessidade de pensar a história das mulheres.

Questionando sobre como está a teoria psicanalítica nesse novo contexto, enfatiza Arán (2000) que apesar das antigas representações do feminino e do masculino ainda estarem materializadas nas subjetividades³⁷ atuais, há uma abertura para o deslocamento do feminino. Esse deslocamento provocou um abalo no universo fálico e, deste modo, surgem possibilidades para novas formas de subjetivação.

O advento da mulher-sujeito gerou uma ruptura no modo tradicional masculino de pensar a diferença. Neste, o outro, considerado eternamente feminino assume o lugar de objeto, enquanto o um masculino se forja no universal. A partir da ideia de Fraisse, citada por Arán (2000), a alteridade não se esgota entre dois seres ou suas qualidades, mas tem que se levar em conta a historicidade da diferença dos sexos, pois dizer diferença é dizer diferindo.

Arán (2000) busca analisar o conceito de feminilidade na teoria psicanalítica. Para tal, aborda a diferença sexual como o conceito fundamental para a noção do simbólico, que é a versão masculina da diferença, pois esse conceito gira em torno da questão de ter ou não ter o falo. Sendo assim, remete que no discurso freudiano o único destino

³⁷ Arán esclarece o que define como subjetivação: “um processo de singularização no universo da alteridade. Universo de valores compartilhados que se constitui, não por uma ilusão transcendente, mas pela *praxis* da experiência cotidiana, pela forma de ser com o outro” (ARÁN, 2000, p. 172).

possível para a sexualidade feminina é a inveja do pênis. A partir desse aspecto teórico, a versão positiva seria a maternidade. Já a versão negativa estaria relacionada à histeria e à virilização. Para a autora, a castração seria a própria negação da feminilidade.

Sugere que se deva levar em conta as mudanças ocorridas no campo da cultura em relação à questão da diferença e, para tal, uma crítica deve ser efetivada no modelo oficial da diferença sexual na psicanálise. Portanto, o modelo fálico-castrado ao ser repensado o seria não apenas por questão política e ética, mas principalmente por uma necessidade teórica.

Neste seu ensaio a autora tem como objetivo recuperar o paradigma da feminilidade na obra freudiana. Destaca que não usa a categoria de feminilidade na conceituação da sexualidade feminina propriamente dita, mas para o que foi recalcado, expurgado por vários teóricos da psicanálise, e assim sugerir novas possibilidades de pensar as subjetividades. Para tal, apresenta as ideias dos autores já citados anteriormente.

Em relação a Monique Schneider e a tópica freudiana da feminilidade, considera Arán (2000) que suas ideias são uma crítica à herança patriarcal, localizada na ideia de função paterna. Destaca não ser evidente que subjetivação só possa ser pensada através da função paterna, da separação que essa função promove entre a criança e a mãe. Para a autora, essa ideia de Schneider se fundamenta na clivagem entre masculino-espírito-cultura, que provoca um afastamento do mundo sensível, e o feminino-natureza-sensorialidade.

Schneider faz um desvelamento do que seria a tópica freudiana da feminilidade. Na versão oficial psicanalítica, a mulher é definida através da falta ou da castração. Destaca que nas entrelinhas da teoria encontra-se referências ao feminino que não estão no paradigma masculino. Faz referência então à ideia de excesso. Para Schneider esse excesso está relacionado a uma aceitação, uma admissão no interior de si, que na psicoterapia facilitaria a circulação de um estrangeiro via transferência. À medida que o sujeito acolhe no interior de si uma representação intolerável, abriria possibilidades para entrar algo de novo no interior do eu (ARÁN, 2000).

Associados a esses aspectos está a ideia de admissão, que remete a incorporação. Assim, possibilita compreender a ideia da vivência afetiva, *a posteriori*, de uma vivência traumática. O reconhecer e admitir uma representação não é sinônimo de torná-la objetiva, mas sim sentir o afeto correspondente (ARÁN, 2000).

Mas se nos primórdios da psicanálise encontramos “a sementeira da feminilidade”, é contra ela que Freud ergue sua fortaleza teórica ao abandonar a teoria da sedução (ARÁN, 2000, p. 177). Arán apresenta a hipótese de Schneider na qual o discurso freudiano abandona a possibilidade de constituir uma história singular a partir das experiências traumáticas, do prazer excessivo, pelo teórico universalizante do complexo de Édipo. Este um empreendimento de domínio do prazer (ARÁN, 2000).

A partir do que Freud escreve sobre o artista, a obra e o destinatário, nos textos em que aborda Leonardo da Vinci e suas produções, é que há um destaque para a própria experiência estética, que é ressaltada como um rompimento de fronteiras. Ao se tornar impossível a compreensão imediata diante de uma obra de arte, abre-se a possibilidade da sedução. Esta surge para marcar a relação singular que se dá com a obra de arte. A obra de arte e a experiência alteritária teriam em comum o deixar-se atravessar pelo outro. Esse aspecto possibilita uma experiência constitutiva de sujeito e pode ser pensado como um paradigma da feminilidade na obra freudiana (ARÁN, 2000)

O pensamento de David-Ménard também é destacado por Arán (2000) no que ele apresenta sobre a diferença da tradição filosófica, ao pensar o prazer como uma irracionalidade, e a teoria psicanalítica, que apresenta o prazer no seu excesso, sem que se oponha ao pensamento. Assim, o sujeito é definido em sua singularidade no modo como aborda o prazer em seu excesso (ARÁN, 2000).

Ao ler o trabalho de David-Ménard tem-se a impressão de que o outro é concebido muito mais em termos de presença do que de ausência. Para essa autora, o outro freudiano está: no desamparo infantil que funda a alteridade para os humanos; no pressuposto de que a constituição psíquica surge das marcas psíquicas impressas pelo outro na experiência de satisfação; no resto, o resto que escapa ao julgamento sobre o outro. Assim, em relação à mulher, David-Ménard expressa que ela passa à existência quando concebe uma positividade no percurso do seu desejo feminino, em oposição ao que compreendeu como sendo o masculino, forjado como universal (ARÁN, 2000).

Para Birman (1999), o território da feminilidade estaria justamente no oposto do registro fálico da tradição psicanalítica, no registro do eu originário, do sujeito que pulsa. Sendo assim, a feminilidade é a fonte da experiência psíquica diante do horror causado pela perda da referência fálica. O autor enfatiza que o território erógeno da feminilidade instiga uma aventura de risco, pois é nele que o sujeito

se depara com seu desamparo. Dá a feminilidade uma positividade, apesar das ambiguidades freudianas ao denominá-la um limite biológico da condição humana, o rochedo da castração. A posição de Birman (1999) é justamente retirar essa negatividade em relação à feminilidade, pois é nela que está o solo da experiência psicanalítica.

Em relação à diferenciação entre os sexos, Arán (2000) destaca que Birman sugere uma nova forma de diferenciação, em “ser femininamente mulher exige ser também femininamente homem. Sendo que, em igualdades de condições, o encontro sexual estaria marcado pela diferença como singularidade” (ARÁN, 2000, p. 186).

Até agora trabalhamos os eixos nos quais a palavra dita, negada ou falha estiveram presentes nas falas das mulheres-mães entrevistadas. No próximo eixo, a palavra falta, a representação não se faz e é ao corpo que cabe dar conta das intensidades afetivas.

8.5 SOBRE O DITO PELO CORPO – SEM PALAVRAS

Neste eixo denominado “dito pelo corpo – sem palavras” apresento as manifestações sintomáticas expressas através do corpo das entrevistadas, das quais, em suas ocorrências, não houve uma compreensão.

Embora o corpo seja o palco dessas manifestações, não há como propor uma decodificação interpretativa direta para tal. O que a escola francesa destaca como hipótese é um funcionamento atípico do aparelho psíquico de pacientes somáticos, diferente da construção e do funcionamento do aparelho psíquico dos neuróticos. Nos pacientes somáticos há um tipo de pensamento chamado de operatório, no qual há uma carência funcional das atividades fantasmáticas e onírica, as quais facilitam a integração das tensões pulsionais. Esse pensamento operatório acompanha as manifestações somáticas bem como é desprovido de valor libidinal. Ele liga o pensamento às coisas e não a conceitos abstratos, à imaginação ou a expressões simbólicas. Há uma precariedade da conexão com as palavras. A noção de vida operatória substitui a de pensamento operatório por melhor considerar a redução do pensamento diante da importância dos comportamentos. Os sonhos e as poucas representações são pobres, repetitivos relacionados ao atual e factual (MARTY, 1993).

Para McDougall (2000), o pensamento operatório se refere a uma maneira de relação com ou outros e também consigo mesmo que tem uma correspondência, uma forma de pensamento e expressão. Estes se

caracterizam por um modo deslibidinizado e extremamente pragmático. Já a alexitimia, também presente nos psicossomáticos, “designa o fato de que o indivíduo não tem palavras para nomear a eles, o fato de que não consegue distinguir um estado do outro” (MCDUGALL, 2000, p. 26).

Na fala das entrevistadas surgem conteúdos no qual o corpo é o palco de manifestações que podem afetar um órgão ou seu funcionamento. Para a entrevistada Cláudia, a manifestação ocorreu através da pele durante a gestação:

Aí no sétimo mês começou uma coceira. A médica até fez exames para ver se era alguma alergia. Não encontrou nenhuma alergia e eu acho que era má circulação. Dava uma coceira assim... na canela. Uma coceira infernal. Aí eu comecei a tomar banho de sabonete Phebo para ver se ajudava... Essa coceira me incomodou muito.

Mesmo que não tenha recebido o diagnóstico de algum processo alérgico, as coceiras que Cláudia sentia prosseguiram por algum tempo durante a gestação. Para McDougall (2000), nas afecções psicossomáticas o dano físico é bem real e “o ‘sentido’ é de ordem pré-simbólica e provoca um curto-circuito na representação da palavra”. Assim, “os processos de pensamento dos somatizantes procuram esvaziar a palavra de sua significação afetiva” (MCDUGALL, 2000, p. 22). No recorte da entrevista de Cláudia suas coceiras nos levam a pensar sobre a função desobjetalizante que se dá pelo desligamento tanto do objeto como do Eu que é, tanto quanto possível, o objetivo da pulsão de morte da qual nos fala Green (1988, 2010). Para o autor, esses aspectos também estão presentes nos trabalhos da escola psicossomática de Paris, através de P. Marty (pensamento operatório como acima foi descrito).

McDougall (1992) utiliza uma bonita metáfora, a do teatro, para expressar sobre a realidade psíquica e assim não utilizar classificações psiquiátricas e psicanalíticas tradicionais de entidades clínicas. Para a autora, esses termos se aplicam mais a sintomas e não a pessoas. Funciona mais como um insulto do que um modo adequado para:

descrever algo tão complexo e sutil quanto a personalidade humana. Não somente fomenta a ilusão de que dissemos algo pertinente acerca de alguém, mas também implica que o restante de nós está livre dos dramas psíquicos que jazem por trás dos sintomas a que esses termos se referem. Todos temos conflitos neuróticos, nossas pequenas áreas de loucura particular (pelo menos é o que

esperamos), todos estamos sujeitos a sofrer colapsos psicossomáticos em situações de *stress*; e todos somos capazes de criar fantasias perversas, bem como de sonhar sonhos impossíveis. Cada um de nós abriga em seu universo mais íntimo uma quantidade de “personagens”, partes de nós mesmos que frequentemente operam em total contradição entre si, causando conflitos e sofrimento mental aos nossos *selves* conscientes, pois desconhecemos mais ou menos esses atores ocultos e seus papéis” (MCDOUGALL, 1992, p. 13).

Para a autora tanto a escrita do roteiro dessas peças como onde elas são encenadas têm relação com a linguagem. É ela que nos informa que o autor chama Eu. Esse roteiro escrito há muitos anos por um Eu ingênuo e infantil que lutou para sobreviver no mundo adulto que possui convenções dramáticas bem diferentes das da criança. Deste modo, as peças psíquicas podem ser encenadas em diversos lugares: em nossas mentes, nossos corpos, num lugar no mundo externo, utilizando como palco a mente e os corpos de outras pessoas ou de instituições sociais (MCDOUGALL, 1992).

Prosseguindo em sua metáfora, a autora destaca o teatro psíquico mais perturbador, que é aquele que procura explodir do lado do corpo. Neste temos a “representação sem palavras que é o corpo-teatro psicossomático”. Nele

as percepções, sensações corporais, afetos, que habitualmente reclamam ruidosamente o acesso à representação encontram-se aqui cortados, de maneira radical, do psiquismo. Os personagens que devem ser postos no palco psicanalítico – corpos-sexos, corpos-coisas, objetos e partes de objetos, misteriosos ou monstruosos – amuam-se nos bastidores do teatro interno. Os atores não têm texto; eles se explicam apenas por gestos, atos ou ainda algumas vagas palavras que servem menos à comunicação que à necessidade de descarga energética” (MCDOUGALL, 1992, p. 20).

Se McDougall (1992) utiliza a metáfora do teatro e nos auxilia a pensar no psiquismo, corpo e afetos, Green (1982) aborda essa temática

através da metapsicologia, na teoria do afeto freudiana, chamada de paradoxal.

Denomina-a assim por ser composta de duas definições, nas quais a compatibilidade gera problemas: a quantidade e a qualidade. Para o autor, o aspecto quantitativo dos fenômenos afetivos não pode ser pensado sem a dimensão qualitativa. Assim, na dimensão psíquica chegamos aos fenômenos subjetivos que se mostram no atestar da experiência corporal. Como expressa Green (1982), “*O afeto é um olhar sobre o corpo emocionado*”. Prossegue: “Dizer que o corpo fala não tem nenhum sentido se não nos referirmos à leitura dos fenômenos aos quais a experiência afetiva pode estar submetida. A identificação com o sujeito de experiência implica que eu sinta seu corpo como se fosse o meu. O sentido começa desde que eu possa ouvir *meu corpo falar* ou meu ‘corpo-falar’” (GREEN, 1982, p. 194, grifos do autor).

Deste modo a clivagem entre a noção interna desse corpo e a consciência da moção pode atuar em modos diversos:

1. “meu / corpo – fala;
2. meu – corpo/fala;
3. fala – meu/corpo” (GREEN, 1982, p. 194).

Green destaca que esses termos se unem através do: “que marca minha propriedade (meu); o que é o objeto desta propriedade (corpo) e o que nega esta propriedade (ele fala)” (GREEN, 1982, p. 194-195).

Essa clivagem na relação sujeito-objeto apresenta um objeto que vive vida própria, escapando do sujeito e revelando a impotência desse sujeito. Embora Green (1982) afirme que o sujeito pode aceitar essa desapropriação ou recusá-la, dependendo se o afeto foi aceito ou recusado pelo ego, expressa que deste modo nada se sabe do afeto. Em se tratando da qualidade do afeto, enquanto ocorrer essa clivagem, não é possível referir experiência à qualidade e aí se perde o fundamental da experiência afetiva.

A experiência qualitativa do afeto mostra que é possível desenvolvimentos e transformações. Entre eles:

inibição da qualidade de desprazer e desenvolvimento do prazer e inversamente, fusão de diversas qualidades de prazer e de diversas qualidades de desprazer, ou fusão de prazer e desprazer entre eles, transformações mais ou menos completas de prazer em desprazer ou *vice-*

versa. De todas as maneiras, cada polaridade inclui a outra no estado atual ou potencial e nunca se apresenta totalmente isolada (GREEN, 1982, p. 195, grifo do autor).

Entre a dupla prazer e desprazer e a gama de desenvolvimentos e transformações é importante assinalar que essas nuances só têm validade para a consciência. No inconsciente, só existe o prazer e o que satisfaz a pulsão. É através do recalque que surge o desprazer. Assim, o contrário do prazer não existe no inconsciente.

Destaca Green (1982) que a definição freudiana mostra a posição do ego em relação ao afeto. Estando o afeto entre o corpo e a consciência, o ego em sua atividade de auto-observação registra mudanças tanto corporais como de qualidade da mudança. Mas há um limiar, certa intensidade para registro da consciência. “Aquém, um corpo silencioso, vivo em relação à vida, mas morto para a consciência. Além, uma consciência aguda do afeto” (GREEN, 1982, p. 196). Assim, é preciso que o afeto esteja dentro de determinado limiar para que o afeto possa despertar a consciência.

Em relação ao inconsciente e ao afeto, diz o autor que “ele (o inconsciente) surge como diabo que sai de sua caixa” (GREEN, 1982, p. 196). O psiquismo sendo ativado de seu interior ou do exterior e, rompendo a barreira do recalque, apresenta o inconsciente ao consciente através da expressão do afeto que interpela, questiona, se apodera e subjuga o ego. Essa irrupção afetiva pode ou não ter congruência com o conteúdo inconsciente; despertar prazer ou desprazer em relação ao conteúdo do qual vem acompanhado. Mais do que a busca por sinônimos entre prazer, descarga e utilização de mecanismos do funcionamento do inconsciente (deslocamento, condensação) ou o desprazer e as transformações que pode sofrer, para o autor o que importa é a “*ruptura do silêncio afetivo pelo afeto imperioso*” (GREEN, 1982, p. 196, grifo do autor). É na surpresa, no inesperado que o inconsciente se mostra pelo afeto. Este aspecto evidencia que a consciência não tem propriedade do corpo, que o ego se mostra impotente no controle do afeto. Como diz Green (1982, p. 196): “Estou afetado, portanto, não me pertença”.

Noutra entrevistada, sintomas de uma alteração em sua pressão arterial se manifestaram. Lya busca um entendimento entre aspectos vividos num período específico, tais como: quando prestou um concurso e sua filha estava com poucos meses de vida e a alteração da pressão sanguínea seis meses após retornar de sua licença-maternidade:

...quando eu não passei no concurso eu sabia que isso poderia acontecer...Fui cuidando da Eduarda (filha) mas sempre tocada em ter que estudar, ter que estudar. Eu não queria ficar subjugada ali naquela situação que eu era chefe antes... Acho que isso desencadeou até minha hipertensão depois... Eu sinto que hoje não consigo relaxar. Eu to sempre preocupada, apesar de tentar curtir a Eduarda, eu faço o máximo, mas parece que eu fico sempre devendo pro estudo um pouquinho. Se estudei 1 hora deveria ter estudado 1 hora e meia. Estou num dilema! Quando eu vou pro trabalho eu vou sufocada. Vou porque tenho que ir, mas quero algo diferente. Fico angustiada em falar nisso, toca nesse ponto e... (faz um som com a boca que não há transcrição a não ser por aproximação, tal como: shiiii!).

Ela argumenta que embora o sintoma tenha aparecido cedo, quando estava com 30 anos, justifica que em sua família outras pessoas também apresentam esse mesmo sintoma, pressão alta. Porém, mesmo que haja um componente genético, o que o faz se manifestar nesse momento de sua vida e não em outro?

Para McDougall (1992), nessas manifestações do teatro psíquico temos que considerar “os temas eternos do Eu”:

[...] os acontecimentos traumatizantes que cada indivíduo teve que vivenciar e que o conduziram à construção das cenas capazes de contê-lo, ou mesmo tão somente de permitir que o “Eu” sobreviva. Mas a maneira como os temas propriamente inenarráveis vão se traduzir no palco da vida [...] interessa-nos particularmente em razão da dificuldade inerente a seu estatuto pré-simbólico. Essa dificuldade se duplica por uma complicação sutil: o indivíduo, que emprega, apesar de tudo, palavras para se expressar, para dizer o indizível, muitas vezes retirou dessas palavras o sentido, a fim de vesti-las ridiculamente de um sentido especial, ou esvaziou-as de sua vitalidade, deixando o sentido privado da carga emocional original (MCDOUGALL, 1992, p. 44).

Após a fala citada, a entrevistada comenta que nunca tinha pensado antes na relação entre sua hipertensão, os acontecimentos e o que sente. Mostrou-se visivelmente angustiada. Como estávamos no

final da primeira entrevista, desliguei o gravador e conversei com ela sobre o que surgiu na entrevista.

Cabe nesse ponto apresentar o que Green (1982) nos sugere considerar sobre a situação da pulsão e da sua instância, o Id. Para o autor, conhecer sobre o Id nos possibilita compreender a pulsão e o afeto. E nesse momento vai buscar na primeira tópica, através do afeto e o inconsciente, recursos para esse aprofundamento. Inicia abordando a pulsão.

Situar a pulsão (instinto) suscita um problema por sua relação com o somático e o psíquico. Freud (1915c/2010) a define como um conceito limite. Eis sua definição: “o ‘instinto’ nos aparece como um conceito-limite entre o somático e o psíquico, como o representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo e que atingem a alma, como uma medida do trabalho imposto à psique por sua ligação com o corpo” (p. 57).

Green (1982) destaca a ambiguidade nessa formulação ao envolver três aspectos. São eles: a) conceito limite entre o psíquico e o somático. Aqui o autor observa que o que está no limite não é a pulsão, mas sim o conceito por nos falhar os instrumentos conceituais; b) representante psíquico das excitações provenientes do interior do corpo e que chegam ao psiquismo. O autor faz uma analogia facilitadora para pensar sobre as excitações corporais que caminham na direção do psiquismo. Compara como a transposição de uma fronteira na qual as excitações se tornam representantes ou embaixadores num outro país, o psíquico. Assim, trazemos a citação:

A pulsão é, portanto, o resultado de uma passagem cujo termo é a “psiquização”. A pulsão, sua força impelidora, é este convite à viagem. Ora, no ponto de chegada, os passageiros, os estímulos, não estão nas mesmas condições em que se encontravam na partida. Assim como um embaixador, frequentemente, adota os costumes ou mesmo a aparência das pessoas dos países para os quais foi enviado, assim também os estímulos nascidos no organismo se disfarçam nas formas próprias à atividade psíquica. Mas continuam sendo os representantes desses estímulos. De qualquer forma, a mudança do orgânico em psíquico é feita unicamente pela passagem de uma fronteira. A pulsão é menos um lugar do que um circuito (GREEN, 1982, p. 200).

Ao criar essa bela imagem da pulsão-embaixadora, Green nos aproxima da relação de movimento e passagem que o circuito pulsional realiza. Ao mesmo tempo busca brechas nas falhas conceituais para desdobrar os muitos sentidos que a imagem produz. A pulsão não sendo um lugar estático é força que convida os passageiros-estímulos para serem “psiquizados”.

Retomando o terceiro aspecto ambíguo na formulação do conceito de pulsão, temos: c) medida da exigência de trabalho que é imposta ao psiquismo em consequência de sua ligação com o corporal. Para o autor, essa é a parte mais difícil de ser compreendida. Ao psiquismo é exigido trabalho. Essas exigências procedem do corpo ao psiquismo para que este faça uma série de operações imediatas. Esse trabalho é o de transformação dessa energia, dessa força que chega através da pulsão para produzir um resultado. Para Green, em uma nota de seu texto, a dificuldade para compreensão desse aspecto da formulação provém do “fato de Freud adotar nesta definição uma dupla linguagem: tendo partido do plano do conceito, ele prossegue no plano da descrição. A homogeneização destes dois discursos é problemática [...]” (GREEN, 1982, p. 240).

Incentivando um pensar crítico sobre o tema, o autor detalha então o plano descritivo. Para ele as exigências do corpo não podem ser recebidas pelo psiquismo em estado bruto. Devem passar por uma decodificação que possibilite uma resposta, e se não tiver resposta essas exigências se multiplicarão tanto em força como em número. Deste modo, ao psiquismo cabe acusar o recebimento dessa demanda e também trabalhar para que ela seja satisfeita. A pulsão é a medida da demanda.

Se o aspecto descritivo nos fala do que acontece entre corpo e psiquismo, essa relação ainda requer aprofundamentos. Para o autor, na concepção freudiana, “o psiquismo só comanda o corpo na medida em que aceita sua demanda” (GREEN, 1982, p. 201). Deste modo, não há uma relação direta, incondicional, mesmo que enquanto o psiquismo não acolha o pulsional as exigências do corpo aumentem de força e quantidade. Sendo assim, é a avaliação quantitativa de medida de trabalho a realizar que se destaca.

Ao questionar a questão de conceito limite, Green destaca que são os instrumentos conceituais que não favorecem pensar “*o acontecimento* que ocorre nesta encruzilhada psicossomática ou somatopsíquica” dependendo do ponto de vista que vamos considerar (GREEN, 1982, p.

201, grifo do autor). Esclarece que nessas duas hipóteses estão concepções diferenciadas. Na psicossomática há uma sucessão, do corpo para a atividade psíquica. Na somatopsíquica há uma simultaneidade no encontro das excitações corporais que vêm de dentro com as excitações psíquicas que vêm de fora e que desembocam numa encruzilhada. Essa união forma algo novo que é a pulsão, a qual se dissocia novamente em afeto e representação. E a identificação da pulsão com o representante psíquico se deve ao fato deste aspecto nos ser cognoscível.

Ainda é descrito uma diferenciação muito importante nesses acontecimentos de encruzilhada, como apresenta Green. É sobre o representante psíquico da pulsão e o representante-representação. O representante psíquico da pulsão é o resultado da “psiquização” inferida anteriormente. Ele é um: “representante-delegação, de natureza não representativa. Não é uma representação no sentido psicológico do termo. Ele compreende o que será o representante-representação (este sim é uma representação) e uma quota de afeto” (GREEN, 1982, p. 202).

O representante psíquico da pulsão é um misto que só se cinde na influência do recalque. Mesmo nessa condição, é “mais psíquico” do que a pulsão na sua fonte. Mas ele é muito menos do que o representante-representação” (GREEN, 1982, p. 202). O autor destaca que a ideia freudiana apresenta uma sequência mutatória do mais orgânico ao mais psíquico, em que o apogeu no processo de “psiquização” é a de representação-palavra. O psíquico “só é compreendido por intermédio da relação com o somático (GREEN, 1982, p. 202).

Green (1982) nos auxilia a acompanhar tanto os processos como as movimentações de forças e as transformações psíquicas. A entrevistada tem o impacto da surpresa. Do que já estava ali, em seu psiquismo, mas que lhe era desconhecido. Um personagem que traz uma fala em seu teatro psíquico sem palavras e que está em busca delas. Palavras para serem ditas e afetadas.

Neste jogo entre a aproximação e distanciamento, entre o contato com a realidade física e a psíquica, entre o quantificável (pesado, medido) e o subjetivo (sentido, pensado) as mudanças do corpo de Eliane durante a gestação a colocaram em xeque com seus ideais de feminilidade. Ideais esses de a mulher ter que ter um corpo magro para ficar bonita e não voltar a engordar. Refere que viveu um tempo na sua vida de “efeito sanfona” em relação ao seu peso.

Eu estava muito magra antes dessa gravidez. Eu tava 8 quilos abaixo do meu peso considerado saudável pelo médico. Então... mas pra mim era difícil me ver engordando. Ver a balança quando eu ia me pesar. Como 2 quilos esse mês? Como, sabe? Porque eu tava com o protótipo de não engordar, porque eu queria me manter magra. Tava num processo que eu ia ser magra na vida. [...] em alguns momentos parece que eu não estava grávida. Usei as minhas roupas até muito tempo.

Os ideais que ditam a cada época como o corpo da mulher deve ser também estão presentes nessa fala. Logo a seguir, na entrevista, Eliane expressa que nos períodos em que aumentava seu peso: *Ficava um pouquinho elegante, uma grávida* (mostra desconcerto com sua fala, parece que não era essa palavra que queria dizer), *uma pessoa bonita. Assim, todo mundo dizia como eu tava bem[...]Quando eu tava bem eu tinha que dar um jeito de me boicotar.*

Em outro momento de sua fala expressa: *Quando eu engravidei eu estava numa fase de estresse bem acentuado e com isso eu tive um emagrecimento. As pessoas pensavam até que eu estava anoréxica. Aí eu tava com muita dor de estômago, mas qualquer coisa que eu tenha emocionalmente sai no estômago e é um termômetro. Ele me avisa que as coisas não estão boas, meus sintomas são aí.*

Eliane foi submetida a uma endoscopia e uma biópsia. O médico confirmou que ela estava com o abdômen muito distendido, mas não lhe perguntou sobre sua última menstruação e nem sobre seus métodos contraceptivos. Ela estava grávida.

O corpo não só de Eliane pode ser território das transformações e modificações. Para ela, nesse recorte, esses aspectos estão cindidos de sua história, pois estão inacessíveis ao entendimento e aos afetos.

Na história dos signos corporais entre os séculos XVIII e XIX, Del Priore (1994) apresenta que os gestos e emoções se modificam. Se no século XVIII os romances apresentavam personagens que se desmanchavam em lágrimas, inclusive em público, tudo muda no século XIX. Neste a lágrima é um valor raro da sensibilidade masculina. Já para as mulheres, a emotividade excessiva passa a ser criticada e indicio de patologia histórica. Chorar então passa a ser algo privado. Se antes a lágrima era um indicativo de sensibilidade, ela é deslocada para a piqueice, numa crescente desvalorização social e sexual.

No final do século XIX tem-se o surgimento da psicanálise e a valorização da escuta da palavra daquele(a) que sofre. As queixas

corporais se inscrevem numa discursividade, na qual o simbólico auxilia a lidar com os excessos corporais ao nomear essas intensidades.

Mas e neste contexto de século XXI? Para Birman (2012), é através do corpo que se anuncia na atualidade o mal-estar. É comum escutar queixas de que algo no corpo não funciona bem. O corpo é a caixa de ressonância privilegiada do mal-estar. Somos instigados a ter uma *performance* corporal cada vez melhor. Se não a temos nos sentimos faltosos, não tendo feito o que deveria, culpados e em dívida pelo que deveria ter sido feito. O autor questiona sobre essa posição de prestígio dado ao corpo.

Pode-se afirmar que o corpo, para nós, cidadãos do mundo contemporâneo, é nosso único bem. Todos os outros desapareceram, ou foram relativizados no seu valor. Numa inversão marcante em relação à Antiguidade, pode-se dizer que o corpo se transformou no nosso *bem supremo*. Nem Deus, nem tampouco a alma ocupam mais este lugar de destaque na cosmologia íntima do sujeito na contemporaneidade – apenas o corpo. Portanto, se o bem supremo se aloja no corpo, a *sauite* se transformou no nosso ideal supremo (BIRMAN, 2012, p. 70, grifos do autor).

Em decorrência disso, estamos sempre num estado de *estresse* permanente. Ele está presente nas falas sobre mal-estar e produz sintomas psicossomáticos. Há nomes para esses sintomas: síndrome de fadiga crônica, síndrome do pânico.

Freud descreveu a síndrome do pânico com o nome de neurose de angústia. Uma modalidade de neurose atual causada pela disfunção libidinal, pois o psiquismo não conseguiria inscrever a excitabilidade sexual numa série simbólica capaz de interpretar esse incremento da excitação. Na impossibilidade de um registro da excitabilidade, esta se descarregaria imediatamente no corpo provocando a neurose de angústia. Freud indicava a fragilidade das formações simbólicas as quais poderiam articular o registro da pulsionalidade com a da simbolização (BIRMAN, 2012).

Para o autor, essa ênfase no “registro do corpo revela a presença de uma falha crucial no mecanismo de angústia-sinal no psiquismo e a fragilidade simbólica na antecipação do perigo”. Deste modo, na contemporaneidade os sintomas citados dominam essa experiência do

mal-estar, “algo de fundamental se produziu na subjetividade, que a tornou incapaz de antecipar o perigo e regular assim as relações com o mundo” (BIRMAN, 2012, p. 75). Assim, diante do mal da contemporaneidade, ganha terreno a magia das drogas psicofarmacológicas. Estas buscam agir sobre o mal-estar no próprio corpo, regulando diretamente os humores. Humores rebeldes e incontroláveis mostram todo seu barulho diante dos símbolos do discurso. Tratamentos corporais é que ganham cada vez mais espaço para lidar com os riscos sempre presentes no imaginário contemporâneo.

A modernização ocidental que se sustentou na medicalização do social. Os discursos médicos foram permeados pelas categorias de normal, anormal e patológico, sendo os modelos arqueológicos que constituíram diferentes discursos da ciências sociais. A biopolítica se estruturou nesse contexto com seu correlato, a bio-história. “O imaginário corporal presente na atualidade se inscreve nesse projeto maior do biopoder, sendo o seu desdobramento na contemporaneidade” (BIRMAN, 2012, p. 79).

O discurso psiquiátrico credita o poder de manejo de drogas que regulam o mal-estar corpóreo, liberando-os da imprecisão das psicoterapias. Deste modo tem-se mais medicação e uma situação na qual o discurso fica de lado na relação médico-paciente (BIRMAN, 2012).

O autor já havia abordado essa temática anteriormente enfatizando que “o discurso freudiano não reconhece uma oposição entre os registros corpóreo e psíquico, mas pretende realizar um superação desse dualismo” (BIRMAN, 1997, p. 171). Deste modo, a psicanálise considera uma concepção de corpo que não se restringe absolutamente ao somático. A psicanálise está relacionada ao estudo das pulsões e estas não são consideradas nem estritamente somáticas ou psíquicas, mas simultaneamente incidentes no somático e demandando um trabalho para o psíquico. Enfatiza o autor que “a psicanálise foi e é ainda um dos saberes produzidos no Ocidente para o reconhecimento do sujeito. Ele não cuida de doenças psíquicas, mas de singularidades e de sujeitos sofrentes, que buscam desesperadamente no seu desejo e nos seus sintomas a possibilidade radical de reabrir o seu diálogo com o mundo” (1997, p. 172).

O psiquismo é uma formação intermediária para domínio das pulsões. Ao oferecer destinos para as pulsões, considera o outro e as possibilidades de satisfação. Considerando as pesquisas sobre

funcionamento cerebral, o que delas surgir não mudará a demanda de exigência de trabalho que as pulsões realizam.

O mal-estar contemporâneo traz uma espacialização, uma localização, é no corpo que está a busca por um apoio para diferentes estratégias de cuidado. Esta avalanche de promessas de rápido bem-estar corporal da psicofarmacologia aponta o risco de silenciar bioquimicamente a dor e a busca de liberdade. Isso implica na morte do desejo, apesar de uma certa ordem corporal.

Após apresentar os vários eixos, nos quais foram discutidas as falas das entrevistadas, cabe então apresentar nas considerações finais as ideias que se destacam nesta pesquisa.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a maternidade instiga conhecer sobre a mulher. Na história da humanidade foi construída a referência de que a mulher e a maternidade são indissociáveis. Foi em seu corpo que por muito tempo ocorreu a fecundação, a gestação e dele um novo ser nascia. Nas últimas décadas, novas tecnologias embrionárias reproduziram o que somente acontecia dentro do seu corpo. Em laboratórios e clínicas, a medicina passou a utilizar técnicas que auxiliam na fecundação de novos seres. Uma modificação nas relações entre homens e mulheres interessados em terem seu(ua) filho(a) que, diante de impedimentos orgânicos, funcionais, psíquicos, bem como diante de opções pessoais, passaram a negociar com outras pessoas a doação de esperma, óvulos e barriga de aluguel. Questões envolvendo a ética surgiram a partir dessas novas configurações de fecundar e gerar. Diante de tais avanços médicos e tecnológicos, um aspecto parece não acompanhar as modificações no mesmo ritmo: a maternação.

De forma estimulante, movimentos como o feminista, por exemplo³⁸, tem demonstrado, desde o século passado, a força resultante de questionamentos de uma cultura eurocentrada e patriarcal. Muitas mudanças foram conquistadas e as novas gerações já têm se beneficiado dessas lutas. Essa força não é homogênea. Embates dentro do próprio movimento feminista demonstram as diversas fases e questionamentos dominantes que preponderaram e fizeram da história do movimento também um caminho de buscas e tentativas para as mulheres. Exponentes do movimento feminista abrem e fazem circular ideias e costumes que até então se mantinham quase intocáveis. Tal como a maternação ser uma exclusividade das mulheres. Entretanto, a mulher pode não gerar e fazer nascer uma criança, mas se uma criança necessita de cuidados iniciais e de maternação, de uma maneira intensa ainda é para uma mulher que essa solicitação é feita.

Hoje casais formados por homens mobilizam a comunidade, a justiça e as relações quando têm seus filhos(as) e os maternam. A incredulidade preconceituosa ainda é presente e as dúvidas sobre o que pode ocorrer com essas crianças também. Porém, em algumas sociedades em que esses aspectos já fazem parte da rotina dos casais e daqueles que desejam ter filhos(as), o compartilhamento dos cuidados

³⁸ A partir do denominado movimento feminista, também encontramos desdobramentos como os movimentos denominados LGBT (sigla de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros).

com as crianças não está dividido por sexo, mas entre aqueles que desejam cuidar e amar essas crianças.

Também a psicanálise e os(as) psicanalistas mostraram-se sensíveis a essas questões e inúmeros profissionais e pesquisadores pós-freudianos têm se voltado a repensar as premissas freudianas a partir de críticas à referência adotada nessas premissas, tais como os autores utilizados nesta pesquisa. Esses psicanalistas estão atentos às novas configurações e características das relações na contemporaneidade, o que demanda oferecer escuta às pessoas e repensar a metapsicologia.

Se tantos aspectos modificaram-se através da tecnologia, dos questionamentos, das relações entre as pessoas, o que teria acontecido com a maternidade? Por que ela poderia ser utilizada como um reduto de resistência a um modo de relações mais diversa e sensível? Que lugares ocuparam as mulheres e os homens ao longo desse tempo e o que aconteceu a elas para que ainda hoje sejam quase com exclusividade as que maternam?

Nesta tese busco, conforme referenciado anteriormente, problematizar a maternidade para as mulheres-mães considerando a maternidade dita e a silenciada. Esse enfoque diz respeito a como a mulher-mãe, a partir das marcas de sua história, pensa e sente a maternidade dita e compartilhada e a maternidade mal(dita), ou seja, aquela que não pode ser falada, sendo silenciada quando não confirma e ou mantém os valores e padrões sociais/culturais preponderantes. Para tal problematização, abordo algumas aberturas que auxiliaram a ampliar o modo de pensar a maternidade das mulheres. Essas aberturas estão destacadas nesta tese através de alguns aportes da história da maternidade no Brasil, bem como de aportes teóricos sobre os afetos, a sexualidade feminina e a maternidade a partir da teoria psicanalítica.

Na história do Brasil Colônia foi possível localizar indicativos de grande importância para analisar as perguntas postas acima. Os acontecimentos nos últimos séculos no Brasil e no mundo ocidental deixaram marcas indeléveis nas relações entre homens e mulheres que repercutiram na maternidade.

Portugal não enviou somente pessoas para colonizar a terra além-mar. Com os colonizadores veio um modo de ver e pensar do mundo característico da Europa Moderna. O modo colonizador impôs aos colonizados uma relação hierarquizada na qual os homens detinham o poder nas relações, bem como cabia às mulheres a exclusividade no cuidar das crianças que fossem geradas, quer por elas ou pelas que o seu homem gerasse com outras mulheres. Se o colonizador impunha seus

costumes ao colonizado, os homens impunham seus modos de pensar e viver às mulheres. Estas tinham uma vida marcada, muitas vezes, pelo abandono. Isso se dava pelo afastamento comum dos homens para com as mulheres para trabalhar em áreas distantes de um país imenso e carente de mão-de-obra. Aos que ficavam ao lado de suas mulheres e de seus filhos, as relações eram também marcadas pela dominação masculina e, tanto as mulheres como as crianças não tinham suas singularidades escutadas e consideradas.

Muitas mulheres e seus muitos filhos, já que a colônia necessitava ser povoada, ficavam a mercê de cuidados improvisados e aprendidos nas agruras de dores e necessidades comuns femininas. Conforme analisa Del Priore (2009), reunidas em *fogos* encontravam apoio e força em outras mulheres. Essas características impuseram padrões e comportamentos às mulheres, bem como a força destes foi utilizada por elas de outros modos. O que poderia tê-las enfraquecidos foi o que as fortificou a partir de novos modos de estabelecer relações com a lei da colônia, da Igreja e dos homens.

No interesse comum de domesticar as mulheres em sua vida e sexualidade, a maternidade foi utilizada tanto pelos homens comuns como pelos homens de Deus. O projeto de normatização das mulheres se baseou nas prédicas religiosas que impuseram a Virgem Maria como o modelo de mulher e mãe santificada a ser seguido pelas mulheres-mães. Isso fez com que a santa-mãezinha ganhasse uma força que faz com que essa imagem se mantenha ainda nos dias atuais.

Mas para que essa “mulher santificada” gerasse e cuidasse de seus filhos era preciso adultos que acompanhassem essa criança por muitos anos. Tem-se aí uma das brechas que as mulheres utilizaram. A Igreja instigava seus fiéis ao sacramento do matrimônio e este deveria ser mantido para não ferir as leis de Deus. As mulheres, que muitas vezes ouviam promessas que não eram cumpridas pelos homens, sentiam-se enganadas, ou até mesmo violentadas, e utilizaram essas leis religiosas para ter no casamento alguma garantia que lhe oferecesse cuidado e sustento a si e aos filhos.

Sendo assim, as mulheres se mostraram hábeis na utilização que fizeram dessas leis da Igreja. Essas ações mostravam uma resistência contra a exploração que a sociedade patriarcal fazia delas. Através do uso da pregação moralista da Igreja encontraram e utilizaram argumentos para obter de seus parceiros o que buscavam tendo apoio da Igreja. Se esses aspectos não resolviam as questões, ao menos

diminuíam a enorme desigualdade. Em troca, as mulheres apresentavam condutas amorosas de acordo com suas convivências.

As mulheres confinadas no espaço privado da casa, com muitas restrições sociais e religiosas, utilizam-se assim dos afetos que se davam nas relações íntimas com a família e com outras mulheres da vizinhança. Nos auxílios e trocas entre as mulheres elas encontravam força para superar as agruras, bem como se dar o deleite da confiança, da mutualidade e do compartilhamento.

Os *fogos* passam a ser o espaço no qual as mulheres têm o controle através de suas ações e de seus afetos junto aos filhos e outras mulheres. A elas havia a possibilidade de ser uma santa-mãezinha, mulher valorizada; ou a mulher desvalida e excluída, por não corresponder ao que lhe era solicitado pelos padrões socioculturais. A mulher colonial então se fortalece ao escolher ser a Rainha do Lar.

Tem-se assim as brechas ocorridas na história do Brasil colonial em relação a maternidade pelas quais a mulher transitou e transmitiu ao longo das gerações. Nessa transmissão tem-se o uso da imagem da santa-mãezinha, seu fortalecimento e resistência ao ser a rainha do lar, e a apropriação feita das leis da Igreja e dos homens. Essa foi a abertura proporcionada pela história que nos apresenta as relações da mulher através da maternidade.

Há o questionamento sobre os estudiosos de história da família que não investigaram as representações e práticas que lentamente foram alteradas em relação às mulheres. Aqui há um foco a ser melhor investigado que auxilie a pensar na participação dos aspectos sociais e históricos na identificação e transmissão transgeracional da maternidade entre as mulheres.

Em relação ao afeto, utilizo o percorrido que André Green faz na teoria psicanalítica freudiana que favorece o entendimento de questões pertinentes ao tema, bem como o amplia ao apresentar seu conceito sobre o trabalho do negativo.

Para o autor, há uma relação dialética entre o afeto e a teoria, na qual um remete ao outro. Modificações na teoria implicam modificações no estatuto do afeto. O afeto é apresentado como uma experiência corporal e psíquica, no qual o corpo é condição do psíquico. Sendo que a experiência corporal acontece na descarga interna. O corpo não sujeito de uma ação, mas, como refere Green (1982), o objeto de uma paixão.

A definição freudiana mostra a posição do ego em relação ao afeto, na qual o afeto está entre o corpo e a consciência. O ego então registra tanto mudanças corporais como de qualidade da mudança. Mas

é preciso certo limiar para esse registro, pois alguém se tem um corpo silencioso, mas vivo para a vida e morto para a consciência. Além, uma consciência aguda do afeto. Bem como as repercussões psíquicas que se utilizam de mecanismos de defesa mais primitivos, denominado por Green de trabalho do negativo.

Em relação ao inconsciente, Green é taxativo: surge como o diabo que sai da caixa. É na surpresa, no inesperado que o inconsciente se mostra pelo afeto, fazendo uma ruptura do silêncio afetivo pelo afeto imperioso. Deste modo a consciência não tem propriedade do corpo, pois o ego se mostra impotente no controle do afeto. Numa bela frase de Green: estou afetado, portanto não me pertence.

O afeto também pode ser despertado tanto no real como no imaginário através de uma percepção, uma fantasia, uma palavra escutada. Também há afetos que devido a aumento de investimentos buscam representação. Deste modo, resquícios perceptivos e representativos buscam vinculação para irrupção afetiva.

Na situação da pulsão e da sua instância, o id nos possibilita compreender a relação entre a pulsão e o afeto. Enfatiza Green que a pulsão não é um conceito-limite, mas sim que são limitadas as conceituações para defini-la. Do modo como apresenta nos faz pensar nesse movimento entre territórios, o corpo e o psiquismo, no qual cada uma tem características próprias. A pulsão como força em movimento solicita essa psiquização, ao que traz do corpo ao psiquismo. O representante psíquico da pulsão é o resultado da psiquização. Ele sim um representante-delegação de natureza não representativa, mas que compreende o que será o representante-representação (este sim uma representação), mais a quota de afeto.

Em sua última teoria, Freud (1926[1925]/ 1976) conclui que o ego é a sede do afeto. Green (1982) aborda as relações entre o afeto e o ego, mas se limita ao que é específico da organização narcísica.

É possível inferir da fala e do silenciado das entrevistadas aspectos de operações psíquicas mobilizadas pelos afetos. Entre eles o lapso de fala, que nos possibilita pensar numa formação de compromisso entre a intenção consciente e o que fora recalcado, nesse caso o sentimento da entrevistada em relação à maternidade; também na formação intermediária que busca burlar o recalçamento, na qual a palavra é dita apesar de lhe ser atribuída uma distração ou acaso.

Em relação às palavras repetidas utilizadas como bengalas linguísticas (CONTE, 1992), pode-se pensá-las como uma busca no preenchimento de ausências e descontinuidades nas histórias das

entrevistadas, bem como se essa repetição está a serviço da busca de um sentido perdido. Tem-se também exemplos de momentos nos quais a entrevistada nos possibilita inferir que elabora e ressignifica a partir de um pensar crítico e afetivo sobre suas experiências. Em outros momentos há exemplos no qual se pode pensar na manutenção do discurso predominante na cultura sobre o papel e as funções da mulher já desde idade precoce.

A partir de Green (1988, 2010) infere-se o trabalho do negativo de diferentes modos a partir da fala e do silenciado das entrevistadas. Desde o que o autor chama de mecanismos primários, utilizados pelo psiquismo para lidar com os excessos pulsionais, no caso o da repressão e o da identificação. Há exemplos que sugerem esse aspecto, como diante da estranheza que sentiu a entrevistada pela notícia de sua gestação, o que se pode pensar como o retorno do reprimido, do seu desejo de engravidar. Também quando uma entrevistada se identifica com características de uma mãe, as quais parece querer que fossem suas também.

Também há o que se pode inferir como trabalho do negativo através da negação como mecanismo de defesa diante de um possível desejo, bem como o movimento e a pressão que este causa ao psiquismo da entrevistada. Noutra situação, a impossibilidade de se contatar afetivamente com a notícia de sua gestação talvez tenha mobilizado a entrevistada na utilização da identificação projetiva. Deste modo, a desmentida da sua condição nos favorece pensar no efeito de desobjetalização do feto.

Até chegarmos ao que seria um possível curto-circuito da capacidade psíquica para lidar com os excessos pulsionais, os quais são diretamente descarregados via corpo, nas somatizações, bem como com a ação da função desobjetalizante que pode se dar pelo desligamento tanto do objeto como do Eu. Estes seriam possíveis exemplos que me auxiliaram a pensar a trama dos afetos e do funcionamento psíquico para lidar com a rede pulsional.

Nesta pesquisa também se evidenciou o modo de formação psíquica que se dá através da relação entre a mãe com seus filhos(as). Na relação mãe-filha pré-edípica, Chodorow (2002) destacou a peculiaridade na qual, por ser do mesmo gênero que a filha e por ter sido menina, há uma tendência da mãe em não perceber essa filha como separada de si. Esse aspecto incrementa um senso de unicidade e continuidade com a filha, bem como a identificação primária e a simbiose. Também o relacionamento com a filha pode acentuar

elementos narcísicos da mãe, que pode tomar a filha como uma extensão de si.

Já em relação ao filho, a autora destaca que, por serem de gêneros diferentes, a mãe o percebe como oposto e deste modo investe desde cedo como um outro sexual, impulsionando o filho a um relacionamento sexualizado.

Sendo assim, é nessa relação que o bebê tem sua primeira representação de sua psique. Mesmo anterior a esse encontro de mãe e filhos(as), a mãe já tem seu discurso (espécie de sombra falada) para com esses filhos(as). Nesse discurso são projetados os enunciados identificantes os quais, nos cuidados com essa criança, a mãe os faz para que seja confirmada a identidade dessa sombra falada.

Pela extrema imaturidade, o bebê depende da inevitável interpretação de suas demandas conforme o desejo da mãe. A mãe como um porta-voz e seu discurso como uma representação de leis e exigências que dão à criança o suporte do qual necessita. A psique da mãe funciona como uma prótese desse pensar que a criança ainda não possui. Quando consegue essa atividade psíquica do pensar e nomear, a criança então apropria-se de seu destino e acede à condição de desejante para construir sua história.

O modo como essa criança o faz marca o afastamento do discurso parental, sem que perca todo esse suporte identificatório. Pode-se pensar numa negociação afetiva e identificatória na qual a criança se opõe a alguns aspectos e mantém outros para que seja aceita nessa relação.

Porém, esse pensar pode sofrer pelo excesso de violência da mãe, que tem como objetivo que o pensar da criança concorde com o molde preestabelecido dado por ela. Assim, a mãe só legitima os pensamentos da criança que a mãe declare aceitos. Nesta situação, a criança interpreta e experimenta um mundo que não forma parte do dito, do dizível.

A psicanálise possibilita pensar através desses aspectos da relação entre a mãe e o(a) filho(a), na formação do psiquismo dessa criança, sobre como as representações e práticas podem ser lentamente alteradas em relação às mulheres. Deste modo, um largo espaço de tempo pode apresentar características comuns em relação à mulher e à maternidade, através dessa transmissão psíquica entre as mulheres. Porém, parece que não há um questionamento em relação à configuração biológica e à configuração psíquica, pois uma pessoa pode ter um corpo que biologicamente se denomina de homem e pode se identificar com o mandato e injunções sociais denominados para a mulher, ou reproduzir o mandato materno

Outra abertura vem através da teoria psicanalítica no que ela apresenta sobre a sexualidade feminina, a diferença entre os sexos e a maternidade.

É unânime hoje que a psicanálise já faz parte da cultura. Nesses mais de cem anos de seu surgimento, ela promoveu mudanças não somente em paradigmas teóricos: seus conceitos já se mostram também no cotidiano das pessoas comuns para pensarem sobre si, seu corpo, sua sexualidade, seu modo de ser afetada e de afetarem. A maternidade também sofreu de suas influências, pois as mães interessadas e curiosas buscam há muitas gerações o que pode “ser melhor” ou como ser uma “boa mãe” na opinião daqueles que são os ditos portadores do discurso psicanalítico.

Em seu surgimento, a teoria psicanalítica fez diversas rupturas com os paradigmas considerados em relação à diferença entre os sexos. O que havia desde a Antiguidade era a vigência do modo hierárquico e regulado pelo modelo masculino em relação aos sexos. Na modernidade foi instituído um discurso sistemático de diferenças entre os sexos. Essas diferenças eram marcadas pela natureza biológica. Cada sexo passou a ser considerado como uma essência.

Uma das tensões da teoria psicanalítica sobre a sexualidade está na interpretação de ser masculino e ser feminino através das diferenças biológicas. Deste modo, o somático e anatômico se imporiam como possibilidade de ordenação do psiquismo. Mas embora Freud não sustentasse uma relação entre o somático e o mental de modo mecânico e determinista, como era vigente, não se distanciou tanto assim desses aspectos, pois eles estavam lá como figura de fundo.

Assim, conforme apontam vários psicanalistas, em seu início o pensamento freudiano considerou como pressuposto primordial a masculinidade. Isso tanto para meninos como para meninas. A masculinidade foi identificada com a atividade e a feminilidade com a passividade. Aspectos que tiveram que ser revistos mais ao final de sua obra (BIRMAN, 1994, 1997, 1999, 2001; ARÁN, 2000, 2002; 2003; NUNES, 2000, 2010; CHODOROW, 2002).

Com destaque em sua teorização, tem-se o complexo de Édipo, no qual a sexualidade masculina foi utilizada como paradigma. A tensão desse aspecto também impulsiona para, mais tarde, formular algo específico para a mulher. Um modo de lidar com essa tensão teórica foram seus textos sobre a sexualidade feminina e feminilidade.

Nesses textos há ênfase às relações da menina com a mãe, na fase pré-edípica. Embora essa mãe arcaica também fosse constitutivo para o

menino, na mulher suas marcas são indelévels. Também se tem uma articulação da inveja da mulher por não ter o pênis e todos os significados a ele atribuídos. Freud articula a figura da mãe arcaica e da mãe edípica na trama edípica, a qual constitui a subjetividade feminina. A figura do pai também ganha novos contornos nessa trama, ocasionando especificidades no complexo de Édipo da mulher.

A maternidade é uma estratégia que Freud disponibiliza para a mulher, porém essa estratégia referencia a concepção fálica. As outras se situam numa posição negativada da mulher através da histeria e da virilização.

Pensadores contemporâneos da teoria psicanalítica, tais como Birman e Arán destacam as mudanças no cotidiano das relações que nas últimas décadas romperam as fronteiras do homem associado ao público e da mulher associada ao privado. Esse aspecto gerou um novo modo de pensar e um deslocamento do feminino, abalando o universo fálico e possibilitando novos modos de subjetivação. Esses autores buscam recuperar no paradigma da feminilidade o que foi expurgado, recalcado. Uma dessas ideias é a clivagem entre masculino-espírito-cultura e feminino-natureza-sensorialidade.

Sobre a femininidade, expressam que há referências que não estão no paradigma fálico e sim na ideia de excesso. Resgatam então aspectos teóricos da experiência afetiva, no traumático, em que ao acolher no interior de si uma representação intolerável, far-se-ia uma abertura para possibilidades de algo novo entrar no interior do eu. Deste modo, reconhecer uma representação não está relacionado a sua objetivação, mas a conhecer sobre ao afeto que lhe corresponde. Assim, operar-se-ia um efeito psíquico. O trauma, a sedução, o afeto e o excesso pulsional caracterizariam o lugar da feminilidade.

O território da feminilidade não estaria no registro fálico, mas sim na perda dessa referência. Desta forma, o erógeno da feminilidade está numa aventura de arriscar-se, mover-se diante do desamparo. Esses aspectos possibilitariam pensar e acolher novos modos de subjetivação aos seres humanos.

Nesta pesquisa foram analisados os materiais das entrevistadas através de alguns eixos que emergiram nas falas das mulheres-mães e utilizados na problematização da maternidade dita e da silenciada. Esses eixos seguiram as manifestações afetivas e seus correspondentes psíquicos, tais como o pensamento crítico e a ressignificação, as formações substitutivas e o trabalho do negativo, bem como também evidenciaram os ditos que se mantêm e confirmam o que a cultura sócio-

histórica tem como parâmetros para a mulher-mãe. Em cada um desses eixos surgiu na fala das entrevistadas a evidência de que os afetos referentes ao feminino e à maternidade as mobilizam para falar ou silenciar. De acordo com a história de cada uma há um trabalho psíquico a partir do qual diferentes recursos são acionados. Maior e mais intenso foi este trabalho psíquico de acordo com a proximidade ou distanciamento dos afetos de cada entrevistada em relação às representações e ideais sociais sobre o feminino e a maternidade.

Destaco nesta pesquisa alguns aspectos que podem operar como síntese parcial e que oferecem novos pontos a serem conhecidos e pensados. Ênfase o parcial, pois trata-se de análise amparada nos aportes temporais da psicanálise que não “fecham” nenhum conteúdo em resultados finais ou estanques.

A história situa, detalha e busca um entendimento de períodos temporais e localizados espacialmente das relações entre as pessoas, no caso sobre as mulheres e a maternidade, mas encontra um limite ao não investigar as representações e práticas que se movem lentamente de geração em geração, quase que numa perpetuação.

A psicanálise possui em referencial teórico a respeito da pulsão e dos afetos, tanto na formação como no funcionamento psíquico, que mantém sua força, vivacidade e estimula as novas gerações a ampliá-lo, como fez Green com seu *Trabalho do Negativo*. Em seu pensamento compôs ideias e conceitos freudianos com enlaces de diferentes autores pós-freudianos, oferecendo um recurso que amplia a teoria bem como auxilia na técnica das patologias contemporâneas.

Também a psicanálise oferece através da transmissão transgeracional possibilidades de investigar sobre a mulher e a maternidade. Penso que o entrelaçamento desse conhecimento com o de outras áreas tais como a história, a sociologia, a antropologia traria muitos benefícios.

É sobre a transmissão geracional da psicanálise, receber um legado e fazer este tornar-se seu, que autores contemporâneos da psicanálise corajosamente se aventuram e apresentam um conceito de feminilidade que proporciona novas aberturas para conhecer a mulher e a maternidade bem como o que todos temos em comum: nosso desamparo e fragilidade. Um caminho e um território fértil que muito solicitará dos que aceitarem e se dispuserem a dar sua contribuição.

Apesar dessa fertilidade, é possível que ampliar o conceito de feminilidade esbarre em leitos de rocha, tais como a referência fálica, que articula não somente a psicanálise freudiana como também nossa

cultura. Fazendo uma analogia com a transmissão transgeracional, será um pouquinho a cada geração que esses aspectos poderão ser movidos e repensados para assim encontrar novos pontos de apoio e escrever outra história.

Se a história de lutas e de conquistas do movimento feminista trouxe benefícios para todas, a cada nova mulher que nasce sua história de lutas e de novas conquistas também terá que ser construída. A cada nova mulher não lhe será passado o *kit* de sobrevivência de bem-estar feminino e de maternidade. Mesmo que reconheçam essas conquistas, a mulher só poderá delas se utilizar se as tornar também suas. Fará assim suas as conquistas que vivencia, que façam sentido para si, que lhe afetam, e a elas oferecerá algo de seu, do seu modo e seu jeito. Do contrário, a mulher estará sempre em busca do modelo de perfeição para poder parecer ter e ser sem entrar em contato com sua fragilidade, desamparo, mas também sua capacidade criativa.

As dores e as delícias de ser mulher, talvez mãe, quando da escolha e da possibilidade de cada uma, só podem ser usufruídas se a mulher reconhecer em seu corpo, nas vivências e afetos as possibilidades para lidar com as faltas, inerentes da condição humana. Bom, aí a história recomeça novamente... mas agora mais criativa.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, M. Para além dos discursos: o poder da afetividade. **Cadernos Pagu**. jul./dez., 2004 n. 23, p. 389-397.

AGOSTINHO, S. **Confissões**. Tradução de J. Oliveira e A. Ambrósio de Pina. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ARÁN, M. Feminilidade, entre psicanálise e cultura: esboços de um conceito. **Physis: Revista Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, 2000, v. 10, n.1, p. 169-195.

_____. Feminilidade: alteridade e experiência. **Physis: Revista Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, 2002, v.12, n.1, p. 121-140.

_____. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. **Estudos Feministas**. Florianópolis, jul./dez., 2003, v.11, n.2, p. 399-422.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BIRMAN J. **Psicanálise, ciência e cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994

_____. **Estilo e modernidade em psicanálise**. São Paulo: Ed. 34, 1997.

_____. **Cartografias do feminino**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **Gramáticas do erotismo: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. A sexualidade na berlinda. In: PRATA, M. R. (Org.). **Sexualidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2010.

_____. **O sujeito na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BONICCI, T. Teoria e crítica pós-colonialista. In: BONICCI, T.; ZOLIN, L. O. (Orgs.). **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Maringá: Eduem, 2009.

BORDO, S. A feminista como o Outro. **Revista de Estudos Feministas**, v. 8, n.1, p. 11-29, 2000.

CANDI, T. **O duplo limite: o aparelho psíquico de André Green**. São Paulo: Escuta, 2010.

_____. O trabalho do negativo em André Green: do que se trata? **Revista Brasileira de Psicanálise**. 2012, v. 46, n.1. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/97598914/O-trabalho-do-negativo-em-Andre-Green-por-Talya-Candi>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

CECARELLI, P. R. Diferenças sexuais...? Quantas existem? In: CECARELLI, P. R. (Org.). **Diferenças sexuais**. São Paulo: Editora Escuta, 1999, p. 151-159.

CHODOROW, N. **Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

_____. **The power of felligns: personal meaning in psychoanalysis, gender and culture**. New Haven/ London: Yale University Press, 1999.

COELHO JÚNIOR, N. E. A importância de André Green para a psicanálise contemporânea. **Percurso**. São Paulo, n. 49/50, p. 141-152, 2013. Disponível em: <http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?apg=artigo_view&ida=1018&ori=edicao>. Acesso em: 27 maio 2014.

CONTE, J. C. Vício de fala, a busca de um sentido. **Revista do CEP de PA**. 1992, ano 1, n. 1, p. 50-56.

CORBIN, A. O segredo do indivíduo. In: PERROT, M. (Org.). **História da vida privada 4: da revolução francesa à primeira guerra**. São Paulo: Companhia da Letras, 2009, p. 392-465.

_____. A relação íntima ou os prazeres da troca. In: PERROT, M. (Org.). **História da vida privada 4: da revolução francesa à primeira guerra**. São Paulo: Companhia da Letras, 2009, p.466-524.

COSTA, J. F. Violência e identidade. In: **Violência e Psicanálise**. São Paulo: Edições Graal, 2003, p. 103- 133.

COSTA, A.; POLI, M. C. Alguns fundamentos da pesquisa em psicanálise. **Pulsional Revista de Psicanálise**.2006, n.188, p. 14-21.

COUTO, M. **Guardar memórias, contar histórias e semear futuro**, Aula magna. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, segundo semestre, vídeo, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IZtc11Bn0M0>>. Acesso em: 07 set. 2014.

DEL PRIORE, M. A história do corpo e a Nova História: uma autópsia. **Revista USP**. 1994, n.23, p. 49-55. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26974/28752>>. Acesso em 10 dez. 2014.

_____. Viagem pelo imaginário do interior do corpo. **Revista Brasileira de História**. 1999, v.19, n. 39.

_____. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2009a.

_____. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009b.

_____. **Histórias íntimas**. São Paulo: Editora Planeta, 2011.

DICIONÁRIO *online*: **Priberam**. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/mal>>. Acesso em: 29 mai. 2012.

DICIONÁRIO *online*: **Michaelis**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=mal>>. Acesso em: 29 mai. 2012.

DICIONÁRIO *online*: **Dicio**. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/mal>>. Acesso em: 29 mai. 2012.

DICIONÁRIO *online*: **Web dicionário**. Disponível em: <<http://www.webdicionario.com/ma>>. Acesso em: 29 mai. 2012.

DUCROT, O. **Princípios de semântica linguística (dizer e não dizer)**. São Paulo: Cultrix, 1977.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIGUEIREDO, L. C. O tempo na pesquisa dos processos de singularização. **Psicanálise Clínica**. Rio de Janeiro, 2002, v. XIV, n.2, p. 15-33.

_____. Novas vias para a psicanálise: as trans-posições de André Green. In: **O duplo limite: o aparelho psíquico de André Green**. São Paulo: Escuta, 2010.

FREUD, S. **Algumas considerações para o estudo comparativo das paralisias motoras orgânicas e histéricas** (1893[1888-1893]). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____. **Estudos sobre a histeria** (1893-1895). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. II. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

_____. Sobre os mecanismos psíquicos dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar. In: FREUD, S. **Estudos sobre a histeria** (1893-1895). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. II. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

_____. **Rascunho G. Melancolia** (1895). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____. **Carta 52** (1896). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____. **A interpretação do sonhos** (1900). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. IV. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____. **Sobre a psicopatologia da vida cotidiana: esquecimentos, lapsos de fala, equívocos na ação, superstições e erros** (1901). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. VI. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____. **Fragmento da análise de um caso de histeria** (1905a[1901]). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

_____. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade** (1905b). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

_____. **Teoria sexuais das crianças** (1908a). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____. **A moral sexual civilizada e a doença nervosa dos tempos modernos** (1908b). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____. **A dinâmica da transferência** (1912a). Obras Completas. Vol. XII. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Recomendações ao médico que pratica a psicanálise** (1912b). Obras Completas. Vol. X. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **O início do tratamento** (1913). Obras Completas. Vol. XVI. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Totem e tabu** (1913[1912-13]). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

_____. **Algumas reflexões sobre a psicologia escolar** (1914). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

_____. **A repressão** (1915a). Obras Completas. Vol. XIV. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **O inconsciente** (1915b). Obras Completas. Vol. XIV. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **O instinto e seus destinos** (1915c). Obras Completas. Vol. XIV. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Considerações atuais sobre a guerra e a morte** (1915d). Obras Completas. Vol. XIV. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **O estranho** (1919). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____. **O ego e o id** (1923a). Obras Completas. Vol. XVI. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **A organização genital infantil** (1923). Obras Completas. Vol. XVI. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **O problema econômico do masoquismo** (1924a). Obras Completas. Vol. XVI. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **A dissolução do complexo de Édipo** (1924b). Obras Completas. Vol. XVI. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **A negação** (1925a). Obras Completas. Vol. XVI. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos**. (1925b). Obras Completas. Vol. XVI. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Inibições, sintomas e ansiedade** (1926[1925]). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____. **Fetichismo** (1927). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

_____. **Sobre a sexualidade feminina** (1931). Obras Completas. Vol. XVIII. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **A feminilidade** (1933). Obras Completas. Vol. XVIII. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Conferência XXXII, Ansiedade e vida instintual** (1933[1932]). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

_____. **Análise terminável e interminável** (1937). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

_____. **A divisão do ego no processo de defesa** (1940 [1938]). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

_____. **Projeto para uma psicologia científica** (1950[1895]). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____. **A pulsão e seus destinos**. In: Escritos sobre a psicologia do inconsciente. Tradução de Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

FAIMBERG, H. El telescopagen de las geraciones. In: KAËS, R. et al. **Transmisión de la vida psíquica entre geraciones**. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

FURLAN, R. A questão do método em psicologia. **Psicologia em Estudo**. Maringá, jan./mar. 2008, v.13, n.1, p. 25-33.

GREEN, A. **O discurso vivo: uma teoria psicanalítica do afeto**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

_____. **Sobre a loucura pessoal**. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

_____. **Conferências brasileiras de André Green: metapsicologia dos limites**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____. **Orientações para uma psicanálise contemporânea**. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

_____. **O trabalho do negativo**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1a.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IACONELLI, V. Maternidade e erotismo na modernidade: assepsia do impensável na cena do parto. **Revista Percurso**, 2005, n. 34. Disponível em: <http://www.institutogerar.com.br/artigos/26_ARTIGO_MATERNIDADE%20E%20EROTISMO.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2014.

KOPITTKE, C. C.; PEREIRA, D. Z.; MELLO, V. M. H. P. Tributo a Piera Aulagnier: o aporte vincular na transmissão do psiquismo. In: TRACHTENBERG, A. R. **Transgeracionalidade – de escravo a herdeiro**: um destino entre gerações. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005, p. 29-42.

KRISTEVA, J. **As novas doenças da alma**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário de psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MARTY, P. **A psicossomática no adulto**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

MCDOUGALL, J. **Teatros do eu**: ilusão e verdade no palco psicanalítico. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

_____. **Teatros do corpo**: o psicossoma em psicanálise. São Paulo: Martins Fontes. Trad. Pedro Henrique Bernardes Rondon, 2000.

MENEZES, L. C. A linguagem e o trabalho de luto na rememoração. **Ide**, 2007, v.30, n. 45, p. 8-12.

MEZAN, R. **Escrever a clínica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

_____. **Interfaces da psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MICHELET, J. **A mulher**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MOURA, S. M. S. R; ARAÚJO, M. F. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicologia, Ciência e Profissão**. 2004, v.24, n.1, p. 44-55.

NERI, R. **A psicanálise e o feminino**: um horizonte da modernidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NUNES, S. A. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha**: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Histeria e psiquiatria no Brasil da Primeira República. **História, Ciência e Saúde**. Dez. 2010, v. 17, supl. 2, p. 373-389.

PARKER, R. **A mãe dividida**: a experiência da ambivalência na maternidade. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Ventos, 1997.

PERROT, M. (Org.) **História da vida privada 4**: da revolução francesa à primeira guerra. Tradução de Denise Bottmann, Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia da Letras, 2009.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença** – Uma introdução. São Paulo: Editora Autêntica, 2008.

ROSA, M. D. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**. 2004, v. IV, n.2, p. 329-348.

ROUSSEAU, J. **Emílio ou da educação**. Tradução de Maria Ermantina, Galvão G. Pereira. 1 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SANTOS B. S. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. **Aerograma**. 2004, n. 29, p. 1-16.

SKLIAR, C. **Pedagogia (improvável) da diferença**: e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOUZA, Paulo César. **As palavras de Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SZEJER, M. **Palavras para nascer**: a escuta psicanalítica na maternidade. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1999.

TRACHTENBERG, A. R. et al. **Transgeracionalidade – de escravo a herdeiro**: um destino entre gerações. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

VILLARI, R. A. É possível uma história da histeria? **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: EDUFSC, abr. 2001, n. 29, p. 141-145.

ZIMERMAN, D. **Bion da teoria à prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Área de Concentração:
Práticas Sociais e Constituição do Sujeito

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG _____, declaro, por meio deste termo, que concordei em participar na pesquisa referente ao projeto intitulado: “A (mal) dita maternidade: singularidades do feminino e experiências da maternidade”, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Fui informada de que a pesquisa é realizada pela pesquisadora principal Juçara Clemens, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Mériti de Souza, da Universidade Federal de Santa Catarina. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para a realização da pesquisa.

A pesquisa tem por objetivo geral “problematizar a singularização do feminino entre a experiência da maternidade e a maternidade silenciada. A escolha por esse enfoque diz respeito a como cada mulher, a partir das marcas de sua história, pensa e sente a maternidade dita e compartilhada e a maternidade que não pode ser falada, sendo silenciada quando não confirma e ou mantém os valores e padrões sociais/culturais preponderantes”.

A pesquisa será realizada por meio de entrevistas com mulheres-mães da faixa etária indicada, independentemente da escolaridade e da classe socioeconômica, cujo filho/a tenha de um a cinco anos, que já tem atividade profissional ou já teve. A entrevista será agendada em momento e local de preferência das participantes. As entrevistas serão gravadas em áudio, sendo que nomes ou quaisquer dados que possam identificar as participantes não serão usados. A pesquisa não trará riscos ou desconfortos, mas é esperado que traga informações que auxiliem as mulheres na experiência da maternidade.

Fui esclarecida de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidas às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida ou me sinta prejudicada, poderei contatar a pesquisadora principal pessoalmente ou por meio do telefone (47) 8859-8915. Também foi garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Os dados fornecidos serão confidenciais, os nomes das participantes não serão identificados em nenhum momento e o acesso aos dados coletados será realizado pela pesquisadora principal – Juçara Clemens – e/ou pela pesquisadora responsável – Prof.^a Dr.^a Mériti de Souza. As informações serão utilizadas para elaboração de tese de doutorado e na publicação em livros, periódicos ou divulgação em eventos científicos. Conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, o pesquisador principal da pesquisa me ofertou uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Cidade, _____, (data) _____
Participante

Juçara Clemens

Dr.^a Mériti de Souza

Endereço: Rua XV de Novembro 1336, sala 146, Bairro Centro,
Blumenau, SC
CEP 89.010-90

ANEXO B – Roteiro de entrevista**A - Dados de Identificação:****Nome****(fictício):** _____**Idade:** _____**Escolaridade:** _____**Profissão:** _____**Filho/Filha:** _____**Idade:** _____**B - Questões:**

- 1) Fale sobre a experiência de maternidade:
- 2) Como pensava a maternidade antes de ser mãe? E depois? Qual(is) a(s) diferença(s)?
- 3) Você falava com outras mulheres ou homens sobre a maternidade antes de ser mãe? Com quem? O que falava?
- 4) Depois de ser mãe falava com outras mulheres ou homens sobre sua experiência na maternidade? Com quem? O que falava?
- 5) Se você não falava com ninguém sobre sua experiência de maternidade ou falava menos do que gostaria, você utilizava algum outro recurso para expor seus sentimentos sobre sua experiência? (escrita, pintura, costura etc.)
- 6) O que facilitou sua experiência na maternidade?
- 7) O que dificultou sua experiência na maternidade?
- 8) Como sentiu as transformações corporais durante a gestação e após o parto? Como sente seu corpo hoje?
- 9) Como vivenciou sua sexualidade durante a gravidez e após o parto? Como a vivencia hoje?
- 10) Como lidou com sua vida cotidiana após o nascimento do bebê? E hoje?
- 11) Como foi a amamentação do seu filho/a? Até que idade amamentou seu filho/a? Como foi amamentar depois do término da licença maternidade?
- 12) Como foi trabalhar durante a gestação?
- 13) Como foi retornar ao trabalho depois da licença-maternidade?
- 14) O que sentia facilidade para falar sobre sua experiência de maternidade? Por quê?
- 15) O que sentia dificuldade para falar sobre sua experiência de maternidade? Por quê?